

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS
DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - POP MADEIRA
OPERAÇÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO

1990-1993

Março de 1990

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
VICE-PRESIDÊNCIA E COORDENAÇÃO ECONÓMICA
DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO

INDICE

I - APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

1. FICHA RESUMO GLOBAL	1
2. QUADRO RESUMO GLOBAL	5
3. RESUMO DO PROGRAMA OPERACIONAL	6
3.1. Introdução	6
3.2. Aspectos gerais da situação sócio-económica	6
3.3. Objectivos e estratégias de desenvolvimento	9

II - DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

4. ANÁLISE SUCINTA DA REGIÃO

4.1. Definição do Território	15
4.2. Organização Político-Administrativa	15
4.3. Caracterização Física do Território	16
4.4. Demografia e Povoamento	18
4.4.1. Dinâmica Demográfica e Perspectiva de Evolução da População	18
4.4.2. Estrutura de Povoamento	20
4.4.3. População Activa e Mercado de Trabalho	21
4.5. Estrutura Económica	22
4.5.1. Traços Gerais e Enquadramento Nacional	22

4.5.2. O Modelo Económico da Madeira	26
4.5.3. Caracterização Sectorial	30
4.5.3.1. Agricultura	30
4.5.3.2. Pescas	37
4.5.3.3. Indústria	41
4.5.3.4. Construção Civil	44
4.5.3.5. Comércio e Serviços	46
4.5.3.6. Turismo	47
4.5.3.7. Energia	51
4.5.3.8. Acessibilidade: infraestruturas e meios de transporte	54
4.5.3.9. Comunicações	56
4.6. Principais Equipamentos e Serviços Sociais	
4.6.1. Educação	59
4.6.2. Saúde e Segurança Social	60
4.6.3. Cultura	61
4.6.4. Desporto	62
4.7. Habitação e Saneamento Básico	
4.7.1. Habitação	63
4.7.2. Saneamento Básico	64
4.8. Ambiente e Ordenamento do Território	65
4.9. Investigação	68
4.10. Formação Profissional	68
4.11. Apreciação das Intervenções Comunitárias	72
4.12. Síntese dos Principais Factores Limitativos e das Potencialidades de Desenvolvimento	76

5. OBJECTIVOS E ESTRATÉGIA DO PROGRAMA OPERACIONAL

5.1. Pressupostos Básicos	80
--	-----------

5.2. Objectivos e Opções de Desenvolvimento	80
5.3. Eixos de Desenvolvimento	83
5.4. Apresentação Genérica do Programa	89
5.4.1. Apresentação do Programa Operacional	89
5.4.2. Adequação ao Quadro Comunitário de Apoio	93
5.4.3. Impacto Global do Programa Operacional	95
5.4.3.1. Impacto Sócio-Económico	95
5.4.3.2. Impacto Ambiental	98

6. DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO

6.1. SUBPROGRAMA 1: Desenvolvimento da Estrutura Produtiva	100
6.1.1. Medida: Aproveitamento dos Recursos Endógenos ..	106
6.1.2. Medida: Infraestruturas Básicas da Zona Franca Industrial do Caniçal (ZFIC)	110
6.1.3. Medida: Infraestruturas de Apoio à Actividade Industrial	114
6.1.4. Medida: Infraestruturas de Apoio à Actividade Piscatória	118
6.1.5. Medida: Defesa, Valorização e Renovação do Artesanato Regional	122
6.1.6 Medida: Mobilização do Potencial de Iniciativa Endógena	126
6.2. SUBPROGRAMA 2: Valorização e Aproveitamento do Potencial Turístico	130
6.2.1. Medida: Consolidação de Infraestruturas Turísticas ...	133

6.2.2	Medida: Valorização do Património Cultural de Interesse Turístico	138
6.2.3	Medida: Promoção Orientada da Procura Turística	142
6.2.4	Medida: Ordenamento Viário da Cidade do Funchal	146
6.3.	SUBPROGRAMA 3: Estruturas Físicas do Sector Energético	151
6.3.1.	Medida: Aumento da Capacidade de Produção	153
6.3.2.	Medida: Expansão e Melhoria da Rede de Transporte e Distribuição	156
6.4.	SUBPROGRAMA 4: Incremento das Acessibilidades	160
6.4.1.	Medida: Acessibilidade Externa	163
6.4.2.	Medida: Acessibilidade Regional	167
6.4.3.	Medida: Acessibilidade Local	171
6.5.	SUBPROGRAMA 5: Incremento da Formação Profissional e Valorização dos Recursos Humanos	174
6.5.1.	Medida: Formação Profissional, para Activos de todos os Sectores de Actividade, Excluindo o Turismo	179
6.5.2.	Medida: Formação Profissional para Activos do Turismo	183
6.5.3.	Medida: Acções para o Desenvolvimento do Emprego	187
6.5.4.	Medida: Ensino Técnico-Profissional e Universitário ..	191
6.6.	SUBPROGRAMA 6: Equipamentos Sociais Estratégicos ..	195
6.6.1.	Medida: Modernização das Infraestruturas Educati-	

vas de Base	198
6.6.2. Medida: Criação das Estruturas Físicas do Ensino Superior	203
6.6.3. Medida: Aumento e Melhoria da Oferta dos Serviços de Saúde	206
6.6.4. Medida: Infraestruturas de Apoio à Formação Profissional	210
6.7. SUBPROGRAMA 7: Protecção do Meio-Ambiente e Ordenamento do Território	213
6.7.1. Medida: Infraestruturas de Abastecimento de Água ..	216
6.7.2. Medida: Infraestruturas de Saneamento Básico	220
6.7.3. Medida: Reforço da Protecção Ambiental	224
6.7.4. Medida: Ordenamento do Território	227
6.8. SUBPROGRAMA 8: Gestão e Acompanhamento do POP-Madeira	230
6.8.1. Medida: Execução e Acompanhamento	232
6.8.3. Medida: Estudos, Publicidade e Promoção	234
6.8.3. Medida: Estudos, Acompanhamento, Avaliação e Gestão	237

III - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

7. ASSISTÊNCIA TÉCNICA	239
8. CUSTO E FINANCIAMENTO	239
8.1. Princípios Aplicáveis à Programação Financeira	239
8.2. Programação Financeira	240

9. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	289
9.1. Estrutura de Acompanhamento	289
9.1.1. Criação da Unidade de Acompanhamento	289
9.1.2. Composição, Funcionamento e Periodicidade das Reuniões da Unidade de Acompanhamento	289
9.1.3. Competências da Unidade de Acompanhamento	290
9.2. Estrutura de Gestão	292
9.2.1. Criação da Unidade de Gestão	292
9.2.2. Composição da Unidade de Gestão	292
9.2.3. Competências da Unidade de Gestão	293
9.3. Acompanhamento e Avaliação Contínua dos Programas Operacionais Durante a sua Execução	293
9.4. Avaliação do Programa	295
9.5. Avaliação Ex-post do Impacto de Programa	295
10. OUTRAS DISPOSIÇÕES	295

I - APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

FICHA RESUMO GLOBAL

Informação relativa ao Q.C.A.

Objectivos prioritários: 1

Localização: PORTUGAL

Região: REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Nuts: Nível II *Nº.* 7 *Nome:* MADEIRA

Em que eixos do Q.C.A. se enquadra o P.O.:

EIXO 6b - Desenvolvimento das Potencialidades de Crescimento das
Regiões e Desenvolvimento Local

Objectivos prioritários:

- Densificação e fortalecimento da malha produtiva regional;
- Criação de uma base industrial de exportação;
- Aumento das exportações agrícolas competitivas;
- Desenvolvimento de serviços internacionais;
- Desenvolvimento dos serviços avançados de turismo;
- Melhoria do acesso ao mercado;
- Melhoria dos níveis de instrução/incremento da formação profissional;

- Melhoria das infraestruturas e equipamentos;
- Preservação do meio-ambiente e ordenamento do uso do solo.

Formas de participação e indicação da participação financeira aprovada:

Subsídios: F.E.D.E.R 191 000 x 10³ ECU's

F.S.E. 28 000 x 10³ ECU's

Empréstimos Comunitários: (Ver nota pag. 4)

B.E.I. 20 000 x 10³ ECU's

Informação relativa ao Programa Operacional

Título do Programa Operacional:

Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira (POP-Madeira)

Duração do Programa Operacional

1990-93

A ligação do Programa Operacional:

- Programa Nacional de Interesse Comunitário de Incentivo à Actividade Produtiva (PNICIAP);
- Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP);

- Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP);
- Programa Ciência;
- Programa STAR E VALOREN;
- Programas operacionais a título dos objectivos 3 e 4;
- Programa para as Regiões Ultra-Periféricas Portuguesas;
- Regime de Incentivos Fiscais e Financeiros da Zona Franca da Madeira;
- Outras acções constantes dos planos de investimento da Administração Regional e da Administração Local.

Autoridades nacionais responsáveis pela execução.

Governo Regional da Madeira

Pessoa a contactar: Dr. Mário Sérgio Quaresma Gonçalves Marques

Telefone: (091) 34133

Conta bancária para pagamento:

Título: CONTA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Número da conta: 222.4

Banco: BANCO DE PORTUGAL

Balcão: FUNCHAL

Fundos estruturais envolvidos:

FEDER: Sim

FSE: Sim

FEOGA: Não

Outros instrumentos de financiamento comunitário:

NOTA: Eventual recurso ao BEI

Empréstimos estimados:

NOTA: Eventual recurso ao BEI, conforme Q.C.A.

Para ser implementado como uma A.I.? Sim

Se o Programa Operacional inclui um esquema nacional/regional de ajuda? Sim

Se o P.O. inclui a participação financeira de um grande projecto (Reg. 4253/88 Art. 16 (2))? Sim

Se o projecto inclui:

- Infraestruturas Sim

- Investimentos produtivos Não

A informação requerida pelo Reg. 4254/88 Art. 5 está incluída na aplicação? Sim (ver Pag. 107)

Se o P.O. inclui subvenções globais? Não

2 - QUADRO RESUMO GLOBAL

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Q. C. A. Nº.

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

	CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA													DESPESA PRIVADA	
		TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS						FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
			%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	61 765	60 985	99	43 222	71	37 786	5 436			17 763	29		12 589	5 174	780	1
1991	84 325	82 234	98	59 414	72	52 656	6 758			22 820	28		18 060	4 760	2 091	2
1992	93 181	92 126	99	65 053	71	57 133	7 920			27 073	29		19 219	7 854	1 055	1
1993	74 119	73 916	99	51 310	69	43 424	7 886			22 606	31		15 375	7 231	203	1
TOTAL	313 390	309 261	99	218 999	71	190 999	28 000			90 262	29		65 243	25 019	4 129	1

3 - RESUMO DO PROGRAMA OPERACIONAL

3.1. Introdução

O Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira (POP-Madeira) é um Programa Operacional, de iniciativa regional, elaborado na sequência do Estudo Preparatório para um programa operacional integrado, que obteve uma contribuição financeira da Comunidade, comunicada através da carta nº. 4963, de 11 de Agosto de 1989, da Comissão das Comunidades Europeias.

O POP-Madeira abrange todo o território da Região Autónoma da Madeira.

Este Programa consta do Quadro Comunitário de Apoio para Portugal e constituirá o instrumento principal da estratégia de desenvolvimento da Região, atendendo ao significativo volume de recursos financeiros que envolve e por compreender um conjunto integrado de acções coerentes entre si, decorrentes dos eixos estratégicos de intervenção e das prioridades definidas no Plano de Desenvolvimento Regional 1989-93.

Para a concretização daquela estratégia, e articulando-se com este Programa, contribuirão ainda, as intervenções previstas no Quadro Comunitário de Apoio (PNICIAP, PEDIP, PEDAP, Programa Ciência, STAR e VALOREN); os Programas Operacionais a título dos objectivos 3 e 4; o Programa Operacional, de iniciativa comunitária, que deverá contemplar intervenções específicas em economias insulares ultraperiféricas, em especial no domínio da acessibilidade externa; o Regime de Incentivos Fiscais e Financeiros da Zona Franca da Madeira e outras acções constantes dos Planos de Investimento da Administração Regional e da Administração Local.

3.2. Aspectos Gerais da Situação Sócio-Económica

Aspectos Demográficos

A população do Arquipélago da Madeira teve, nas últimas décadas, uma evolução irregular em resultado do comportamento dos fluxos migratórios. Na década de 60 a Região foi fortemente repulsiva, verificando-se um saldo migratório médio anual (negativo) de cerca de 2,7% da população. A partir da década de 70, vem-se registando uma tendência para a redução da emigração e para o aumento do retorno.

De 1981 para 1986 a população residente terá crescido a uma taxa média anual superior a 1%, devendo situar-se, actualmente, à volta de 280 mil indivíduos.

Esta população é, estruturalmente, muito jovem, com um índice de envelhecimento de 0,34 em 1981. As taxas de natalidade, embora tenham vindo a decrescer, apresentam ainda valores elevados devido a factores sócio-culturais, enquanto as taxas de mortalidade se situam a níveis relativamente baixos.

As projecções da população residente apontam para que a Região tenha um crescimento efectivo anual superior a 1% até ao ano 2000. É o estrato populacional correspondente à população em idade activa que irá, no essencial, concretizar o crescimento demográfico projectado.

O crescimento populacional previsto irá agravar a já elevada densidade populacional (326 habitantes por km² em 1981). A população da Madeira concentrou-se sobretudo na encosta sul, de menores declives, o que origina fortes desequilíbrios na distribuição da população. A ilha de Porto Santo, com 4 500 habitantes, tem uma densidade populacional baixa no contexto regional.

A taxa de actividade, embora baixa (38,3% em 1981), vem revelando uma tendência crescente.

A população activa é extremamente jovem, com mais de 62% dos activos abaixo dos 40 anos. Porém, o seu nível de instrução e as qualificações da força de trabalho são inferiores aos registados a nível nacional.

A composição sectorial do emprego, em 1981 era a seguinte: agricultura e pescas - 22%; indústria, energia e água - 21%; construção civil e obras públicas - 14% e serviços - 43%.

A taxa de desemprego em sentido restrito no final de 1988 andaria à volta dos 6%. O subemprego estrutural manifesta-se, sobretudo, na agricultura e actividades artesanais e atinge valores significativos.

É possível que venham a agravar-se os problemas de desemprego, devido, sobretudo, à elevada taxa de crescimento da população em idade activa e à tendência para o aumento da taxa de actividade. Para que o nível de desemprego não aumente, será necessária a criação, em média anual, de 1 800 novos postos de trabalho.

Aspectos Económicos

A Região apresenta uma base económica pouco desenvolvida que se traduz pela baixa rentabilidade dos sectores produtivos e pela acentuada dependência do exterior. Da debilidade da estrutura económica regional resulta um PIB per capita que se situa em apenas 58% da média do Continente.

A estrutura sectorial do produto mostra fortes distorções, caracterizando-se por um empolamento do sector dos serviços onde relevam os ligados à actividade turística, por um peso significativo da agricultura e por um débil sector industrial. É elevado o grau de abertura ao exterior e há uma forte especialização nas exportações e respectivos mercados e uma grande dependência das importações em produtos estratégicos.

A grande concentração da actividade económica no sector terciário e na construção tem vindo a acentuar-se, aumentando o grau de dependência de actividades muito sensíveis à conjuntura e a vulnerabilidade da economia madeirense.

A acessibilidade interna e externa da Região encontra-se fortemente condicionada pelas limitações do seu território e pela sua condição de insularidade. A resolução dos estrangulamentos na acessibilidade intra-regional enfrenta dificuldades resultantes da dispersão do povoamento, da orografia e tipo de terreno que multiplicam e encarecem a construção das vias. No entanto, trata-se de uma área estratégica de intervenção.

A inserção internacional da economia madeirense exige, como condição necessária, o aumento da acessibilidade externa, o que passa pela resolução dos estrangulamentos no domínio dos transportes aéreos e marítimos e o desenvolvimento das telecomunicações.

Principais Equipamentos e Serviços Sociais

As condições de acessibilidade da população madeirense aos serviços e equipamentos sociais são das mais deficientes quando comparadas com o todo nacional.

O nível de instrução da população é bastante baixo, sendo de 24,5% a taxa de analfabetismo, em 1987. A escolarização média é, ainda, baixa, sendo de 71% no 2º. ciclo (que corresponde ao nível de escolaridade obrigatória). O nível pedagógico dos professores é bastante frágil e são grandes as carências a nível de estabelecimentos de ensino profissional, técnico-profissional e ensino superior.

A taxa de mortalidade infantil é elevada (16‰ em 1986). O número de habitantes por médico é quase triplo da média do País. Há carências a nível de equipamentos de saúde, de pessoal médico, em especial no que respeita a clínicos gerais e de saúde pública, de pessoal de enfermagem e técnicos de diagnóstico.

A Região revela necessidades prementes no domínio do saneamento básico para não comprometer o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento equilibrado das actividades económicas, nomeadamente, a nível de sistemas de tratamento de esgotos, de recolha e tratamento de lixo e do abastecimento de água potável. Em 1981, 37% da população não era abastecida por rede pública de água e 58% não tinha instalações de banho; em 1985, 58% da população não usufruía de esgotos e 17% não tinha instalações sanitárias.

O parque habitacional da região apresenta graves carências de ordem quantitativa e qualitativa.

3.3. Objectivos e estratégia de desenvolvimento

O actual modelo de desenvolvimento da Região apresenta fragilidades que poderão conduzir, a muito breve prazo, ao seu esgotamento, pelo que importa alterar esta tendência, promovendo o desenvolvimento económico da Região, inserindo-a, de forma equilibrada, em espaços económicos mais vastos.

Os grandes objectivos a prosseguir, definidos para a Região, são:

- Elevação do nível de rendimento e de qualidade de vida da população;
- Reforço do potencial económico;
- Melhoria da situação do emprego;
- Redução das assimetrias intra-regionais.

A estratégia de desenvolvimento está orientada no sentido de proporcionar as necessárias transformações da estrutura económica da Região, através da criação de condições que permitam melhorar a competitividade das produções actuais e, sobretudo, que contribuam para dinamizar actividades orientadas para um aproveitamento integral das potencialidades endógenas.

Os objectivos visados e os vectores referidos para o desenvolvimento económico exigem actuações, segundo grandes linhas de intervenção, que constituem os grandes eixos da estratégia:

- Densificação e fortalecimento da malha produtiva regional;
- Criação de uma base industrial de exportação;
- Aumento das exportações agrícolas competitivas;
- Desenvolvimento de serviços internacionais;
- Desenvolvimento dos serviços avançados de turismo;
- Melhoria do acesso ao mercado;
- Melhoria dos níveis de instrução e incremento da formação profissional e do nível de qualificação da mão-de-obra;
- Melhoria das infra-estruturas e equipamentos;
- Preservação do meio ambiente e ordenamento do uso do solo.

Decorrente dos eixos estratégicos referidos, foi programado um conjunto integrado de acções que garanta a prossecução dos objectivos gerais e instrumentais definidos para a Região, sendo aquelas organizadas em medidas e estas nos seguintes subprogramas:

Subprograma 1: Desenvolvimento da Estrutura Produtiva

A materialização deste subprograma constituirá um contributo essencial para a formação de alguns eixos estratégicos do Programa, em especial: densificação da malha produtiva regional; criação de uma base industrial de exportação; melhoria do acesso ao mercado; melhoria das infra-estruturas e equipamentos.

Note-se que, de forma indirecta, este subprograma contribui ainda para: o incremento da formação profissional e do nível de qualificação da mão-de-obra e para a preservação do ambiente e ordenamento do uso do solo.

Para atingir os objectivos enunciados o subprograma prevê a execução das seguintes medidas:

- Aproveitamento dos recursos endógenos;
- Infraestruturas básicas da Zona Franca Industrial do Caniçal;
- Infraestruturas de apoio à actividade industrial;

- Infraestruturas de apoio à actividade piscatória;
- Defesa, valorização e renovação do artesanato regional;
- Mobilização do potencial de iniciativa endógena.

Subprograma 2: Valorização e Aproveitamento do Potencial Turístico

Os objectivos a prosseguir neste subprograma serão: enriquecer e diversificar a oferta turística; consolidar a dotação de infraestruturas; aumentar e diversificar a procura e melhorar as condições ambientais nas áreas de maior concentração da oferta hoteleira.

Este subprograma é integrado pelas seguintes medidas:

- Consolidação de Infraestruturas Turísticas,
- Valorização do Património Cultural de Interesse Turístico;
- Promoção orientada da Procura Turística;
- Ordenamento viário da cidade do Funchal.

Subprograma 3: Estruturas Físicas Energéticas

Com este subprograma pretende-se: aumentar a capacidade de produção de energia eléctrica, por forma a satisfazer, a curto prazo, o acréscimo da procura e modernizar, racionalizar e ampliar as redes de transporte e de distribuição de energia.

Nestas condições as medidas propostas no âmbito deste subprograma são:

- Aumento da capacidade de produção;
- Expansão e Melhoria da Rede de Transporte e Distribuição.

Subprograma 4: Incremento das Acessibilidades

São objectivos deste subprograma: melhorar as condições de operacionalidade do porto do Funchal; renovar e melhorar a rede viária de categoria regional; melhorar a acessibilidade local em termos de acesso de

algum

zonas de interesse turístico e aptidão agrícola, contribuido para uma maior fixação das populações rurais.

Inclui as seguintes medidas:

- Acessibilidade Externa;
- Acessibilidade Regional;
- Acessibilidade Local.

Subprograma 5: Incremento da Formação Profissional e Valorização dos Recursos Humanos

Este subprograma visa: a melhoria da qualificação e o aperfeiçoamento da população activa de todos os sectores de actividade, com especial destaque para a área do Turismo; o desenvolvimento do emprego e o desenvolvimento do ensino técnico-profissional.

Para atingir os objectivos enumerados o subprograma prevê a execução das seguintes medidas:

- Formação Profissional para Activos de todos os sectores de actividade, excluindo o Turismo;
- Formação Profissional para Activos do Turismo;
- Acções para o desenvolvimento do Emprego;
- Ensino Técnico-Profissional e Universitário.

Subprograma 6: Equipamentos Sociais e Estratégicos

Constituem objectivos deste subprograma: modernizar as infra-estruturas educativas de base, privilegiando o ensino técnico-profissional; desenvolver o ensino superior na Região; promover as estruturas de apoio à execução da política de emprego e às acções de formação profissional; eliminar as assimetrias no que respeita à quantidade e qualidade da oferta de cuidados de saúde prestados à população residente e flutuante; racionalizar o funcionamento dos serviços de saúde.

O subprograma inclui as seguintes medidas:

- Modernização das Infraestruturas Educativas de Base;

- Criação das estruturas físicas do Ensino Superior;
- Aumento e melhoria da Oferta de Serviços de Saúde;
- Infraestruturas de Apoio ao Emprego e Formação Profissional;

Subprograma 7: Protecção do Meio Ambiente e Ordenamento do Território

Este subprograma visa: melhorar o aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis; a protecção de saúde pública, melhorando as condições sanitárias; a redução dos níveis de poluição; a salvaguarda e valorização do património natural e paisagístico e contribuir para o desenvolvimento harmonioso das actividades económicas e da estrutura urbana.

Para atingir os objectivos enunciados, o subprograma prevê a execução das seguintes medidas:

- Infraestruturas de Abastecimento de Água;
- Infraestruturas de Saneamento Básico;
- Reforço da Protecção Ambiental;
- Ordenamento do Território.

Subprograma 8: Gestão e Acompanhamento do POP-Madeira

É objectivo deste subprograma executar e acompanhar a implementação do POP-Madeira, com a maior eficácia possível.

Do subprograma fazem parte as seguintes medidas:

- Execução e Acompanhamento;
- Estudos, Publicidade e Promoção;
- Estudos, Acompanhamento, Avaliação e Gestão do Subprograma 5.

A MADEIRA NO QUADRO NACIONAL E COMUNITÁRIO

	MADEIRA	PORTUGAL	CEE
Superfície Km2	795 .9	92 082	2 253 300
População 1985 (1 000 hab)	267 .4	10 185 .1	322 000 (a)
Densidade Km2	336	110	143 (a)
Estrutura étnica - 1985:			(c)
% população 0 - 14 anos	27 .0	24 .0	19 .0
% população 15 - 64 anos	62 .8	64 .2	66 .6
% população com + 65 anos	10 .1	11 .8	13 .5
PIB por sectores. (%) - 1983:	(a)		
primário	19	8	5
secundário	26	38	38
terciário	55	54	57
PIB/habitante:			
Madeira em % do Continente	58 %	100	
Portugal em % EUR - 12		52 .7	100
Índice Sintético	<20	58 .4	100
Taxa de mortalidade infantil - 1986	16 .0	15 .7 (d)	10 .0 (c)
Habitantes/médico	940 .2	386 (d)	...

- (a) 1986
- (b) 1985
- (c) 1984
- (d) Continente

II - DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

II - DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

II - DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

4. ANALISE SUCINTA DA REGIÃO

4.1. Definição do Território

O Programa Operacional abrange todo o território da Região Autónoma da Madeira.

A Região situa-se no Atlântico-Norte, entre os paralelos 30º e 33º de latitude Norte e os meridianos 15º e 17º de longitude Oeste. Fica, aproximadamente, a 800 km de distância da costa africana, a 980 km de Lisboa, para Nordeste, e 850 km do Arquipélago dos Açores, para Noroeste.

É constituída pelas ilhas da Madeira (736,75 km²) e do Porto Santo (42,17 km²), esta a cerca de 20 milhas daquela, e, por dois grupos de pequenas ilhas desabitadas: as Desertas (14,23 km²) e as Selvagens têm (3,62 km²). As ilhas Selvagens situam-se a 280 Km a sul do Funchal e, portanto, já próximo das Canárias.

As Desertas, apesar de ter sido, em tempos, tentada a sua ocupação, continuam desabitadas devido à falta de água e à inacessibilidade à sua parte mais plana.

As Selvagens tem um extraordinário valor ecológico, principalmente no domínio da zoologia. Hoje, estas ilhotas beneficiam de medidas rigorosas de protecção e são local de visita e estudo de várias equipas de cientistas.

A Zona Económica Exclusiva da Região Autónoma da Madeira é de cerca de 400 000 km².

4.2. Organização Político Administrativa

A Região Autónoma da Madeira é uma pessoa colectiva de direito público com poderes legislativos e executivos próprios.

Os órgãos próprios de governo da Região são a Assembleia Regional e o Governo Regional. A nível de autarquias locais existem 11 concelhos e 53 freguesias.

A soberania da República é representada por um Ministro da República, cabendo aos respectivos órgãos o dever de cooperação com os órgãos regionais na prossecução de objectivos de desenvolvimento económico e so-

cial nestas regiões, visando em especial a correcção das desigualdades derivadas da insularidade.

4.3. Caracterização Física do Território

Todas as ilhas do Arquipélago da Madeira são de formação vulcânica e de costas abruptas, sendo muito pronunciadas as profundidades entre a Madeira e o Porto Santo e o grupo das Selvagens as quais ultrapassam, num caso, os 2 500 metros e, no outro, 4 000 metros.

A ilha da Madeira desenvolve-se na direcção ESE-WNW num comprimento máximo de 58 km e numa largura máxima de 23 km. O relevo estende-se na direcção do comprimento, atingindo no ponto mais alto 1 862 m de altitude. A costa é, no geral, constituída por abruptas falésias, dando origem a espectaculares abismos que caem a pique sobre o mar. Só cerca de 11% da superfície da ilha (8 500 ha) tem declive inferior a 16%, encontrando-se 65% da área com declives superiores a 25%.

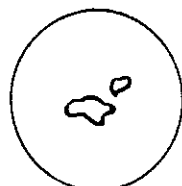
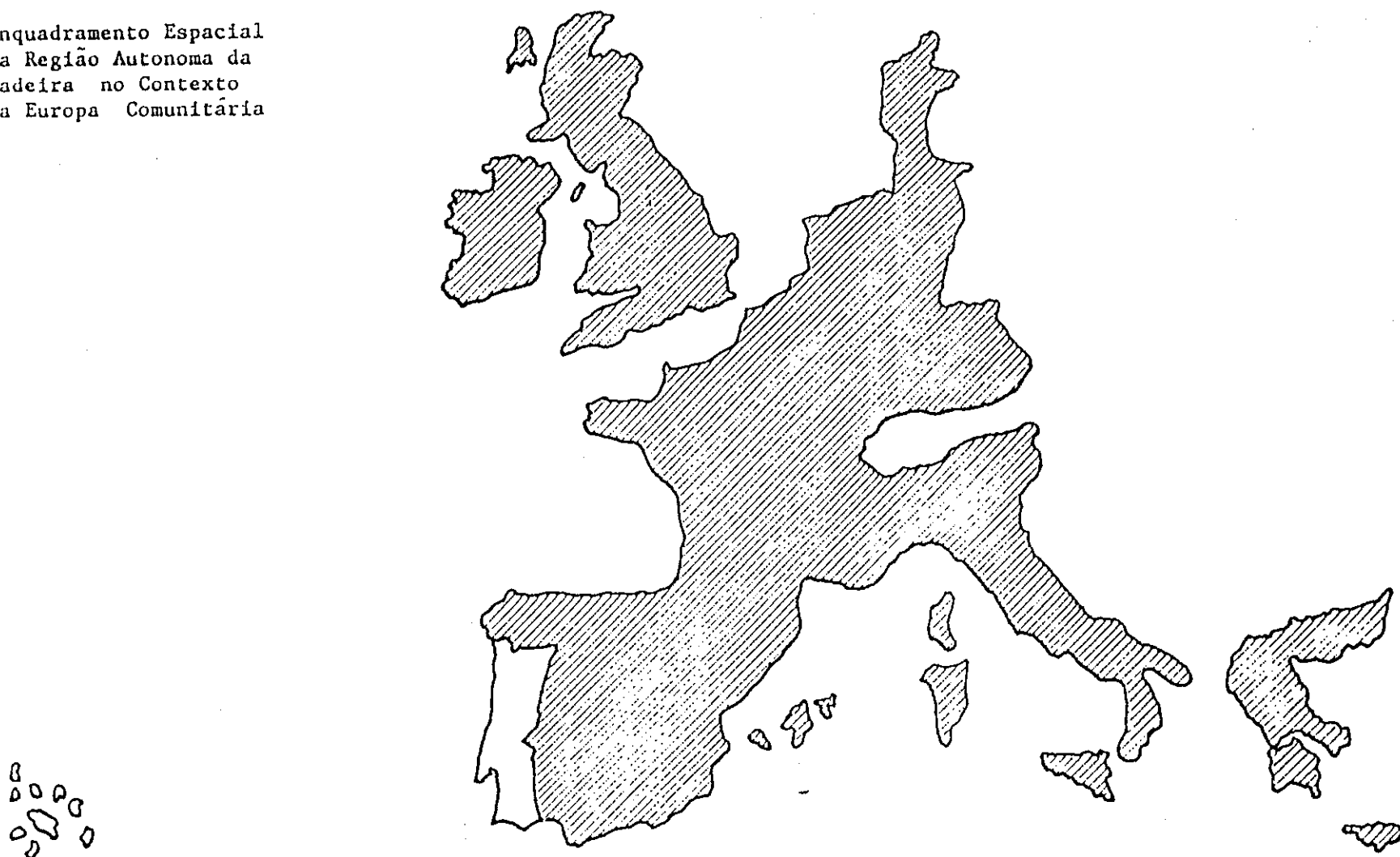
A ilha do Porto Santo é bastante menos acidentada e com maiores áreas planas. Mais de 85% da sua superfície encontra-se abaixo dos 200 m de altitude e a costa sul é constituída por uma extensa praia de areia calcária com cerca de 9 km de extensão.

Um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento desta ilha e, principalmente do seu aproveitamento agrícola, tem residido na permanente escassez de água.

A distribuição da superfície das ilhas da Madeira e do Porto Santo, pelos diversos escalões de altitude, é a seguinte:

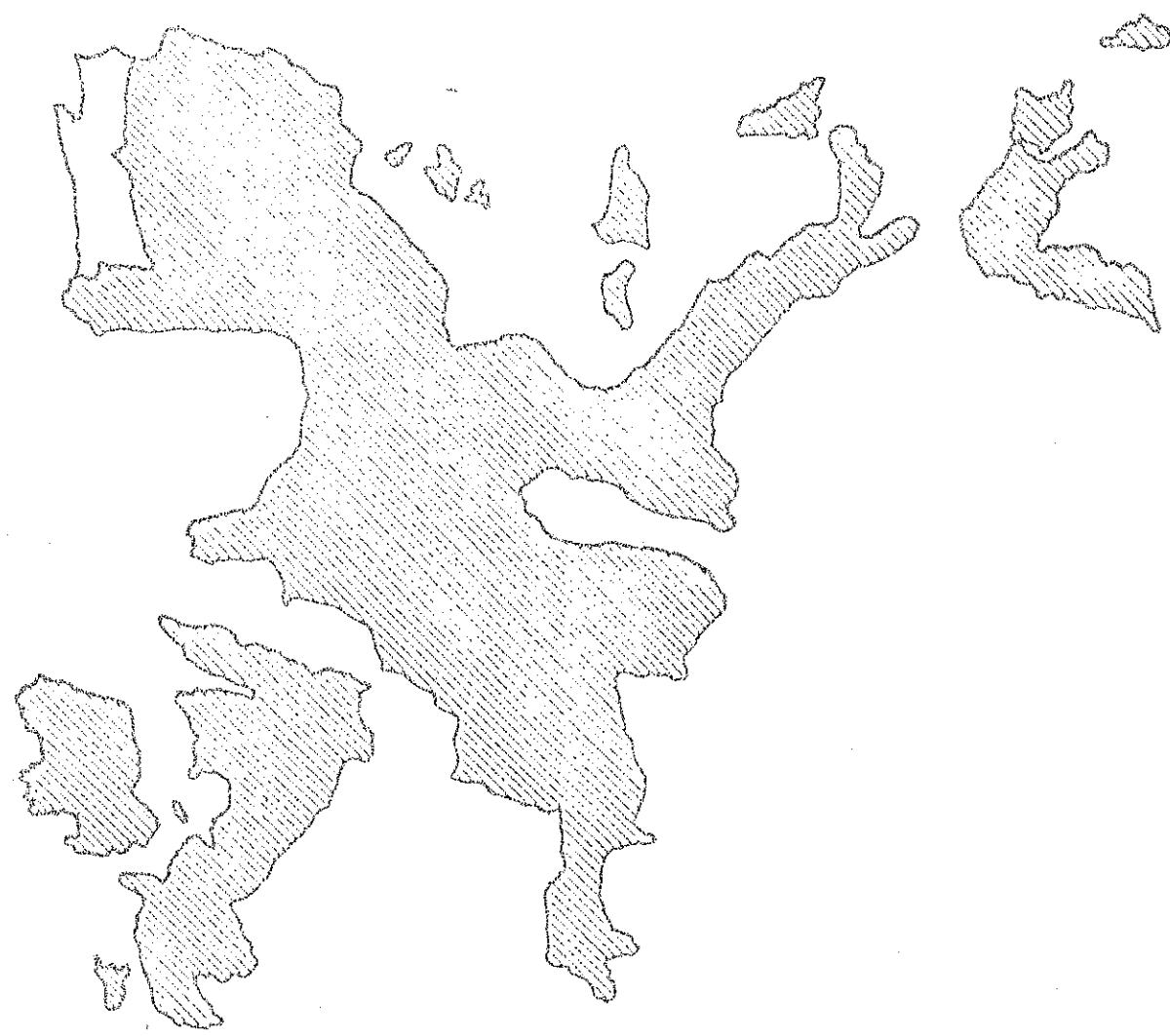
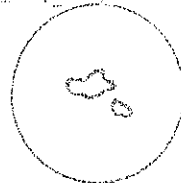
FIGURA 1

Enquadramento Espacial
da Região Autónoma da
Madeira no Contexto
da Europa Comunitária



Região Autónoma
da Madeira

ԳԵՂԱՐՈՒԹՅԱՆ
ԿՈՄԻՏԵՍԻ

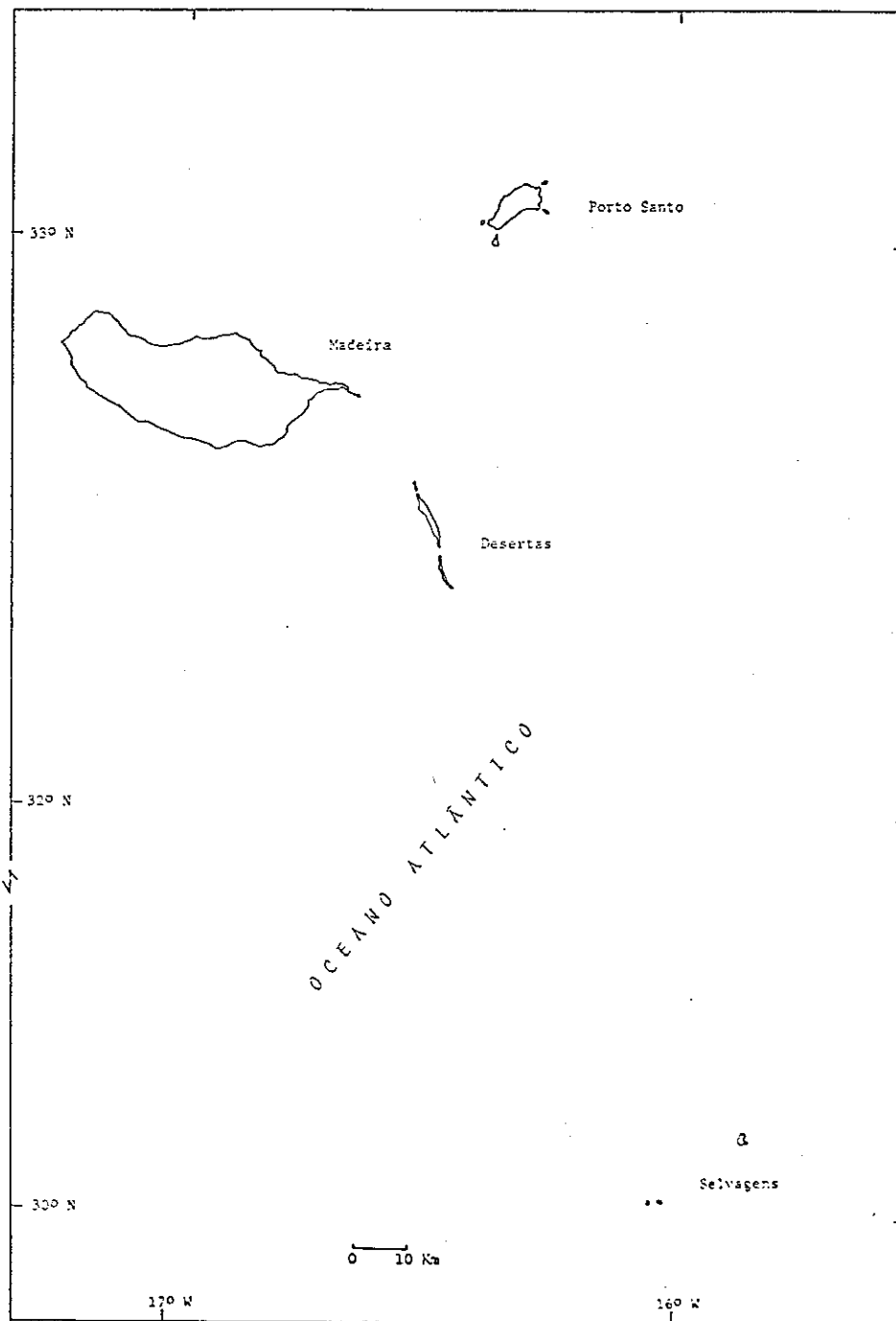


ԳԵՂԱՐՈՒԹՅԱՆ
ԿՈՄԻՏԵՍԻ
ԿԵՆՏՐԱԼ
ԿԱԶՄԱՅԻՆՈՒԹՅԱՆ
ԿԵՆՏՐԱԼ
ԿԱԶՄԱՅԻՆՈՒԹՅԱՆ

ԵՐԱՅԻՄ

FIGURA 2

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

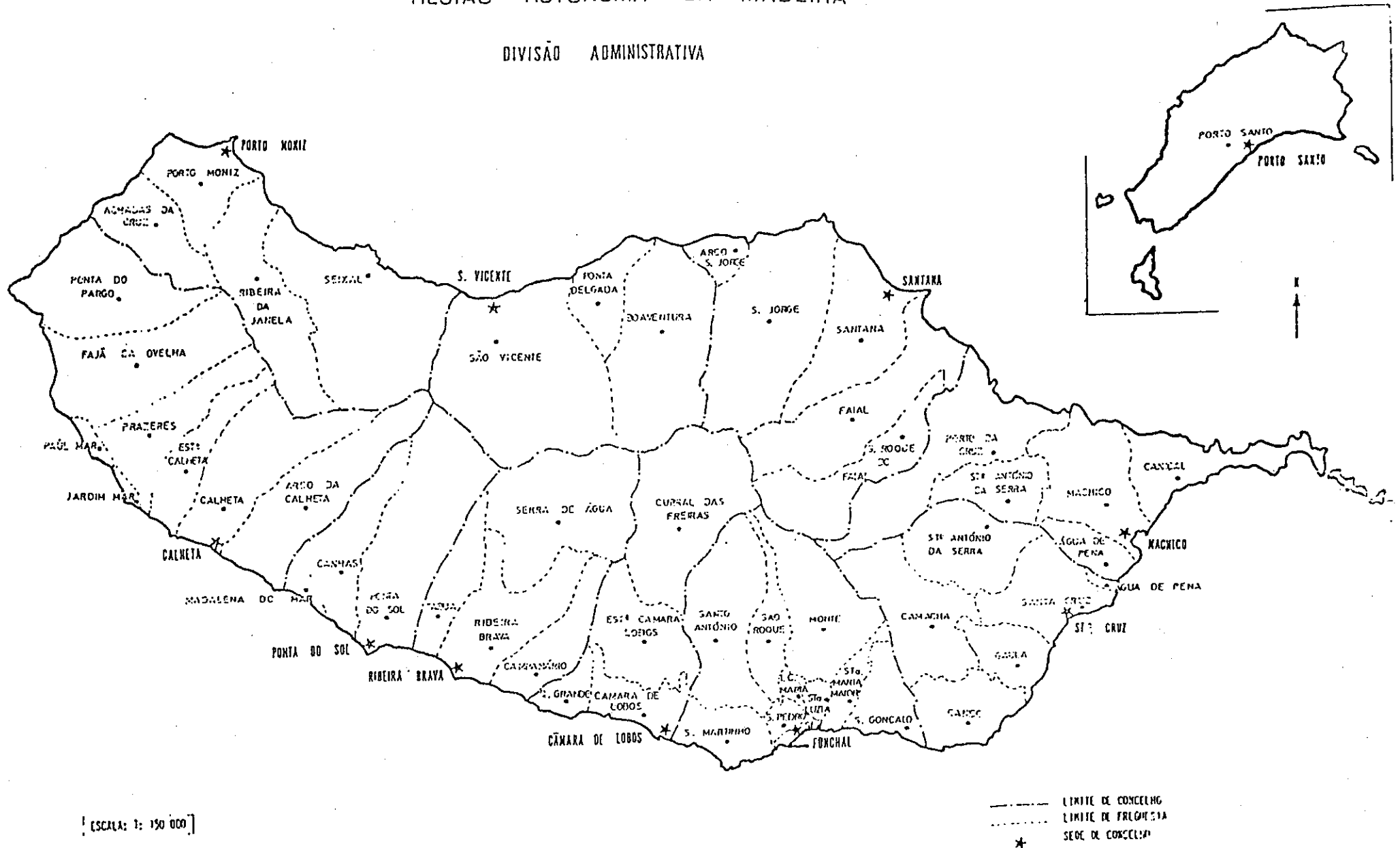


Fonte: Atlas Nacional do Ambiente (esboço de uma carta em elaboração)

FIGURA 3

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA



QUADRO 1

	Madeira		Porto Santo	
	ha	%	ha	%
Até 200 m	7 410	10	3 465	86
De 200 a 700 m	31 575	43	545	14
De 700 a 1 000 m	15 740	21	-	-
Acima dos 1 000 m	18 950	26	-	-

Na ilha da Madeira, a área agrícola e a área social localizam-se principalmente abaixo dos 700 m de altitude. Acima dos 1 000 metros, o clima já não é favorável nem à fixação de famílias nem à agricultura; é, no entanto, aí que há infiltração de chuvas, as quais dão origem às nascentes que vão servir ao regadio das culturas (através de cerca de 200 "levadas", em mais de 1 000 Km de extensão) e ao abastecimento de água às populações.

As principais ribeiras existentes no arquipélago da Madeira têm bacias hidrográficas (em fase de juventude), que vão desde 25,4 km² a 53,4 km² e têm inclinações que variam em média entre 30% nas zonas de montanha e 10% nas zonas urbanas. Têm carácter torrencial, o qual está relacionado com as características orográficas e com as condições climáticas da Região.

Em toda a Região, - que é conhecida pelo seu clima ameno e temperado com pequenas amplitudes térmicas diária e anual, - há variadíssimos microclimas que derivam essencialmente da altitude e da exposição. Interessa fixar que o clima da Região se assemelha ao mediterrânico, "atenuado" pelo Oceano Atlântico, com um período seco pronunciado no Verão (mas não tão acentuado) e com chuvas no período outono-invernal. Nas zonas de menor altitude as temperaturas médias oscilam entre 15°C e 22°C, com amplitudes médias de 6-7°C.

A encosta sul da ilha da Madeira, abrigada pelas montanhas dos ventos predominantes, que sopram de Norte, é mais quente, menos húmida e

pluviosa que a encosta norte, sendo estes alguns dos factores que a tornaram mais propícia à ocupação humana, desde a sua colonização.

QUADRO 2
TEMPERATURA DO AR NO PERÍODO 1951 -1980

Meses e Ano	TEMPERATURA DO AR (°C)				
	Valores Médios			Valores extremos	
	Mês	Máximos	Mínimos	Máximos	Mínimos
Janeiro	15,8	19,0	13,0	25,2	7,5
Fevereiro	15,6	18,9	12,7	26,6	7,3
Março	15,9	19,2	13,0	33,8	7,7
Abril	16,3	19,5	13,3	27,8	9,3
Maio	17,6	20,8	14,6	32,1	10,9
Junho	19,3	22,1	16,4	33,1	12,0
Julho	20,9	24,0	17,9	38,3	14,7
Agosto	21,9	25,4	18,8	38,5	15,9
Setembro	21,7	25,4	18,6	35,1	14,9
Outubro	20,5	24,1	17,6	33,4	13,1
Novembro	18,3	21,8	15,5	29,5	10,6
Dezembro	16,4	19,9	13,6	26,5	8,0
ANO	18,4	21,7	15,4	38,5	7,3

FONTE: Madeira, um tempo para Férias - Observatório meteorológico do Funchal

4.4. Demografia e Povoamento

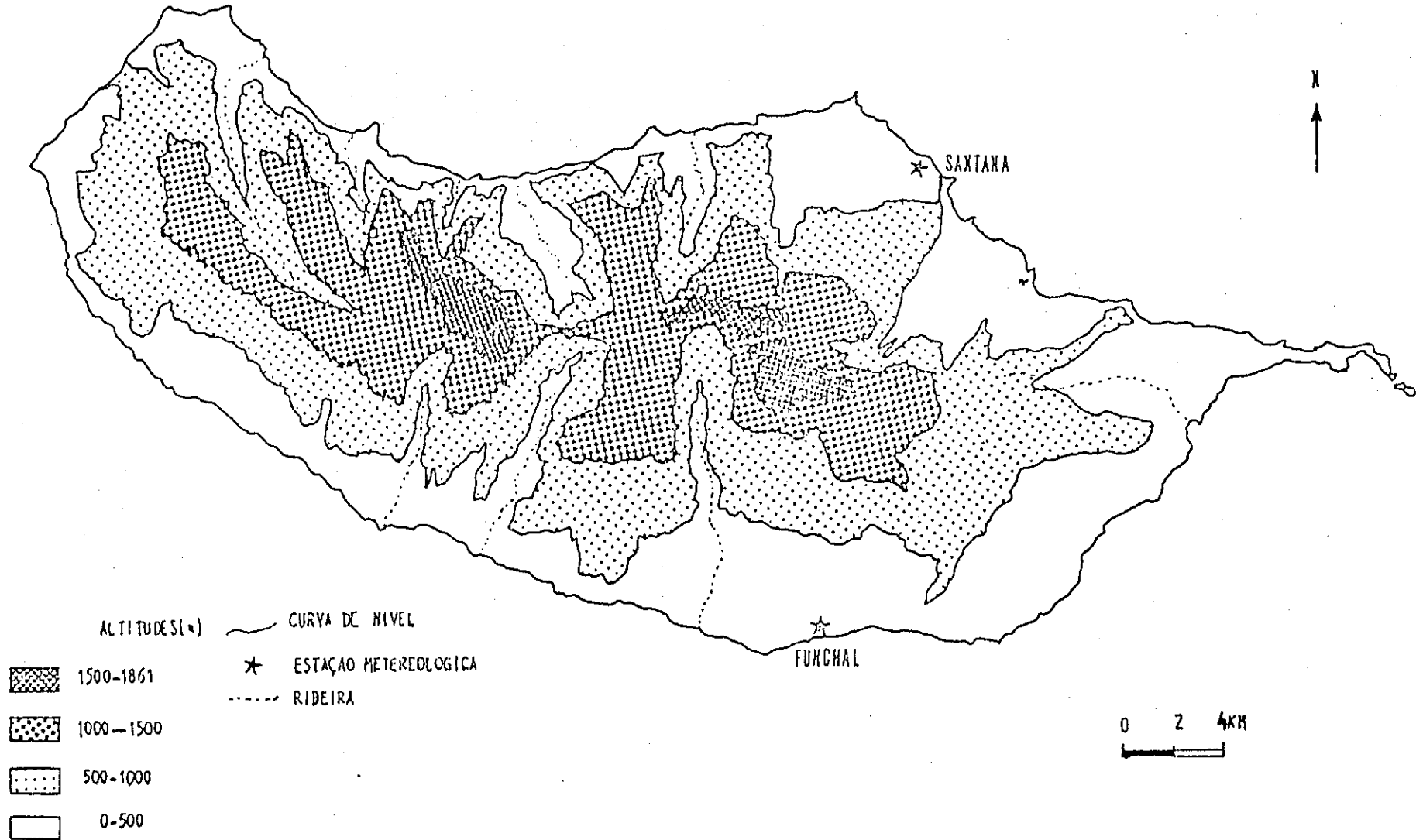
4.4.1. Dinâmica demográfica e perspectiva de evolução da população

A população do arquipélago da Madeira teve nas últimas décadas uma evolução muito irregular em resultado do comportamento dos fluxos migratórios.

FIGURA 5

ILHA DA MADEIRA

MAPA HIPSOMETRICO



Até aos anos 70 a Região foi fortemente repulsiva tendo originado uma forte corrente migratória que teve como principais destinos a Venezuela, a África do Sul e também o Brasil.

Durante os anos 60, o saldo migratório médio anual (negativo) andou pelos 2,7% da população e os residentes na Região sofreram um decréscimo de quase 7%.

Na década de 70, a Madeira não beneficia totalmente da inversão dos movimentos migratórios verificados no país. Reduziram-se, no entanto, os fluxos emigratórios e afluíram à Madeira um número apreciável de retornados das ex-colónias e de emigrantes regressados de outros destinos. O saldo migratório continuou negativo, mas a respectiva taxa anual desceu para 1,7%, e a população do arquipélago registou um ligeiro acréscimo (0,68% contra 13,6% no total nacional).

A tendência para a redução da emigração e aumento do retorno ter-se-à mantido durante os anos 80.

De 1981 para 1986 a população residente na Região terá crescido a uma taxa média anual superior a 1%, devendo situar-se actualmente à volta de 280 mil indivíduos.

A população da Região Autónoma da Madeira é estruturalmente muito jovem, com um índice de envelhecimento de 0,34 em 1981. Isto explica as baixas taxas de mortalidade que a Região apresenta enquanto factores sócio-culturais se conjugam para originar elevadas taxas de natalidade.

Tudo conjugado, uma taxa de excedentes de vida que, embora com tendência decrescente, se situa no dobro da média do Continente, o que, só por si, é suficiente para garantir à Região uma taxa de crescimento natural de 0,5% ao ano.

As projecções da população residente apontam para que a Região tenha um crescimento efectivo anual superior a 1% até ao ano 2000, continuando a população da Madeira a crescer a um ritmo superior ao do conjunto do país.

Verificar-se-à um acréscimo (embora modesto relativamente ao projectado para o todo nacional) do índice de envelhecimento, acompanhado de uma diminuição da relação de dependência. A população com idade inferior a 15 anos decrescerá até 1995 para retomar no quinquénio seguinte e será a população em idade activa que irá no essencial concretizar o crescimento demográfico projectado.

4.4.2. Estrutura de povoamento

Com 326 habitantes por km² em 1981 a Madeira era, à excepção das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, a Região mais densamente povoada do país.

Esta elevada densidade populacional surge agravada pelo facto de 1/4 da ilha da Madeira (acima dos 1 000 metros) ser praticamente desabitada, pela forte concentração da população nas zonas abaixo da cota de 200 metros e por fortes desequilíbrios na distribuição da população mesmo na zona costeira.

A população concentrou-se sobretudo na encosta sul, de menores declives e mais propícia à agricultura. Cerca de 3/4 da população do arquipélago reside na faixa costeira entre Câmara dos Lobos e Machico, em concelhos a que corresponde apenas 35% da área do arquipélago. O concelho do Funchal é, ele só, responsável por 45% da população da Região atingindo a elevada densidade de 1 500 hab/km²

Esta concentração tem tendência a aumentar. De 1970 para 1981 na ilha da Madeira apenas três dos 10 concelhos (Funchal, Machico e Santa Cruz) aumentaram a população, mas o aumento verificado no Funchal foi 8 vezes o do conjunto dos outros dois.

Esta concentração não funciona, no entanto, como um espaço urbano. O habitat da população é, na maior parte do território insular, altamente disperso, e o crescimento populacional dispersa-se por espaços rurais (peri-urbanos) competindo frequentemente com o uso agrícola dos solos e provocando problemas complexos quanto à disponibilização de redes (água, electricidade, saneamento) de serviço às populações.

O povoamento disperso não facilita alternativas à cidade do Funchal no que se refere à localização de equipamentos e serviços, e a cidade não está apetrechada, principalmente no que respeita à infra-estrutura viária, para impedir que surjam problemas de congestionamento a vários níveis. O congestionamento do trânsito está já a provocar problemas de poluição que entram directamente em conflito com o pretendido desenvolvimento turístico.

A concentração na área de influência do Funchal e do aeroporto tem como contrapartida o abandono das outras áreas insulares e em particular da encosta norte. O progressivo abandono destas áreas poderá vir a pôr em causa o actual equilíbrio da paisagem que é, sem dúvida, um dos mais importantes atractivos turísticos.

FIGURA 6

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO, POR CONCELHOS, DE
1970 a 1981

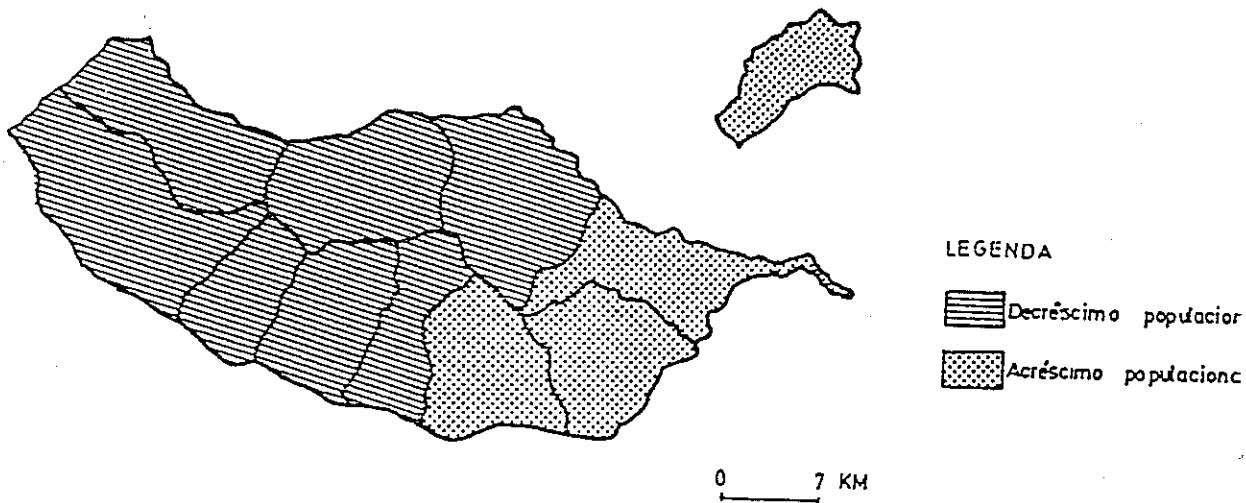
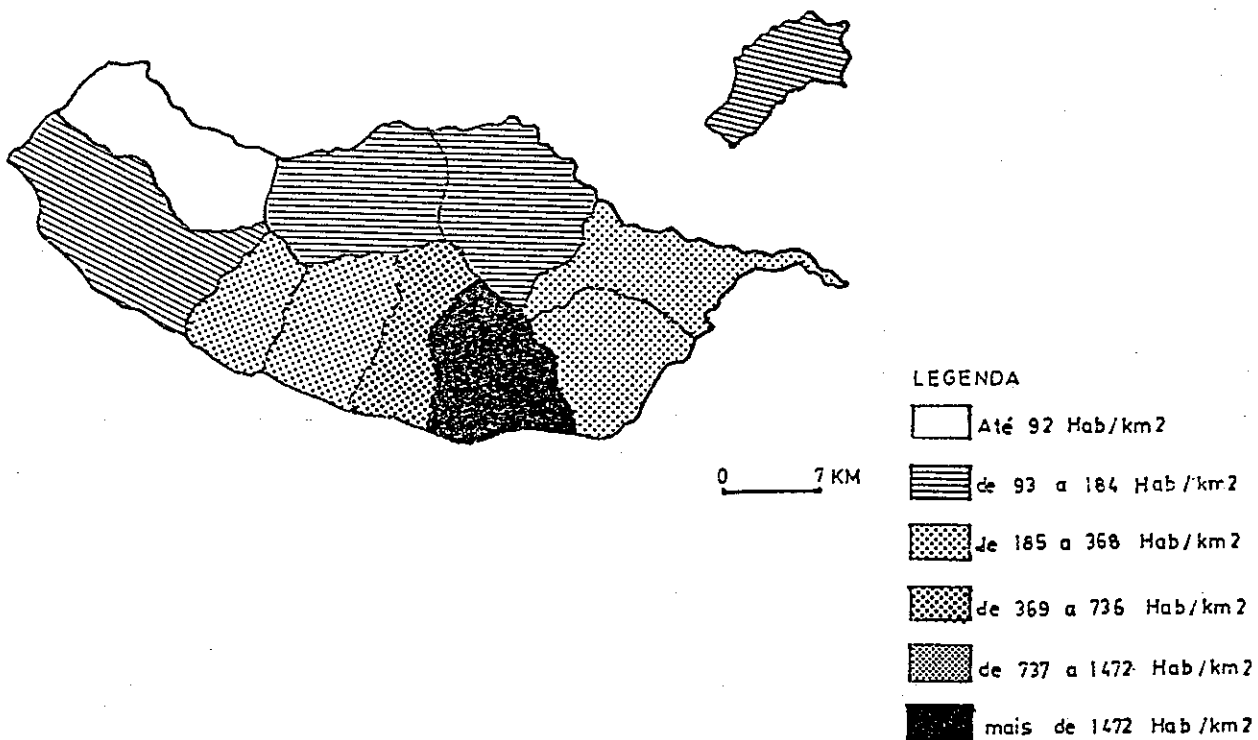


FIGURA 7

DENSIDADE DA POPULAÇÃO, POR CONCELHOS,
EM 1981



A ilha de Porto Santo, com 4 500 habitantes, tem uma densidade populacional baixa no contexto regional, concentrando na Vila Baleira uma grande parte da população.

4.4.3. População activa e mercado de trabalho

A Madeira, em 1981, apresentava taxas de actividade significativamente inferiores à do todo nacional (38.3% contra 42.5%), a que correspondia uma menor taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho.

No entanto, as taxas de actividade vêm revelando uma tendência crescente e a população activa da Região andarà presentemente um pouco acima dos 130 mil individuos.

Trata-se de uma população activa extremamente jovem, com mais de 62% dos activos abaixo dos 40 anos e quase 1/3 abaixo dos 25.

Porém, o seu nível de instrução é extremamente baixo e as qualificações da força de trabalho também revelam uma desvantagem da Região relativamente ao restante território nacional.

As características da economia da Madeira traduzem-se quer na estrutura sectorial dos activos, que se distingue da estrutura nacional por um significativamente maior peso da construção civil e do comércio e hotelaria e por uma menor relevância da indústria transformadora, quer na sua estrutura sócio-profissional onde é relativamente menor o peso dos patrões compensado por uma maior proporção de trabalhadores por conta própria.

As situações de pluriemprego abrangem a maior parte dos trabalhadores agrícolas e as situações de subemprego são comuns a outras actividades, e, em particular, ao artesanato.

A taxa de desemprego em sentido restrito no final de 1988 andaria à volta dos 6% e, no 1º trimestre de 1988, a população desempregada era contabilizada em cerca de 10 mil pessoas. Os pedidos de emprego no fim do ano, que nos anos anteriores apresentavam tendência crescente, situavam-se em 6 809 no final de 1988.

O desemprego registado apresenta como principais características:

- predominância do desemprego feminino, que representa 63% do total registado;

- baixo nível de qualificação, sendo a profissão predominante "empregado de limpeza" para as mulheres e "servente da construção civil" para os homens;
- grande peso do desemprego de longa duração, com 38% dos desempregados nesta situação há mais de um ano;
- cerca de metade dos desempregados são jovens de idade inferior a 25 anos;
- dois terços dos desempregados procuram novo emprego, sendo insignificante o número de homens que procuram o primeiro emprego.

Estes traços indicam, sobretudo, uma situação de inadequação estrutural do perfil de qualificações dos trabalhadores à procura das empresas.

No entanto, é possível que venham a agravar-se os problemas de desemprego. Primeiro, porque se torna necessário começar a atenuar as situações de subemprego, principalmente na agricultura, com o objectivo da elevação do nível de rendimento dos produtores. Em segundo lugar, porque a Região da Madeira tem uma dinâmica demográfica que se traduz numa elevada taxa de crescimento da população em idade activa e numa tendência para a alta da taxa de actividade.

Na primeira metade dos anos 90, as projecções demográficas apontam para um crescimento da população em idade activa à taxa anual de 1,5%. Se admitirmos uma taxa específica de actividade equivalente à do Censo de 1981 (66,3%), a absorção daquele crescimento por forma a não aumentar o nível de desemprego exige a criação líquida média anual de 1 800 empregos.

Estes empregos terão de ser criados nos sectores secundário e terciário onde haverá também que criar postos de trabalho adicionais para absorver parte do subemprego da agricultura.

4.5. Estrutura Económica

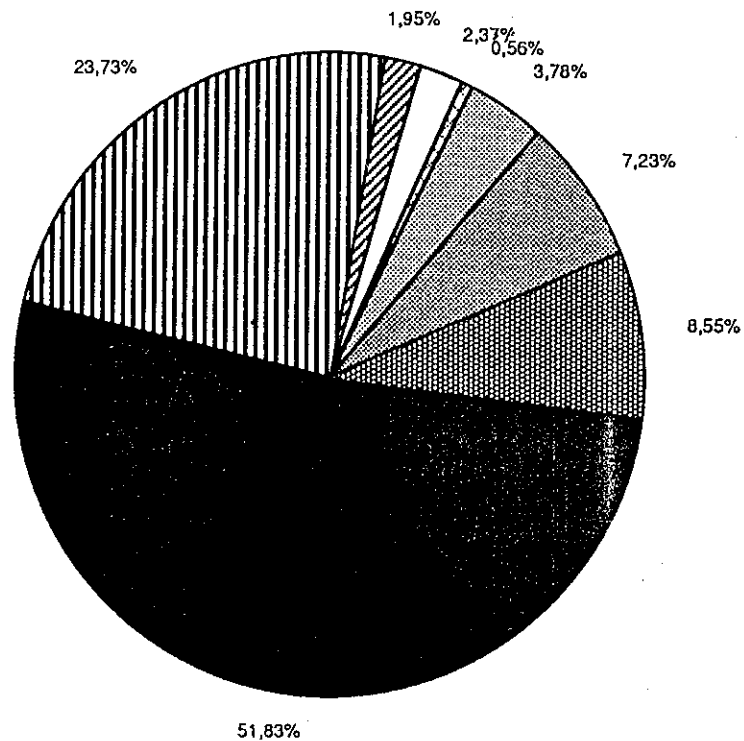
4.5.1. Traços gerais e enquadramento nacional

A Região Autónoma da Madeira apresenta uma base económica pouco desenvolvida cuja estrutura se caracteriza no essencial por:

- fortes distorções na estrutura sectorial do produto, surgindo, relativamente ao conjunto do País, fortemente especializada no comércio, restaurantes e hotéis, na construção civil e nos trans-

FIGURA 8

NIVEL DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA
A EXERCER PROFISSÃO, EM 1981



Cursos Superiores	Cursos Médios	Cursos de índole Profissional	Ensino Secundário Complementar
Ensino Secundário Unificado	Ensino Preparatório	Ensino Primário elementar	Não sabe ler nem escrever

Fonte: INE - XII Recenseamento Geral da População

portes e comunicações (actividades directa ou indirectamente ligadas ao turismo) e também na agricultura;

- elevado grau de abertura ao exterior, forte especialização das exportações e respectivos mercados e grande dependência das importações em produtos estratégicos, embora com alguns sinais positivos de evolução quanto à dependência externa;
- baixo nível de produtividade e de rendimento estimando-se que o PIB per capita se situe em apenas 58% da média do Continente;
- elevado peso do consumo público na procura global, baixo nível de consumo privado, menor propensão média ao consumo e fraco nível de poupança por habitante;
- baixa taxa de investimento, orientada sobretudo para os serviços e marginalizando a indústria e a agricultura.

A grande concentração da actividade económica nos sectores terciário e na construção tem vindo a acentuar-se, aumentando o grau de dependência de actividades muito sensíveis à conjuntura e a vulnerabilidade da economia madeirense. A agricultura está a perder rapidamente o seu peso na economia regional, beneficiando a indústria de um ligeiro aumento mas continuando a ocupar uma posição pouco significativa.

As exportações mais as importações representavam 66% da procura global (média do período 1976-80) da Região.

QUADRO 3

ESTRUTURA SECTORIAL DA ECONOMIA DA REGIÃO

	Activos a exercer profissão em 1981		PIB (estrutura)	
	%	QL (*)	1980	1986
1. Agricultura, Silvicultura e Pescas	22.0	1.14	27.0	18.6
3. Indústria	19.8	0.74	11.9	14.3
4. Electricidade, Gás e Água .	0.9	1.17	1.1	1.5
5. Construção	14.2	1.23	10.9	10.7
6. Comércio, Hóteis e Restaurantes	16.5	1.23	22.6	23.4
7. Transportes e Comunicações	5.2	1.04	7.9	12.7
8. Bancos e Seguros	1.4	0.53	- 3.4	- 1.3
9. Serviços	19.8	0.97	22.0	20.1

FONTE: Recenseamento, 1981
RAM: PDR 1989-93

NOTAS (*) (Eir/Er): (Eip/Ep), onde E - activos com profissão, i - sector, r - região, p - país.

As exportações estão concentradas na banana (42%), nos bordados (16%), no vinho da Madeira (11%) e nas obras de vime (6%). O principal mercado é o resto do país que absorve 59% das exportações regionais. A tendência de longo prazo tem sido para o aumento do peso da banana no total das exportações (este aumento deve ser relativizado pela importância das vendas locais de vinho e flores a não residentes), o que se traduz numa acrescida relevância do mercado nacional (36.6% em 1975, 50.7% em 1980 e 56.4% em 1985).

O turismo é a grande fonte de receitas externas da Região e as receitas do turismo terão ultrapassado já o valor das exportações e saídas de mercadorias.

As importações correspondiam a cerca de 40% da procura global e de 1980 para 1986 registaram um significativo declínio em relação ao PIB. Trata-se no essencial de importação de produtos alimentares (produtos das indústrias alimentares e bebidas -10%, animais e produtos do reino vegetal

4%); de máquinas e aparelhos (13%) com predomínio para os eléctricos; de material de transporte, quase exclusivamente automóvel e peças, (12%); produtos minerais e combustíveis (10%) e produtos químicos (9%). Portugal Continental é o principal fornecedor, assegurando 81% das vendas à Região.

Depois de 1982, as exportações vêm revelando um comportamento mais dinâmico do que as importações. A taxa de cobertura ganhou quase 10 pontos e situava-se, em 1987, à volta dos 28%.

Em 1986 o PIB per capita da RAM situava-se apenas em 58% da média do Continente, o que corresponde à estabilização desta relação desde o início dos anos 80. Após as altas taxas de crescimento registadas no final da passada década, o PIB da Região terá crescido a taxas próximas da média nacional.

Apenas na agricultura a Região consegue produtividades superiores à média do país. A produtividade é particularmente baixa no sector secundário ficando a um nível inferior aos 40% da registada no Continente.

Por outro lado, o baixo nível de rendimento, apesar da importância das transferências externas, implica a limitação, em termos económicos, do mercado regional com a consequente fraca internalização dos impulsos externos. Em 1980/81 a despesa média na Região por unidade de consumo era de apenas 2/3 da do Continente. Em termos económicos a Madeira não representará mais de 1,8% da economia nacional.

Em 1980/81 a receita média da unidade de consumo era na Região de apenas 82% da registada no Continente. Apesar de ter uma menor propensão média ao consumo, o baixo nível de rendimento traduz-se, por um lado, numa depreciação do consumo privado e no consequente empolamento relativo do consumo público e, por outro, num baixo volume de poupança por habitante.

Os dados disponíveis (1976-80) evidenciavam uma formação bruta de Capital Fixo que representava 15% da procura global, bastante inferior ao indicador correspondente para o conjunto do país. O sector público (administrativo e empresarial) era o principal investidor (55%) em resultado do esforço de infraestruturação e de desenvolvimento dos sectores sociais.

Os serviços absorviam mais de 3/4 da FBCF principalmente na Administração Pública, Saúde e Educação (31%), nos Bancos, Instituições Financeiras e Seguros (19%) e no Comércio, Restaurantes e Hóteis (13%). À Indústria Transformadora cabiam apenas 4.4% e à Agricultura 5,3%.

No período mais recente continuou a estagnação da FBCF na indústria e o investimento privado continua a privilegiar os serviços (comércio e

turismo), pelo que para além da necessária dinamização do investimento importa inflectir a sua orientação para uma maior atenção às actividades industriais.

4.5.2. O modelo económico da Madeira

O desenvolvimento económico da Madeira fez-se segundo um modelo agro-turístico que constituiu a melhor adaptação espontânea às especificidades da ilha e ao aproveitamento das suas potencialidades, naturais ou construídas pelo Homem.

A Madeira é uma região insular cujos recursos naturais se resumem ao solo, que o esforço do Homem tornou de elevada fertilidade, e ao clima. Não dispõe de recursos minerais e mesmo os marinhos são reduzidos por não existir plataforma continental. A paisagem, que hoje é um importante recurso turístico, é no essencial resultado da acção humana para tornar a ilha adaptada à prática da agricultura.

Apesar da profusão de microclimas que permitem as mais variadas produções, a escassez de solo e as características orográficas acabaram por impôr uma, sempre muito forte, especialização da agricultura madeirense. Os ciclos económicos por que a região passou corresponderam, nos aspectos mais relevantes, a transformações na sua especialização agrícola.

O solo é um recurso muito escasso e a dimensão das explorações extremamente reduzida. Cerca de 72% das explorações têm menos de 0,5 ha de superfície total e nas poucas explorações de maior dimensão a superfície agrícola útil é no geral reduzida. Nestas condições, a agricultura só é praticável com um uso muito intensivo da terra que se traduziu:

- na importância decisiva assumida pela água que justificou o colossal esforço de construção das "levadas" e continua a ser uma variável estratégica no desenvolvimento regional;
- no recurso a fertilizantes que implicou um modelo específico de pecuária e colocou a vaca num papel de relevo enquanto factor de equilíbrio da exploração;
- na consociação de culturas, em particular da vinha com o cultivo de hortícolas e de tubérculos (semilha);
- na dispersão do povoamento como forma de habitat mais adaptada a uma agricultura intensiva.

Por outro lado, a orografia da ilha impôs que a agricultura seja praticada em socalcos de exíguas dimensões, dificilmente acessíveis e não possibilitando a utilização de animais de lavoura e, muito menos, a mecanização. Acresce que as explorações são muito parceladas, com cerca de 1/3 subdivididas em 6 ou mais blocos.

Tudo isto torna a agricultura "um trabalho penoso, difícil e oneroso", com custos de produção elevados só compensados por produções de alto rendimento e fácil colocação nos mercados externos.

Os cereais, o vinho, a cana-de-açúcar e a banana foram os produtos em que sucessivamente se concretizou a especialização agrícola madeirense. A cana-de-açúcar entrou em rápido declínio (a produção actual é menos de 1/5 da obtida em 1976-1977) e hoje produz-se apenas para satisfazer o consumo local no fabrico de mel (de cana) e de aguardente ou rum. O vinho e a banana representam mais de 30% do produto agrícola e mais de 50% (em 1987) das exportações regionais. A manutenção e convivência destas duas culturas resulta do facto de corresponderem a condições climáticas diferenciadas e, portanto, ocuparem áreas a cotas diferentes. No entanto, só a banana vem aumentando a sua produção e assiste-se à expansão desta cultura para áreas de vinha e outras pouco propícias à obtenção de produtividades competitivas.

Dificilmente se encontraria, nas condições actuais, outra cultura que garantisse um rendimento tão elevado e tão regular como a da banana.

Esta especialização agrícola, baseada em culturas para a exportação (refira-se que o consumo local de banana anda pelos 15% da produção total) e a partir de micro-explorações, teve como consequências necessárias:

- uma forte dependência dos mercados externos dando origem a sucessivos ciclos económicos. A economia da Região encontra-se de novo num momento crítico com as suas duas principais produções agrícolas de novo ameaçadas: a banana porque se aproxima o fim da protecção que encontra no mercado do Continente; o vinho porque está condenado o produtor directo.
- uma grande dependência de produtos alimentares oriundos do exterior.
- a multiplicação de situações de subemprego na medida em que se trata de uma agricultura que exige muito trabalho humano, mas simultaneamente as explorações só têm dimensão para que seja praticada a tempo parcial.

As indústrias dos bordados e vimes acabaram por assumir uma função socialmente importante de absorção parcial do subemprego e de equilíbrio das explorações agrícolas. Não se trata de indústrias no sentido usual do termo. Trata-se, sobretudo de trabalho a domicílio, executado principalmente por mulheres e comandado por casas comerciais, frequentemente dependentes do exterior que fornecem o tecido, no caso dos bordados, e o desenho dos motivos e asseguram o acabamento e a comercialização. Em 1984 havia na região 56 destes estabelecimentos nos bordados, actividade em que trabalhavam cerca de 2 000 trabalhadores em "full-time" e cerca de 25 000 bordadeiras, envolvendo mais de 20% da população activa.

Grande número (perto de metade) de bordadeiras combinam esta actividade com a actividade agrícola, embora seja elevado o número daquelas que não têm outra actividade para além da doméstica. Trata-se de actividades de que resultam baixos níveis de rendimento, sendo muito escasso o número de bordadeiras que conseguem uma remuneração superior ao salário mínimo.

Destas duas indústrias só a dos vimes utiliza uma matéria prima local. De resto aproveitam na Região apenas a força de trabalho.

Os baixos níveis de rendimento e a inexistente integração produtiva das actividades regionais acabaram por deprimir o mercado local e por tornar muito fracos os efeitos multiplicadores a nível da Região. Cada unidade de consumo na Madeira equivalia apenas a 0,66 da unidade de consumo média no Continente e não existem condições para que surjam economias de escala que favoreçam o desenvolvimento industrial.

Acresce que a indústria na Madeira terá sempre uma desvantagem competitiva em resultado do encarecimento das matérias primas e dos produtos destinados aos mercados externos em virtude da natureza insular da Região.

Além das tradicionais, as indústrias instaladas na Região (alimentação, bebidas e tabaco principalmente) destinam as suas produções ao mercado interno e são no geral de pequena dimensão. Só duas ou três empresas industriais tiveram em 1987 um volume de negócios superior a 1 milhão de contos. À cabeça das empresas industriais surgem as moagens, o tabaco e a produção de cerveja. Trata-se, no geral, de produtos que "viajam mal", em virtude dos custos de transportes ou fácil deterioração, e que respondem à procura local.

Exceptuando as indústrias das bebidas, dos bordados, dos curtumes e das químicas, os vários ramos da indústria transformadora têm vindo a reduzir o seu volume de produção.

A indústria transformadora representará à volta de 14% do PIB regional.

O turismo desenvolve-se a partir de dois produtos fundamentais: a beleza da paisagem (fortemente associada com a paisagem agrícola) e a amenidade do clima. O facto da Madeira ocupar uma localização privilegiada nas rotas marítimas foi também decisivo para o desenvolvimento turístico. O turismo sofre um grande impulso durante o início dos anos 70 com a expansão da capacidade de oferta, continuando o número de dormidas a subir, embora irregularmente, nos anos 80 (18% entre 1980 e 1986). Trata-se de uma actividade que impulsionou grandemente a economia madeirense, principalmente a construção civil e o comércio. Apesar de representar uma importante aquisição local de produtos regionais (vinho, flores, vimes), grande parte das suas receitas são drenadas para o exterior.

A estrutura económica da Região Autónoma da Madeira é, deste modo e em primeiro lugar, a forma de equilíbrio possível entre as difíceis condições de prática da agricultura e a sua orientação para o mercado externo e, depois, um aproveitamento de factores que o esforço de "conquista da terra" criou para o desenvolvimento de outra actividade (o turismo) também ela orientada para mercados externos.

Em segundo lugar e em contrapartida, trata-se de uma economia com uma malha de relações intersectoriais muito rarefeitas, o que implica baixos multiplicadores regionais e a drenagem para o exterior de uma boa parte dos impulsos à economia pela via da procura. Refira-se, como demonstração, que, apesar do bom comportamento que têm tido as actividades "básicas" (*) - turismo, banana, bordados e vinho - e a construção civil, não houve aproveitamento destes impulsos pela indústria e agricultura que tiveram, salvo as excepções referidas na indústria, uma evolução negativa.

Tudo isto significa que o modelo económico da Região Autónoma da Madeira contém em si mecanismos de auto-reprodução, com a exiguidade do mercado a impedir a densificação da malha produtiva, o que por sua vez impede que a Região internalize os estímulos da procura externa e o consequente alargamento do mercado.

(*) No sentido da teoria da base económica de exportação o desenvolvimento da Região exige a ruptura com este modelo, para o que pressupõe uma actuação mais eficaz do lado da oferta, para o que já foram dados alguns passos significativos no domínio industrial e dos serviços e existem programadas acções na área agrícola.

4.5.3 Caracterização sectorial

4.5.3.1. Agricultura

O sector agrícola, apesar dos estrangulamentos estruturais que, presentemente, o penalizam, tem um peso muito significativo no Produto Interno Bruto Regional, com valores próximos de 22,6% em 1980 e, segundo estimativas recentes, de 18% em 1986.

A actividade agrícola é fortemente condicionada por factores físicos. Em cerca de 65% da superfície territorial da Ilha da Madeira não é possível a prática agrícola, por razões que se prendem com o elevado declive (superior a 25%). Esta situação é agravada com a distribuição da área pelos diversos escalões de altitude: cerca de 26% da superfície territorial localiza-se acima dos 1 000 m.

A distribuição da área por altitudes e a orografia específica da Ilha originam custos e dificuldades à actividade agrícola, nomeadamente no que concerne à mecanização, aproveitamento de economias de escala e à implementação de infraestruturas.

A Ilha do Porto Santo apresenta uma morfologia relativamente suave, com solos geralmente arenosos e areno-argilosos de ph neutro a alcalino e com fortes carências de água.

A superfície, agro-florestal da Região não ultrapassa os 35 000 hectares e a Superfície Agrícola Útil não vai além de 1/5 do território.

A área agrícola da Região, de acordo com os valores do Recenseamento Agrícola de 1986, estava assim distribuída:

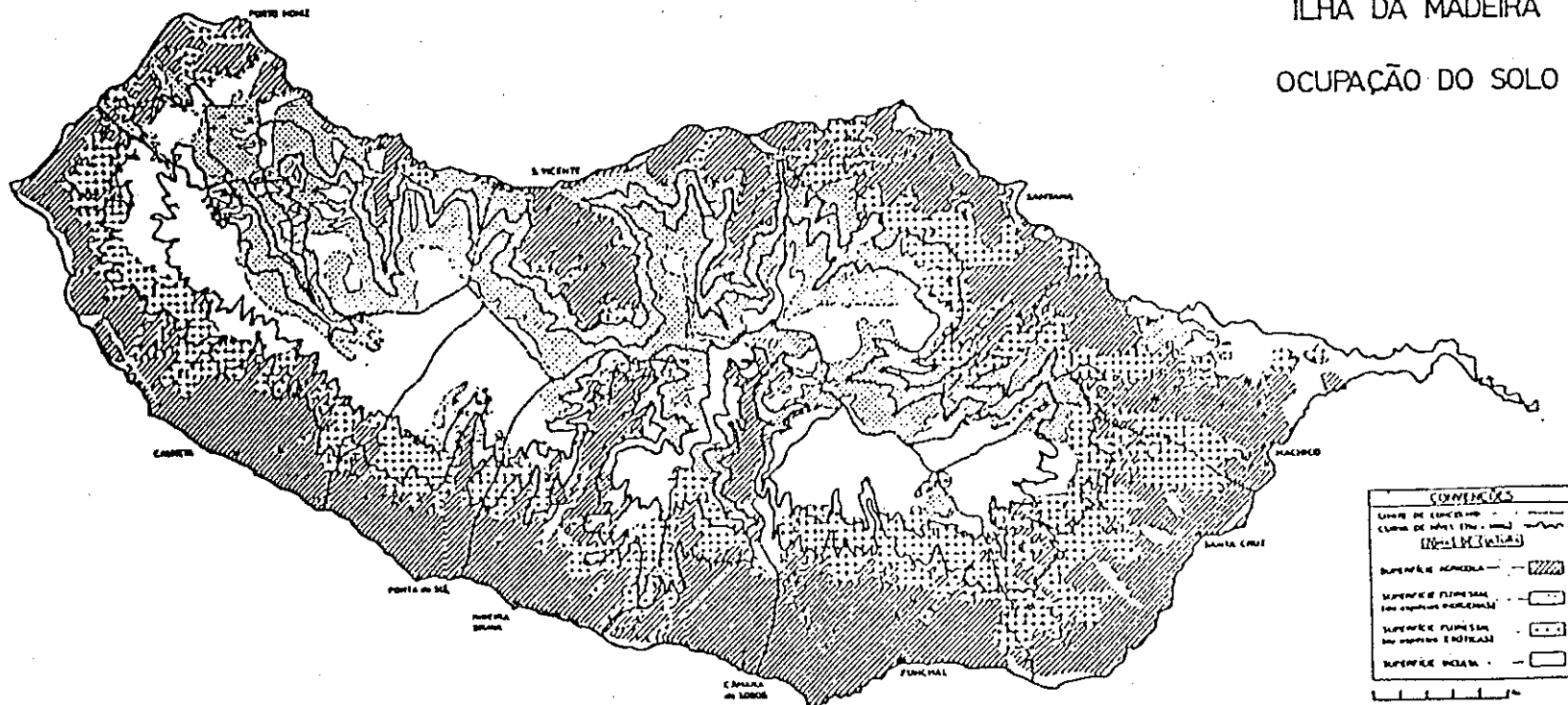
Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	7 522,5 ha
Superfície Irrigada	6 808,4 ha
Matas e Florestas	23 461,4 ha
Matos e Incultos	2 623 ha

A dimensão das explorações é muito pequena e estas encontram-se muito fragmentadas por um elevado número de blocos, sustentados, frequentemente, por paredes de pedra construídos ao longo de gerações, de difícil acesso e onde não é possível a mecanização.

De acordo com o Recenseamento Agrícola de 1986, das 23 748 explorações agrícolas recenseadas, 83% tinham uma superfície agrícola utilizada (SAU) inferior a 0,5 ha e, ocupando 70% da superfície total 95% das

FIGURA 9

ILHA DA MADEIRA
OCUPAÇÃO DO SOLO



explorações tinham uma SAU inferior a 1 ha. Apenas 24% das explorações é constituída por um só bloco, cerca de 31% têm mais de 6 blocos, e em média cada exploração tem 5 blocos.

Predominam na Região explorações agrícolas de carácter familiar. Em 39% das explorações utiliza-se exclusivamente mão-de-obra familiar, em 93% mão-de-obra predominantemente familiar e, apenas 0,6% das explorações podem ser consideradas "patronais puras". Em 99% dos casos é o produtor quem dirige a exploração. Mas perto de 70% dos produtores individuais dedica menos de 50% do seu tempo à exploração e 48% tem outra actividade remunerada.

A população agrícola apresenta uma estrutura etária envelhecida: cerca de 60% das explorações são dirigidas por empresários de idade superior a 55 anos, enquanto 34% têm mais de 65 anos. Perto de metade dos empresários agrícolas eram analfabetos, cerca de 25% tinham frequentado o ensino primário e apenas 0,2% havia frequentado o ensino secundário ou superior.

Embora caracterizada por uma estrutura fundiária e empresarial muito incipiente e sendo praticada na maioria das explorações uma agricultura de subsistência e autoconsumo, (em 15% das explorações produzia-se exclusivamente para auto-consumo e em 36% vendiam-se produtos de valor insignificante) a actividade agrícola gerava em 1986, directa ou indirectamente, cerca de 60% das exportações regionais (para o estrangeiro e resto do País), constituindo a banana, o vinho licoroso, o vime e as flores os principais produtos.

Na agricultura madeirense as explorações agro-pecuárias são, também, na sua grande maioria, de pequeníssima dimensão: Em 1986, cerca de 91% das explorações agrícolas com gado bovino (6 441) possuíam apenas uma ou duas cabeças e só 9% tinham mais de 3 cabeças. A deficiente estrutura das explorações, aliada ao elevado custo das rações (obtidas, em grande parte, com recurso ao exterior) tornam insuficiente a produção de carne de bovino e de leite e colocam a estas produções problemas de competitividade. Relativamente a gado suíno, cerca de 79% das 10 366 explorações que o possuíam tinham apenas um animal e 14% tinham dois animais, mas neste ramo já havia algumas boas e modelares explorações do tipo "industrial" com uma capacidade média de 200 reprodutoras. Na avicultura, existem explorações de bom nível, capazes de satisfazer a procura local em carne de frango e em ovos.

A produção agrícola assenta essencialmente na banana, no vinho e nos produtos horto-frutícolas. Na sua contribuição para as exportações (mais 50% do total) pesam ainda, além da banana e do vinho, os vimes e as flores.

A banana, embora sendo apenas a terceira cultura em termos de área, registou nos anos de 1986 e 1987 uma produção de cerca de 50 000 toneladas, contribuindo com 20% para o PAB da Região e assegurando só por si mais de 1/3 das exportações regionais.

A sua produção tem vindo a aumentar desde 1980, principalmente à custa da expansão da sua cultura para terrenos pouco propícios pela exposição ou altitude.

O vinho representará cerca de 10% do total do produto agrícola mas é a segunda mercadoria exportada pela região com um quantitativo que se situa anualmente um pouco acima dos 3 milhões de litros. A sua produção incide principalmente nos concelhos de Câmara de Lobos, S. Vicente, Santana e Porto Moniz, quase sempre em consociação com outras culturas.

Na superfície agrícola da ilha da Madeira dominam as culturas hortícolas, os cereais, as culturas frutícolas e os produtos da floricultura. A área hortícola e de cereais está actualmente em grande parte abandonada devido à falta de pessoal que a trabalhe, aos custos de produção e, no caso dos hortícolas, por carência de estruturas que garantam um cabal aproveitamento das produções. Nos produtos hortícolas há a destacar a produção de batata (semilha) e batata-doce que constituem um importante componente da alimentação da população madeirense.

A produção hortícola tem-se mantido mais ou menos estável mas algumas culturas (cebola, tomate) revelam uma tendência claramente decrescente.

Na produção frutícola, para além da banana, merece destaque a produção de maçã que, depois de um salto muito positivo no início da década, tem vindo a oscilar com sentido decrescente nos últimos anos. Os citrínos, os figos e as peras são outros frutos de menor peso económico.

Os frutos sub-tropicais são ainda produções de fraco significado no PAB (apenas 7% da produção da fruta), mas apresentam boas perspectivas quanto à comercialização externa e, com alguns apoios, vêm crescendo as plantações de abacateiros, anoneiras e mangueiros. A anoneira tem sido a preferida e revela uma excelente adaptação ecológica às condições da ilha. As exportações destes produtos são ainda uma parcela muito reduzida da produção total e só em 1987 deram um salto significativo. O maracujá, com grande interesse económico, começa a ter a sua expansão limitada por insuficiência da indústria transformadora.

O sector da floricultura ocupa uma área ainda relativamente pequena (40 ha). Em 1986, apenas 211 explorações se dedicavam principalmente à floricultura ao ar livre e 64 à floricultura em estufa. As exportações

deste produto encontram-se limitadas pelo estrangulamento a nível de transporte de carga no aeroporto do Funchal, mas têm vindo a aumentar. As principais espécies produzidas são as orquídeas diversas, os antúrios (com tendência para subir), as estrelícias (com tendência para descer) e, mais recentemente, as proteas.

A cana-de-açúcar (uma cultura tradicional na Madeira) entrou em declínio muito rápido a partir de 1980. A produção em 1987 era de apenas 1/4 da registada no início da década. No entanto continua a merecer interesse para a produção de aguardente ou rum e mel, cuja procura no mercado local é ainda muito significativa e de certo valor económico.

Na perspectiva do desenvolvimento futuro são distintas as potencialidades de cada uma destas produções.

A situação previsível do mercado da banana é o de uma concorrência acrescida se desaparecer a protecção de que goza actualmente no mercado nacional. A banana da Madeira tem melhor sabor e aroma mas a de países como as Honduras, Equador, Costa Rica ou Colômbia chega a Lisboa a preços mais baixos e com melhor apresentação. Deste modo as áreas de menor produtividade terão de ser reconvertidas, o que poderá vir a abranger uma área de 500 ha.

Quanto ao vinho, mais de 50% da superfície vitícola assenta em castas de má qualidade vinícola, nomeadamente híbridos produtores directos, que só podem manter-se por um período transitório e relativamente curto por força dos regulamentos comunitários.

As perspectivas no domínio da horticultura, fruticultura e floricultura são positivas caso sejam implementados os projectos que removam os estrangulamentos principalmente a nível de comercialização.

Porém, há que ter em conta que o interesse de algumas actividades para a Região não é exclusivamente determinado pelo produto que delas se obtem. É nomeadamente o caso da floresta e da produção de leite cujo principal papel é o de garantir o equilíbrio ecológico e da paisagem humana da Região.

A superfície florestal está essencialmente vocacionada para a obtenção de benefícios indirectos, tais como a melhor regularização do regime hidrológico, melhor defesa contra a erosão, protecção da natureza e sobrevivência de algumas espécies vegetais e animais, interesse turístico, paisagístico e científico da vegetação natural. No entanto, é possível aumentar a exploração comercial da floresta.

Igual função equilibradora foi assumida historicamente pela produção de bovinos para leite.

Trata-se de permitir a sobrevivência das pequenas explorações, assegurando assim a ocupação humana de vastas zonas da ilha, na medida em que a vaca garante uma prestação pecuniária regular, fundamental ao complemento dos fracos rendimentos do agregado doméstico, e era um importante produtor de fertilizantes da terra.

A suinicultura é o ramo da pecuária de maior crescimento e em franca expansão. A maior parte dos produtores têm apenas 1 animal mas 50% da produção é obtida em explorações tipo "industrial" com uma capacidade média de 200 reprodutores. Na avicultura existem explorações de bom nível capazes de satisfazer, embora com oscilações, a procura local de carne de frango e ovos. A produção de carne de ovino e caprino é bastante reduzida; o número de cabeças de ovinos sofreu, de 1977 para 1987, uma redução de quase 50% enquanto o número de caprinos estabilizou. Encontra-se aqui uma situação que é necessário inverter, de a Região marginalizar produções pecuárias em que tem boas potencialidades.

QUADRO 4
PRINCIPAIS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS

Produtos (Unidades)	1977	1987
Banana (t)	25 514	49 917
Batata (t)	33 703	47 811
Batata Doce (t)	60 000	25 642
Cebola (t)	3 872	2 648
Tomate (t)	1 262	938
Feijão (t)	2 466	2 298
Vaginha (t).....	201	399
Inhame (t)	600	562
Mosto (hl)	115 728	72 226
Pero para Sidra (t)	594	1 067
Cana de açúcar (t)	35 390	5 525
Vimes (t)	5 905	5 623
Anona (t)	400	630
Abacate (t)	500	900
Papaia (t)	600	600
Maracujá (t)	200	280
Morango (t)	150	200
Carne de Frango (t)	1 311	1 841
Ovos (1 000)	16 241	24 148
Abate gado p/cons. (t)	2 103	2 608

FONTE: Serviço Regional de Estatística da Madeira (SREM)

Em síntese, a agricultura madeirense apoia-se presentemente em duas culturas viradas para a exportação (a banana e o vinho que representam conjuntamente perto de 1/3 do PAB regional) e numa multiplicidade de produtos agro-pecuários destinados ao mercado local. Neste quadro, estão a emergir, com boas perspectivas futuras no mercado externo, os frutos subtropicais, a produção de flores exóticas e a horticultura de primores. Algumas produções para auto-consumo têm, no entanto, um interesse particular para a Região pelas suas relações com a manutenção do equilíbrio ecológico e paisagístico da ilha, enquanto outras, pelo contrário, tendo grande interesse económico, podem ser conflituosas com aqueles valores.

Na Ilha do Porto Santo a agricultura é dominada pela uva de mesa, pela policultura hortícola e pelos pastos naturais.

Para além das condições naturais - que apenas tornam compensadoras culturas de elevado rendimento, existem outros domínios que poderão ser criadores de potencialidades ou geradores de graves estrangulamentos ao desenvolvimento da agricultura. Alguns deles, pela sua importância, assumem carácter estratégico.

O clima da Madeira, do ponto de vista da temperatura é favorável à produção de uma enorme variedade de espécies agrícolas, mas é caracterizado por um longo período de seca no Verão. Deste modo, a água é um factor fundamental (e uma potencialidade) ao uso intensivo do solo que se faz na Região. Para que a superfície irrigada não sofra diminuição, tornam-se, indispensáveis novas captações e grandes obras de beneficiação, de reforço de zonas em risco de ruína e de impermeabilização dos canais.

É possível obter aumentos significativos da produção por hectare se puderem ser melhoradas as condições de rega, quer no que respeita a quantidade de água, quer à periodicidade da rega.

A exígua dimensão das explorações, as suas más condições de acessibilidade, as generalizadamente deficientes condições de acessibilidade a nível da Região, a inexistência de infraestruturas físicas para o armazenamento e conservação dos excedentes agrícolas e a falta de organização dos produtores estão na base de grandes estrangulamentos ao nível da recolha e comercialização dos produtos agro-pecuários.

É nas produções hortícolas, florícolas e nalgumas produções frutícolas que se encontram os maiores problemas de comercialização. A dispersão da oferta, a falta de organização dos agricultores, as deficientes condições do acesso ao principal mercado fazem com que a relação produtor/mercado se faça fundamentalmente, através do intermediário que é tão importante para os produtos agrícolas como para os seus inputs.

Os produtos são vendidos mal acondicionados e sem normalização e as embalagens utilizadas desperdiçam capacidade de carga e originam a deterioração dos produtos. Não existem centros que concentrem a produção e orientem a sua comercialização. Não há estruturas físicas que possibilitem o armazenamento e conservação dos excedentes agrícolas, de modo a permitir a melhoria do grau de auto-abastecimento da Região e o aproveitamento das potencialidades da Região noutras produções, como sejam os primores hortícolas.

Também na comercialização dos produtos da pecuária se verificam situações de deficiência que importa ultrapassar.

A agricultura poderá ser o motor de desenvolvimento de indústrias a montante e proporcionar o desenvolvimento de indústrias que utilizem inputs agrícolas e valorizem as produções locais.

4.5.3.2. Pescas

Sendo a Região Autónoma da Madeira um arquipélago (cerca de 400 000 Km² Z.E.E.) permite à partida supor uma relativa importância do sector das pescas dentro da estrutura produtiva da Região. No entanto, as condições naturais envolventes não são muito favoráveis e a contribuição do sector para o PIB regional no período compreendido entre 1980 e 1986 foi de apenas 1% em média.

A produção está concentrada em quatro espécies: tunídeos, peixe espada-preto, chicharro e cavala, estes últimos de valor comercial baixo. Existem ainda capturas de outras espécies demersais que contribuem entre 10% e 15% para o conjunto da pesca descarregada.

A elevada concentração da produção torna esta actividade muito sensível às variações de capturas numa daquelas espécies. Na década de 80 assistiu-se a uma alteração dos padrões de exploração, nomeadamente o alargar das áreas de exercício da actividade, a adopção de soluções de tipo polivalência e a introdução da pesca costeira de cerco para pequenos pelágicos, resultando daí uma evolução global positiva da produção.

Cerca de 90% da produção é descarregada no porto do Funchal, sendo o restante noutros pequenos portos da Região. Refira-se, a propósito, que a fuga à lota do pescado não assume valores preocupantes (cerca de 10%) o que é devido em parte à orografia da Região, não obstante os fracos meios de fiscalização.

A produção teve um aumento significativo relativamente ao início da década para estacionar no período 1985/87.

A maioria da produção tem por destino o mercado regional, podendo assumir duas formas: consumo em fresco ou a transformação industrial (conservas de peixe). Ao nível da transformação industrial as empresas do sector laboram as espécies dos tunídeos e da cavala, debatendo-se de uma maneira geral com problemas de regularidade de aprovisionamento da matéria-prima e estando a sua recuperação dependente da solução deste problema. No entanto, nos anos 80, vem-se registando uma evolução positiva na pesca dos tunídeos.

A variável exportação não assume grande significado, sendo a Região deficitária em produtos da pesca.

A frota pesqueira da Região é constituída, no geral, por embarcações de pequena dimensão (82% das embarcações tem TAB inferior a 5 toneladas) podendo ser dividida em 5 grupos: frota atuneira, frota do espada-preto, frota dos pequenos cercadores, frota dos demersais e frota do alto.

Exceptuando a frota do largo (3 embarcações recentes) predominam as embarcações com pouca autonomia, com insuficiente equipamento auxiliar de navegação e de detecção e com deficientes condições de habitabilidade, de segurança e de conservação do pescado a bordo. Apesar de tudo, recentemente têm-se verificado melhorias graduais na frota persistindo, no entanto, inadequação e subdimensionamento da mesma para explorar o potencial de recursos das águas da Região, sobretudo de tunídeos.

Este cenário, quando combinado com o número de pescadores matriculados na Região (em 1987 era de 1 665 representando cerca de 1,4% da população activa da Região), gera baixos níveis de produtividade média por pescador, que de acordo com os dados de 1987 era de 3,99 toneladas/pescador, na Região, face aos 10,6 toneladas/pescador registados no País.

Apesar da população activa jovem ter vindo a crescer dentro do sector, beneficiando, em grande parte, de acções de Formação Profissional, os recursos humanos apresentam, no geral, um nível de escolaridade e de qualificação profissional insuficientes.

As infraestruturas de apoio à pesca, não obstante o que se tem vindo a realizar (serviços de apoio, laboratório, entreposto frigorífico, postos de vendagem), não são ainda suficientes. As principais limitações verificam-se a nível de capacidade dos estaleiros de apoio à frota dos locais adequados à varagem das embarcações, à concentração do desembarque no porto do Funchal (não é um porto de pesca e encontra-se já congestionado). Em termos de infraestruturas de comercialização, a situação é, genericamente, melhor apesar de algumas lacunas a nível de postos de recepção e equipamentos de conservação de pescado.

A nível dos recursos haliêuticos, considera-se insuficiente o conhecimento das reais potencialidades e limitações de recursos na Z.E.E. da Região. No entanto, tendo em conta a experiência dos profissionais do sector e o conhecimento adquirido através das actividades de investigação científica aplicada às pescas, é possível considerar que, embora a Z.E.E. da Madeira não seja, de modo algum abundante em recursos haliêuticos, não estão esgotadas as potencialidades e possibilidades de exploração da mesma. Algumas das espécies tradicionalmente capturadas podem registar um aumento nos respectivos níveis de produção e existem espécies em subutilização ou não exploradas, actualmente, em termos comerciais.

FIGURA 11

TOTAL DA PESCA DESCARREGADA NA
RAM 1960-87

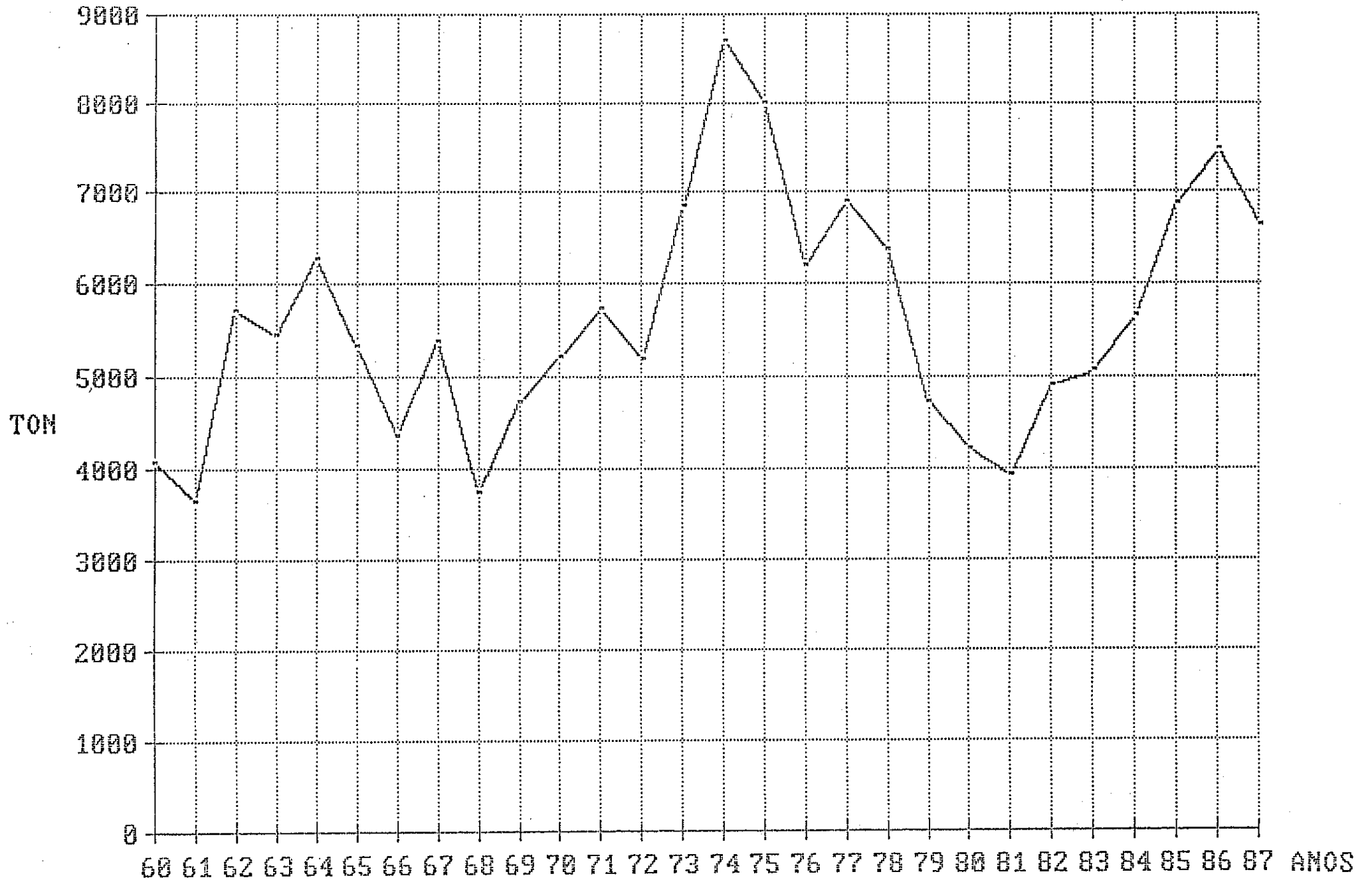
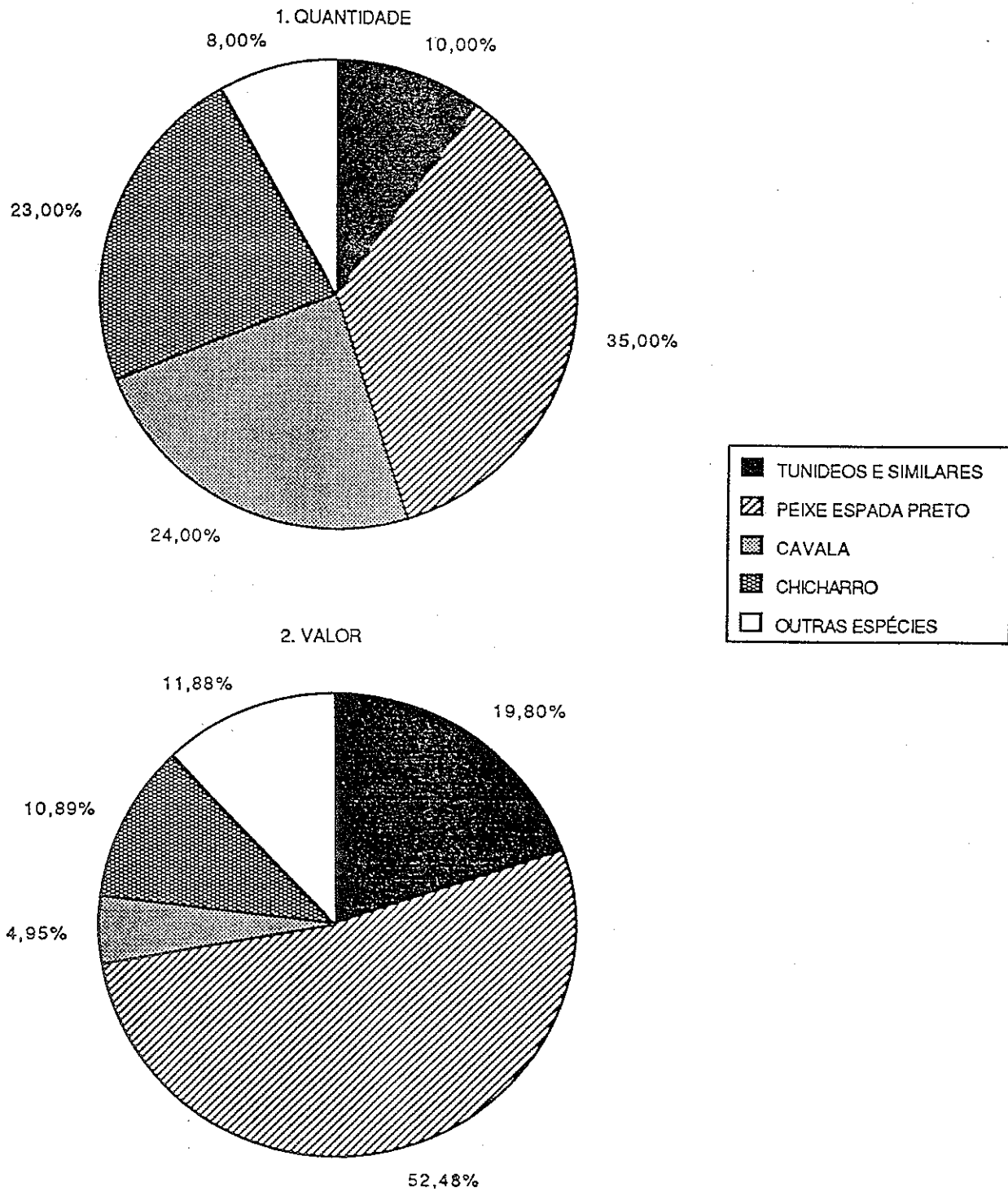


FIGURA 12

DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA PESCA
DESCARREGADA EM QUANTIDADE E VALOR EM 1987



QUADRO 5

EMBARCAÇÕES EM ACTIVIDADE, EM 31 - XII, POR TONELAGEM DE ARQUEAÇÃO BRUTA

ANOS	ATÉ 5 TONELADAS (INCLUSIVÉ)				DE MAIS DE 5 A 25 TONELADAS				DE MAIS DE 25 A 50 TONELADAS				DE MAIS DE 50 A 100 TONELADAS				DE MAIS DE 100 TONELADAS				TOTAL				TOTAL DA FROTA
	COM MOTOR		SEM MOTOR		COM MOTOR		SEM MOTOR		COM MOTOR		SEM MOTOR		COM MOTOR		SEM MOTOR		COM MOTOR		SEM MOTOR		COM MOTOR		SEM MOTOR		
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	
1983	67	12	389	71	62	11			24	4			6	1							159	28	389	71	548
1984	63	12	389	72	59	11			22	4			6	1							150	28	389	72	539
1985	71	13	366	70	64	12			20	4			5	1							160	30	366	70	526
1986	66	12	381	71	60	11			27	5			6	1							159	29	381	71	540
1987	72	13	378	69	67	12			22	4			7	1			1	0			169	30	378	69	547

FONTE: ESTATÍSTICAS DA PESCA

CAPITANIA DO PORTO DO FUNCHAL

CAPITANIA DO PORTO DO PORTO SANTO

QUADRO 6

PRODUTIVIDADE MÉDIA DA PESCA

ANOS	Nº. DE PESCADORES			PESCA DESCAR- REGADA (t)	PRODUTIVIDADE MÉDIA POR PESCADOR	TOTAL DE TAB	QUANTIDADE POR TAB
	>21 ANOS	<21 ANOS	TOTAL				
1977	1 915	132	2 047	6 882	3 .36	3 142	2 .19
1978	1 858	201	2 059	6 378	3 .1	3 175	2 .01
1979	1 877	123	2 000	4 699	2 .35	2 947	1 .59
1980	1 831	179	2 010	4 211	2 .1	2 787	1 .51
1981	1 435	223	1 658	3 913	2 .36	2 863	1 .37
1982	1 311	214	1 525	4 905	3 .22	2 100	2 .34
1983	1 388	171	1 559	5 063	3 .25	2 347	2 .16
1984	1 230	267	1 497	5 646	3 .77	2 214	2 .55
1985	1 235	201	1 436	6 874	4 .79	2 160	3 .18
1986	1 323	198	1 521	7 487	4 .92	2 296	3 .26
1987	1 395	270	1 665	6 638	3 .99	2 683	2 .47

FONTE: Capitania do Porto do Funchal
Direcção Regional das Pescas

Em síntese, a Região tem uma Z.E.E. vasta, com algumas potencialidades a explorar, dispõe de recursos humanos, há um mercado interno ainda com margem para absorver aumento de produção e, sobretudo, um mercado externo com uma procura em crescimento, e, existem já algumas estruturas no sector que permitem o seu desenvolvimento. Reconhece-se, contudo, que há um longo caminho a percorrer e o desafio europeu, nas pescas, coloca-se numa dupla perspectiva: a do mercado único e a do livre acesso às águas e recursos.

4.5.3.3. Indústria

O baixo nível de industrialização da Região é evidenciado pela fraca participação das indústrias extractiva e transformadora no PIB regional, a qual era de cerca de 12% em 1980 e 14% em 1986.

A indústria transformadora que absorvia 19,5% da população activa em 1981 e contribuía apenas com 11% para o PIB, apresenta um baixo nível de produtividade média, denota uma fraca integração produtiva e uma especialização em bases frágeis.

Para além das indústrias tradicionais de apoio a qualquer comunidade (moagem, panificação, lacticínios e artes gráficas) e à construção civil (artefactos de cimento, serração de madeiras e serralharia de metais), a Região desenvolveu uma indústria centrada no aproveitamento "industrial" de um artesanato rico em qualidade e originalidade, como sejam os bordados, tapeçarias e obras em vime, essencialmente orientados para a exportação.

Com efeito, os bordados e tapeçarias constituem a quase totalidade das "indústrias têxteis, do vestuário e do couro", assim como as obras em vime representam uma grande parte da "indústria da madeira e da cortiça". Estes dois agregados são responsáveis por cerca de 80% do emprego da indústria transformadora e apenas 41% do produto industrial. Os bordados e os vimes são actividades fortemente apoiadas no trabalho a domicílio, sendo 56% dos salários nos bordados pagos a pessoal à tarefa nesta modalidade.

O carácter marcadamente artesanal daquelas duas indústrias é também responsável pela baixa produtividade do trabalho que nelas se regista (46% nos têxteis e 74% na madeira, em relação à média das indústrias transformadoras, em 1981).

Podem ainda ser considerados como indústrias tradicionais a produção de vinho Madeira e as conservas de peixe resultantes do aproveitamento de recursos do sector primário que, à semelhança dos bordados, tapeçarias e obras de vime, se destinam predominantemente à exportação.

QUADRO 7
ESTRUTURA INDUSTRIAL

SECTORES	VABpm - 1980		ACTIVOS - 1981		
	6 1 0	ESC	%	Nº.	%
Indústria Alimentar (bebidas, tabaco)	813		40.8	2 023	11.4
Indústria Texteis (vestuário, couro)	623		31.3	12 005	67.4
Indústria (Madeira e Cortiça)	190		9.5	2 274	12.8
Outras Indústrias					
Transformadoras	366		18.4	1 502	8.4
Total Indústria Transformadora	1 992		100.0	17 804	100.0

FONTE: SREM

O estágio de desenvolvimento industrial da Região e a predominância dos sectores tradicionais são responsáveis pela existência de um elevado número de estabelecimentos de pequena dimensão.

Assim, os resultados provisórios do Recenseamento Industrial de 1984 apontam para a existência de 645 estabelecimentos industriais, dos quais 64% possuíam menos de 5 trabalhadores ao serviço.

Os restantes 36% tinham, em média, 22 trabalhadores, registando-se acima da média apenas as indústrias de alimentação, bebidas e tabaco e as indústrias do papel, artes gráficas e edição de publicações.

No que respeita à distribuição espacial da indústria, registava-se uma elevada concentração no concelho do Funchal, onde se localizavam cerca de 50% dos estabelecimentos empregando cerca de 3/4 de mão-de-obra. Este indicador permite-nos concluir, que, nos restantes concelhos da Região domina a empresa muito pequena, do sector tradicional.

QUADRO 8
ESTRUTURA DA INDÚSTRIA EM 1984
(% POR CONCELHO)

CONCELHOS	UNIDADES INQUIRIDAS	EMPREGO	VALOR BRUTO	VAB	FBCF
REGIÃO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Calheta	2,9	2,3	1,6	2,8	4,6
Câmara de Lobos	7,9	4,2	1,6	2,0	1,4
Funchal	52,1	75,7	77,2	78,3	40,3
Machico	4,5	3,6	1,8	-2,4	21,7
Ponta do Sol	1,5	0,6	0,4	0,4	0
Porto Moniz	0,8	0,4	0,6	1,2	6,6
Porto Santo	1,6	0,9	1,2	0,9	0,8
Ribeira Brava	2,4	2,3	1,9	3,0	8,0
Santa Cruz	21,6	8,5	12,5	12,7	4,1
Santana	1,7	0,5	0,7	0,6	12,2
São Vicente	3,0	0,9	0,5	0,5	0,4

FONTE: SREM, Recenseamento Industrial - 1984

A indústria transformadora apesar da sua actual incipiência, tem um importante papel a desempenhar no aumento do valor acrescentado das produções regionais, na densificação do tecido económico regional, na redução da dependência externa e na valorização dos recursos humanos da Região.

Existem algumas potencialidades que advêm essencialmente: da disponibilidade de mão-de-obra hábil; da possibilidade da transformação industrial de recursos endógenos, nomeadamente de agro-indústrias e de produtos de origem marítima e silvícola; da implementação (em curso) de infraestruturas e instituições vocacionadas para o desenvolvimento industrial (Zona Industrial da Cancela e Zona Franca Industrial do Caniçal), do alargamento previsível do mercado (nomeadamente para indústrias alimentares e materiais de construção); e do domínio das técnicas de artesanato de alta qualidade, cuja expansão, consolidação e aumento do valor acrescentado depende, em grande medida, da disponibilidade de serviços de apoio e do domínio dos circuitos de comercialização.

Para o desenvolvimento que se pretende da indústria é necessário ultrapassar problemas e estrangulamentos relacionados com: a fraca valorização dos limitados recursos naturais existentes; os baixos níveis de produtividade, decorrentes de deficiências de gestão, de desactualização dos equipamentos e de limitações de ordem comercial e geográfica; a carência de mão-de-obra qualificada na generalidade dos sectores de actividade e insuficiência de cursos de índole técnico-profissional a nível secundário; a falta de percepção, pelos empresários, do papel da formação no processo de adaptação da economia regional e na melhoria da produtividade/competitividade das empresas; a inexistência de economias de aglomeração; a insuficiente qualidade de produtos, associada à inexistência de processos de controlo de qualidade e de estruturas de apoio; a pouca acessibilidade das empresas à informação técnica e tecnológica; a falta de informação técnica e comercial sobre mercados, oportunidades comerciais e canais preferenciais de comercialização; as desvantagens competitivas ao nível dos custos de transporte e da energia; a insuficiência de capitais próprios na maioria das empresas e grandes dificuldades no acesso das empresas ao mercado de capitais.

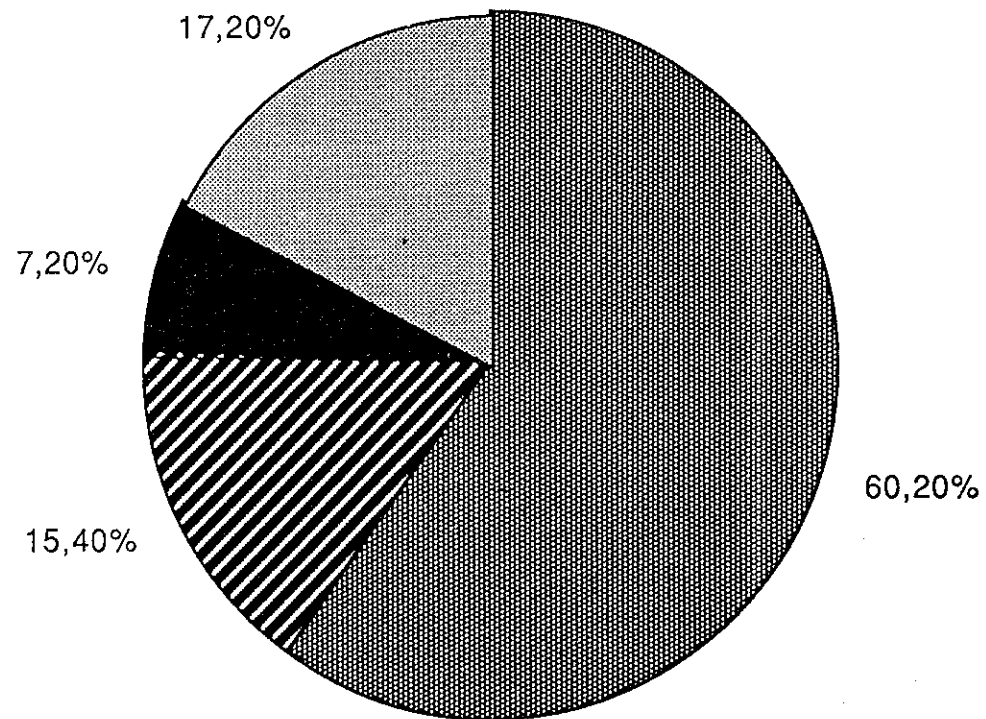
4.5.3.4 Construção Civil

A actividade de construção tem vindo a adquirir uma importância relativa no contexto da economia regional em termos de produto e de emprego, a qual tem sido impulsionada pelos sectores do turismo, das obras públicas e da habitação.

Estima-se que a sua participação no produto tenha passado de 5% em 1976 para mais de 10% na década de 80.

FIGURA 13

INDUSTRIA TRANSFORMADORA - 1984
ESTRUTURA DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO



Alimentação, Bebidas e Tabaco

Texteis, Vestuário e Couro

Madeira e Cortiça

Outros

Em termos de mão-de-obra empregue tem-se registado, também, um crescimento acentuado (7% da população activa em 1970 e 14% em 1981). Este aumento é feito, fundamentalmente, por transferência de mão-de-obra ligada à agricultura, atraída por melhores salários e outras regalias, à qual não é exigida uma qualificação específica adicional.

Quanto à estrutura empresarial do sector, de acordo com os valores disponíveis para 1984, existiam em actividade 246 estabelecimentos com uma dimensão média de 32 trabalhadores por estabelecimento, o que revela desde já uma estrutura menos pulverizada do que a registada na indústria transformadora.

Ainda segundo o mesmo inquérito, 58% das unidades tinham ao serviço cinco ou mais trabalhadores, ocupando 97% do emprego do sector.

Pelo contrário os restantes 42% dos estabelecimentos com menos de cinco trabalhadores ocupam, em média, 2,2 pessoas.

Este segmento empresarial viu diminuir o seu peso no VBP do sector de 10% em 1972 para apenas 1,5% em 1984.

Este salto qualitativo e a dimensão média dos estabelecimentos apurada é resultado da existência de um certo número de empresas de Construção e Obras Públicas, com sede no Continente, possuírem frentes de trabalho na Região.

A estrutura das empresas regionais do sector apresenta-se, assim, frágil, dispondo de uma limitada capacidade de produção. As empresas existentes dedicam-se, predominantemente, à execução de obras de expressão muito localizada ou de subempreitada, conduzindo a que cerca de 55% da produção anual seja assegurada por empresas exteriores à Região (75% no caso das obras públicas).

A produção apresenta custos significativamente mais elevados, em resultado da cobertura dos "encargos de deslocação" das empresas exteriores.

Dos estrangulamentos estruturais que têm dificultado o desenvolvimento do sector e contribuído para a inexistência de uma capacidade adequada à procura que a ele tem sido dirigida relevam-se: "mercado fechado" (insular) que não estimula as empresas a um melhor dimensionamento das unidades existentes; insuficiência do mercado para suportar empresas de grande dimensão e inexistência de quaisquer antecedentes de exportação de serviços; fraca utilização de materiais locais, quer pela limitação de recursos existentes, quer pela agressão ambiental e paisagística que a sua exploração poderia originar, implicando o recurso acrescido à importação de materiais e

componentes e a elevação dos custos de construção por via dos custos de transporte; grande peso do mercado informal de mão-de-obra não facilitando as acções de formação e qualificação profissional; transferência para o exterior de parte importante das receitas geradas no sector.

A modernização e redimensionamento das empresas do sector à escala concreta do mercado regional da construção constitui o principal objectivo específico, cuja prossecução passa, principalmente, pelo fomento da cooperação inter-empresas, pelo controlo de qualidade da construção, pela promoção de solo infraestruturado nas zonas de maior pressão urbana e pela formação profissional dirigida a quadros intermédios (em domínios especializados) e à qualificação das profissões básicas.

4.5.3.5. Comércio e Serviços

Os serviços de comércio, restaurantes, hotéis, transportes e comunicações absorvem perto de 22% do emprego e contribuem com cerca de 36% para o PIBpm. O comércio ocupava, em 1981, cerca de 10% dos activos, dos quais cerca de 1/4 no comércio por grosso, representando o respectivo VABpm cerca de 14% do produto da Região.

A grande importância relativa destas actividades na economia regional resulta, essencialmente, do acentuado grau de abertura ao exterior (já que as importações mais as exportações representam cerca de 66% da procura global) e do carácter insular da Região que obrigam a um empolamento da actividade comercial e, ainda, do desenvolvimento da actividade turística que anima directamente diversos serviços.

Assim, grandes empresas comerciais da Madeira, com dimensão razoável em termos nacionais, actuam precisamente na comercialização de produtos importados, em particular combustíveis e produtos alimentares. O comércio por grosso de produtos importados tem aqui uma desvantagem adicional resultante da necessidade de manter stocks elevados para evitar rupturas de abastecimento.

Por outro lado, para colocar no exterior as exportações regionais existem empresas ligadas à comercialização dos produtos agrícolas, dos artigos de vime, dos bordados e do vinho Madeira.

O comércio ocupa cerca de 10% dos activos, dos quais cerca de 1/4 no comércio por grosso. O comércio a retalho é ainda uma actividade muito fragmentada e frequentemente do tipo familiar. Por isso, apesar de o comércio a retalho ocupar 75% dos activos do sector, apenas gera um VAB ligeiramente superior ao do comércio por grosso.

A actividade comercial está fortemente concentrada no Funchal onde se realiza 95% do volume de vendas.

É de esperar, visto ser imprescindível, um significativo desenvolvimento das actividades relacionadas com a comercialização dos produtos agrícolas e piscícolas.

O turismo, que é o grande animador do comércio a retalho, possibilitou ainda o surgimento de outros serviços comercializáveis de carácter pessoal (agências de viagens, aluguer de automóveis, serviço de taxi) e de serviços recreativos. Mas apenas no comércio e hotelaria e nos transportes e comunicações a Região apresenta especialização relativa em termos nacionais.

Na evolução recente da economia regional assiste-se a um aumento da contribuição daquelas actividades, as quais apresentam um reforço da sua posição relativa na estrutura do PIB regional em cerca de 6 pontos percentuais de 1980 para 1986.

As limitações do mercado regional (escassa dimensão grande dispersão e baixo nível médio de poder de compra), as deficientes condições de acessibilidade intra-regional, a desarticulação dos circuitos comerciais, o fraco desenvolvimento de serviços de apoio à comercialização de produtos agrícolas, a forte dependência da procura turística e das relações extra-regionais são alguns dos problemas e estrangulamentos que afectam o comércio e serviços.

4.5.3.6. Turismo

A Madeira é um destino turístico que tem condições para uma procura de qualidade. E o turismo é uma actividade estratégica na Região, contribuindo directamente com mais de 12% para o PIB, animando a actividade comercial e constituindo um mercado significativo para produtos locais (vinho, flores, vimes, bordados). O turismo é a principal fonte de receitas externas da Região.

A procura é baseada fundamentalmente na oferta de ambiente repousante, natureza ainda preservada que permite ao turista contacto directo com uma flora exótica variada, clima ameno todo o ano e afabilidade da população em geral.

A ilha da Madeira é desde há muito visitada por estrangeiros e nacionais que procuram aquelas condições ambientais, difíceis de encontrar noutros destinos.

QUADRO 9

INDICADORES DA ACTIVIDADE TURÍSTICA

- HOTELARIA -

ÁREAS DE CARACTERIZAÇÃO	31/08/80	31/07/85	31/07/88
Nº. QUARTOS	5 455	5 426 (b)	5 875 (b)
Hóteis	2 969	3 167	3 558
Hóteis apartamentos	1 763	1 558	1 533
Pousadas	3	-	33
Pensões	720	687	719
CAPACIDADE DE ALOJAMENTO	11 454	11 120 (c)	12 147 (c)
Hóteis	5 938	6 309	7 242
Hóteis apartamentos	4 013	3 371	3 263
Pousadas	6	-	74
Pensões	1 497	1 413	1 504
PESSOAL REMUNERADO AO SERVIÇO	4 464	4 251 (d)	4 609 (d)
Hóteis	3 251	3 221	3 390
Hóteis apartamentos	988	799	871
Pousadas	2	-	15
Pensões	223	228	304
HÓSPEDES (a)	327 953	374 338	442 303
Estrangeiro	251 809	301 096	350 655
Portugal	76 144	73 242	91 648
DORMIDAS (a)	2 410 771	2 665 017	2 910 537
Estrangeiro	1 956 229	2 286 953	2 518 007
Portugal	454 552	378 064	392 530
TAXAS DE OCUPAÇÃO	57,6	63,1	65,5
Hóteis	66,5	66,8	70,1
Hóteis apartamentos	48,5	61,2	67,0
Pensões	47,3	49,1	40,6
ESTADIA MÉDIA NA HOTELARIA (a)	7,3	7,1	6,6
Estrangeiro	7,7	7,6	7,2
Portugal	5,9	5,2	4,3

FONTE: INE

(a) Segundo o país de residência habitual

(b) Inclui 14 e 22 quartos em apartamentos turísticos respectivamente em 1985 e 1988 e 10 quartos em estalagens em 1988

(c) Inclui 27 e 44 camas em apartamentos turísticos respectivamente em 1985 e 1988 e 20 camas em estalagens em 1988

(d) Inclui 3 e 7 pessoas em apartamentos turísticos respectivamente em 1985 e 1988 e 22 pessoas em estalagens em 1988

A expansão turística na Madeira deu-se ainda antes de no Continente se ter detectado a importância económica do turismo.

A oferta hoteleira da Madeira (maioritariamente em hotéis de 4 e 5 estrelas) tem, assim, crescido ao longo do tempo e sobretudo nos anos 70, sendo, em 1988, de 81 estabelecimentos com 12 147 camas, ocupadas por uma população flutuante de 442 303 hóspedes que originaram 2 910 537 dormidas. A permanência média na Região, de não residentes, foi de 7,2 dias, valor este muito superior ao verificado na hotelaria do Continente

Também, a taxa de ocupação-cama na hotelaria da Madeira é elevada, pois ronda os 66%, sendo a ocupação-quarto na ordem dos 80%. Estes valores são sensivelmente superiores aos verificados no Continente.

Porém, os preços a que são "vendidos" os quartos na Madeira, são inferiores aos preços praticados no Continente, para idênticas categorias. Esta política de preços na hotelaria é resultado de uma excessiva dependência dos "tour operators" e, de certo modo, uma forma de compensar os custos da operação aérea, que onera os custos de transporte, fazendo com que o "package" turístico possa competir com outros destinos, presumivelmente concorrentes.

No entanto, o destino turístico "Madeira" não é concorrenciado por nenhum outro da mesma área, como por exemplo as Canárias, Marrocos ou Cabo Verde. O produto oferecido é diferente do daquelas regiões, não se constituindo como seu destino alternativo. A clientela turística que procura as Canárias é totalmente diferenciada das que são motivadas pela Madeira.

As Canárias oferecem essencialmente sol e praia, enquanto a Madeira terá de promover um turismo apoiado na paisagem, em passeios a pé, pesca desportiva, flora exótica e clima ameno no inverno, destinado, em particular, à terceira idade.

Nos últimos dez anos, o número de dormidas na hotelaria cresceu a um ritmo médio anual de 2,6%, tendo-se verificado um decréscimo nas dormidas de nacionais (-2,7%) e um aumento médio nas de estrangeiros (3,7%). O crescimento médio geral observado é relativamente lento, tendo em conta que os preços na hotelaria têm sido mais baixos do que no Continente (a componente transporte aéreo é mais elevada). As taxas de ocupação hoteleira são, no entanto, mais favoráveis na Região.

Existe na Madeira menor dependência de um só mercado do que no Continente, e melhor distribuição por mercados, como se pode constatar pelo seguinte quadro:

QUADRO 10
PRINCIPAIS MERCADOS TURÍSTICOS, 1988
(EM %)

PROVENIÊNCIA	RAM	CONTINENTE
Reino Unido	26 .3	37 .0
Escandinávia	25 .9	6 .2
RFA	18 .2	12 .8
Benelux	6 .9	10 .7
França	6 .4	4 .7
Espanha	5 .3	9 .2

FONTE: INE - Dados Provisórios

É de salientar o bom ritmo de crescimento de alguns mercados externos, como é o caso dos países escandinavos (turismo de inverno), da Espanha e da Holanda que nos últimos anos têm acelerado a sua procura pela Madeira.

Para o desenvolvimento turístico da Madeira, a necessidade primordial assenta no acesso directo e fácil à ilha, através de um aeroporto com capacidade para receber aviões de maior porte sem necessidade de fazerem escalas técnicas em pontos intermédios, entre a origem e o destino, que permita operar em percursos mais longos e a custos mais baixos.

Só uma maior acessibilidade poderá suportar o previsto aumento de capacidade hoteleira havendo intenções de investimento para 14 000 novas camas). Porém, o aumento da capacidade hoteleira terá que ser devidamente ponderado, se forem aceites como metas:

- Turismo de qualidade, o que pressupõe estabelecimentos hoteleiros de nível superior;
- Manter ou melhorar o ambiente pela preservação da natureza, uma das principais motivações turísticas da Madeira;
- Rentabilizar os investimentos hoteleiros já existentes e a construir.

Um crescimento acelerado da oferta hoteleira pode constituir um obstáculo irreversível para se atingirem os níveis desejados de qualidade, sendo ainda um contributo para a degradação do ambiente e da rentabilidade dos investimentos turísticos.

O desenvolvimento previsto do turismo terá fortes relações com outros sectores, em particular, o dos transportes, saneamento básico e ambiente. Alguns dos principais estrangulamentos futuros ao desenvolvimento do turismo poderão situar-se nestes domínios, havendo necessidade de assegurar que esse desenvolvimento não comprometa o equilíbrio económico e ambiental da Região.

Para além dos problemas já referidos, o desenvolvimento da actividade turística, no médio prazo, enfrenta ainda como estrangulamentos: deficiente acessibilidade interna; reduzida animação para ocupação dos turistas; capacidade insuficiente de formação e reciclagem do pessoal do sector; grande dependência dos Tour Operators estrangeiros na canalização de fluxos turísticos para a Região; elevada incidência do custo do transporte no preço do "package" turístico; congestionamento do tráfego no acesso ao Funchal com os consequentes reflexos a nível da poluição atmosférica e sonora na cidade e elevados custos do solo e da construção, com implicações na rentabilidade dos projectos de hotelaria.

4.5.3.7. Energia

A Região Autónoma da Madeira apresenta uma capitação energética relativamente baixa quando comparada com regiões mais desenvolvidas. Por outro lado, há uma incorporação energética relativamente elevada no Produto Interno Bruto, o que indicia um significativo espaço para acções de racionalização de energia. A baixa capitação energética regional deve-se, em grande medida, à fraca participação do sector industrial na estrutura produtiva regional. A desagregação dos consumos energéticos, em termos de energia final, por sectores utilizadores, evidencia claramente uma posição relativamente modesta do sector secundário (6,5%). O sector doméstico e o terciário (sem os transportes) representavam 51,4%, os transportes 41,2% e o sector primário menos de 1% (Figura 14).

As necessidades de energia têm registado um aumento significativo: o parque automóvel duplicou desde 1980 e o consumo doméstico de electricidade entre 1980 e 1985 havia crescido 56%. Em resultado desta evolução o consumo de energia primária terá crescido de 1980 para 1986 à taxa média anual de 4,4%.

O petróleo é a principal fonte de energia da RAM. Em 1986 o fluxograma energético apresentava inputs de energia primária de 133×10^3 tep, dos quais 83,5% correspondiam à componente derivados de petróleo (importados). Acresce que uma análise retrospectiva do período 1974 - 86 revela que o peso dos derivados de petróleo se tem vindo a reforçar, crescendo a uma taxa média anual da ordem dos 10%, quando o crescimento médio anual do consumo de energia primária foi de 6,5%.

A dependência do petróleo não só origina uma grande vulnerabilidade energética da Região como, o que é imediatamente mais importante, agrava enormemente os custos da energia, sendo as tarifas da electricidade na Madeira bastante mais (entre 60% a 70%) elevadas do que no Continente.

A produção de electricidade assenta basicamente na produção térmica e tem sido esta que tem vindo a satisfazer os acréscimos de consumo (Figura 15). A produção hidroeléctrica era, em 1987, apenas 23% da produção regional de electricidade, depois de ter sido 40%, em 1977.

O sistema electro-produtor da Região é constituído por 4 centrais hidroeléctricas e 3 centrais termoeléctricas (a central do Funchal está praticamente desactivada). As centrais hidroeléctricas têm uma capacidade máxima de 14 MW estando prevista a entrada em funcionamento no próximo ano da Central de Inverno da Calheta que elevará esta capacidade em 50%. Existe também interesse de produtores privados na construção de mini-hídricas, dos quais 1 projecto (12% da produção hídrica da RAM) tem aprovação de princípio do Governo Regional e o apoio do programa VALOREN. O potencial hídrico da ilha da Madeira é bastante elevado e espera-se poder reduzir a dependência energética da Região relativamente ao petróleo importado.

Dos estudos que têm sido feitos para avaliação e optimização dos recursos hídricos, tendo em vista o seu aproveitamento integrado para abastecimento de água às populações, para utilização na rega, bem como para produção de electricidade, o projecto integrado "Ribeira dos Socorridos" constitui a solução mais importante a concretizar.

A ampliação de canais e a abertura de novas galerias e túneis farão, também, aumentar, com algum significado, o potencial hidroeléctrico.

Mas, além do potencial hídrico, é elevado o potencial teórico dos recursos energéticos regionais.

A nível de energia da Biomassa e dos Resíduos existem potencialidades de aproveitamento energético, quer a partir do sector florestal, quer dos resíduos sólidos urbanos. Assim, a biomassa florestal continua a ter um elevado significado (27%) no sector doméstico e dos serviços. A energia solar

FIGURA 14

DISTRIBUIÇÃO DA ENERGIA FINAL POR SECTORES CONSUMIDORES - tep

- 1986 -

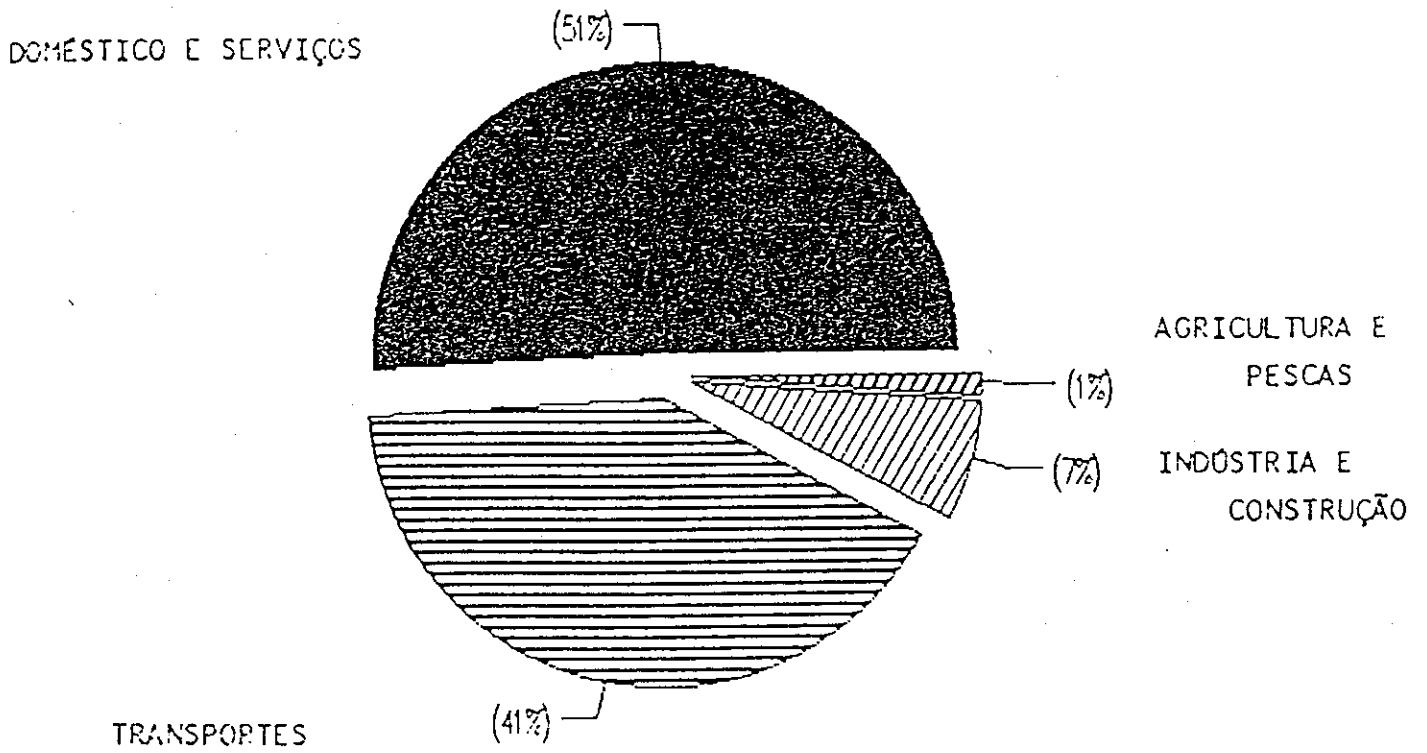
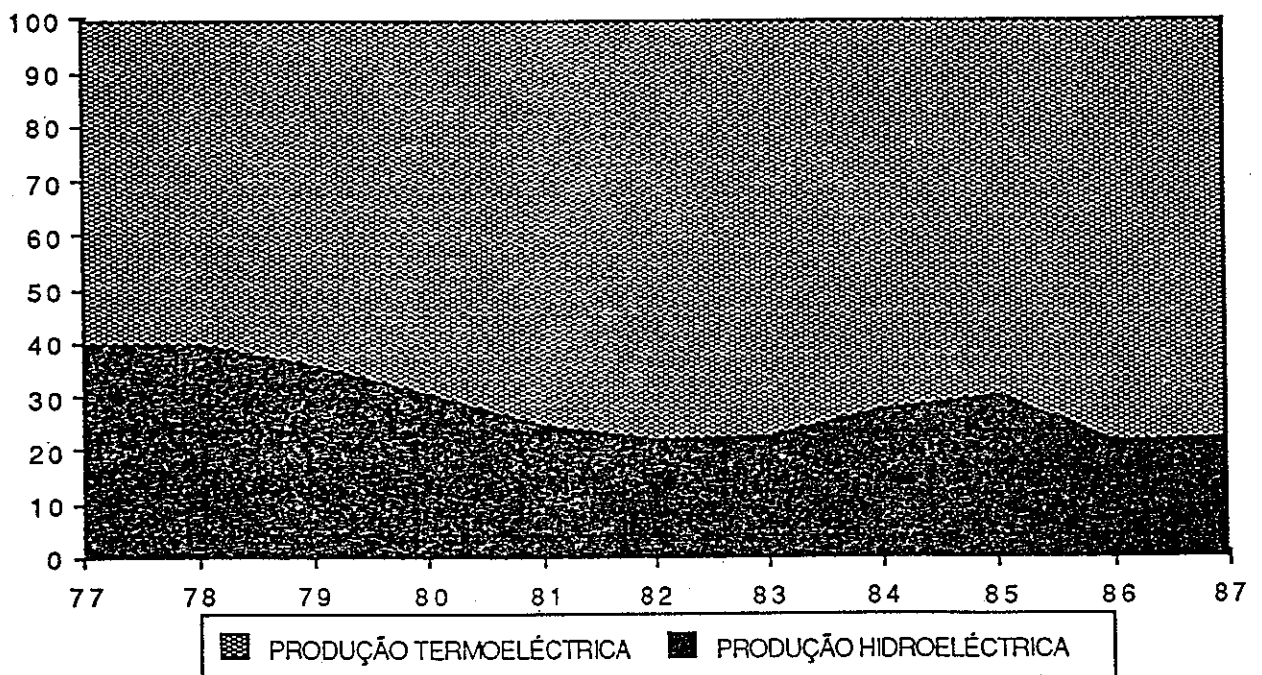


FIGURA 15

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE



térmica, apesar da amenidade do clima, tem visto multiplicar as instalações para aquecimento de águas sanitárias e das piscinas, embora exista algum descrédito face à má qualidade de alguns colectores instalados.

Uma energia alternativa também de grande significado na Região actualmente é a energia eólica. No Porto Santo foi instalado um parque eólico que satisfaz cerca de 7% do consumo de electricidade da ilha e o potencial eólico poderá vir a cobrir até 20% dos consumos.

Na ilha da Madeira existem boas condições para instalação de parques eólicos no Paul da Serra e no Caniçal, apontando o potencial para cerca de 14 GWh/ano.

Refira-se que o Porto Santo tem sido "uma vitrine de novas energias". Para além do parque eólico, do sistema de recuperação de energia na estação dessalinizadora (em cerca de 20%), merece referência a Casa Solar, edifício de pesquisa para aproveitamento do sol para aquecimento e aumento do nível de conforto. As técnicas de construção ensaiadas estão a começar a vulgarizar-se.

Relativamente à energia do mar, embora se trate de uma fonte de energia pouco conhecida e explorada, constitui um potencial com interesse para a Região.

Face às potencialidades existentes e às ineficiências constatadas no sector energético regional, o desenvolvimento equilibrado deste sector envolve actuações conducentes a um aproveitamento energético do potencial existente em Utilização Racional de Energia nas diversas actividades económicas e no sector doméstico e a um melhor aproveitamento do potencial energético endógeno.

Por outro lado, as pressões de curto prazo da procura de energia tornam necessário investir em novos meios de produção de energia termo-eléctrica por forma a satisfazer com segurança as crescentes solicitações do consumo.

No domínio da distribuição da energia eléctrica os grandes investimentos estão praticamente concluídos, mas há ainda que completar a instalação de centros de comando e telecomunicações para automatização das centrais e subestações. Foram electrificados todos os núcleos de mais de 20 habitantes, mas há ainda que prosseguir com o programa de electrificação rural para abastecer os pequenos núcleos que caracterizam o povoamento disperso da Região.

As habitações isoladas aconselham o estudo da utilização da energia fotovoltaica como solução alternativa.

4.5.3.8. Acessibilidade: Infraestruturas e meios de transporte

A acessibilidade interna e externa da Região encontra-se fortemente condicionada pelas limitações do seu território.

Com efeito, a orografia da RAM, com predominância de elevações escarpadas ou com inclinações elevadas, não só não disponibilizou um local de fácil implantação de um aeroporto de dimensões normais como limitou ou tornou impossível algumas ligações viárias, sendo as existentes bastante sinuosas, de faixas de rodagem reduzidas e não calculadas para os tráfegos actuais.

Tendo em conta as velocidades médias que as estradas permitem, o território da Madeira corresponderá em termos de distância-tempo a um espaço muitas vezes superior à sua dimensão física.

Acresce que o tipo de povoamento do interior, disperso por pequenos aglomerados populacionais, obriga à proliferação de estradas e caminhos de difícil construção e manutenção (inúmeras obras de arte e acção erosiva das chuvas).

Da extensão de cerca de 1 000 Km da rede rodoviária, 48% são estradas municipais ou de categoria inferior. Grande parte desta rede concentra-se no concelho do Funchal onde reside 45% da população.

A rede viária apresenta condições de operacionalidade pouco satisfatórias em termos de segurança e comodidade. Em primeiro lugar, pela inadequação das rodovias aos volumes de tráfego actuais e em constante crescimento e pelo traçado e perfil das próprias vias. Existem situações em que o traçado da estrada, embutida na rocha, ou a dimensão dos vários túneis, tornam difícil a circulação de veículos de maior dimensão de determinados tipos de transporte como o de contentores. Em segundo lugar, pela sua disposição, do tipo radial a partir do Funchal, que obriga a que a cidade seja atravessada pelo tráfego entre a maioria de quaisquer dois pontos da ilha. A concentração da população e actividades na faixa entre Câmara de Lobos e Machico e a forma assumida pela expansão urbana do Funchal fazem com que seja à volta desta cidade que surjam as situações mais complexas e urgentes. O concelho do Funchal concentra 2/3 do parque automóvel e é aqui que tem origem a quase totalidade das carreiras de transporte de passageiros.

A resolução dos estrangulamentos na acessibilidade intra-regional enfrenta dificuldades resultantes da dispersão do povoamento, da orografia e tipo de terreno que multiplicam e encarecem a construção das vias. A

escassez e alta valia agrícola dos solos impõem um custo social muito elevado (em recursos naturais) ao traçado de infraestruturas viárias.

No entanto, trata-se de uma área estratégica de intervenção por permitir uma maior integração do mercado, uma melhor circulação dos produtos e um mais fácil acesso das populações às funções urbanas.

No turismo o benefício advirá do melhor e mais rápido acesso aos locais turísticos tradicionais e do acesso a novos motivos de interesse, aumentando a capacidade de resposta com os meios existentes.

Do ponto de vista ambiental, a melhoria da rede viária poderá permitir melhores condições de fixação da população no interior. Mas neste aspecto a questão mais premente é a travessia da cidade do Funchal que já provoca elevados níveis de congestionamento e de poluição atmosférica.

No que se refere aos transportes por via marítima, porta de entrada dos produtos em que a região é deficitária (nomeadamente em bens essenciais de consumo, combustíveis e materiais de construção) e de saída das exportações regionais, a situação é menos grave, embora apenas existam 2 portos para as ligações ao exterior - o do Funchal e o do Porto Santo - e cerca de duas dezenas e meia de pequenos portos/abrigos praticamente utilizados em exclusivo para a pesca.

O porto do Funchal monopoliza o movimento de mercadorias e passageiros transportados para ou do exterior e o porto de Porto Santo satisfaz as necessidades daquela ilha.

O acesso ao porto do Funchal é bom, sendo, no entanto, relativamente reduzidas as bacias de manobras e estacionamento na zona abrigada, bem como os terraplenos e infraestruturas em terra. Esta última situação é difícil de ultrapassar quer pela natureza dos fundos, quer pela exíguidade dos espaços em terra.

Este porto apresenta também boas condições de acostagem, mas carece de melhoria de equipamentos e serviços em terra que permitam um menor tempo de imobilização dos navios.

O transporte marítimo de passageiros tem pouco significado (excepto em navios de cruzeiro e movimentos inter-ilhas), mas o transporte de carga tem vindo a crescer de forma acelerada atingindo as 500 000 t as mercadorias descarregadas e 70 000^t as mercadorias embarcadas e sendo perto de 17 000 os contentores movimentados.

É de notar que este porto tem um movimento diversificado de navios, desde carga geral e contentorizada, ao recreio e turismo, pelo que necessitará de maior apoio em infraestruturas em terra.

A expansão da movimentação de mercadorias, nomeadamente com o desenvolvimento da Zona Franca do Caniçal, pressupõe novas infraestruturas portuárias, sendo a construção do porto da Zona Franca condição de sucesso da mesma.

O transporte aéreo é crucial para a Região. Os fluxos de passageiros com origem ou destino na Região processam-se quase em exclusivo por via aérea e atingem o meio milhão no aeroporto do Funchal e os 26 mil no aeroporto do Porto Santo.

O aeroporto do Funchal tem uma pista de apenas 1 800 metros, o que, entre outros factores, impõe grandes restrições ao tipo de aeronaves e ao peso à descolagem e aterragem. Daí resultam grandes estrangulamentos nos transportes regulares para o resto do país (assegurados pela TAP AIR PORTUGAL) que originam grandes listas de espera nalgumas épocas do ano.

As ligações internacionais são normalmente constituídas por voos "charters" com origem nos principais mercados turísticos e são mais intensas entre Novembro e Abril. As dimensões da pista não possibilitam voos intercontinentais directos e constituem um entrave à penetração noutros mercados turísticos.

O transporte de carga por via aérea é ainda insignificante, devido às tarifas elevadas e à capacidade limitada oferecida. Não há aviões cargueiros regulares e não é possível fazer reserva de carga nos aviões de passageiros. Isto tem constituído um obstáculo importante ao desenvolvimento de outras actividades, em particular a floricultura e a horticultura de primores.

A inserção internacional da economia madeirense com novos produtos agro-pecuários, com novas produções industriais e com novas ofertas turísticas exige, como condição necessária, o aumento da acessibilidade externa o que passa pela resolução dos estrangulamentos no domínio dos transportes aéreos.

4.5.3.9. Comunicações

Em qualquer região insular, as Telecomunicações assumem papel fundamental para o desenvolvimento económico e social. E algumas apostas da Região (designadamente turismo e serviços) pressupõem uma eficiente

rede de telecomunicações que possibilitem uma adequada inserção internacional da Região.

É o seguinte o quadro envolvente da Região Autónoma da Madeira, onde a acessibilidade aos serviços deste sector tem constituído preocupação de salientar.

QUADRO 11
POSICIONAMENTO DAS COMUNICAÇÕES E TELECOMUNICAÇÕES

DESIGNAÇÃO	RAM (1988)	PORTUGAL (1988)	MÉDIA CEE (1985)
TELEFONE			
Postos principais/100 hab	16	17	34
Lista espera % parque	2.9	8.4	2.8
Demora média inst. (meses)	2.9	8.0	3.0
TELEX			
Postos telex/10 000 hab	2.2	2.7	1.8
Lista espera % parque	0.5	1.8	4.0
Demora média inst. (meses)	0.5	2.5	3.3
SERVIÇOS POSTAIS			
Correspondência/hab	23	43	201
Cobertura postal			
Hab/c.t.f.	5 787	1 186	4 018
Km/c.t.f.	16	11	33

(ctf - estação de correios)

FONTE: Plano a Médio Prazo 1989/92 - Correios e Telecomunicações de Portugal, DCCT da Madeira.

O quadro anterior, embora revelando ainda alguns desfasamentos importantes, quer quanto ao País, quer dos níveis médios das Comunidades Europeias, não obstante o esforço que tem vindo a ser feito em muitas das áreas e produtos oferecidos.

Registe-se a boa situação relativa da RAM no que respeita à lista de espera para instalação do telefone.

No campo da comunicação de dados, a capacidade instalada em 1988 era de 36 pontos de acesso à rede TELEPAC (esta rede só foi alargada à Região em 1986) e 131 circuitos dedicados.

Quanto ao telex, o parque existente em 1988 era de 554 postos, enquanto o parque telefónico contava 40 674 postos principais, 10 259 postos suplementares e 335 postos públicos.

De importância, foi o estabelecimento do acesso telefónico automático, europeu e extra-europeu, a 117 países, tendo em atenção a aproximação às comunidades madeirenses um pouco por todo o mundo e a importância das telecomunicações para a inserção da Madeira na economia mundial.

A nível da procura postal a componente preponderante é a correspondência ordinária (cerca de 95%), em consequência da importância do regime internacional e do peso da correspondência de origem institucional.

A rede de atendimento postal é constituída por 28 estações de correio, complementada com 220 outros postos que constituem os designados canais alheios (estabelecimentos comerciais).

As características de povoamento da Região, bem assim como os acessos às diferentes áreas populacionais, traduzem desde logo a possível imagem de distribuição geográfica do equipamento de telecomunicações e de infraestruturas postais. É onde se concentra a população (Funchal, Santa Cruz, Machico e Câmara dos Lobos) ou onde as actividades turísticas e a quase totalidade do terciário se instalaram, que se encontram também os maiores níveis de acessibilidade de serviços e o maior leque de produtos oferecidos.

Não são notórias carências graves, face à procura actual, no domínio das telecomunicações. Verifica-se, no entanto, saturação dos circuitos de distribuição postal e algum estrangulamento das operações de atendimento, a que se juntam fracos níveis de cobertura telefónica nalgumas zonas rurais e certo congestionamento na zona urbana do Funchal. Parte da rede de telecomunicações utiliza tecnologia obsoleta havendo necessidade de a substituir por tecnologia digital.

No que respeita aos serviços avançados de telecomunicações a desenvolver nos próximos anos (Videotex, serviço público de texto e mensagens e videoconferência), a Região dispõe já das infraestruturas adequadas ao desenvolvimento do videotex, sendo de destacar a existência de um ponto de

acesso; encontra-se equacionada a implementação da infraestrutura de acesso ao serviço público de texto e mensagens.

O desenvolvimento das telecomunicações assume carácter estratégico pelo que importa satisfazer, quantitativa e qualitativamente, a procura dos serviços clássicos e preparar a introdução e difusão dos serviços avançados.

4.6. Principais Equipamentos e Serviços Sociais

As condições de acessibilidade da população madeirense aos serviços e equipamentos sociais são das mais deficientes quando comparadas com o todo nacional.

A taxa de analfabetismo (24,5%) só é inferior à do Alentejo, a taxa de mortalidade infantil só é ultrapassada pela dos Açores e o número de habitantes por médico (892) é quase triplo da média do país.

4.6.1. Educação

O número de estabelecimentos de educação tem vindo a aumentar nos primeiros graus de ensino, dispondo a Região, actualmente, de 54 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 292 estabelecimentos do 1º ciclo, dos quais 61% da propriedade do Estado; 47 postos de ensino do ciclo preparatório TV; 18 estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do secundário e 2 extensões do ensino superior. Na maioria, porém, os edifícios estão degradados, são deficientes em equipamento escolar e são insuficientes. Insuficiência que surge agravada na previsão de a escolaridade obrigatória passar a 9 anos, como o impõe a Lei de Bases do Sistema Educativo.

A taxa de escolaridade é muito baixa - de 90% no ensino primário, de 71% no 2º ciclo e 51% no 3º ciclo. Tenha-se em conta que a escolaridade obrigatória se situa hoje no 2º ciclo. São também elevadas as taxas de abandono e repetência (39% no ensino primário).

O nível pedagógico dos professores é bastante frágil e no 2º e 3º ciclos 21.5% dos professores não têm habilitação própria.

As carências são grandes em termos de estabelecimentos de Ensino Profissional e Técnico-Profissional e nas extensões universitárias do Ensino Superior existentes na Região, os cursos ministrados estão vocacionados apenas para a formação de professores.

No Ensino Especial a situação é mais favorável e a Madeira tem uma experiência exemplar no ensino de deficientes. O pessoal docente especializado é, no entanto, insuficiente.

A educação é, a prazo, o investimento mais rentável e a valorização dos recursos humanos pressupõe a existência, na base, de um sistema educativo eficaz e adaptado às especificidades regionais. Não está em causa apenas um sistema de ensino passivo que responda às necessidades actuais da Região, mas também uma opção voluntarista por um ensino que abra novas oportunidades e que passará sobretudo pelo ensino de nível superior (ciências agrícolas, biologia, ciências do mar, ecologia, energias renováveis, ambiente, etc.), a desenvolver, na Região, através da Universidade da Madeira, criada recentemente.

4.6.2. Saúde e Segurança Social

De 1976 para 1986 a situação dos serviços de saúde registou uma melhoria generalizada traduzida na passagem do número de habitantes por médico de 2 100 para 892 e do número de habitantes por enfermeiro de 653 para 317.

A situação dos serviços de saúde na Região caracteriza-se por:

- A nível de equipamento, a rede de serviços é constituída por 3 estabelecimentos hospitalares no Centro Hospitalar do Funchal, onde se prestam cuidados diferenciados, e por 45 centros de saúde espalhados pela Região que prestam assistência ambulatória em cuidados primários, sendo na sua maioria de pequena dimensão e não dispendo de internamento.
- Quanto aos recursos humanos, é insuficiente o número de médicos e técnicos de forma a garantir uma cobertura eficaz em todas as áreas tanto ao nível dos cuidados primários, como de cuidados diferenciados.

O isolamento geográfico poderá constituir um factor de risco agravado, por favorecer o aparecimento de determinados hábitos de vida ligados a certas doenças crónicas que, na Região, apresentam índices superiores aos de outras regiões. A própria evolução da morbilidade, constatada através dos índices de mortalidade, vem pôr em evidência o desfasamento que existe entre a capacidade dos serviços e as necessidades que estão a surgir. Estas traduzem-se sobretudo ao nível do ambulatório, (o número de doentes em tratamento oncológico triplicou em 2 anos) - e ainda de medidas de promoção da saúde e prevenção da doença ligadas aos factores de risco já conhecidos e aos que irão ser objecto de investigação.

O aumento percentual da população de 65 e + anos está ainda a determinar uma evolução preocupante da frequência hospitalar neste grupo etário (de 13,6% em 1986 para 16,6% em 1988) o que vem alertar para a necessidade de se encontrarem soluções dos sectores de Saúde e Segurança Social para evitar a desinserção social dos idosos tanto ao nível familiar como comunitário.

Importa insistir que, no caso da Madeira, a saúde não é apenas um serviço social básico, mas também tem uma importante função económica. Dadas as características do turismo (forte componente da 3ª idade), a confiança nos serviços de saúde é importante para não afastar turistas da Região.

Aliás, a qualidade do clima e os exemplos históricos podiam ser um ponto de partida para o surgimento de serviços qualificados especificamente orientados para o repouso de idosos ou convalescentes.

Considerando ainda uma evolução favorável no que respeita à população flutuante (cerca de 8 000/turistas/dia) constituirá uma preocupação dos serviços de saúde, garantir um controle eficaz no aparecimento e evolução das doenças transmissíveis.

No domínio da Segurança Social, existem carências nos serviços de apoio à infância e juventude, em particular jovens inadaptados, à família e comunidade e aos idosos.

Nestas áreas os maiores problemas e carências reportam-se a: carências de infraestruturas hospitalares que garantam o apoio ambulatorio para a prevenção, tratamento e controlo das doenças crónico-degenerativas transmissíveis e acompanhamento da situação com alta precoce; deficiente articulação entre os Centros de Saúde e Hospitais; carências de infraestruturas para prestação de Cuidados Primários nas zonas que registam aumentos de população residente e/ou que permitam uma efectiva descentralização, com criação de pólos de desenvolvimento; insuficiência das estruturas existentes para a realização de controlos sanitários e de Saúde Pública; insuficiência ou carência de formação adequada, do pessoal técnico ao serviço da Região, nomeadamente o que integra a equipa de saúde, na área de cuidados primários.

4.6.3. Cultura

A tradição, os costumes, o folclore e até as próprias actividades produtivas são factores de definição da identidade cultural da Madeira e são um elemento de atracção da curiosidade (mesmo científica) dos visitantes. Deste modo, constituem um outro elemento da oferta turística.

As manifestações cultural-etnográficas têm também uma grande concentração no Funchal.

Para além da intervenção na defesa destes valores culturais, tem sido concedido apoio à animação cultural, sobretudo nos meios rurais; foram instalados novos museus, facultados apoios a instituições culturais privadas e realizados vários projectos de animação cultural pelos próprios serviços oficiais.

A Região conta com 9 museus visitados anualmente por mais de 207 mil pessoas, enquanto as bibliotecas eram, em 1986, em número de 49 (3 itinerantes).

Em quatro galerias de arte existentes, em 1987, realizaram-se 48 exposições, apresentando um total de 1 377 pinturas, 38 esculturas e 656 outras obras.

A comunicação social tem visto aumentar as tiragens de jornais e publicações periódicas e o serviço público de radiotelevisão e radiodifusão também se expandiu nos anos recentes, mas existem ainda importantes carências.

Os principais estrangulamentos neste domínio ligam-se ao baixo grau de fruição dos bens culturais e das actividades de lazer pela população em virtude do baixo nível de instrução, por um lado, e do fraco poder de compra, por outro. A investigação histórico/cultural da Região, a defesa e conservação do património cultural, arquitectónico e etnográfico e a difusão de novas formas de expressão cultural têm beneficiado de apoios, mas continuam pouco desenvolvidas e pouco disseminadas.

4.6.4. Desporto

A região dispõe de recintos desportivos disseminados por todos os concelhos. O número de instalações atinge 331 com uma área útil de 83 ha. Mais de metade das instalações localizam-se no Funchal.

Não se detectam grandes carências, mas importa melhorar algumas instalações e sobretudo criar outras para competições de nível nacional e internacional, e para que a Região possa oferecer condições de estágio a atletas de alta competição. Importa também promover a divulgação de modalidades desportivas ligadas ao mar e à montanha.

4.7. Habitação e Saneamento Básico

4.7.1. Habitação

O parque habitacional da Região apresenta carências de ordem quantitativa e qualitativa.

A situação é tanto mais grave quanto as perspectivas de solução a curto prazo se apresentam difíceis, ocasionando sérios desajustamentos sociais, com maior acuidade no centro urbano do Funchal e áreas circundantes. O elevado custo e indisponibilidade de habitação dificultam a atracção e fixação de pessoal técnico na Região.

O baixo nível de rendimento da população, a carência e elevado custo de solos urbanizáveis, o elevado custo da construção, o reduzido número de planos de urbanização e a limitação ao crédito são factores que contribuem para dificultar a aquisição de casa própria. Por outro lado, a construção para o mercado locativo, praticamente inexistente, não se apresenta atractivo para o investimento privado, pelas razões já apontadas e ainda pela legislação em vigor sobre rendas.

Desde 1981, concluíram-se, em resultado de novas construções (a uma média anual de 780) 5 463 fogos, insuficientes para fazer face ao défice existente, que se tem agravado com o acréscimo de população verificado nos últimos anos.

Segundo o Recenseamento da População e da Habitação, em 1981 a dimensão média das famílias era de 4,3 pessoas. Do total das famílias 38,5% eram constituídas por cinco e mais elementos. O número médio de pessoas por divisão era de 1,3 nos alojamentos clássicos ocupados, o que traduz uma situação de superlotação. Esta situação é ainda mais agravada nos alojamentos não ocupados pelo proprietário, onde aquela relação é de 1,5. O número de divisões por alojamento é reduzido, o que contribui para a situação referida. Assim, dos alojamentos inquiridos 58% tinham 3 divisões e menos, 32% tinham 4 a 5 divisões e, 10% dispunham de 6 e mais divisões.

A qualidade da habitação é fortemente influenciada pela existência ou não de equipamentos fixos no alojamento.

De facto, para além das condições de espaço do alojamento, são fundamentais os equipamentos básicos. Em 1981, a situação dos alojamentos ocupados era a seguinte: com electricidade 82,8%; com água 63,2%; com banho 42,5%; com WC 82,9%.

4.7.2. Saneamento Básico

A problemática do saneamento básico liga-se directamente com a orografia, estrutura de povoamento e nível de rendimento da população da Região.

Têm sido feitos grandes esforços de investimento neste domínio, na construção de redes de abastecimento de água, de redes de esgotos e de sistemas de recolha e tratamento de lixo. Mas a situação continua a ser de grandes deficiências.

Em 1985, 58% da população não usufruia de esgotos e 17% não tinha instalações sanitárias. As fossas sépticas não têm condições de drenagem, são de má construção e antigas e de sumidouros saturados. No que respeita ao tratamento de esgotos, estão em curso investimentos em estações de tratamento e emissários finais na costa sul, mas presentemente a deposição é feita directamente no mar, influenciando negativamente na qualidade das águas com risco, inclusivé, de contaminação de pequenos poços de abastecimento de água.

Está em curso a construção de uma estação de tratamento de resíduos sólidos provenientes de recolha efectuada no concelho do Funchal. Mas a capacidade dos serviços públicos de limpeza e recolha de detritos é insuficiente e por outro lado, existem inclusivamente lixeiras a céu aberto fortemente lesivas da qualidade ambiental. A recolha de lixo beneficia apenas 15% da população rural e 70% do concelho do Funchal.

Em 1981, 37% da população da Região não era abastecida por rede pública de água e 58% não tinha instalações de banho. A Madeira dispõe de água de boa qualidade, que poderia inclusivamente ser objecto de exportação, mas as carências de abastecimento são elevadas sobretudo nas zonas oeste e norte da ilha. A partir de 1982 foram desenvolvidas acções de captação de água (para regadio e produção de energia) e de abastecimento a vários concelhos. No Porto Santo o abastecimento de água é um grande estrangulamento e tem sido assegurado pela estação de dessalinização.

A situação tem vindo a melhorar significativamente como se pode verificar pelas características dos fogos construídos recentemente em que só menos de 10% não dispõe de água canalizada e apenas 1% não dispõe de equipamento fixo de esgotos.

No entanto, a Região revela necessidades prementes no domínio do saneamento básico, para não comprometer o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento equilibrado das actividades económicas, nomeadamente a

nível de: sistemas de tratamento de esgotos, da recolha e tratamento de lixos e do abastecimento de água potável (principalmente à ilha de Porto Santo).

A resolução destas carências defronta-se com a orografia acidentada, com a elevada densidade populacional, com a dispersão do povoamento, com o baixo nível de rendimentos da população e com a falta de pessoal especializado para intervir a nível da organização e controlo da poluição, condições higiénicas, educação cívica e saúde.

4.8. Ambiente e Ordenamento do Território

A colonização da Madeira iniciou-se com a destruição da floresta indígena que, por impenetrável, teve de ser des-truída pelo fogo. Actualmente a essa vegetação natural é reconhecido um elevado valor científico, hidrológico e paisagístico, mas encontra-se hoje limitada a pequenas manchas, principalmente na vertente norte da ilha, ocupando cerca de 10 000 ha. As queimadas, o corte para o aproveitamento da madeira e o pastoreio sem guarda foram destruindo esta floresta (a Laurissilva) - rara em todo o mundo e de extraordinário valor científico por corresponder à que terá dominado a Europa no Período Terciário e desaparecido depois durante as glaciações do Quaternário - que na maior parte da área se encontra muito degradada.

A criação do Parque Natural da Madeira, com diversas reservas naturais integrais e parciais, foi um importante passo para salvaguardar o que resta da flora e da fauna indígenas da ilha.

Nas espécies animais o principal interesse refere-se a algumas espécies de aves e peixes, sendo o foco de maior relevância as ilhas Selvagens, cuja reserva natural foi criada em 1971.

O modelo económico da Madeira conseguiu, até recentemente, um notável equilíbrio ambiental. Os principais problemas ambientais eram resultado das condições naturais das ilhas e reportavam-se essencialmente à erosão e ao regime torrencial das ribeiras.

Os acentuados declives do relevo, a perda da floresta e a intensa pluviosidade originaram uma forte acção erosiva que se faz sentir principalmente nas zonas mais altas, o que põe em risco a recarga dos aquíferos.

A ilha da Madeira é sulcada por inúmeras ribeiras com pequenas bacias hidrográficas e inclinações que variam em média entre 30% nas zonas de montanha e 10% nas zonas urbanas. A correcção torrencial e a canalização das ribeiras, especialmente das que atravessam núcleos populacionais, são necessárias à segurança das pessoas e dos seus bens.

A estes problemas junta-se a susceptibilidade da floresta "cultivada" ao fogo de verão, em consequência da deficiente gestão florestal, do domínio das resinosas e dos ventos quentes e secos provenientes de leste.

Recentemente, o agravamento da concentração populacional, a introdução de novas actividades e o aumento dos consumos da população começaram a originar novos problemas relacionados com o abastecimento de água potável, com o tratamento de efluentes e com a recolha e tratamento dos detritos sólidos, questões já abordadas no ponto anterior.

A concentração do parque automóvel no Funchal e a inadequação das infraestruturas rodoviárias estão a criar problemas sérios de poluição atmosférica e sonora e de convivência peão/automóvel na cidade. As características topográficas da cidade e a aposta no turismo são incompatíveis com esta situação que tem de ser resolvida eficaz e rapidamente.

Mas outros problemas ambientais poderão surgir em resultado do abandono de algumas zonas rurais e das transformações que se estão a operar na agricultura.

A Madeira é uma paisagem que só foi possível graças à intervenção inteligente do Homem, consubstanciando as dificuldades com as potencialidades e a presença humana é necessária à sua manutenção.

Por outro lado o agricultor já faz uso em larga medida de fertilizações orgânicas e químicas. O declínio da pecuária terá como consequência um uso mais intensivo dos químicos, o que não deixará de ter impacto ambiental significativo.

A implementação da Zona Franca Industrial do Caniçal poderá vir a constituir um outro foco de preocupações ambientais, apesar das condições exigidas para a instalação das empresas. Igualmente preocupante poderá ser a intensificação da extracção de areias dos fundos marinhos e a poluição dos mares provocada por agentes exteriores à Região.

Como se referiu, mais de 1/4 da superfície da ilha da Madeira situa-se acima dos 1 000 metros de altitude.

Na ilha de Porto Santo as áreas abaixo dos 200 metros representam 86% da superfície da ilha.

Da superfície das duas ilhas 31% encontra-se inculta, embora parcialmente ocupada com pastos naturais, 38% é superfície florestal, 24% são superfície agrícola em parte abandonada e o restante é área social.

A concentração da ocupação humana e dos usos agrícolas numa área reduzida (abaixo dos 700 metros e principalmente abaixo dos 200 metros e na faixa Câmara de Lobos/Machico) levanta complexos problemas de ordenamento do território, de que se destacam:

- abandono de algumas áreas rurais, em particular na encosta norte;
- elevado custo do solo urbanizável por escasso e disputado por usos alternativos;
- elevado custo de construção decorrente das características geológicas e morfológicas do terreno, agravado pela importação da generalidade dos materiais e componentes.
- implantação de edifícios e urbanizações com uma escala em total desacordo com as envolventes ambientais características, descaracterizando o aglomerado madeirense enquanto unidade de paisagem que urge proteger;
- alastramento de culturas agrícolas a áreas sem as condições edafoclimáticas adequadas;
- congestionamento das infraestruturas, designadamente as rodoviárias na área do Funchal.

A estes problemas acresce o facto de a concentração da população na encosta sul não ter conseguido atenuar o padrão de povoamento caracterizado por uma elevada dispersão, o que amplia a extensão das redes, multiplica os circuitos e dificulta a movimentação de pessoas e bens. Tudo isto resulta agravado pelo reduzido número de planos de urbanização (apenas existe o Plano Director da Frente-Mar/Garajau - Baía d'Abra, o Plano Director da ilha de Porto Santo e o Plano Director da cidade do Funchal, este muito desactualizado face à dinâmica da expansão urbana), e pela falta de um sistema de informação para a gestão urbano-paisagística e consequente coordenação de acções de base, de estudos e projectos adequados.

Existe uma relação muito estreita entre a estrutura de povoamento e o ordenamento do território, por um lado, e o desenvolvimento sócio-económico, por outro. Essas relações serão explicitamente consideradas na preparação do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), a qual está actualmente em curso.

A pressão sobre o solo irá aumentar. Quer pela execução das diversas infraestruturas necessárias ao desenvolvimento regional quer, sobretudo, para solucionar as importantes carências habitacionais da região.

Refira-se, por último, a preferência do madeirense pela residência unifamiliar bem patente no facto de o número de fogos concluídos ser apenas ligeiramente superior ao número de edifícios concluídos para habitação.

4.9. Investigação

Na região é excepcionalmente baixo o nível absoluto de recursos financeiros e humanos consagrados às actividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D).

A percentagem do PIB regional afecto a I&D foi, em 1986, de 0.14%, valor baixíssimo quando comparado com outros países europeus, sendo também o menor índice de todas as regiões (NUTS II) de Portugal.

A análise da distribuição da despesa em I&D na Região por sector institucional permite concluir que:

- as empresas têm um peso reduzido (cerca de 7%) reflectindo uma estrutura empresarial de pequena dimensão, com fraca capacidade de investimento e baixo nível tecnológico.
- o principal pilar do sistema de I&D é o Estado com uma participação de 81%, através dos seus organismos regionais específicos, que estão, no entanto, deficientemente equipados e são em número insuficiente.
- o ensino superior apresenta um valor baixo (12%) o que demonstra a debilidade estrutural deste grau de Ensino na Região, onde a necessidade de implementar a Universidade da Madeira é imperiosa.

Os domínios e áreas científico/tecnológicas das acções de I&D da Região repartiram-se pelas: Ciências Agrícolas, Silvícolas, Pecuárias e Piscatórias; Ciências Naturais; Ciência de Engenharia e Tecnologia e Ciências Sociais e Humanas, ocupando cerca de 28,0 ETI (Investigador Equivalente a Tempo Integral) sendo de 10,3 ETI o valor afecto a Investigadores. A população activa do sector pelo que atrás referenciamos é escassa, e não tem representatividade ao nível da população activa total.

4.10. Formação Profissional

Na Região é ainda muito baixo o nível de instrução e qualificação da mão-de-obra. Com efeito, em 1981, apenas cerca de 24% dos activos tinham um nível de instrução superior ao Ensino Básico Primário. Em 1986, num

conjunto de actividades, com exclusão da agricultura (Quadro 12), 35,3% dos trabalhadores eram profissionais não qualificados e semi-qualificados e apenas 3,9% era constituído por quadros médios e superiores.

QUADRO 12
NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES
POR CONTA DE OUTREM (a)

Níveis de Qualificação	Trabalhadores por Conta de Outrem (%)	
	Madeira	Continente
Quadros Superiores	1 .0	2 .1
Quadros Médios	2 .9	1 .7
Encar. Cont. Chef. Equipa	2 .6	3 .8
Profissionais Altamente Quali- ficados	5 .9	3 .8
Profissionais Qualificados	34 .4	39 .5
Profissionais Semi-Qualifica- dos	21 .8	19 .6
Profissionais Não Qualificados ..	13 .5	10 .5
Praticantes e Aprendizes	10 .0	10 .3
Níveis Desconhecidos	7 .9	8 .8
Total	100 .0	100 .0

(a) Sem Agricultura

A maior parte das acções de formação profissional têm sido desenvolvidas pela Administração Regional (através do Centro de Formação Profissional, da Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira, da Direcção Regional da Agricultura, da Direcção Regional das Pescas) e de entidades privadas (nomeadamente a Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias da Informação, e a Escola de Enfermagem de S. José de Cluny).

A capacidade de formação actual na RAM é, sensivelmente, de 1 000 formandos para as entidades públicas, sendo a maior parte das instalações adequadas para a formação e de 500 formandos para as entidades privadas, estando a maior parte das instalações adaptadas para a sua própria formação.

O Centro Regional de Formação Profissional foi criado em 1979 com o objectivo de realizar acções de formação de qualificação, reciclagem e, principalmente, de aperfeiçoamento profissional. No entanto, devido à sua recente estruturação e a não se ter conseguido ainda colmatar as consequências negativas da extinção, em 1974-75, dos cursos técnico-profissionais do ensino, só lentamente reactivados posteriormente, a estrutura das qualificações da mão-de-obra continua a apresentar deficiências, nomeadamente a nível de quadros intermédios.

A partir de 1986, a entrada de Portugal na CEE e a possibilidade de recurso aos Fundos Estruturais, nomeadamente o FSE, originou um relevante aumento de cursos (com especial destaque para os de formação de jovens), se bem que estejam bastante aquém das necessidades sentidas nas várias áreas de actividade, como se pode verificar pelo (Quadro13).

Verifica-se ainda que são os individuos menos qualificados os que maior peso têm no conjunto dos desempregados e menos perspectivas apresentam de vir a sair dessa situação de desemprego, a não ser que lhe seja proporcionada formação adequada.

A RAM, a fim de conseguir um maior desenvolvimento económico terá, forçosamente, nos vários sectores de actividades, de incrementar e apoiar a formação profissional de todos os activos, com especial destaque para os que não possuem as qualificações necessárias.

É preciso não esquecer que mais de 50% desses activos não possuem qualificação desejável e adequada, acarretando insegurança de emprego e até possibilidade de desemprego e impedindo um contributo mais eficaz para aumentar a produtividade, consequentemente, para um maior desenvolvimento económico da Região.

Além disso, num mundo em mutação acelerada, o aperfeiçoamento e reciclagem de todos os activos são, também, importantes para o desenvolvimento de qualquer economia.

A expansão da formação profissional desenrolar-se-á num meio favorável decorrente da juventude da sua população, mas defrontar-se-á com condicionalismos e estrangulamentos que urge ultrapassar, de que se destacam:

- fraco desenvolvimento do ensino técnico e técnico-profissional.
- baixo grau de instrução de grande parte da população que tem sido forte impeditivo para que a mesma possa participar em acções de formação;

QUADRO 13

ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL MAIS RELEVANTES NA
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

	1986		1987		1988	
	Acções	Formandos	Acções	Formandos	Acções	Formandos
CRFP						
- Qualificação	5	61	13	169	7	91
- Aperfeiçoamento - pme's ...	-	-	26	274	21	253
- Aprendizagem	-	-	-	-	6	76
DREE	3	42	5	57	7	46
SRTCE						
- Escola Hoteleira de Turismo na Madeira	22	372	20	372	21	396
SRAP						
- Direc. Reg. Agricultura	-	-	3	33	5	57
- Direc. Reg. Pescas	2	5	4	8	5	58
ENTIDADES PRIVADAS						
- EESJC	6	203	7	227	6	174
- DTIM	(*)	(*)	3	39	6	93
- Outras	4	126	26	575	35	847
TOTAL	42	809	107	1 754	119	2 091

(*) Os Formadores actuais tiveram neste ano a sua formação, no Continente.

- dificuldades de recrutamento de monitores da Região, em certos domínios, o que implica o seu recrutamento no exterior com conseqüente agravamento de custos das acções;
- limitação das instalações vocacionadas para a Formação Profissional, nomeadamente as do Centro Regional de Formação Profissional, as da Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira e as pertencentes à Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, que se encontram num grau de saturação elevado;
- impossibilidade de realização de certas acções (por limitações de instalações e equipamentos) o que implica a deslocação de formandos para o Continente, com óbvias limitações de vagas (1 a 2 por curso);
- estrutura empresarial que não facilita determinados esquemas de formação (por exemplo, formação em alternância).

4.11. Apreciação das Intervenções Comunitárias

A Região Autónoma da Madeira tem-se confrontado com dificuldades significativas relativamente ao financiamento de um importante conjunto de infraestruturas económicas e sociais, tendo em conta as limitadas potencialidades de geração de meios financeiros próprios.

Neste contexto, para a realização dos seus programas de desenvolvimento, a RAM tem procurado aproveitar o mais eficazmente possível, os recursos proporcionados pelas entidades nacionais e instituições comunitárias, neste caso, quer dos fundos estruturais, quer de outros instrumentos financeiros, contando para o efeito, com as suas competências próprias em termos orçamentais e de planeamento do desenvolvimento regional, no quadro do regime de autonomia política concedido pela Constituição da República Portuguesa.

As primeiras intervenções comunitárias na RAM foram concretizadas no âmbito das "Ajudas de Pré-Adesão". As diversas acções cobertas tiveram um custo total de 8 022 mil ECU's.

De entre os objectivos visados com tal intervenção podem especificar-se:

- obter informação indispensável à adopção das medidas de política agrária;

- melhorar as condições de produção da vinha, a qualidade do produto e a sua comercialização;
- criar uma estrutura visando assegurar o apoio técnico-científico à agricultura;
- permitir melhores condições de irrigação, através de um adequado aproveitamento dos recursos hídricos existentes na ilha de Porto Santo.

Após a adesão à Comunidade Económica Europeia em 1986, as intervenções estruturais têm sido feitas, fundamentalmente, através dos Fundos Estruturais e do BEI.

Quanto ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), foram submetidos a financiamento - incluindo as candidaturas de 1989 -, 122 projectos de investimento, no domínio das infraestruturas, no total de cerca de 189 300 mil ECU's com uma comparticipação solicitada no valor de cerca de 105 000 mil ECU's.

Os projectos com financiamento assegurado repartiram-se pelos sectores seguintes: Energia 33,2%, Transportes Terrestres 26%, Saneamento Básico 17,6%, Portos e Transportes Marítimos 15%, Indústria 3,6% e Outros 4,6%.

Grandes objectivos regionais foram alcançados, ou estão em vias de o ser, através da realização desses projectos.

Assim, no sector da Energia conseguiu-se aumentar a capacidade de produção utilizando, na medida do possível, fontes energéticas renováveis, (incluindo a extensão da rede de distribuição) e melhorar a sua gestão.

Na área dos Transportes Terrestres, as infraestruturas rodoviárias realizadas e/ou em construção, tiveram um impacto importante no aumento da facilidade de acesso às grandes infraestruturas da Região de ligação ao exterior (aeroporto e porto do Funchal), e na melhoria da acessibilidade entre alguns núcleos populacionais, possibilitando um melhor aproveitamento dos recursos endógenos (especialmente de sectores como a agricultura e o turismo), para além de uma contribuição para a correcção da tendência de concentração no único centro urbano da Região (a cidade do Funchal).

No domínio dos Portos e Transportes Marítimos, com a construção do porto de Porto Santo, e aquisição de um navio de passageiros, procurou-se dotar aquela ilha com infraestruturas devidamente equipadas e dimensionadas, capazes de responder, com rapidez e eficácia, às necessidades das comunicações actuais, pondo fim a um isolamento quase total da zona; com a

ampliação do terminal norte do porto do Funchal aumentou-se a capacidade de acostagem daquele porto.

No sector do Saneamento Básico, destacam-se investimentos (incluindo grandes captações de água), que visam melhorar o nível de serviço de abastecimento às populações de vários concelhos da Região, para além de soluções importantes de preservação do ambiente - em especial da cidade do Funchal -, no que concerne ao tratamento e destino final de águas residuais e de resíduos sólidos.

No campo da Indústria, a infraestrutura em construção é uma zona ou pequeno parque industrial, pretendendo-se que contribua para a criação, expansão e modernização de empresas industriais ou para a reinstalação de pequenas indústrias, tendo também, impacto importante no descongestionamento da cidade do Funchal em termos de tráfego, e na redução dos níveis de poluição.

Outros projectos envolvem sectores como o agrícola e o do turismo, ou as áreas de hidráulica e do ambiente, visando potenciar alguns recursos endógenos, tendo por base a edificação de infraestruturas ou equipamentos essenciais, contribuindo por isso para uma melhoria das condições de desenvolvimento económico e de bem estar da população residente e flutuante.

Relativamente ao Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA - Orientação) foram pequenas as participações comunitárias no período em causa, quer a nível de apoios aos sectores privado agrícola e piscatório, quer relativamente a projectos agrícolas do sector público, em especial, infraestruturas económicas de base.

No caso da agricultura, os projectos apresentados envolvem um investimento total de cerca de 30 300 mil ECU's, encontrando-se aprovados cerca de 65%. Relativamente às pescas, embora as candidaturas fossem de cerca de 14 600 mil ECU's, os valores aprovados respeitam apenas a 6% daquele valor.

Das intervenções estruturais previstas se aguardam resultados positivos, não apenas na melhoria das explorações agrícolas em geral e do seu equipamento, mas também na comercialização e transformação de produtos agrícolas e, em áreas ainda hoje amplamente desfavorecidas ou conjunturalmente menos eficazes. De entre essas intervenções destacam-se as que constam de diversos programas abrangidos pelo Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP): redes de rega, caminhos e electrificação rurais, defesa sanitária dos efectivos, formação profissional agrária, repovoamento e outras acções florestais, a reconversão e reestruturação da cultura da bananeira, etc..

Quanto à pesca, espera-se, sobretudo, a ampliação, reestruturação e modernização da frota regional por forma a atingir-se um maior desenvolvimento do sector e uma melhoria das condições de habitabilidade e segurança das embarcações.

No período 1986/88, com a participação do Fundo Social Europeu (FSE), realizaram-se diversas acções prioritárias, no montante aproximado de cerca de 4 600 mil ECU's, abrangendo 4 429 pessoas.

A actividade desenvolvida centrou-se principalmente em "acções prioritárias a favor de jovens com menos de 25 anos" (76,8%), dirigidas a pessoas com qualificação insuficiente ou inadaptada, preparando-as para empregos qualificados, exigindo a aplicação de novas tecnologias, ou para actividades com perspectivas reais de emprego. A "formação profissional" foi o tipo de acção com maior relevância no total (85%), em áreas como a hotelaria e similares (31%) ou a saúde (16%).

O Banco Europeu de Investimento (BEI) aprovou, no período em análise, a concessão à Região de empréstimos a longo prazo, num total de cerca de 45 200 mil ECU's, para a realização de projectos nos sectores da Energia (56,6%), Transportes - rede rodoviária regional (24,7%) e Saneamento Básico (18,7%), igualmente participadas ao abrigo das Ajudas de Pré-adesão ou do FEDER.

No âmbito da política de desenvolvimento regional os sistemas de incentivos têm tido um impacto muito modesto por razões diversas:

- regimes inovadores destinados a áreas tradicionalmente pouco atractivas para os investidores regionais ou para as PME's;
- fraco peso relativo do sector industrial na estrutura produtiva regional;
- incentivos pouco ajustados às realidades e características das indústrias locais - onde predominam os sectores ditos tradicionais - ou de outros domínios (caso do turismo).

Em termos globais a participação dos fundos estruturais e outros apoios comunitários embora limitada, tem sido positiva, possibilitando a concretização ou o arranque de importantes projectos de grande interesse para o desenvolvimento económico e social da RAM.

Com isto não poderá, no entanto, negar-se a existência de algumas dificuldades e bloqueamentos resultantes das próprias características orográficas da Região (que implicam complexidades manifestadas na realização

material dos projectos), e da necessidade de adaptação, de alguns sistemas de incentivos.

4.12. Síntese dos Principais Factores Limitativos e das Potencialidades de Desenvolvimento

A Madeira é um monumento único ao esforço do Homem na conquista da terra.

Mas, apesar desse esforço, são ainda factores de ordem natural que constituem ou estão na base das principais condicionantes ao desenvolvimento da Região. Quer das condicionantes positivas quer das negativas.

Com efeito, foram o carácter insular e a orografia da Região que impuseram restrições à sua inserção na economia mundial, que determinaram o tipo de agricultura e o padrão de povoamento e que configuraram o sistema produtivo regional. Mas são também essas características que explicam a diversidade de microclimas que dão à Região as suas enormes potencialidades agrícolas, que constituíram o principal produto sobre que se desenvolveu o turismo e que poderão abrir novas vias de desenvolvimento no aproveitamento de tráfegos que, por enquanto, passam à margem da Região.

No entanto, no quadro de uma economia cada vez mais "mundializada", subsistem importantes estrangulamentos e factores limitativos ao desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, com destaque, para:

- a) Deficiente acessibilidade internacional em resultado das limitações do aeroporto à operação de aviões de grande porte, do congestionamento do porto do Funchal e da inexistência de serviço aéreo regular de transporte de carga. Em contrapartida, a Região encontra-se razoavelmente equipada no que respeita aos serviços de telecomunicações;
- b) Baixo grau de acessibilidade interna em virtude das características orográficas, do traçado e das condições das estradas. As distâncias são, assim, enormemente acrescidas, em termos de tempo, repercutindo-se nas condições de acesso das populações aos equipamentos e serviços, nos custos dos bens, na recolha dos produtos agrícolas, na circulação da informação e na dimensão económica do mercado;
- c) Elevada densidade populacional; dispersão do povoamento, com predominância das pequenas aglomerações, que deprime o potencial de mercado, não possibilita economias de aglomeração,

não cria alternativas à cidade do Funchal e encarece as redes de serviços às populações;

- d) Baixo nível de instrução da população activa e da qualificação da força de trabalho;
- e) Fortes limitações à mecanização da agricultura que, pela escassez e características do solo e dimensão das explorações, será sempre uma agricultura trabalho intensiva e a tempo parcial;
- f) Baixo nível de rendimento e de capacidade de poupança e ausência de capitais de risco;
- g) Fragilidade da iniciativa privada, fraca capacidade de investimento e orientação preferencial para investimentos nos serviços ligados ao turismo;
- h) Insuficiência das capacidades e formas organizativas dos produtores para acesso aos serviços e circuitos de comercialização, nomeadamente quando se trata de produções não tradicionais;
- i) Elevada especialização da economia em produtos fortemente concorrenciados nos mercados internacionais e com perspectivas de virem a ser agravadas as condições de competitividade da Madeira;
- j) Fraca integração da economia regional, com uma malha de relações intersectoriais, muito rarefeita e elevada dependência do exterior em produtos essenciais;
- k) Baixo nível de infraestruturação no quadro comunitário, acompanhando neste caso o que se passa no conjunto do país;
- l) Grande sensibilidade ecológica e vulnerabilidade em termos de equilíbrio ambiental, nomeadamente nos aspectos relacionados com a conservação e gestão dos recursos hídricos e florestais, com a utilização e ocupação do solo e outros recursos. Particularmente no que refere aos recursos hídricos, a ilha da Madeira graças à sua constituição geológica, assemelha-se "a uma enorme albufeira subterrânea regularizadora de caudais". As condições de recarga desta "albufeira" pela infiltração da água da chuva e de não contaminação por infiltração de efluentes e a gestão adequada das suas capacidades são vectores essenciais ao futuro da Região.

Alguns destes factores limitativos poderão vir a ter um novo enquadramento com o fim do periodo de transição da adesão de Portugal à CEE. É o caso nomeadamente da actual especialização produtiva regional, em que a produção de banana poderá ver agravadas as condições de concorrência, o vinho poderá ter restrições à sua produção e o turismo poderá ter custos acrescidos em virtude da harmonização fiscal.

Mas a Madeira dispõe de grandes potencialidades de desenvolvimento, algumas das quais poderão ser incrementadas por uma maior internacionalização da economia. O que poderá faltar é tempo para fazer a adaptação da estrutura económica às novas condições sem graves custos sociais.

As potencialidades da Região resultam da sua localização geográfica, do clima, do solo, da paisagem e, principalmente, dos seus recursos humanos.

Com efeito, a região dispõe de uma mão de obra extremamente jovem que, apesar do baixo nível de instrução, é entusiasta e oferece um nível de salários vantajoso face a outros centros europeus. Com a adequada formação profissional, poderá desempenhar quaisquer tarefas desde que devidamente enquadrada por técnicos qualificados. Acresce que a Região é um lugar aprazível para residir e vários estrangeiros, aí vêm fixando residência (em 1985/86 legalizaram a sua residência na Madeira uma média anual de 480 europeus). Não será, deste modo, difícil fixar os técnicos necessários ao desenvolvimento das actividades produtivas se forem resolvidos os estrangulamentos, principalmente a nível da habitação, e encontrados os estímulos que compensem os custos de insularidade.

A paisagem e o clima, que já permitiram o surgimento da actividade turística, poderão ser o ponto de partida para o lançamento de outras actividades quer na área do turismo (por exemplo, turismo residencial para a terceira idade com serviços conexos de alta qualidade), quer no desporto e lazer, aproveitando também as possibilidades do mar e da montanha.

O clima, o solo e a disponibilidade de água permitem o cultivo de qualquer espécie agrícola de interesse económico. A Madeira tem boas potencialidades na produção de flores exóticas, de frutos subtropicais e de hortícolas frescos. A produção de frutos subtropicais tem-se destinado fundamentalmente ao mercado interno. Alguns, caso do maracujá, podem ser exportados depois de transformados (sumos concentrados). Quanto aos hortícolas frescos, vem-se verificando desajustamentos sazonais entre a oferta e procura, não havendo equipamento para a estabilização da oferta, o que obriga à importação de legumes congelados. Não só no abastecimento do mercado interno mas também, se resolvidos os estrangulamentos do transporte, na colocação de primores no mercado europeu, existem potencialidades a aproveitar.

A localização geográfica, nas principais rotas marítimas, permite encarar a instalação de serviços de apoio internacionais (sobretudo os relacionados com a navegação), assim como a manipulação de mercadorias e a transformação, na Região, de matérias primas de África ou da América Latina.

A economia da Região Autónoma da Madeira tem uma ampla margem de crescimento caso sejam aproveitadas integralmente estas potencialidades e realizados os objectivos sectoriais propostos. Em trabalho recente concluiu-se que, na hipótese mais favorável de serem cumpridos plenamente os objectivos sectoriais, a economia da RAM poderia crescer, na próxima década, à elevada taxa média anual de 7%, enquanto a evolução, sem grandes inflexões mas num novo enquadramento económico, da tendência do passado aponta para taxas modestas à volta de 3%.

O diferencial entre estas duas taxas dá bem a ideia da necessidade e dos efeitos que se pode esperar de uma intervenção integrada e intensiva para acelerar o desenvolvimento económico regional, no sentido de aproximar a Região da média do País e da Comunidade.

Refira-se que taxas de crescimento elevadas são necessárias à correcção dos desequilíbrios face à média do País e que, mesmo que se verifiquem taxas da ordem dos 7%, no final dos anos 90 ainda será significativa a disparidade de rendimento per capita entre a Região e o todo nacional.

5. OBJECTIVOS E ESTRATÉGIA DO PROGRAMA OPERACIONAL

5.1. Pressupostos Básicos

O actual modelo de desenvolvimento da Região apresenta fragilidades que poderão conduzir, a muito breve prazo, ao seu esgotamento se não forem bem sucedidas as medidas propostas, algumas das quais já começaram a ser implementadas pelo Governo Regional.

Num quadro de incerteza quanto ao futuro como o que hoje vivemos, qualquer região que aposte o seu desenvolvimento numa especialização excessiva num número reduzido de produções, ainda que competitivas, arrisca-se a vir a ficar à margem dos processos futuros de desenvolvimento dos espaços económicos em que se insere. Esse risco será tanto maior quanto, sobre as produções em causa pesarem ameaças concretas ou tiverem uma procura tão volátil como a do turismo.

O sucesso de qualquer estratégia de desenvolvimento para a Região Autónoma da Madeira depende, em primeiro lugar, da forma como conseguir reestruturar o seu sistema produtivo e esta reestruturação só será bem sucedida se se traduzir numa integração equilibrada da Região no Mercado Comunitário a partir da criação de novas oportunidades e aproveitamento integral das vantagens comparativas.

Deste modo, a estratégia proposta assume não privilegiar em particular nenhum sector ou produção, mas a procura de coerência entre as diversas políticas sectoriais e a mobilização de todos os agentes económicos no sentido do aproveitamento integral das potencialidades endógenas, entendidas estas como tudo o que constitua ou venha a criar para a Região uma vantagem competitiva.

5.2. Objectivos e Opções de Desenvolvimento

A Região no âmbito das suas competências próprias, define a política de desenvolvimento sócio-económico, através de planos regionais para o respectivo território, os quais se enquadram nos grandes objectivos a nível nacional.

Assim, os objectivos de desenvolvimento já definidos para a Região são:

- Elevação do nível de rendimento e da qualidade de vida da população;

- Reforço do potencial económico;
- Melhoria da situação do emprego;
- Redução das assimetrias intra-regionais.

Tendo em conta os factores limitativos e as potencialidades e atendendo aos pressupostos referidos, a prossecução destes objectivos passará pela:

- Diversificação da estrutura produtiva, orientada, prioritariamente, para o aproveitamento equilibrado dos recursos e potencialidades endógenas;
- Aumento da competitividade da base produtiva;
- Reforço e melhoria das infraestruturas;
- Melhoria da qualificação profissional e do nível educacional da força de trabalho;
- Preservação do meio ambiente e ordenamento do uso do solo.

Insista-se nas fortes interdependências entre todos estes objectivos e opções que não só torna difícil estabelecer quais os que, na situação concreta da Madeira, são objectivos finais ou objectivos instrumentais, mas também, o que é mais importante, deixa claro que todos ficarão comprometidos se algum deles não puder ser atingido.

O Programa Operacional Plurifundos para a Região constituirá o instrumento principal desta estratégia, atendendo ao significativo volume de recursos financeiros que envolve, e, sobretudo, por ser a forma de intervenção privilegiada para potenciar sinergias, capaz de maximizar os efeitos multiplicadores gerados e a integração no mesmo sentido, da implementação das diferentes políticas e investimentos de apoio, bem como da acção dos vários agentes públicos e privados.

Para a concretização desta estratégia contribuirão, ainda, as seguintes intervenções previstas no Quadro Comunitário de Apoio:

- Programa Nacional de Interesse Comunitário de Incentivo à Actividade Produtiva (SIBR, SIFIT e SIPE e acções desenvolvidas por agentes de dinamização económica) que visa aumentar o investimento produtivo, de natureza privada na indústria e no turismo, criar empregos e apoiar o desenvolvimento de iniciativas empresariais;

- Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa que tem por objectivo revitalizar a base industrial existente, promover o aparecimento de novas indústrias com elevado potencial tecnológico de modo a maximizar o aproveitamento das vantagens comparativas e dos recursos nacionais, humanos e naturais;
- Regime de incentivos à modernização do comércio, tendo como objectivo modernizar a estrutura técnica e de gestão das unidades económicas, dinamizar os circuitos de distribuição e reconverter as empresas comerciais;
- Programa PEDAP (nomeadamente os programas específicos: acção florestal; electrificação rural; construção e melhoramento de caminhos rurais; renovação e beneficiação de regadios tradicionais; formação agrária - construção de pequenos Centros de Formação e seu equipamento, com capacidade global para 140 formandos; agrupamentos de defesa sanitária; reestruturação e reconversão da cultura da bananeira; estudos para análise da agricultura portuguesa; programa nacional de produção de materiais de propagação vegetativa; programa "Pró-Agri"), programa operacional de melhoramento das estruturas vitivinícolas, programas operacionais contendo acções incluídas no objectivo 5 a), incluindo acções na pesca;
- Programas operacionais STAR e VALOREN que apoiarão acções visando a criação de infraestruturas económicas com impacto directo sobre o crescimento económico equilibrado;
- Programa CIÊNCIA que, visando o estabelecimento das bases para o desenvolvimento científico e tecnológico, apoiará acções de criação e ou ampliação de infraestruturas de I&D e respectivas instituições, a realização de estudos, acções de intercâmbio científico e tecnológico e de formação de recursos humanos.

Refiram-se, ainda, os programas operacionais a título dos objectivos 3 e 4, em favor da inserção profissional dos desempregados de longa duração e de jovens, dos quais a RAM possui uma quota anual de 100 e 800 formandos, respectivamente, e que, constituindo um complemento das acções previstas no âmbito deste Programa Operacional Plurifundos, compreenderão acções de formação e orientação profissional, incentivos à contratação e à criação de actividades independentes.

Podemos acrescentar que, das quotas existentes a nível Nacional, sensivelmente 40% terão formação na área do Turismo, 30% na área de Construção Civil e 30% nas restantes áreas.

Espera-se beneficiar de um programa, de iniciativa comunitária, para as regiões ultra-periféricas portuguesas, o qual deverá contemplar importantes intervenções no domínio dos transportes, com particular incidência em infraestruturas relativas à acessibilidade externa.

As intervenções, com apoio comunitário, em fase de realização na Região, e aprovadas anteriormente ao estabelecimento do Quadro Comunitário de Apoio para Portugal (1989-1993) articulam-se com as acções previstas no POP-Madeira, constituindo um importante contributo para a concretização da estratégia de desenvolvimento regional. Destas intervenções revela-se, por ser um suporte fundamental para a promoção de um desenvolvimento harmonioso, o Plano de Ordenamento do Território, já em elaboração e com conclusão prevista para o próximo ano.

O regime de investimentos financeiros e fiscais, de âmbito regional, para promoção de investimentos na Zona Franca da Madeira constituirá um instrumento fundamental para a dinamização da actividade industrial, com uma forte articulação com o presente programa operacional.

A nível da Administração Regional estão programadas, no âmbito dos respectivos Planos, intervenções, sem apoio comunitário, quer nos sectores produtivos e infraestruturas económicas, quer nos sectores sociais, nomeadamente nos domínios da habitação e urbanismo, ambiente, educação, cultura, saúde, turismo, agricultura, indústria, acessibilidades e administração pública. Estas intervenções, em conjunto com as promovidas pela administração local, visam a prossecução dos objectivos de desenvolvimento definidos para a Região, contribuindo para a potenciação dos efeitos multiplicadores que se esperam das intervenções constantes do POP-Madeira.

5.3. Eixos de Desenvolvimento

A estratégia de desenvolvimento impõe a consideração das especificidades das duas ilhas habitadas: a Madeira e Porto Santo.

Tendo em conta as potencialidades referidas, a ilha da Madeira reúne condições para apostar o seu desenvolvimento em quatro vectores fundamentais:

- exportação de produtos agrícolas de alto valor acrescentado;

- industrialização de recursos locais (agrícolas, piscícolas, silvícolas) de matérias primas importadas (da África ou da América do Sul) ou outras produções intensivas em mão-de-obra de média qualificação;
- prestação de serviços internacionais (sucursais financeiras no exterior);
- serviços turísticos de alta qualidade.

Trata-se de vectores compatíveis com os objectivos definidos e que se afiguram de grande viabilidade no quadro actual, dispondo já, a Região de alguns instrumentos essenciais: Zona Franca e Sucursais Financeiras no Exterior e Centro Internacional de Registo de Navios.

No que respeita à ilha de Porto Santo, embora actualmente a limitação dos seus recursos e a experiência recente apenas permitam apostar no turismo sazonal, existem possibilidades de desenvolver um turismo de todo o ano, desde que sejam criadas infraestruturas turísticas apropriadas nos diversos sectores.

A construção de pequenas barragens de superfície e reciclagem de águas residuais poderá contribuir para ultrapassar os estrangulamentos ao aproveitamento das potencialidades agrícolas (nomeadamente hortícolas e uva de mesa). Outra vertente do desenvolvimento da ilha poderá apoiar-se na investigação das energias renováveis e no teste e fabrico de equipamentos para a sua utilização.

Os objectivos visados e os vectores referidos para o desenvolvimento económico exigem actuações segundo grandes linhas de intervenção que constituem os grandes eixos da estratégia:

- 1º. - **Densificação e fortalecimento da malha produtiva regional**, por forma a aumentar os efeitos multiplicadores e a reduzir a dependência do exterior e a incrementar o rendimento regional.

Este eixo poderá assentar em acções como: a divulgação das potencialidades de investimento nas áreas de maior dependência externa; o apoio à elaboração de projectos; a gestão adequada dos sistemas de incentivos; o apoio técnico e a organização de redes de recolha dos produtos, sobretudo na agricultura (caso do leite e produtos hortícolas); a criação de infraestruturas de acolhimento (zona industrial); ou o apoio à criação de pequenas empresas, principalmente da iniciativa de jovens; a defesa do artesanato regional, a introdução de

novo design (principalmente nos vimes); a redução da influência de agentes externos na comercialização; o incremento do grau de transformação dos produtos regionais. O fomento da cooperação e o redimensionamento das empresas regionais (por exemplo na construção civil ou na transformação de carnes) para passarem de várias unidades artesanais isoladas a empresas industriais bem dimensionadas seria outra forma de actuação que contribuiria também para elevar a produtividade regional e para melhorar as condições de concorrência.

Este tipo de actuação exige que seja revista a estrutura e os procedimentos dos organismos virados para a acção económica e uma atenção particular ao aproveitamento dos recursos endógenos.

2º. - Criação de uma base industrial de exportação, transformando matérias primas locais ou importadas

O instrumento privilegiado será a Zona Franca Industrial do Caniçal. O facto de aqui ser concedida uma isenção total do IRS e do IRC durante mais de 20 anos é um atractivo muito interessante para a instalação de empresas industriais, sobretudo daquelas cuja produção se destine em parte significativa a países extra-comunitários. Importa dar prioridade à reunião das condições do funcionamento da Zona Franca (acesso rodoviário, porto). Mas importa também que a Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM) desenvolva uma acção agressiva de captação de investimento industrial para a região e de divulgação no exterior das vantagens da Zona Franca Industrial. Por outro lado haverá que apoiar as empresas locais no acesso ao mercado externo, através de uma acção dinâmica em cooperação com o Instituto do Comércio Externo.

3º. - Aumento das exportações agrícolas competitivas que passa, entre outras, pelas seguintes componentes de actuação:

- Apoio aos produtores, principalmente para a reconversão da bananeira e para a expansão da floricultura, da cultura de primores e de frutos subtropicais;
- Incremento da formação profissional dos agricultores;

- Investigação e introdução de novas espécies dos sectores agrícola e piscícola;
- Criação de infraestruturas de recolha, embalagem e comercialização;
- Resolução do estrangulamento do transporte aéreo de mercadorias;
- Apoio à transformação dos produtos agrícolas.

4º. - Desenvolvimento de serviços internacionais.

Com este objectivo foi criado o Centro Financeiro Offshore da Madeira e o Centro Internacional de Registo de Navios.

Os serviços ligados à navegação e à manipulação de mercadorias têm boas potencialidades de desenvolvimento, beneficiando da localização estratégica da ilha e do quadro institucional da Zona Franca.

5º. - Desenvolvimento dos serviços avançados de turismo.

Os objectivos específicos para o desenvolvimento do turismo na Madeira visam a boa qualidade da oferta hoteleira e dos serviços turísticos e a formação de produtos integrados e sua divulgação, através de investimentos promocionais, e de técnicas de marketing apropriadas à colocação dessa oferta, nos mercados de consumo.

Tendo em consideração a opção da Madeira como destino turístico de qualidade e a necessidade de não afectar o meio ambiente (motivação principal dos fluxos turísticos para esta Região) a expansão da oferta, devidamente dimensionada, será orientada no sentido da desconcentração espacial e da sua diversificação. O Plano de Ordenamento do Território, cujos estudos estão em curso, um estudo de desenvolvimento turístico que se pretende promover e o Sistema de Incentivos Financeiros ao Turismo, são instrumentos que contribuirão para a concretização desta estratégia.

Os principais produtos turísticos da Madeira têm sido a paisagem e o clima. O mar, a montanha, a natureza, as reservas ecológicas constituem outros produtos que há que saber "vender". A consolidação das infraestruturas turísticas

é um factor decisivo para o aproveitamento destas potencialidades.

No entanto, importa criar infraestruturas que permitam desenvolver outros serviços turísticos de qualidade tais como: encontros de negócios, congressos científicos, reuniões internacionais, estágios de atletas ou centros de repouso e residência temporária (e serviços conexos) de alta qualidade para pessoas da terceira idade de elevados rendimentos.

Para tanto, duas condições se tornam necessárias: voos internacionais regulares, o que implica a ampliação do aeroporto do Funchal, e a inserção da Região nas redes internacionais de difusão de informação turística, aproveitando as potencialidades das novas tecnologias da informação.

A actual dependência dos operadores turísticos dificilmente é compatível com o aumento previsto da oferta sem aviltamento de preços e diminuição de qualidade.

6.º - Melhoria do acesso ao mercado.

A organização do acesso ao mercado, o "saber vender" é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento das actividades regionais em todos os sectores. A resolução deste estrangulamento exige a criação de infraestruturas físicas, mas é, antes de mais uma questão de organização (difusão da informação, contacto com potenciais clientes, zelo das normas de qualidade), que racionalize os circuitos de comercialização e promova os produtos regionais no exterior. A participação em feiras internacionais, a organização de feiras de actividades na Região, a criação de laboratórios de qualidade e de centros de selecção e embalagem de produtos são acções que deverão integrar o esforço de melhorar as condições de acesso dos produtos regionais ao mercado.

Estas acções serão concretizadas no âmbito deste programa operacional, do PEDAP, dos programas específicos visando o reforço das estruturas de base para a transformação e comercialização de produtos da agricultura, da pecuária e da pesca, do PEDIP e, de modo indirecto, através do Programa CIÊNCIA.

Estes seis eixos de intervenção referem-se directamente à diversificação da estrutura económica, ao aumento do nível de rendimento e ao

reforço do potencial económico. Porém, há três outros eixos que são essenciais ao sucesso de toda a estratégia de desenvolvimento. São eles:

7º - Melhoria dos níveis de instrução e incremento da formação profissional e do nível de qualificação da mão-de-obra.

A concretização dos eixos 1,2,3,5 e 6 implica, forçosamente, a melhoria de qualificação profissional da população activa de todos os sectores de actividade, com relevância para a área do Turismo.

O actual desemprego é principalmente um problema de inadequação do perfil da força de trabalho às exigências das actividades. A absorção do subemprego agrícola por outras actividades exigirá acções de formação em grande escala.

Por outro lado, a criação da Zona Franca Industrial vai implicar, necessariamente, uma melhoria da qualificação de mão-de-obra.

Assim, a formação profissional passará a ser dos pilares do necessário acréscimo da produtividade. Finalmente, o saber fazer é o factor mais importante da iniciativa empresarial que escasseia na Região.

8º - Melhoria das infraestruturas e equipamentos, quer das que servirão para a inserção internacional da economia madeirense: telecomunicações, aeroporto e porto; quer das que apoiarão a integração do mercado local (rodovias) e o desenvolvimento das actividades produtivas (equipamentos económicos); quer, sobretudo, dos equipamentos e serviços à população, essenciais à melhoria das condições de vida e à fixação dos quadros técnicos.

9º - Preservação do ambiente e ordenamento do uso do solo.

Na Região Autónoma da Madeira o ambiente não é apenas um valor fundamental a preservar em qualquer circunstância. É também o mais importante recurso económico, onde se apoiam directamente a estratégia de desenvolvimento turístico e o desenvolvimento agrícola. O solo está sujeito às mais fortes pressões resultantes da necessidade de implan-

tação das infraestruturas, da habitação e dos estabelecimentos económicos. Importa não só assegurar a compatibilização destes usos com os usos agrícolas e a não destruição do equilíbrio da paisagem construída, mas também promover uma localização das actividades e populações que garantam a maximização das economias de aglomeração e a eficácia na construção das redes de serviço às mesmas populações e actividades.

Importa, por último, referir que a complexidade da problemática do desenvolvimento da Região e das intervenções a realizar impõem a intensificação dos fluxos financeiros e a coordenação e integração das acções dos diversos agentes e instituições intervenientes.

5.4. Apresentação Genérica do Programa

5.4.1. Apresentação do Programa Operacional

Decorrente dos eixos estratégicos propostos anteriormente, identificámos um conjunto integrado de acções que garantisse a prossecução dos objectivos gerais e instrumentais definidos para a Região.

O Programa Operacional para a Região Autónoma da Madeira terá realização no período 1990/93.

Porém, por razões de ordem técnica (de projecto ou outra), ou de capacidade de execução material ou financeira, algumas medidas têm que apresentar um calendário de realização que ultrapassa aquele limite temporal, pelo que a concretização integral da estratégia e, consequentemente, a realização dos objectivos propostos neste Programa Operacional terão, necessariamente de ser prosseguidos num período posterior a 1993, numa outra intervenção operacional.

Dado o carácter integrado das acções propostas, a mesma acção tem impacto significativo em diferentes eixos, como resulta claro no esquema que seguidamente se apresenta.

Tendo em conta a sua natureza e os níveis de responsabilidade da sua execução as acções foram organizadas em medidas e estas em 8 sub-programas:

Subprograma 1 - Desenvolvimento da Estrutura Produtiva

Subprograma 2 - Valorização e Aproveitamento do Potencial Turístico

Subprograma 3 - Estruturas Físicas Energéticas

Subprograma 4 - Incremento das Acessibilidades

Subprograma 5 - Formação Profissional e Valorização dos Recursos Humanos

Subprograma 6 - Equipamentos Sociais Estratégicos

Subprograma 7 - Protecção do Meio Ambiente e Ordenamento do Território

Subprograma 8 - Gestão e Acompanhamento do POP-Madeira

Realce-se que, relativamente a alguns dos eixos estratégicos definidos, as acções que concorrem para a sua plena execução se encontram fora do âmbito do P.O.P., mas fazem parte de outros programas Nacionais/Comunitários em curso ou em preparação.

No entanto, alguns destes programas foram já incluídos no esquema constante do quadro 14, de forma a dar uma visão global das acções que concorrem para a estratégia definida.

Para se evidenciar as sinergias internas existentes entre as acções propostas foi elaborada uma relação matricial onde se incluíram as acções e medidas.

Os resultados finais a que se chegou permitem-nos fazer os seguintes comentários:

- a) As medidas 1.1, 1.4, 3.1, 4.1, 4.2, 4.3, 6.1, 6.4 e 7.2. apresentam sinergia positiva. Se se tiverem em linha de conta os objectivos de desenvolvimento propostos para a Região, e que a sua prossecução passa pela diversificação da estrutura produtiva, pela melhoria da qualificação profissional e do nível educacional da força de trabalho, pela preservação do meio ambiente e pelo reforço e melhoria das infraestruturas, fácil será compreender a força catalizadora destas medidas em relação à totalidade do programa;

QUADRO 14

CONTRIBUICAO DAS ACCOES E MEDIDAS PARA A REALIZACAO DOS EIXOS ESTRATEGICOS DE DESENVOLVIMENTO

	EIXO 1	EIXO 2	EIXO 3	EIXO 4	EIXO 5	EIXO 6	EIXO 7	EIXO 8	EIXO 9
SUB-PROGRAMA 1 - DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA PRODUTIVA									
MEDIDA 1 - APROVEITAMENTO DOS RECURSOS ENDOGENOS									
- APROVEITAMENTO INTEGRADO DOS SOCORRIDOS	+		+					++	+
- APROVISIONAMENTO DE AGUA NO PALHEIRO FERREIRO	+		++					++	
MEDIDA 2 - INFRAESTRUTURAS BASICAS DA ZONA FRANCA DO CANICAL									
- INFRAESTRUTURAS DA ZONA FRANCA DO CANICAL		+++		+				+	
- TERMINAL MARITIMO DA ZONA FRANCA DO CANICAL		+++		+		+		+	
- E.R. 101 MACHICO - CANICAL		++						++	
- SILOS PARA CEREAIS		+						+	++
- PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DA ZONA FRANCA INDUSTRIAL	+	+++		+					
MEDIDA 3 - INFRAESTRUTURAS DE APOIO A ACTIVIDADE INDUSTRIAL									
- PARQUE INDUSTRIAL DA ZONA OESTE	++	+						+	++
- ZONA INDUSTRIAL DE SANTO AMARO	++	+						+	++
- NAVE INDUSTRIAL						+		+	
MEDIDA 4 - INFRAESTRUTURAS DE APOIO A ACTIVIDADE PISCATORIA.....									
- PORTO DE PESCAS.....	+					+		++	
- AMPLIACAO DE CAIS.....	+					+		+	
- RAMPA DE VARAGEM NA COSTA NORTE	+							++	
MEDIDA 5 - DEFESA, VALORIZACAO E RENOVACAO DO ARTESANATO REGIONAL.....	+++				+	+++			
MEDIDA 6 - MOBILIZACAO DO POTENCIAL DE INICIATIVA ENDOGENA.....									
- ESTUDO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO.....	+++	+				++			+
- CRIACAO DE NINHO DE EMPRESAS.....	+++	+				++			+
- INFORMACAO E DIVULGACAO.....	+++	+				++			+
- APOIOS FINANCIEROS A PEQUENOS PROJECTOS.....	+++	+				++			+
SUBPROGRAMA 2 - VALORIZACAO E APROVEITAMENTO DO POTENCIAL TURISTICO									
MEDIDA 1 - CONSOLIDACAO DE INFRAESTRUTURAS TURISTICAS.....									
- INFRAESTRUTURAS TURISTICAS.....				+	++			+	++
- INFRAESTRUTURAS DE ANIMACAO E RECREATIVAS.....					+			+	+
MEDIDA 2 - VALORIZACAO DO PATRIMONIO CULTURAL DE INTERESSE TURISTICO	+				+				++
MEDIDA 3 - PROMOCAO ORIENTADA DA PROCURA TURISTICA.....									
- ESTUDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO.....	+				+	+			+
- ACCOES PROMOCIONAIS.....					+	+			
MEDIDA 4 - ORDENAMENTO VIARIO DA CIDADE DO FUNCHAL.....					+				++
SUBPROGRAMA 3 - ESTRUTURAS FISICAS DO SECTOR ENERGETICO									
MEDIDA 1 - AUMENTO DA CAPACIDADE DE PRODUCAO.....	++	+						+	
MEDIDA 2 - EXPANSAO E MELHORIA DA REDE DE TRANSPORTE E DISTRIBUICAO.....	+	+	+					+	+
SUBPROGRAMA 4 - INCREMENTO DAS ACESSIBILIDADES									
MEDIDA 1 - ACESSIBILIDADE EXTERNA.....									
- MELHORAMENTOS NO MOLHE EXTERIOR DO PORTO DO FUNCHAL.....			+	+		+		+	
- RENOVACAO DA FROTA DE EQUIP. DE MOVIM. DE CONTENTORES			+	++		++		+	
- TERMINAL DE 2ª LINHA PARA O PORTO DO FUNCHAL									
- RECONSTRUÇÃO E GRANDE REPARAÇÃO DO TERRAPLENO DO CAIS NORTE DO PORTO DO FUNCHAL						+		++	
MEDIDA 2 - ACESSIBILIDADE REGIONAL.....	+		+			++		++	+
MEDIDA 3 - ACESSIBILIDADE LOCAL.....	+		+			+		+	++
SUBPROGRAMA 5 - FORMACAO PROFISSIONAL E VALORIZACAO DOS RECURSOS HUMANOS									
MEDIDA 1 - FORMACAO PROFISSIONAL PARA ACTIVOS DE TODOS OS SECTORES DE ACTIVIDADE, EXCLUINDO O TURISMO	+	+	+				+++		+
MEDIDA 2 - FORMACAO PROFISSIONAL PARA ACTIVOS DO TURISMO	+				++		+++		+
MEDIDA 3 - ACCOES PARA O DESENVOLVIMENTO DO EMPREGO	++						++		+
MEDIDA 4 - ENSINO TECNICO-PROFISSIONAL E UNIVERSITARIO	+	+	+	+			+++		+

QUADRO 14 (Cont.)

CONTRIBUICAO DAS ACCOES E MEDIDAS PARA A REALIZACAO DOS EIXOS ESTRATEGICOS DE DESENVOLVIMENTO

	EIXO 1	EIXO 2	EIXO 3	EIXO 4	EIXO 5	EIXO 6	EIXO 7	EIXO 8	EIXO 9
SUBPROGRAMA 6 - EQUIPAMENTOS SOCIAIS ESTRATEGICOS									
MEDIDA 1 - MODERNIZACAO DAS INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS DE BASE.....							++	++	
- CONSTRUCAO DE ESCOLAS PARA ENSINO BASICO/TEC.PROFISSI.....								++	
- EDUCACAO ESPECIAL.....								++	
- EDUCACAO PERMANENTE.....								++	
- REDIMENSIONAMENTO DE REDE DO 1. CICLO.....								++	
- REAPETRECHAMENTO DAS ESCOLAS.....								++	
MEDIDA 2 - CRIACAO DAS ESTRUTURAS FISICAS DO ENSINO SUPERIOR.....							+	++	
MEDIDA 3 - AUMENTO E MELHORIA DA OFERTA DE SERVICOS DE SAUDE.....									
- CONSTRUCAO DE CENTROS DE SAUDE.....					+			++	
- ARTICULACAO CUIDADOS PRIMARIOS/CUIDADOS DIFERENCIADOS.....					+			++	
MEDIDA 4 - INFRAESTRUTURAS DE APOIO Á FORMACAO PROFISSIONAL.....					+		+++	++	
SUBPROGRAMA 7 - PROTECCAO DO MEIO-AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITORIO									
MEDIDA 1 - INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA.....					+			++	++
MEDIDA 2 - INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO BASICO.....					++			++	++
MEDIDA 3 - REFORCO DA PROTECCAO AMBIENTAL.....					++			++	++
MEDIDA 4 - ORDENAMENTO DO TERRITORIO.....	++								+++
SUBPROGRAMA 8 - GESTAO E ACOMPANHAMENTO DO POP. - MADEIRA.....									
MEDIDA 1 - EXECUCAO E ACOMPANHAMENTO.....	++	++	++	++	++	++	++	++	++
MEDIDA 2 - ESTUDOS, PUBLICIDADE E PROMOCAO.....	+	+	+	+	+	+	+	+	+
MEDIDA 3 - ESTUDOS, ACOMPANHAMENTO, AVALIACAO E GESTAO DO SUBP. 5.....	++	++	++	++	++		++		++
INTERVENCOES DE ELEVADO IMPACTO SINERGICO NAO INCLUIDAS NO P.O.P.									
PEDAP/VITIVINICOLA/ACCÕES OBJECTIVO 5 a).....	++		+++				++		+
AEROPORTOS DE S. CATARINA E DO PORTO SANTO (PROG. DAS REG. ULTRAPERIFERICAS)	+	++		++	+++			++	
TELECOMUNICAÇÕES/COMUNICAÇÕES (PROGRAMA STAR).....	+	++		+++	++	++			
PNICIAP:									
. INCENTIVOS SIBR.....	+	++							
. INCENTIVOS SIFIT.....				++					
. INCENTIVOS SIPE.....	+	+			+	+			
INCENTIVOS FISCAIS E INVESTIMENTO PRIVADO NA ZONA FRANCA DO CANCAL.....		+++		+++					
PROGRAMA CIENCIA.....	+	++	++		+				
PROGRAMA VALOREN.....	+							++	++
PEDIP.....	+	++					++	++	
PROGRAMAS OPERACIONAIS OBJECTIVOS 3 E 4.....								+++	

LEGENDA:

EIXO 1 - DENSIFICACAO E FORTALECIMENTO DA MALHA PRODUTIVA REGIONAL

EIXO 2 - CRIACAO DE BASE INDUSTRIAL DE EXPORTACAO

EIXO 3 - AUMENTO DAS EXPORTACOES AGRICOLAS COMPETITIVAS

EIXO 4 - DESENVOLVIMENTO DE SERVICOS INTERNACIONAIS

EIXO 5 - DESENVOLVIMENTO DOS SERVICOS AVANÇADOS DE TURISMO

EIXO 6 - MELHORIA DO ACESSO AO MERCADO

EIXO 7 - MELHORIA DOS NIVEIS DE INSTRUCAO/INCREMENTO DA F.PROFISSIONAL

EIXO 8 - MELHORIA DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

EIXO 9 - PRESERVACAO DO MEIO-AMBIENTE E ORDENAMENTO DO USO DO SOLO.....

+ - CONTRIBUICAO POTENCIADORA

++ - CONTRIBUICAO SIGNIFICATIVA

+++ - CONTRIBUICAO DETERMINANTE

- b) As medidas 8.1, 8.2 e 8.3 apresentam uma sinergia fortemente positiva, o que mostra o seu papel decisivo para a boa execução do programa global;
- c) O conjunto das medidas 1.2, 1.3, 1.5, 1.6, 6.2, e 6.3 situam-se numa zona que apelidaremos de neutra, justificam-se a si próprias e detêm uma elevada importância estratégica para a execução plena dos objectivos do Programa Global;
- d) Com maior ou menor intensidade as medidas 2.1, 2.2, 2.3, 3.2, 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 7.1, 7.3 e 7.4, apresentam sinergias negativas, o que caracteriza uma relação de dependência face à execução das outras constantes deste Programa, só fazendo sentido realizar estas a partir do momento em que se executarem as medidas catalizadoras.

5.4.2. Adequação ao Quadro Comunitário de Apoio

Encontrando-se já aprovado o Quadro Comunitário de Apoio para as intervenções estruturais comunitárias em Portugal, está também encontrada, de um modo global, a indispensável cobertura ao Programa Operacional Plurifundos para a Região Autónoma da Madeira o qual, aliás, aquele QCA consagra expressamente, integrando-o no Eixo 6 - Desenvolvimento das Potencialidades das Regiões e Desenvolvimento Local.

Pode pois referir-se que, ao tomar em consideração, quer os objectivos finais e instrumentais do Plano de Desenvolvimento Regional da RAM para 1989 - 1993, quer os princípios subjacentes aos "eixos" prioritários definidos pelo QCA, o P.O.P. - RAM assegurou, por esse facto, a adequação e coerência necessárias à sua aprovação e, deste modo, a contribuição da Comissão das Comunidades para a realização do mesmo.

Atendendo a que:

- a Região Autónoma da Madeira é uma região ultra-periférica, insular, com baixo grau de desenvolvimento, de economia débil e incapaz de gerar, por si só, os meios financeiros necessários ao seu desenvolvimento - e que, por isso mesmo, se tem que considerar super-prioritária;

QUADRO 15
QUADRO DE SINERGIAS DO PROGRAMA

	1,1	1,2	1,3	1,4	1,5	1,6	2,1	2,2	2,3	2,4	3,1	3,2	4,1	4,2	4,3	5,1	5,2	5,3	5,4	6,1	6,2	6,3	6,4	7,1	7,2	7,3	7,4	8,1	8,2	8,3	A	(A-B)		
SUB-PROGRAMA 1 - DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA PRODUTIVA.....																																		
MEDIDA 1 - APROVEITAMENTO DOS RECURSOS ENDOGENOS.....	5	0	1	0	0	0	1	0	1	1	5	3	0	1	3	3	0	3	1	0	0	0	0	5	0	3	3	0	0	0	39	7		
MEDIDA 2 - INFRAESTRUTURAS BASICAS DA ZONA FRANCA DO CANICAL.....	1	5	1	0	0	3	0	0	0	3	0	3	0	3	3	3	0	1	3	0	0	0	0	3	3	1	3	0	0	0	39	1		
MEDIDA 3 - INFRAESTRUTURAS DE APOIO A ACTIVIDADE INDUSTRIAL.....	3	0	5	0	0	3	0	0	0	3	0	3	0	3	1	3	0	1	3	0	0	0	0	3	3	1	1	0	0	0	36	-1		
MEDIDA 4 - INFRAESTRUTURAS DE APOIO A ACTIVIDADE PISCATORIA.....	0	1	1	5	0	1	0	0	1	0	0	0	3	3	0	3	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	0	28	7		
MEDIDA 5 - DEFESA, VALORIZACAO E RENOVACAO DO ARTESANATO REGIONAL.....	0	1	1	0	5	1	0	3	3	0	0	1	0	0	1	3	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23	0		
MEDIDA 6 - MOBILIZACAO DO POTENCIAL DE INICIATIVA ENDOGENA.....	3	3	3	1	0	5	0	0	0	0	3	3	0	0	0	3	0	5	3	0	0	0	0	1	1	3	0	0	0	37	-1			
SUBPROGRAMA 2 - VALORIZACAO E APROVEITAMENTO DO POTENCIAL TURISTICO.....																																		
MEDIDA 1 - CONSOLIDACAO DE INFRAESTRUTURAS TURISTICAS.....	0	0	0	0	0	0	5	3	3	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	1	1	3	5	0	0	0	28	-14		
MEDIDA 2 - VALORIZACAO DO PATRIMONIO CULTURAL DE INTERESSE TURISTICO.....	0	0	0	0	1	1	1	5	3	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	19	-14		
MEDIDA 3 - PROMOCAO ORIENTADA DA PROCURA TURISTICA.....	0	0	0	0	1	1	1	3	5	1	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	20	-27			
MEDIDA 4 - ORDENAMENTO VIARIO DA CIDADE DO FUNCHAL.....	0	0	1	0	0	0	3	3	1	5	0	0	0	5	5	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	3	5	0	0	0	33	1		
SUBPROGRAMA 3 - ESTRUTURAS FISICAS DO SECTOR ENERGETICO.....																																		
MEDIDA 1 - AUMENTO DA CAPACIDADE DE PRODUCAO.....	3	3	3	1	1	3	3	0	0	0	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	24	3		
MEDIDA 2 - EXPANSAO E MELHORIA DA REDE DE TRANSPORTE E DISTRIBUICAO.....	3	3	3	1	1	3	3	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	24	-4		
SUBPROGRAMA 4 - INCREMENTO DAS ACESSIBILIDADES.....																																		
MEDIDA 1 - ACESSIBILIDADE EXTERNA.....	0	3	1	0	0	0	3	0	3	0	0	0	5	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	21	7		
MEDIDA 2 - ACESSIBILIDADE REGIONAL.....	0	1	0	0	1	1	3	3	3	5	0	0	0	5	3	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	5	0	0	0	34	1		
MEDIDA 3 - ACESSIBILIDADE LOCAL.....	1	0	0	0	1	1	1	1	3	0	0	0	0	3	5	3	0	3	3	0	0	0	0	0	0	3	5	0	0	0	30	-1		
SUBPROGRAMA 5 - FORMACAO PROFIS. E VALORIZACAO DOS RECURSOS HUMANOS.....																																		
MEDIDA 1 - FORMACAO PROFISSIONAL PARA ACTIVOS DE TODOS OS SECTORES DE ACTIVIDADE, EXCLUINDO O TURISMO.....	3	3	3	3	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	22	-18		
MEDIDA 2 - FORMACAO PROFISSIONAL PARA ACTIVOS DO TURISMO.....	0	0	0	0	0	1	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	11	-6		
MEDIDA 3 - ACÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO EMPREGO.....	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	10	-26		
MEDIDA 4 - ENSINO TECNICO-PROFISSIONAL E UNIVERSITARIO.....	3	3	3	3	3	3	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	29	-7		
SUBPROGRAMA 6 - EQUIPAMENTOS SOCIAIS ESTRATEGICOS.....																																		
MEDIDA 1 - MODERNIZACAO DAS INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS DE BASE.....	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	5	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	4		
MEDIDA 2 - CRIACAO DAS ESTRUTURAS FISICAS DO ENSINO SUPERIOR.....	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	1	1	0	0	0	12	-1		
MEDIDA 3 - AUMENTO E MELHORIA DA OFERTA DE SERVICOS DE SAUDE.....	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	1	0	0	0	9	-1			
MEDIDA 4 - INFRAESTRUTURAS DE APOIO A FORMACAO PROFISSIONAL.....	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	3	3	3	3	3	0	0	0	5	0	0	1	1	0	0	28	18		
SUBPROGRAMA 7 - PROTECCAO DO MEIO-AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITORIO.....																																		
MEDIDA 1 - INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA.....	0	0	0	0	1	1	5	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	3	3	1	0	0	0	25	-8		
MEDIDA 2 - INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO BASICO.....	0	3	3	1	0	0	3	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	5	3	1	0	0	0	28	0		
MEDIDA 3 - REFORCO DA PROTECCAO AMBIENTAL.....	0	0	0	0	0	0	1	1	3	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	3	3	5	5	0	0	0	0	23	-27		
MEDIDA 4 - ORDENAMENTO DO TERRITORIO.....	1	3	3	1	0	1	3	3	0	3	0	0	0	3	3	0	0	0	0	1	1	1	1	3	3	3	5	0	0	0	42	-13		
SUBPROGRAMA 8 - GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DO P.O.P. - MADEIRA.....																																		
MEDIDA 1 - EXECUCAO E ACOMPANHAMENTO.....	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	5	3	3	92	81
MEDIDA 2 - ESTUDOS, PUBLICIDADE E PROMOCAO.....	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	5	1	36	27	
MEDIDA 3 - ESTUDOS, ACOMPANHAMENTO, AVALIACAO E GESTAO DO SUBPROGRAMA 5.....	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	5	21	12
B	32	38	37	21	23	38	42	33	47	32	21	28	14	33	31	40	17	36	36	10	13	10	10	33	28	50	55	11	9	9	837	0		

LEGENDA:

- (0) - A REALIZACAO DA MEDIDA MENCIONADA EM LINHA NAO EXERCE QUALQUER INFLUENCIA PARA A EXECUCAO DA MEDIDA MENCIONADA EM COLUNA
- (1) - A REALIZACAO DA MEDIDA MENCIONADA EM LINHA FACILITARA A EXECUCAO DA MEDIDA MENCIONADA EM COLUNA
- (3) - A REALIZACAO DA MEDIDA MENCIONADA EM LINHA CONTRIBUIRA PARA A EXECUCAO DA MEDIDA MENCIONADA EM COLUNA
- (5) - A REALIZACAO DA MEDIDA MENCIONADA EM LINHA DEPENDE DA EXECUCAO DA MEDIDA MENCIONADA EM COLUNA

- as acções a implementar se revestem de um interesse especial para a Região;
- o maior volume de investimentos a realizar são infraestruturas públicas, cuja utilização não dá lugar a receitas líquidas substanciais;
- a Região pretende uma participação financeira comunitária de 75% (por se enquadrar nas condições previstas no artº. 13º. do R(CEE) nº. 2 052/88 do Conselho, de 24 de Junho, para obtenção de uma participação máxima.

5.4.3. Impacto Global do Programa Operacional

5.4.3.1. Impacto sócio-conómico

O Programa Operacional Plurifundos para a Região Autónoma da Madeira traduz-se num conjunto integrado de intervenções cujos efeitos se farão sentir principalmente a médio e longo prazos.

No curto prazo, correspondendo ao período de execução, o volume de investimentos envolvidos poderá significar, uma vez deduzido o impacto sobre as importações, um acréscimo do volume de procura dirigido às actividades regionais equivalente a cerca de 8% do PIB. Trata-se de um acréscimo modesto em resultado da forte dependência de produtos importados e que irá incidir principalmente nas actividades da construção civil e nas induzidas por esta.

Face aos parâmetros conhecidos, estima-se que cerca de metade das despesas do P.O.P. sejam canalizadas para a aquisição de bens e serviços no exterior da Região.

Em termos de emprego, a execução do Programa Operacional irá envolver cerca de 2 000 postos de trabalho, em média anual, com um pico em 1991 (perto de 2 300).

QUADRO 16

	1990	1991	1992	1993
Construção Civil	680	1 140	1 160	1 020
Construção de Infraestruturas Viárias	710	660	610	460
Construção de Infraestruturas Portuárias	120	120	120	10
Estruturas Energéticas	40	30	40	35
Formação Profissional	250	350	200	300
Estudos e Consultadoria	80	50	45	20
Total	1 880	2 350	2 175	1 845

Mais ou menos 80% destes empregos directos serão criados no sector da construção civil e obras públicas. Esta forte concentração sectorial dos impactos directos poderá dar origem a alguns estrangulamentos, a pressões sobre os salários e a tensões inflacionistas. No entanto, espera-se que estas tensões tenham reduzido significado, sendo o equilíbrio oferta/procura estabelecido pela importação de factores de produção e bens de consumo.

O impacto estrutural do P.O.P. centra-se, sobretudo a nível da integração e de um aumento de eficiência global da economia regional. Espera-se que os seus efeitos se produzam, sobretudo, nos níveis de produtividade e de rendimentos, no aumento do potencial de mercado e no nível de vida das populações.

QUADRO 17

SECTORES	Volume Emprego	%
Agricultura	-	-
Pesca	45	0.5
Indústria e Energia	2 525	30.6
Construção	-	-
Hotelaria	3 500	42.4
Outros Serviços Comercializáveis	1 254	15.2
Serviços Colectivos	925	11.2
Total	8 249	100.0

Assim, o volume de emprego a criar não é um bom indicador para avaliar o impacto económico do Programa. No entanto, face à escassez de informação estatística para quantificar outras variáveis, apresenta-se apenas o acréscimo de empregos permanentes após a execução do Programa Operacional.

Os acréscimos, constantes do quadro anterior, foram calculados com base nos seguintes pressupostos:

- estabilização do emprego na agricultura em resultado das acções de reconversão, modernização e introdução de novas culturas; da manutenção da articulação do trabalho agrícola com o artesanato e das acções de valorização das actividades artesanais permitindo-lhes suportar melhor situações de subemprego noutros sectores;
- extinção dos acréscimos de emprego após a execução do P.O.P. com absorção desses trabalhadores por outras actividades;
- criação de empregos nos serviços colectivos, segundo as necessidades, para manter em funcionamento os equipamentos a construir;

- construção de 70% das camas na hotelaria, actualmente em projecto, com um coeficiente cama/emprego médio no contexto nacional (pressupondo um reforço do peso dos hotéis de categorias mais baixas);
- concretização das intenções de investimento em projectos industriais (candidatos ao SIBR ou à instalação na Zona Franca), em condições médias quanto ao investimento por emprego, e criação de cerca de 1 500 empregos em pequenas iniciativas na sequência das acções de apoio aos pequenos projectos;
- efeitos multiplicadores sobre os outros serviços comercializáveis decorrentes do crescimento económico da Região.

Embora se trate de valores indicativos, o quadro evidencia um previsível reforço da indústria na estrutura económica da Região, sendo também claro idêntico reforço do peso do sector do turismo.

O total do emprego previsto ultrapassa os novos empregos que serão necessários para absorver o crescimento da população activa. A concretizarem-se, poderá ser reduzida a taxa de desemprego para valores inferiores a 5% ou poderão ser absorvidos alguns activos libertados pela agricultura.

5.4.3.2. Impacto ambiental

A protecção e a melhoria da qualidade do ambiente são elementos fundamentais para a RAM e nelas se apoiam directamente as estratégias de desenvolvimento turístico e agrícola.

Por este facto, e tendo em atenção os problemas que recentemente foram aparecendo ou poderão, a breve trecho surgir, a elaboração do Programa tomou esta problemática como "eixo estratégico" de intervenção, tendo sido preocupação sistemática identificar, ao nível de cada acção, o seu impacto ambiental.

Verifica-se aliás que, para além do Subprograma "Protecção do Meio Ambiente e Ordenamento do Uso do Solo", praticamente todos os restantes contribuem para a salvaguarda dos recursos ambientais existentes ou sobre eles têm um impacto nulo, dados os cuidados postos numa avaliação apropriada da implantação dos projectos.

Assim, para além do Subprograma específico acima apontado, poderíamos referir outros em que o impacto das acções é decisivo:

- "Valorização e Aproveitamento do Potencial turístico" onde a implementação de alguns projectos é fundamental para a protecção e recuperação do património natural e arquitectónico e, ainda, o descongestionamento da cidade do Funchal, com reflexos amplamente positivos sobre a poluição atmosférica e sonora existentes;
- "Incremento das Acessibilidades", promovendo a fixação das populações das zonas rurais e, com isso, a redução do risco de quebra do equilíbrio paisagístico.

Ou ainda outros em que, de forma evidente, existe presente uma preocupação de privilegiar a qualidade ambiental:

- "Desenvolvimento da Estrutura Produtiva", onde é proposto um conjunto de projectos visando a melhoria da qualidade ambiental, designadamente quanto ao tratamento e emissão de efluentes industriais ou a aglomeração das unidades em parques industriais ou ainda, na correcção da acção erosiva e preservação de solos agrícolas;
- "Estruturas Físicas do Sector Energético", onde são incluídas algumas soluções para a salvaguarda do equilíbrio paisagístico;
- "Formação Profissional e Valorização dos Recursos Humanos", envolvendo, necessariamente, não apenas acções de informação mas, também, outras directamente vocacionadas para a defesa e valorização do património natural e paisagístico.

6. DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

1. SUBPROGRAMA

**DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA
PRODUTIVA**

CÓDIGO

Sub 1

2 - APRESENTAÇÃO

O processo de industrialização da Região Autónoma da Madeira evoluiu assente no aproveitamento dos sectores tradicionais, com preponderância para os de carácter meramente artesanal.

A contribuição da indústria transformadora para o PIB regional era de 14,3% em 1986 e a evolução recente deste sector não se tem traduzido numa alteração do padrão de desenvolvimento. A estrutura industrial da RAM caracteriza-se essencialmente, por pequenos estabelecimentos, baixos níveis de produtividade e estagnação do investimento, a que não será alheia a fragilidade da iniciativa privada local, assente numa manifesta ausência de espírito empresarial de risco, as desvantagens comparativas resultantes da insularidade e o baixo grau de dotação de infraestruturas.

De tudo isto resulta uma fraca integração da economia regional (Agricultura - Pescas - Indústria), a rarefação da malha de relações intersectoriais, a elevada dependência do exterior em produtos essenciais e os consequentes baixos níveis de rendimentos gerados que, de uma forma ou de outra, tendem a perpetuar o modelo.

São vários os problemas que é necessário ultrapassar - para os quais tem vindo a ser dada alguma atenção ultimamente - que impõem uma atitude vocacionada e estruturada:

- a fraca valorização dos recursos naturais existentes;
- as deficiências de gestão e resultantes de obsolescência dos equipamentos e técnicas, responsáveis pela fraca qualidade dos produtos e pelos baixos níveis de produtividade, de paralelo com a fraca qualificação da mão-de-obra (mesmo dos ramos tradicionais, nos quais se deve incluir a pesca);

- inexistência de economias de aglomeração e estrutura empresarial pouco criativa e competitiva;
- fraco desenvolvimento dos serviços de apoio às actividades industriais, da construção e do turismo e hotelaria;
- inexistência de laboratórios de ensaios e de entidades de certificação de produtos;
- fraca acessibilidade das empresas à informação técnica, tecnológica e comercial (novos mercados, oportunidades comerciais, etc);
- grande desfasamento temporal e elevada burocracia na atribuição de incentivos ao investimento, para empresas com insuficiência de capitais próprios, grandes dificuldades de acesso ao mercado de capitais e reduzida capacidade de endividamento.

Tendo por base as dificuldades e potencialidades existentes, a opção tomada foi de enveredar por uma estratégia de expansão e modernização industrial em moldes não fortemente intensivos em capital e não sistematicamente utilizadores de tecnologias de ponta, conjugando a utilização dos recursos internos disponíveis ou potenciáveis e actividades competitivas nos mercados externos (caso específico das unidades a instalar na Zona Franca Industrial do Caniçal).

Para tanto, e como coordenadas estratégicas fundamentais a desenvolver, tomaram-se:

- encorajamento da introdução de novos produtos, novas tecnologias e processos de organização e gestão empresarial;
- incentivos ao desenvolvimento de iniciativas empresariais, nomeadamente de estímulos à criação de postos de trabalho;
- criação, reforço e melhoria das infraestruturas de acolhimento (zonas industriais, ILE's) e outras infraestruturas e equipamentos de apoio (acessos rodoviários e portos, energia, etc);
- melhoria dos esquemas de apoio em termos de informação e formação profissional;
- melhoria das condições de trabalho, especialmente dos sectores tradicionais;
- melhor distribuição espacial das actividades.

Através deste subprograma serão desenvolvidas acções de aproveitamento dos recursos e de mobilização do potencial de iniciativa endógena, de valorização de produtos regionais, de racionalização de circuitos de comercialização e de criação de infraestruturas de apoio à actividade industrial e piscatória.

3 - OBJECTIVOS

A materialização deste subprograma constituirá um contributo essencial para a formação de alguns eixos estratégicos do Programa, em especial:

- densificação e fortalecimento da malha produtiva regional;
- criação de uma base industrial de exportação;
- melhoria do acesso ao mercado;
- melhoria das infraestruturas e equipamentos.

Note-se que, de forma indirecta, este Subprograma contribui ainda para:

- o incremento da formação profissional e do nível de qualificação da mão-de-obra;
- preservação do ambiente e ordenamento do uso do solo.

4 - MEDIDAS

Tendo em vista a prossecução dos objectivos enunciados o Subprograma prevê as seguintes medidas:

- APROVEITAMENTO DOS RECURSOS ENDÓGENOS;
- INFRAESTRUTURAS BÁSICAS DA ZONA FRANCA INDUSTRIAL DO CANIÇAL;
- INFRAESTRUTURAS DE APOIO À ACTIVIDADE INDUSTRIAL;
- INFRAESTRUTURAS DE APOIO À ACTIVIDADE PISCATÓRIA;
- DEFESA, VALORIZAÇÃO E RENOVACÃO DO ARTESANATO REGIONAL;
- MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL DE INICIATIVA ENDÓGENA.

Complementarmente, todo um conjunto de actividades que pode ser identificado noutros domínios ou a outros níveis, concorrem quer para a prossecução dos objectivos deste Subprograma, quer de outros eixos estratégicos do Programa Operacional.

Ao nível da Agricultura está desde já destinado um volume de investimento de cerca de 47 600 mil ECU's, a realizar no período 1990/93, abarcando quer regulamentos de âmbito nacional quer regulamentos comunitários específicos.

O Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP) concorre com cerca de 14 000 mil ECU's, visando a melhoria do conjunto das condições estruturais do sector agrícola regional através, entre outras:

- do reforço das estruturas de formação profissional dos agricultores e dos técnicos envolvidos no sector;
- renovação e beneficiação dos regadios tradicionais, visando a obtenção de melhores resultados;
- disponibilização de energia nas explorações agrícolas através da distribuição de electricidade;
- da criação e melhoria das condições de acessibilidade às explorações.

Através dos Incentivos ao Sector Agrícola (especialmente o Reg. 355/77), com um volume de investimento de cerca de 8 150 mil ECU's, visando especialmente, o aproveitamento das potencialidades de desenvolvimento das agro-indústrias - de elevado carácter estratégico para a Região.

Para a promoção da melhoria das estruturas vitivinícolas, tanto para a reestruturação das vinhas, como ao nível do abandono de outras superfícies, está consignado um investimento de cerca de 1 160 mil ECU's.

Outras acções de enorme relevância para este sector e Região podem igualmente identificar-se:

- reestruturação e reconversão da cultura da bananeira (cerca de 17 500 mil ECU's);
- PRO-AGRI (cerca de 3 500 mil ECU's);
- Programa de Acção Florestal (cerca de 3 340 mil ECU's).

Em termos de intenções de investimento industrial importa realçar as situações seguintes:

- Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR)

As candidaturas apresentadas em 1989 envolvem alguns projectos de interesse para a densificação da malha industrial, implicando um investimento total superior a 6 800 mil ECU's, e integrando dois projectos de grande dimensão, nos ramos dos plásticos e das rações para animais;

- Zona Franca Industrial do Caniçal (ZFIC)

As intenções de investimento disponíveis apontam actualmente para um valor global superior a 35 000 mil ECU's que aguardam a reunião das condições de instalação (sobretudo as infraestruturas básicas) e nas quais se incluem actividades diversas como, aditivos para a indústria alimentar, moagens, transformação de madeiras, químicas, plásticos, adubos e aquacultura.

No valor do investimento, acima apontado, deve incluir-se a construção de instalações para pequenas indústrias.

É muito importante reter o facto de que, quaisquer atrasos que possam vir a verificar-se na criação das condições de instalação da ZFIC, serão um factor elementar de afastamento de potenciais investidores que, não apenas pelos benefícios como também pela proximidade de 1993, como marco económico de grande relevância, optem pela Região para a implantação dos seus empreendimentos.

Para apoiar a realização de estudos e outras acções que criem condições favoráveis ao investimento nas pequenas e médias empresas industriais e do sector do turismo, conta-se com o Sistema de Incentivos ao Potencial Endógeno (SIPE).

Finalmente, uma referência ao Programa Operacional Ciência que, pelos seus resultados, irá ter fortes reflexos sobre este SubPrograma em particular.

Prevendo um investimento global para o período do P.O.P. de cerca de 10 500 mil ECU's e ao qual poderá ser acrescido um valor adicional de cerca de 7 000 mil ECU's em fase de negociação, o Programa envolve um conjunto de acções fundamentais nalguns domínios estratégicos para a Região, como as Ciências do Mar, Novas Tecnologias, Biotecnologias Aplicadas à Agricultura, Ambiente e Energia.

Concluindo, todo este conjunto de actividades a desenvolver conjuntamente com o Programa Operacional Plurifundos para a RAM, envolve um elevado valor global de investimento de cerca de 100 000 mil ECU's, a aplicar numa base de complementariedade mútua e cujos objectivos necessariamente se completam.

5 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	7 210	19 652	21 871	18 669	67 402
Despesa Pública Total	7 210	18 363	21 038	18 669	65 280
Despesa Pública Regional	2 436	5 707	6 830	6 823	21 796
%	34	31	32	37	33
Participação Comunitária FEDER	4 774	12 656	14 208	11 846	43 484
%	66	69	68	63	67
Despesa Privada		1 289	833		2 122
%		7	4		3

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadros II e III.1.

6 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Vice-Presidência e Coordenação Económica
- Secretaria Regional do Equipamento Social
- Secretaria Regional da Economia
- Secretaria Regional da Economia/IBTAM
- Secretaria Regional da Administração Pública/Direcção Regional dos Portos
- Câmara Municipal do Funchal
- Empresa de Electricidade da Madeira

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA PRODUTIVA

1. MEDIDA:

**APROVEITAMENTO DOS RECURSOS
ENDÓGENOS**

CÓDIGO:

Sub. 1.1

2 - DURAÇÃO: de um de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MÉCUS, pr/89)

- Custo total	19,170
- Despesa Pública	19,170
- Co-financiamento FEDER	10,828 (56%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS

- Empresa de Electricidade da Madeira, E.P.
- Secretaria Regional da Economia

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS

- Governo Regional
- Autarquias locais
- Empresa de Electricidade da Madeira

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS

A materialização desta medida será realizada fundamentalmente através de duas acções específicas:

- Aproveitamento Integrado dos Socorridos
- Aprovisionamento de água no Palheiro Ferreiro
- A primeira consiste na construção de uma central hidroeléctrica equipada com grupos turbina de 23,3 MW; instalação de uma estação de tratamento e bombagem; construção de uma câmara de acumulação com capacidade para 2 400 m³ e a construção de mais de 14 Km de condutas e túneis de transporte de água.

O desenvolvimento integral da acção materializa-se num potencial energético traduzido numa produção anual superior a 80 GWh, garantindo, para abastecimento público de água ao Funchal e Câmara de Lobos, um caudal mínimo de 780 l/s, sem prejuízo dos caudais necessários ao regadio.

Este projecto, cujo custo estimado excede 15 MECU's, tem por base um estudo de viabilidade técnico-económica, o qual beneficiou de uma participação financeira comunitária, ao abrigo da decisão C(87) 1602/4 de 8/10/1987, dispondo da informação requerida pelo artigo 5º. do Regulamento 4254/88.

- A segunda acção materializa-se na construção de um reservatório em betão ciclópico, para fins agrícolas e de abastecimento público, permitindo ainda regularizar caudais.

As acções previstas visam nomeadamente:

- a valorização dos recursos locais;
- a redução das desvantagens ao nível da energia e a forte dependência da electricidade de origem térmica;
- a satisfação da procura existente e futura de energia e abastecimento de água às populações e para a agricultura;
- a preservação do ambiente e ordenamento uso do solo;
- a melhoria das condições de vida e da fixação das populações.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

Constituem critérios de selecção:

- . Utilização de Recursos Endógenos;
- . Impacte na actividade produtiva;
- . Contribuição para a redução da dependência externa em matéria de fontes energéticas;
- . Efeitos positivos esperados em termos de qualidade de vida das populações abrangidas

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO

- Câmara de Lobos
- Funchal (Palheiro Ferreiro)

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO

- . Número de ha irrigados;
- . Energia hidroeléctrica produzida (GWh/ano);
- . Número de consumidores beneficiados.

11 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	599	4 897	5 697	7 977	19 170
Despesa Pública Regional	184	2 004	2 564	3 590	8 342
%	31	41	45	45	44
Participação Comunitária FEDER	415	2 893	3 133	4 387	10 828
%	69	59	55	55	56

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.1

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA PRODUTIVA

1. MEDIDA:

**INFRAESTRUTURAS BÁSICAS DA ZONA
FRANCA INDUSTRIAL DO CANIÇAL (ZFIC)**

CÓDIGO:

Sub. 1.2

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	28,430
- Despesa Pública	26,308
- Co-financiamento FEDER	17,804 (68%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Secretaria Regional do Equipamento Social
- Vice-Presidência e Coordenação Económica

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

- Governo Regional
- Autarquias Locais
- Entidades Privadas

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

A concretização desta medida será conduzida, principalmente, através das seguintes acções específicas:

- Infraestruturas básicas da ZFIC
- Terminal marítimo da ZFIC
- ER 101 - Machico-Caniçal
- Silos para cereais

Os empreendimentos a realizar serão:

- Construção de plataformas para a instalação de unidades industriais.

Construção de uma rede viária interna (arruamentos principais e secundários com faixas variando entre 8 e 6 metros), dotada de passeios e iluminação exterior, com eventual edificação de muros de suporte e de retenção de terras.

Instalação de tubagens de esgotos pluviais e de águas residuais, incluindo caixas de ligação e aparelhos de descarga.

Instalação das tubagens de abastecimento de água potável, serviço de incêndios e enfiamento de cabos de electricidade e de Telecomunicações.

Construção de uma estação de recepção e bombagem de efluentes (as indústrias assegurarão, obrigatoriamente, o tratamento prévio, quando justificável) e de um emissário submarino.

- Construção de um cais acostável, com 120 metros de comprimento, para a movimentação de graneis sólidos e líquidos, contentores e carga geral e de um estaleiro de reparação naval de pequenos navios.

Construção de tomadas de força mótriz e fornecimento de água a navios, instalados numa caleira térmica que permitirá (se necessário) a instalação de uma conduta para a carga e descarga de combustíveis.

Instalação de um sistema de descarga de graneis sólidos e líquidos.

Construção dos equipamentos necessários ao funcionamento (serviços administrativos, capitania, fiscalização e autoridades sanitárias).

- Reconstrução da ER 101, incluindo uma grande correcção do traçado numa extensão de 7 600 metros e o alargamento do túnel existente.
- Construção de Silos para cereais.

Em termos globais, a presente medida visa a criação de condições materiais para o sucesso de novas iniciativas industriais, materializando um dos instrumentos essenciais da estratégia de desenvolvimento definida - a Zona Franca Industrial do Caniçal - o que possibilita, entre outras:

- A criação de infraestruturas de acolhimento que possibilitem a densificação da malha industrial regional;
- A obtenção de economias de aglomeração;
- Uma maior internacionalização da economia regional com reflexos positivos sobre o valor acrescentado local;
- A criação de emprego e a valorização dos recursos humanos da Região;
- A melhoria das acessibilidades;
- Um efeito positivo em termos de ordenamento do território e ambiental.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

Dado o baixo nível de industrialização existente na Região, foi estabelecido um pólo industrial no Caniçal, pelo que as acções incluídas nesta medida deverão permitir a criação de condições propícias e atractivas ao desenvolvimento da Zona Franca Industrial aí localizada.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Concelho de Machico

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Área infraestruturada;
- Extensão da rede viária construída e melhorada;
- Extensão e superfície de cais acostável;
- Capacidade dos silos e grau de dotação de equipamento de descarga de cereais.

11 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	5 143	9 315	9 687	4 285	28 430
Despesa Pública Total	5 143	8 026	8 854	4 285	26 308
Despesa Pública Regional	1 886	2 343	2 644	1 631	8 504
%	37	29	30	38	32
Participação Comunitária FEDER	3 257	5 683	6 210	2 654	17 804
%	63	71	70	62	68
Despesa Privada		1 289	833		2 122
%		14	9		7

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.2.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA PRODUTIVA

1. MEDIDA:

**INFRAESTRUTURAS DE APOIO À
ACTIVIDADE INDUSTRIAL**

CÓDIGO:

Sub. 1.3

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	3,258
- Despesa Pública	3,258
- Co-financiamento FEDER	2,444 (75%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Secretaria Regional da Economia
- Câmara Municipal do Funchal
- Secretaria Regional da Administração Pública/ Direcção Regional dos Portos

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

- Governo Regional
- Autarquias Locais
- Entidades Privadas

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

A concretização desta medida será carreada através das seguintes principais acções e empreendimentos:

- Parque Industrial da Zona Oeste
- Zona Industrial de Santo Amaro
- Nave Industrial

As infraestruturas do Parque Industrial da Zona Oeste, no concelho de Câmara de Lobos, compreendem a construção de terraplenos para instalações industriais, envolvendo ainda as infraestruturas viárias, de abastecimento de água potável, redes de esgotos, de electricidade e de Telecomunicações.

A Zona Industrial de Santo Amaro, no concelho do Funchal, abrange uma zona de cerca de 150 000 m², na qual se encontram já instaladas algumas unidades (cervejas, serração, e ramo automóvel), necessitando da construção das infraestruturas de suporte, incluindo as viárias (cerca de 2000 metros) e uma área de implantação de 50 000 m² para os módulos industriais.

Uma segunda fase engloba o ordenamento e infraestruturização das zonas mais a oeste do local, ocupadas espontâneamente por algumas pequenas unidades industriais.

A Nave Industrial compreende, aproximadamente, 370 m² de construção, área esta dotada de infraestruturas eléctricas, água, esgotos, ar comprimido, lubrificação e portas rolantes, destinadas à melhoria das condições de reparação de equipamentos de movimentação de contentores.

Esta medida visa, no geral, possibilitar uma melhoria na distribuição espacial da actividade industrial, incentivar a criação de novas indústrias (sobretudo as indústrias de serviços), criar condições para o redimensionamento e reestruturação de unidades já existentes, de melhorar os serviços à disposição das empresas, incluindo as funções de informação e dinamização à introdução de novos produtos, novas tecnologias, novos mercados, enfim, novas iniciativas empresariais e postos de trabalho.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

Constituem critérios de selecção:

- Efeitos sobre a dinamização da actividade industrial e a criação de emprego;
- Contribuição para a melhoria dos serviços prestados ao sector industrial;
- Efeitos positivos esperados em termos de redução da poluição, de descongestionamento actual do tráfego da cidade do Funchal e de melhoria do ordenamento espacial da actividade industrial.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Concelho de Câmara de Lobos
- Concelho do Funchal

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- . Superfície infraestruturada para a localização de empresas;
- . Superfície total infraestruturada para serviços comuns às empresas;

1 1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	572	765	1 029	892	3 258
Despesa Pública Regional	143	191	257	223	814
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	429	574	772	669	2 444
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.4.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA PRODUTIVA

1. MEDIDA:

**INFRAESTRUTURAS DE APOIO À
ACTIVIDADE PISCATÓRIA**

CÓDIGO:

Sub. 1.4

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	7,972
- Despesa Pública	7,972
- Co-financiamento FEDER	5,979 (75%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Secretaria Regional da Economia
- Secretaria Regional da Administração Pública/Direcção Regional dos Portos

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

- Governo Regional
- Autarquias Locais

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

Esta medida será concretizada, nomeadamente, através das acções específicas seguintes:

- Porto de Pescas
- Ampliação do Cais da Ribeira Brava
- Ampliação do Cais da Calheta
- Rampa de varagem para apoio a embarcações na Costa Norte

Os empreendimentos a realizar constam, principalmente, de:

- Construção de um porto de pesca com instalação da lota, frigoríficos, armazéns de aprestos de pesca, oficinas de apoio às embarcações, postos para autoridades marítimas, serviços administrativos, etc.
- Ampliação, em mais 20 metros, do cais existente, na Ribeira Brava, permitindo a acostagem de navios até 40 m, prevendo-se, posteriormente uma nova ampliação correspondente a mais 70 m.

Melhoria das condições de acesso e de salubridade - face à zona balnear próxima - englobando um pequeno terraplano para instalação da lota.

A execução da 2ª fase proporcionará uma bacia abrigada, potenciando a construção de uma pequena marina.

- Construção de um quebra mar, no cais da Calheta, possibilitando uma zona acostável de 50 metros e a criação de uma zona de terraplano, um pequeno varadouro de apoio a embarcações de pesca, complementando e consolidando investimentos privados em curso, de dinamização da actividade turística da zona.

A presente medida tem por finalidade reduzir as insuficiências das condições de acolhimento dos portos de pesca, incluindo o próprio porto do Funchal.

Visa, portanto, criar ou melhorar as infraestruturas de apoio à actividade piscatória e à comercialização dos seus produtos, dando origem a uma melhoria das condições de trabalho, de rendimento e, naturalmente de vida dos pescadores e de todos os trabalhadores envolvidos no sector.

A construção de um porto de pesca e o melhoramento de pequenos portos existentes permitirá não só descongestionar a situação actual do Porto do Funchal mas também, constituir novos pólos de desenvolvimento das actividades de pesca - que não apenas atuneira, de maior porte - como de apoio a actividades conexas (construção/reparação naval e comercialização de pescado) ou de outros domínios, com particular realce para o turismo, tornando-se em importantes "nós" de dinamização local.

Do ponto de vista ambiental, a construção destes equipamentos visa melhorar as condições existentes, envolvendo a construção das estruturas mais importantes as precauções inerentes à sua artificialidade de inserção nas áreas costeiras respectivas.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- Contribuição para o descongestionamento do porto do Funchal;
- Efeitos esperados em termos de dinamização local através da criação e consolidação de infraestruturas de apoio, nomeadamente no domínio do turismo.
- Impacto a médio prazo, nas actividades produtivas, nomeadamente nas ligadas à pesca e actividades conexas.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Concelho de Machico
- Concelho da Ribeira Brava
- Concelho da Calheta

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- . Superfície de cais acostável;
- . Área abrangida por equipamentos de apoio;
- . Extensão de molhes construídos/melhorados.

1 1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	582	1 875	2 658	2 857	7 972
Despesa Pública Regional	145	469	665	714	1 993
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	437	1 406	1 993	2 143	5 979
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.4.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA PRODUTIVA

1. MEDIDA:

**DEFESA, VALORIZAÇÃO E RENOVAÇÃO
DO ARTESANATO REGIONAL**

CÓDIGO:

Sub. 1.5

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SÍNTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	1,058
- Despesa Pública	1,058
- Co-financiamento FEDER	0,793 (75%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Secretaria Regional da Economia/Instituto do Bordado, Tapeçarias e Artesanato da Madeira (IBTAM)

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

5.1. Beneficiários directos:

- Governo Regional

5.2. Beneficiários indirectos:

- Artesãos e Casas Comerciais ("Fábricas").

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

No âmbito desta medida estão previstas diversas acções de que se destacam:

- Registo e divulgação da Marca Colectiva com Indicação de Proveniência para o Bordado da Madeira.
- Preparação de publicação e video sobre o bordado e sua divulgação nos meios de alta costura e cadeias de comercialização de artigos de vestuário.
- Estágio no estrangeiro de designers recém-formados incluindo a frequência de cursos de estilismo.⁽¹⁾
- Acções de formação nas zonas de maior concentração de bordadeiras e artesãos de vimes.⁽¹⁾
- Estudo de embalagens para o bordado da Madeira.
- Equipamento de registo e arquivo de desenhos para o ITBAM.
- Apoio financeiro para instalações e equipamentos de artesãos de embutidos de madeira.

Esta medida visa defender a qualidade do artesanato da Região e promover a sua valorização e renovação pela incorporação de novos produtos e estabelecimento de novos circuitos de comercialização. Especificamente pretende-se:

- defender e promover a qualidade do bordado da Madeira;
- fomentar a utilização do bordado no vestuário, promover a sua divulgação nos meios da alta costura e melhorar circuitos de comercialização;
- incrementar a integração do artesanato na comercialização de outros produtos regionais (flores, frutos, vinhos);
- relançar a actividade dos embutidos em madeira.

As actividades artesanais dos vimes e bordados continuam a manter na Região uma função social e económica extremamente importante.

(1) Financiados pelo subprograma 5.

Não só asseguram um papel equilibrador face às situações de sub-emprego resultantes das características da agricultura como representam uma importante parcela das vendas da Região ao exterior (16% os bordados; 6% as obras de vime).

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- Contribuição para a renovação e valorização do artesanato da Região;
- Inserção nos objectivos de defesa e promoção da qualidade do artesanato;
- Contribuição para a melhoria do acesso ao mercado, em particular para o domínio dos circuitos de comercialização.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Todo o território da RAM

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- . Número de acções por tipo de actividade apoiada;
- . Número de pessoas frequentando estágios de especialização no estrangeiro;
- . Número de artesãos beneficiados por apoios financeiros para aquisição de equipamentos e melhoria de instalações.

1 1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	57	343	343	315	1058
Despesa Pública Regional	14	86	86	79	265
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	43	257	257	236	793
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.5.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA PRODUTIVA

1. MEDIDA:

**MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL DE
INICIATIVA ENDÓGENA**

CÓDIGO:

Sub. 1.6

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SÍNTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	7,514
- Despesa Pública	7,514
- Co-financiamento FEDER	5,636 (75%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Governo Regional da Madeira
- Associação Comercial e Industrial do Funchal (ACIF)

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

- Entidades Públicas e Privadas

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

O carácter integrado desta medida envolve um conjunto de acções que deverá ser ajustável à evolução da sua própria implementação, destacando-se:

- Estudo das oportunidades de investimento e da viabilidade, tecnológica e de mercado, de industrialização dos recursos regionais.
- Criação de um "ninho de empresas". Trata-se da criação de uma estrutura de acolhimento de pequenas iniciativas empresariais nos primeiros anos de vida. Procura-se reduzir os custos de investimento pela oferta, em condições vantajosas, de instalações e equipamento de uso comum e incrementar as condições de sucesso pela disponibilização de serviços comuns e outros apoios, nomeadamente nos domínios da formação empresarial, da organização da produção, da tecnologia e da comercialização. A instalação física do "ninho de empresas" poderá aproveitar, eventualmente, a recuperação de edifícios industriais devolutos.

- Informação e divulgação:

Criação de condições para o reforço da colaboração entre o Governo Regional e a ACIF e das capacidades de actuação de cada uma destas entidades, designadamente na formação e contratação de agentes de extensão industrial, na criação de uma rede de informação para as actividades económicas e na preparação de materiais de divulgação.

- Apoios financeiros a pequenos projectos:

Criação de um sistema simplificado de incentivos ao investimento para pequenos projectos não enquadráveis nos sistemas nacionais quer pela sua dimensão quer pelos sectores em que se situam. Além da indústria extractiva e transformadora, este sistema deverá abranger os sectores de recuperação e reparação, os serviços às empresas e serviços inovadores relacionados com o turismo.

NOTA: Nenhuma ajuda ao investimento será concedida enquanto os sistemas de incentivos referidos nesta acção não forem aprovados pela Comissão das Comunidades.

Entre os principais factores de estrangulamento do desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira figuram:

- o baixo nível de rendimentos e de capacidade de poupança e ausência de capitais de risco;
- fragilidade da iniciativa privada, fraca capacidade de investimento e orientação preferencial para investimentos no sector do turismo;
- insuficientes condições de acesso dos produtores aos serviços económicos (informação, consultoria, marketing...).

Esta medida visa uma intervenção integrada no sentido de:

- dinamizar a concretização das capacidades empresariais, principalmente dos jovens;
- apoiar as pequenas empresas (que constituirão o essencial do tecido produtivo da Região e não têm, normalmente, acesso aos esquemas de apoio tradicionais) com ajudas ao investimento e no acesso à informação e serviços industriais;
- promover a inovação tecnológica e a valorização dos recursos regionais.

A medida está desenhada para instalar 40 empresas no ninho de empresas e apoiar financeiramente outros 150 projectos. A serem concretizados, poderão criar perto de 1 000 empregos.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- Impacto positivo na valorização dos recursos naturais e na dinamização do potencial da Região;
- Contribuição para a melhoria da competitividade e produtividade das empresas.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Todo o território da RAM

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- . Número de acções apoiadas;
- . Número de empresas instaladas no "ninho de empresas";
- . Número de empregos criados.

1 1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	257	2 457	2 457	2 343	7 514
Despesa Pública Regional	64	614	614	586	1 878
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	193	1 843	1 843	1 757	5 636
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.6.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

1. SUBPROGRAMA:

**VALORIZAÇÃO E APROVEITAMENTO
DO POTENCIAL TURÍSTICO**

CÓDIGO:

Sub. 2

2. APRESENTAÇÃO

O Turismo é uma actividade estratégica na Região, contribuindo, directamente, com mais de 12% para o PIB animando a actividade comercial e constituindo um mercado significativo para os produtos locais, sendo um destino turístico que tem condições para uma procura de qualidade, que terá de ser devidamente ponderada se forem apontadas como metas:

- turismo de qualidade, o que pressupõe estabelecimentos hoteleiros de nível superior;
- manter ou melhorar o ambiente pela preservação da natureza (uma das principais motivações da procura turística);
- elevar o nível de vida das populações (pela produção de serviços turísticos);
- rentabilizar os investimentos hoteleiros já existentes e a construir.

Por outro lado, a Madeira, embora em alguns segmentos de mercado já se imponha pela sua especificidade e qualidade do seu produto turístico, é relativamente desconhecida em muitas origens do turismo internacional.

Sendo certo o aumento da capacidade hoteleira, este implica a existência de acções promocionais externas e internas intensas, apontando a Madeira como destino turístico de qualidade, como ainda a consolidação e diversificação de infraestruturas que potenciem a especificidade da oferta do produto turístico da Madeira.

Visar-se-á, assim, um turismo de qualidade, definido num produto turístico específico. Considerar-se-ão como prioritários:

- a construção hoteleira de bom nível e bem dimensionada;

- a intensificação da animação local e criação de novos projectos para este fim;
- a promoção intensa no exterior, revelando as virtualidades do destino Madeira;
- a promoção interna;
- o aproveitamento da frente de mar;
- bom aproveitamento de fluxos ligados a actos desportivos e culturais;
- formação e reciclagem do pessoal afecto à actividade turística.

3. OBJECTIVOS

Os objectivos a prosseguir neste subprograma serão:

- Enriquecer e diversificar a oferta turística;
- Consolidar a dotação de infraestruturas;
- Aumentar e diversificar a procura;
- Melhorar as condições ambientais nas áreas de maior concentração da oferta hoteleira.

4. MEDIDAS

Este subprograma é integrado pelas seguintes medidas:

- 1 - CONSOLIDAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS TURÍSTICAS
- 2 - VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DE INTERESSE TURÍSTICO
- 3 - PROMOÇÃO ORIENTADA DA PROCURA TURÍSTICA
- 4 - ORDENAMENTO VIÁRIO DA CIDADE DO FUNCHAL

5. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	8 759	10 826	10 273	8 902	38 760
Despesa Pública Regional	2 189	2 706	2 569	2 226	9 690
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	6 570	8 120	7 704	6 676	29 070
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadros II e III.2

6. ENTIDADES RESPONSÁVEIS

- Secretaria Regional do Equipamento Social
- Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração
- Câmara Municipal do Funchal

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: VALORIZAÇÃO E APROVEITAMENTO
DO POTENCIAL TURÍSTICO**

1. MEDIDA:

**CONSOLIDAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS
TURISTICAS**

CÓDIGO:

Sub. 2.1

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	15,085
- Despesa Pública	15,085
- Co-financiamento FEDER	11,313 (75%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Secretaria Regional do Equipamento Social
- Câmara Municipal do Funchal

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

5.1. Beneficiários directos:

- Governo Regional
- ¹⁶Autarquias Locais

5.2. Beneficiários indirectos:

- Agentes de Turismo da Região, População Residente e Flutuante.

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

Esta medida engloba um conjunto de acções, das quais destacamos, pela sua importância:

- Infraestruturas da Frente de Mar

Em resumo, as obras a executar são de apetrechamento em infraestruturas do Plano da Frente de Mar, que se desenvolve na direcção Leste-Oeste, paralela à costa, entre o Nó do Gorgulho e o Entroncamento com o Caminho do Amparo. Trata-se de uma zona com vocação para a hotelaria e outros empreendimentos turísticos e que se pretende equipar com arruamentos de acesso e redes de abastecimento de água, drenagem pluvial, esgotos domésticos e electricidade.

A extensão total da obra é de 8 100 metros.

- Infraestruturas dos Reis Magos

A acção compreende a construção de uma piscina oceânica e dos seguintes equipamentos de apoio à mesma:

- Electrificação;
- Abastecimento de Água Potável;
- Construção da Rede de Esgotos;
- Construção de Rede Viária.

- Promenade da Orla Marítima da Frente de Mar.

A zona de "promenade" abrange uma faixa da Orla Marítima com um desenvolvimento aproximado de 3 000 metros. Apoia-se fundamentalmente em dois eixos pedonais: um, interior, com as características de uma alameda, com perfil transversal variando entre os 6 e 8 metros, e, outro, de borda de água com um perfil adaptado à orografia das encostas e falésias e seguindo um desenvolvimento mais em contacto com o mar. A faixa mais interior que constituirá o "leit-motiv" da zona turística, serve de fronteira entre os Hóteis e a faixa de domínio público e destina-se

à organização e instalação de equipamento turístico complementar, recreativo e de animação.

O projecto tem ainda duas componentes: uma, de organização dos espaços lúdicos-miradouros, praças e zonas de estar e de estacionamento, e, outra, de organização dos acessos ao mar, incluindo as respectivas actividades balneares e náuticas.

- Complexo turístico das praias da Barreirinha, Toco e S. Tiago

Pretende-se organizar os acessos ao mar nas três pequenas praias de S. Tiago, Barreirinha e Toco, numa extensão aproximada de 600 metros, ligadas entre si por pequenas passarelas agarradas à falésia e aos baixios existentes.

O Complexo será dotado de infraestruturas de apoio - vestiários, balneários, posto de turismo e serviços de restauração com uma capacidade de 4 000 pessoas.

A área de construção, incluindo as plataformas e solários, será de 9 000 m² nas praias de S. Tiago e Barreirinha, uma vez que a praia do Toco será, no essencial, mantida no seu aspecto natural.

- Complexo turístico do Cais do Carvão

A área abrangida é de cerca de 6 000 m² e aproveitará alguns elementos construtivos do antigo Cais do Carvão. O projecto é parte integrante da "promenade" da Orla Marítima da Frente Mar e constitui a sua unidade de maior valor turístico e recreativo.

Será constituído por:

- . Uma unidade para a instalação do Aquário;
- . Estruturas de apoio-laboratoriais, biblioteca, auditório para seminários ligados ao Atlântico, administrativos, sala de vídeo;
- . Uma unidade marítima para instalação de um clube náutico de apoio à prática do windsurf, à pesca desportiva de alto mar e ao mergulho aquático;
- . Um tanque para aprendizagem de mergulho;
- . Uma pequena angra marítima;
- . Espaços exteriores preparados e vocacionados para exposição de elementos e peças ligadas com o mar e a sua história.

A construção total do edifício será de 3 000 m², possuindo a plataforma marítima cerca de 1 500 m². A construção será em betão armado, aplicando-se acabamentos e materiais de revestimento essencialmente regionais.

- Arranjo urbanístico do Pico da Cruz

Esta medida tem como objectivo principal criar condições para o desenvolvimento futuro do sector, através da dotação em infraestruturas turísticas, inseridas em polos de desenvolvimento turístico, de forma a não colidirem com o ambiente e com a população local e turística.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- Aproveitamento das potencialidades turísticas;
- Diversificação do produto turístico;
- Incremento da qualidade da oferta turística.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Concelho do Funchal
- Concelho de Santa Cruz (Caniço)
- Concelho de Câmara de Lobos

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- . Número de km de itinerários, por tipo;
- . Número de km de redes de água/esgotos;
- . Número de km de rede eléctrica;
- Número de m² de área construída.

1 1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	1 400	4 284	5 201	4 200	15 085
Despesa Pública Regional	350	1 071	1 301	1 050	3 772
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	1 050	3 213	3 900	3 150	11 313
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro v.7.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: VALORIZAÇÃO E APROVEITAMENTO
DO POTENCIAL TURÍSTICO**

1. MEDIDA:

**VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL
DE INTERESSE TURÍSTICO**

CÓDIGO:

Sub. 2.2

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	3,182
- Despesa Pública	3,182
- Co-financiamento FEDER	2,388 (75%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração
- Câmara Municipal do Funchal

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

5.1. Beneficiários directos:

- Governo Regional
- Autarquias Locais

5.2. Beneficiários indirectos:

- População Residente e Flutuante.

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

Esta medida contém as seguintes acções:

- Museu Etnográfico da Ribeira Brava

O museu Etnográfico da Ribeira Brava será instalado no antigo convento franciscano de N^a S^a da Porciúncula, proporcionando assim a recuperação de um edifício com valor histórico.

No restauro do edifício antigo procurar-se-á corrigir alguns elementos da fachada que foram alterados.

No edifício, funcionarão no r/c os serviços de arrecadação, depósito de peças e os gabinetes; no 1^o piso situar-se-á uma sala de exposições temporárias e outra de audio-visuais, além da zona de convívio.

Os exteriores serão tratados de modo a possibilitar a colocação de elementos que se integrem no espaço ao ar livre.

Casa das Mudanças na Calheta

Edifício antigo, com 2 pisos, de localização panorâmica privilegiada que se encontra em ruínas e pretende-se restaurar, mantendo a sua volumetria, como o interessante ritmo de abertura das suas fachadas. O piso térreo será adaptado para exposições temporárias, enquanto o 1^o andar será destinado a Museu do Concelho.

Photografia Museu Vicentes

Trata-se da aquisição do imóvel onde funcionou a residência e atelier do fotógrafo Vicente e seus descendentes, constituindo este um reportório fotográfico valioso, do período 1850-1965, além de que o imóvel mantém ainda hoje a traça original da sua construção (Séc. XIX).

Pretende-se restaurar o imóvel, mantendo as suas características genuínas; dotar o museu de meios informáticos necessários à gestão de um vasto reportório de fotografia; adquirir aparelhagem de vídeo e slides para demonstração de antigos costumes regionais; e recriar no pátio o ambiente do Séc. XIX.

- Recuperação da Zona Histórica da cidade do Funchal

A operação abrangerá dois grandes conjuntos históricos: a "Zona Velha da Cidade", de características mais primitivas e a zona dominada pelos edifícios da Alfandega e da Sé, com características que remontam aos séculos XVI, XVII e XVIII.

Dois outros pequenos espaços dominados pela Igreja do Colégio e o Convento de Santa Clara e Igreja de S. Pedro serão igualmente objecto de intervenção.

A operação visa recuperar os edifícios mais marcantes das diversas épocas históricas; ordenar e recuperar os percursos turísticos e históricos, atribuindo-lhes funções exclusivamente pedonais; implementar o mobiliário urbano adequado à circulação e animação dos referidos percursos, possibilitando o aparecimento de actividades de cariz etnográfico (vimes, bordados, embutidos, etc.) e o saneamento das zonas abrangidas.

A área total abrangida é de cerca de 200 000 m².

- Auditório

A acção consiste na execução de uma estrutura permanente constituída por:

- . Palco coberto, camarins, sanitários, arrecadações e demais instalações de apoio;
- . Bancadas ao ar livre e arena, respectivamente com capacidade para 400 e 900 espectadores;
- . Bar-cafeteria com esplanada;
- . Sanitários públicos;
- . Ajardinamentos e acessos.

Com esta medida pretende-se salvaguardar e valorizar o património histórico-cultural enquanto valor de cultura e, também, fomentar a criação de um destino turístico adicional que implique melhoria da animação turística, a ocorrência do "Turismo Cultural-Etnográfico" e aumento da qualidade de vida das populações locais.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- Diversificação da oferta turística;
- Valorização do património histórico-cultural da Região;
- Aproveitamento das potencialidades de desenvolvimento local, no âmbito do turismo.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Em toda a Região Autónoma da Madeira

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de edifícios restaurados;
- Número de itinerários turísticos e/ou históricos criados/recuperados
- Número de equipamentos adquiridos, por tipo.

11 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	914	1 039	777	452	3 182
Despesa Pública Regional	228	259	194	113	794
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	686	780	583	339	2 388
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.8.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: VALORIZAÇÃO E APROVEITAMENTO
DO POTENCIAL TURÍSTICO**

1. MEDIDA:

**PROMOÇÃO ORIENTADA DA
PROCURA TURÍSTICA**

CÓDIGO:

Sub. 2.3

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SÍNTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	7,219
- Despesa Pública	7,219
- Co-financiamento FEDER	5,414 (75%)

4 - ENTIDADE RESPONSÁVEL:

- Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

5.1. Beneficiários directos:

- Governo Regional
- Autarquias Locais

5.2. Beneficiários indirectos:

- Agentes de Turismo da Região.

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

As principais acções incluídas nesta medida são:

- Estudo para o desenvolvimento do Turismo

O estudo visa a apresentação de cenários de expansão e respectiva distribuição turística, tendências da procura mundial, indicação de mercados-alvo, elaboração de uma estratégia de desenvolvimento do sector.

- Acções de promoção interna e externa

Serão realizadas através de reuniões com operadores turísticos, agentes de viagens, jornalistas e outros agentes de turismo que possam contribuir para a divulgação e comercialização do destino Madeira. Estas acções incluem vectores de divulgação de âmbito geral como exibição de filmes e diapositivos, mostra de produtos típicos regionais, de elementos etnográficos de reconhecido valor turístico; publicações e campanhas de imagem.

Está também prevista a realização de direct-mail para alguns segmentos de mercado-alvo.

- Acções directas de animação promocional

Trata-se de fomentar realizações de carácter lúdico e cultural (Festival de música, Festival de Folclore, Festival de Bandas, Festa do Vinho Madeira, Animação Pontual da Zona Velha da Cidade, etc.), de modo a dinamizar a imagem deste destino turístico. Procura-se ainda potenciar as "visitas educacionais" de agentes de turismo, como também contribuir para a dinamização e consolidação da organização dessas realizações de forte participação popular com o objectivo de que as mesmas passem a ter, cada vez mais, uma maior base local e participação dos parceiros sociais.

Esta medida tem como finalidade conhecer as motivações de cada um dos mercados emissores, identificando segmentos e conhecendo as suas apetências específicas, permitindo, assim, orientar o perfil dos investimentos e o tipo de produtos a oferecer. Conhecidas as características da procura turística, a promoção desempenhará um papel imprescindível na dinamização da procura do destino turístico Madeira, sendo importante uma presença

directa e activa nos diversos mercados exteriores à CEE e no Continente Português.

Esta presença de acções promocionais será relevante não só nos mercados que actualmente são grandes clientes da Madeira, mas também em países que já ocuparam uma posição de relevo (E.U.A.) e ainda países que, possuindo quotas de menor importância, se pretende venham a constituir novos mercados alternativos (Canadá, Brasil, África do Sul, Áustria, Suíça, Japão). Pretende-se, deste modo, melhorar o afluxo turístico a esta Região, não só quantitativamente, mas também qualitativamente, através da diversificação de mercados.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- Contribuição para a diversificação de mercados;
- Contribuição para a melhoria da rentabilidade das empresas;
- Impacto nas actividades económicas regionais;
- Incremento da procura turística;
- Aproveitamento racional das potencialidades turísticas da Região.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Promoção Interna - Continente
- Promoção Externa - E.U.A, Canadá, Finlândia, Noruega, Suíça, Suécia, Brasil, Argentina, África do Sul, Áustria e Japão;
- Estudo de Desenvolvimento do Turismo - Região Autónoma da Madeira;
- Animação Promocional - Região Autónoma da Madeira.

1 0 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de campanhas publicitárias por tipo e por país;
- Número de participações em feiras por país.

1 1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	1 657	1 635	1 832	2 095	7 219
Despesa Pública Regional	414	409	458	524	1 805
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	1243	1226	1374	1571	5 414
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.9.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA: VALORIZAÇÃO E APROVEITAMENTO
DO POTENCIAL TURÍSTICO

1. MEDIDA:

ORDENAMENTO VIÁRIO DA
CIDADE DO FUNCHAL

CÓDIGO:

Sub. 2.4

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SÍNTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	13,274
- Despesa Pública	13,274
- Co-financiamento FEDER	9,955 (75%)

4 - ENTIDADE RESPONSÁVEL:

- Câmara Municipal do Funchal

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

5.1. Beneficiários directos:

- Autarquias Locais

5.2. Beneficiários indirectos:

- População em geral e Agentes de Turismo .

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

As acções contidas nesta medida dizem respeito à construção de infraestruturas viárias na cidade do Funchal e cuja extensão total, em média, não ultrapassa os 2 500 metros. Estão programadas as seguintes acções:

- Ligação Caminho Velho da Ajuda - Calçada do Amparo
- Ligação R. Dr. Brito Câmara - Caminho da Penteada
- Ligação nó da distribuidora com a Cota 200 e EN 101
- Cota 40, Troço entre túnel do Campo da Barca e Largo Severiano Ferraz
- Ligação Campo Santo António - Avista Navios
- Conclusão da Cota 40 - Troço entre Largo Severiano Ferraz e Ponte de S. João
- Via distribuidora do Plano da Madalena e sua ligação à Saída Oeste e Cota 200

Destacamos, pela sua importância, as seguintes acções:

- Cota 40 - Troço entre o campo da Barca e o Largo Severiano Ferraz.

Fazem parte desta acção as seguintes obras:

- I - Arruamento;
- II - Auto-Silo do Largo Severiano Ferraz;
- III - Sistema de semaforização Gertrudes.

I - Arruamento:

- Extensão em túnel ~ 206 m
- Extensão a céu aberto
Em viaduto ~ 231 m
- Perfil normal, incluindo nó
do Largo Severiano Ferraz ~ 282 m

II - Auto-Silo: fica sob o largo Severiano Ferraz. Tem 2 pisos enterrados para 110 viaturas ligeiras.

III - Sistema de sinalização Gertudes (gestão electrónica de regularização do tráfego rodoviário urbano para a resolução dos engarrafamentos). Este sistema de sinalização luminosa, a tempo real, permite fazer a leitura permanente do fluxo de tráfego.

- Conclusão da Cota 40 - Troço entre o Largo Severiano Ferraz e Ponte de S. João

O arruamento em causa tem as seguintes características:

- Extensão

A céu aberto	~ 533 m
Em túnel	~ 150 m
TOTAL	~ 683 m

- Características em perfil longitudinal

Inclinação máxima a céu aberto	~ 10%
Em túnel	~ 2,5%

- Concordâncias

Côncavas	~ 12 000 m
Convexas	~ 600 a 1 000 m

- Características em planta

Extensão em recta	~ 413 m
Extensão em curva	~ 270 m

- Características em perfil transversal

O traçado terá duas passagens inferiores

A concentração do parque automóvel no Funchal e a inadequação das infraestruturas rodoviárias estão a criar problemas sérios de poluição atmosférica e sonora e de convivência peão/automóvel na cidade. Tendo em consideração que a cidade do Funchal apresenta uma elevada concentração hoteleira e que a estratégia de desenvolvimento do sector aponta, claramente, para o turismo de qualidade impõe-se a resolução desta situação. A finalidade desta medida é, assim, resolver o conflito peão/automóvel na cidade, contribuindo para o descongestionamento de tráfego e racionalizando a rede através do estabelecimento de ligações com a prevista circular à cidade e respectivas radiais, sendo o seu resultado prático traduzido numa melhoria da qualidade de vida das populações residentes e flutuantes.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- Melhoria das condições ambientais da cidade do Funchal no que diz respeito, especialmente, à poluição atmosférica e sonora;
- Contribuição para uma maior fluidez de tráfego na cidade do Funchal;
- Contribuição para a defesa da qualidade da oferta turística;

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Concelho do Funchal

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de km construídos;
- Número de km melhorados;
- Número de obras de arte construídas, por tipo;
- Número de m² de estacionamento automóvel.

1 1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	4 788	3 868	2 463	2 155	13 274
Despesa Pública Regional	1 197	967	616	539	3 319
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	3 591	2 901	1 847	1 616	9 955
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.10.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

1. SUBPROGRAMA

**ESTRUTURAS FÍSICAS DO SECTOR
ENERGÉTICO**

CÓDIGO:

Sub 3

2. APRESENTAÇÃO

Indispensável ao sucesso da política de desenvolvimento proposta para a Região Autónoma da Madeira é o sector energético, que se terá de reconfigurar ao nível da oferta, possibilitando uma resposta cabal aos estímulos crescentes da procura.

Este esforço, no entanto, deverá ser alcançado tendo em mente alguns traços caracterizadores da realidade energética da Região, procurando-se assim, por um lado, não agravar a dupla situação de dependência energética da Região (em relação ao exterior e a uma única fonte de energia, o petróleo), valorizando para tal os recursos energéticos endógenos e implementando uma política concertada de Utilização Racional de Energia e por outro lado satisfazer, no curto prazo, o aumento da procura de energia (em especial eléctrica) resultante do esperado crescimento económico.

Para a valorização do potencial energético endógeno conta-se, sobretudo, com o Programa VALOREN e com as acções incluídas no Subprograma 1 deste programa operacional (Aproveitamento Integrado dos Socorridos)

3. OBJECTIVOS

Com este subprograma pretende-se:

- Aumentar a capacidade de produção de energia eléctrica, por forma a satisfazer, a curto prazo, o acréscimo da procura;
- Modernizar, racionalizar e ampliar as redes de transporte e de distribuição de energia.

4. MEDIDAS

Nestas condições as medidas propostas no âmbito deste subprograma são:

1 - AUMENTO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

2 - EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE DE TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO.

5. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	9 041	4 395	9 469	5 960	28 865
Despesa Pública Regional	4 068	1 977	4 261	2 681	12 987
%	45	45	45	45	45
Participação Comunitária FEDER	4 973	2 418	5 208	3 279	15 878
%	55	55	55	55	55

NOTAS: 1. Para maior desenvolvimento ver quadros II e III.3.

2. A taxa de comparticipação comunitária considerada (55%) justifica-se por se tratar de investimentos na área da produção de energia eléctrica que, numa região insular, de pequena dimensão e periférica tem custos necessariamente mais elevados atendendo a que não é possível obter economias de escala, à incidência de elevados custos de aprovisionamento e à necessidade de produção própria face à impossibilidade de importação de energia eléctrica.

6. ENTIDADE RESPONSÁVEL

- Empresa de Electricidade da Madeira

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: ESTRUTURAS FÍSICAS DO
SECTOR ENERGÉTICO**

1. MEDIDA:

AUMENTO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

CÓDIGO:

Sub. 3.1

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	21,754
- Despesa Pública	21,754
- Co-financiamento FEDER	11,966 (55%)

4 - ENTIDADE RESPONSÁVEL:

- Empresa de Electricidade da Madeira, EP

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

5.1. Beneficiários directos:

- Empresa de Electricidade da Madeira, EP

5.2. Beneficiários indirectos:

- Agentes Económicos e Sociais da Região.

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

As acções acolhidas nesta medida são:

- Nova Central Termoeléctrica de Porto Santo

Pretende-se instalar, numa 1ª fase, a concluir em 1991, um grupo motor diesel/alternador, queimando fuelóleo, de 3 MW.

Numa segunda fase, a realizar de 1994 a 1997, serão transferidos para a nova central a construir, dois grupos idênticos de 5 MW, actualmente em serviço na Central do Funchal.

- Ampliação da Central Termoeléctrica da Vitória - Grupo10.

- Ampliação da Central Termoeléctrica da Vitória - Grupo11.

- Ampliação da Central Termoeléctrica da Vitória - Grupo12.

Os grupos a instalar serão idênticos aos grupos 7 e 8, cuja instalação, já efectuada, constituiu a 1ª fase da Ampliação da Central Térmica da Vitória.

Trata-se de grupos electrogéneos, constituídos por motor diesel-alternador, com a potência unitária de 10 MW, queimando fuelóleo.

A entidade responsável pela execução da medida tomará as providências necessárias para que o fuelóleo a utilizar nas centrais tenha um teor de enxofre inferior a 1% e, ainda, ao nível da concepção das instalações, providenciará no sentido de limitar o nível de ruído nas imediações das mesmas até 60 decibéis (db).

Os investimentos que estão programados no âmbito desta medida têm por objectivo imediato satisfazer com segurança as crescentes solicitações do consumo de energia eléctrica. As pressões de curto prazo da procura de energia tornam necessário investir em novos meios de produção de energia termoeléctrica por forma a satisfazer com segurança as crescentes solicitações de consumo. A concretização desta medida contribui de forma decisiva para o desenvolvimento da Região e melhoria da qualidade de vida.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- Articulação com projectos já realizados com vista ao aumento da capacidade de produção necessária à satisfação das crescentes solicitações do consumo;
- Contribuição para a melhoria do nível de segurança no abastecimento de energia eléctrica;

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Nova Central Termoeléctrica do Porto Santo - em Porto Santo, junto ao Porto de Abrigo, concelho de Porto Santo;
- Ampliação da Central Termoeléctrica da Vitória - S. Martinho/Funchal - Concelho do Funchal;

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Potência instalada em MW;

11 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	6 183	2 697	8 171	4 703	21 754
Despesa Pública Regional	2 782	1 213	3 677	2 116	9 788
%	45	45	45	45	45
Participação Comunitária FEDER	3 401	1 484	4 494	2 587	11 966
%	55	55	55	55	55

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.11.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: ESTRUTURAS FÍSICAS DO
SECTOR ENERGÉTICO**

1. MEDIDA:

**EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE DE
TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO**

CÓDIGO:

Sub. 3.2

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	7,111
- Despesa Pública	7,111
- Co-financiamento FEDER	3,912 (55%)

4 - ENTIDADE RESPONSÁVEL:

- Empresa de Electricidade da Madeira, EP

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

5.1. Beneficiários directos:

- Empresa de Electricidade da Madeira, EP

5.2. Beneficiários indirectos:

- Agentes Económicos e Sociais da Região.

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

A presente medida engloba as seguintes acções:

- Ampliação da rede de transporte de energia

Os trabalhos a desenvolver incluem, designadamente, o estabelecimento de novas linhas de transporte de energia, de um modo geral em traçado aéreo e a construção e ampliação de subestações de transformação de 60/30/6,6 KV.

- Ampliação e reforço da rede de distribuição de energia eléctrica

Os trabalhos a desenvolver incluem, designadamente, o lançamento de novos "feeders" e a instalação de novos postos de transformação, de modo a aumentar a fiabilidade de exploração e a diminuir as perdas da rede.

Simultaneamente, pretende-se melhorar as características da rede de iluminação pública, privilegiando as áreas urbanas com a introdução de aparelhos de iluminação de rendimento superior, de modo a obter níveis de iluminação mais elevados, sem aumentar substancialmente os consumos.

Paralelamente a estes objectivos, dar-se-á continuidade aos trabalhos de extensão da rede, de modo a cobrir pequenos núcleos de interesse agrícola e turístico-artesanais.

- Despacho, Telecomunicações e Telecomando

O projecto inclui a instalação de meios informáticos, destinados a aumentar a capacidade do centro de despacho da Vitória.

Por outro lado, pretende-se aumentar a fiabilidade da rede de telecomunicações por feixes hertzianos, bem como estender a automatização a todas as centrais e subestações da rede de transporte.

Os trabalhos serão realizados pela EEM, com respeito pelas características do ambiente natural, no que respeita à preservação da paisagem.

Na electrificação rural, desde sempre, tem havido a preocupação de proteger o ambiente, mediante a utilização de postes de madeira, conciliando a economia e a estética desta solução, e a utilização de traçados que permitam reduzir a necessidade de corte de árvores.

Os investimentos a realizar no âmbito da presente medida destinam-se:

- a ampliar a rede de transporte de energia eléctrica, permitindo a inserção dos novos centros produtores e, ainda, melhorar as condições de serviço, por forma a garantir o normal crescimento dos consumos;
- a ampliar e reforçar a rede de distribuição de energia eléctrica que envolve as redes de média e baixa tensão com a finalidade de melhorar as condições de fornecimento em zonas já servidas e dar satisfação às solicitações do consumo em zonas deficitárias;
- ao reforço do sistema de transmissões, teleacção e automatização, visando telecomandar as subestações e postos de seccionamento que, no mesmo período, se prevê instalar, bem como a duplicação de feixes herzeianos.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- Contribuir para a melhor integração entre o sistema produtor e a rede de distribuição;
- Aumentar a fiabilidade de exploração e diminuir as perdas da rede;
- Contribuir para aumentar a cobertura em energia eléctrica;
- Melhorar a eficiência da gestão do sistema.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Em toda a Região Autónoma da Madeira.

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de km de linhas de transporte de energia eléctrica;
- Número de subestações de transformação construídas e ampliadas;

- Número de Kv de potência instalada;
- Número de novas ligações em pequenos núcleos de interesse agrícola e turístico-artesanais;
- Número dos equipamentos de despacho, telecomunicações e tele-comando, por tipo.

11 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	2 858	1 698	1 298	1 257	7 111
Despesa Pública Regional	1 286	764	584	565	3 199
%	45	45	45	45	45
Participação Comunitária FEDER	1 572	934	714	692	3 912
%	55	55	55	55	55

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.12.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

1. SUBPROGRAMA: INCREMENTO DAS ACESSIBILIDADES CÓDIGO: Sub. 4

2 - APRESENTAÇÃO

Uma das razões que marcam o relativo subdesenvolvimento da Madeira reside na característica insular e periférica da Região que condiciona o seu desenvolvimento económico e social, sobretudo quando a acessibilidade interna e externa é fraca, inviabilizando um melhor aproveitamento das suas potencialidades naturais, designadamente nos domínios do turismo, da agricultura e silvicultura e das pescas.

Ao nível da acessibilidade externa, é por todos reconhecida a inadequação das actuais infraestruturas aeroportuárias e a situação de saturação das infraestruturas de apoio marítimo, do que resulta um forte estrangulamento para o desenvolvimento da Região.

A orografia e o tipo de povoamento condicionam a qualidade e quantidade de rodovias da Região, apresentando uma malha viária que se caracteriza por traçados estreitos e sinuosos que não correspondem às cargas actuais de tráfego, resultando assim uma fraca acessibilidade interna.

Em termos de estratégia de actuação podem considerar-se 3 componentes de acessibilidade: externa, regional e local.

Nas ligações externas, o aumento da pista do Aeroporto de Santa Catarina e o melhoramento da pista de Porto Santo serão acções prioritárias ao nível do Programa Operacional para as regiões ultra-periféricas.

A execução plena destas acções irá potenciar o desenvolvimento das exportações do sector primário e permitir também diversificar a procura turística da Região.

Os transportes marítimos apresentam também uma enorme importância para a Região. Neste sentido é necessário aumentar a eficácia e eficiência dos portos marítimos com o objectivo de rentabilizar a privilegiada situação estratégica que a Região oferece ao comércio internacional.

Nas ligações regionais e locais a estratégia a seguir tem de ter em conta as realidades existentes. Por um lado, a Região possui níveis de acessibilidade bastante baixos, por outro lado a resolução deste problema passa por um equilíbrio entre vários factores, como a orografia e o ambiente. Assim procurar-se-á melhorar a acessibilidade intra-regional, melhorando a rede viária com o objectivo de dinamizar a actividade económica e garantir uma maior desconcentração urbanística, sobretudo relativamente à cidade do Funchal.

Outro factor importante na acessibilidade interna e externa são as telecomunicações e comunicações, que assumem um papel fundamental para o desenvolvimento económico e social de uma economia com as características insulares que a Região apresenta.

Em virtude do esperado aumento da procura turística, da crescente terciarização da economia madeirense e da sua situação de insularidade, torna-se imperioso realizar um esforço de melhoria dos serviços prestados, como ainda implementar novos produtos de telecomunicações e comunicações, com particular realce para os que conduzam a saltos qualitativos no domínio das novas tecnologias.

Estão assim programados vários investimentos a realizar no período 1990-93 pela Rádio Marconi, Radiotelevsão, Radiodifusão e CTT/ILP, que, ascendem a 5 9016 mil ECU's. Apesar destes montantes de investimento não engrossarem o investimento total do P.O.P. da RAM reflectem uma aposta séria destas instituições na resolução de um dos estrangulamentos ao desenvolvimento da Região.

Em síntese, a actuação deverá ser norteada pelo objectivo geral de remoção dos estrangulamentos na área das acessibilidades de forma a gerar melhores condições de circulação dos produtos, das informações, dos capitais e das pessoas, contribuindo para um acréscimo de nível geral de vida das populações da Região.

3 - OBJECTIVOS

- Melhorar as condições de operacionalidade do porto do Funchal;
- Renovar e melhorar a rede viária de categoria regional;
- Melhorar a acessibilidade local em termos de acesso de zonas de interesse turístico e aptidão agrícola, contribuindo para uma maior fixação das populações rurais.

4 - MEDIDAS

Seleccionamos como medidas para este subprograma:

Medida 1 - Acessibilidade Externa

Medida 2 - Acessibilidade Regional

Medida 3 - Acessibilidade Local

5 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	18 763	19 655	18 512	13 572	70 502
Despesa Pública Total	18 134	19 026	18 512	13 572	69 244
Despesa Pública Regional	4 404	4 627	4 627	3 393	17 051
%	24	24	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	13 730	14 399	13 885	10 179	52 193
%	76	76	75	75	75
Despesa Privada	629	629			1 258
%	3	3			2

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro II e III.4.

6 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Secretaria Regional da Administração Pública/Direcção Regional dos Portos
- Vice-Presidência e Coordenação Económica
- Secretaria Regional do Equipamento Social
- Câmaras Municipais Rurais

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA: INCREMENTO DAS ACESSIBILIDADES

1. MEDIDA:

ACESSIBILIDADE EXTERNA

CÓDIGO:

Sub. 4.1

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1991

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	4,611
- Despesa Pública	3,353
- Co-financiamento FEDER	2,772 (83%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Secretaria Regional da Administração Pública/Direcção Regional dos Portos
- Vice-Presidência e Coordenação Económica

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

5.1. Beneficiários directos:

- Direcção Regional dos Portos
- Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Ld^a.

5.2. Beneficiários indirectos:

- Agentes Económicos Regionais, Nacionais e Estrangeiros.

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

Esta medida inclui as seguintes acções principais:

- Melhoramentos no molhe exterior do Porto do Funchal
A acção consiste em:
 - Reforço da protecção exterior com um manto de tetrápodes;
 - Reforço e consolidação da cabeça do molhe;
 - Reparação das paredes verticais de betão do quebra mar.
- Renovação da frota de equipamento de movimentação horizontal de contentores.

A acção consiste em garantir a entrada em funcionamento de uma nova unidade de movimentação de contentores.

Plano de Renovação:

- 1 Empilhador Frontal 1990, 35 ton.
 - 2 Empilhadores 1990, 25 e 35 ton. respectivamente
 - 1 Empilhador ou autogrua equipado com spreader 1990 para contentores de 20 e 40.
- Reconstrução e grande reparação do terraplino do cais norte do porto do Funchal;
 - Terminal de Contentores de Segunda Linha para o porto do Funchal;

Esta acção, a promover por agentes privados, visa criar um serviço complementar ao do porto do Funchal, numa área exterior a este porto cujos espaços são exíguos, a qual compreende as seguintes zonas:

- Zona de armazenagem de contentores cheios;
- Zona de armazenagem de contentores vazios;
- Zona de desconsolidação de contentores;
- Zona coberta de desconsolidação;

- Zona de reparações de contentores;
- Zona de estacionamento de máquinas e oficinas (infraestruturas).

A presente medida tem como objectivo principal criar melhores condições de operacionalidade do porto do Funchal, mediante o aumento da eficácia e eficiência dos serviços prestados em particular aqueles que dizem respeito ao movimento de mercadorias.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- Melhoria dos serviços e infraestruturas em terra no Porto do Funchal;
- Valorização da frente marítima por um melhor ordenamento da actividade portuária;
- Reforço das infraestruturas portuárias;

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Concelho do Funchal

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de km² de área construída/melhorada;
- Número de equipamentos, por tipo.

1 1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	2 783	1 828			4 611
Despesa Pública Total	2 154	1 199			3 353
Despesa Pública Regional	410	171			581
%	19	14			17
Participação Comunitária FEDER	1 744	1 028			2 772
%	81	86			83
Despesa Privada	629	629			1 258
%	23	34			27

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.13.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA: INCREMENTO DAS ACESSIBILIDADES

1. MEDIDA:

ACESSIBILIDADE REGIONAL

CÓDIGO:

Sub. 4.2

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	38,697
- Despesa Pública	38,697
- Co-financiamento FEDER	29,023 (75%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Secretaria Regional do Equipamento Social/Direcção Regional de Estradas

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

5.1. Beneficiários directos:

- Governo Regional

5.2. Beneficiários indirectos:

- Agentes Económicos e Sociais da Região

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

Esta medida engloba as seguintes acções:

- Saída Oeste do Funchal (2ª Fase)
- Circular do Funchal - Cota 200 (1ª Fase)
- Ligação à Cota 200
- Via rápida - Câmara de Lobos - Ribeira Brava (1º Troço)
- Beneficiação e Sinalização da ER 101 entre Boa Nova e Aeroporto
- ER 213 - Madalena - Arco da Calheta
- Variante à E.R 101 - Vila de Machico
- ER 213 - Madalena - Ponta do Sol
- Variante à ER 102 - Camacha
- ER 101 - Portela - Degolada

Devido ao seu peso estratégico dentro desta medida destacamos 2 acções:

- Circular do Funchal - Cota 200 (1ª fase)

Extensão total do troço: 2 300 metros

Perfil transversal tipo: plataforma de 16,50 metros - via de dupla faixa composta por duas faixas de rodagem de 6,5 metros, duas bermas de 1,0 metros e um separador de 1,5 m.

Obras de arte especiais: serão executados dois viadutos

Pavimento: betão betuminoso

Diversos: nós de ligação e restabelecimento das rodovias existentes.

- Saída Oeste do Funchal (2ª fase)

Extensão total: aproximadamente 1 500 metros

Perfil transversal tipo: plataforma de 17,50 metros de largura, distribuídos da seguinte forma: 14 metros de faixa de rodagem, 1,5 metros de bermas e 1 metro de valas.

Obras de arte especiais: uma ponte com cerca de 200 metros de vão e um viaduto

Obras de arte corrente: Aqueduto, manilhas e outros

Obras de arte acessórias: sinalização, protectores de segurança, muros, iluminação e outros

Pavimentação: Pavimento flexível, incluindo a sub-base e o revestimento

Diversos: Nós de ligação de restabelecimento da estrada existente

O projecto de execução estará concluído brevemente, incluindo uma análise técnico-económica do investimento.

Esta medida tem como objectivo principal melhorar a acessibilidade intra-regional, resolvendo, assim, os estrangulamentos na área do Funchal, nomeadamente desviando o tráfego desta cidade e melhorando as condições de velocidade e segurança nas ligações inter-urbanas.

No âmbito desta medida serão tomadas algumas precauções minimizadoras do impacto ambiental, salvaguardando, na medida do possível, os solos com maior aptidão agrícola.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- Descongestionar o trânsito na cidade do Funchal;
- Melhorar as condições de circulação;

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Em vários concelhos da Região Autónoma da Madeira

1 0 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de km construídos;
- Número de km melhorados;
- Número de obras de arte construídas, por tipo.

1 1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	6 212	10 199	12 000	10 286	38 697
Despesa Pública Regional	1 553	2 549	3 000	2 572	9 674
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	4 659	7 650	9 000	7 714	29 023
%	75	75	75	75	75

Nota: Para maior desenvolvimento ver Quadro V.14

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA: INCREMENTO DAS ACESSIBILIDADES

1. MEDIDA:

ACESSIBILIDADE LOCAL

CÓDIGO:

Sub. 4.3

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	27,194
- Despesa Pública	27,194
- Co-financiamento FEDER	20,398 (75%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Câmaras Municipais da Região Autónoma da Madeira excepto Câmara do Funchal.

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

5.1. Beneficiários directos:

- Autarquias Locais

5.2. Beneficiários indirectos:

- Agentes Económicos e Sociais da Região

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

Esta medida abrange perto de 50 acções, de montante de investimento baixo, repartidas pelos vários municípios da Região. De forma geral as acções consistem na construção de novas estradas municipais que farão a ligação a Estradas Regionais existentes, tendo, como características comuns, uma extensão média entre os 1 500 e 2 000 metros, largura entre os 5,0 e 5,5 metros e pavimentação betuminosa em três camadas.

Os montantes de investimento total por concelho, no âmbito desta medida são, a título indicativo:

Concelho da Calheta	2 857	ECU's x 1 000
Concelho de Câmara de Lobos	3 828	ECU's x 1 000
Concelho de Machico	3 113	ECU's x 1 000
Concelho da Ponta do Sol	1 801	ECU's x 1 000
Concelho de Porto Moniz.....	1 085	ECU's x 1 000
Concelho de Porto Santo	1 056	ECU's x 1 000
Concelho da Ribeira Brava	3 373	ECU's x 1 000
Concelho de Santa Cruz	2 285	ECU's x 1 000
Concelho de Santana	4 827	ECU's x 1 000
Concelho de São Vicente	2 969	ECU's x 1 000

Melhorar a acessibilidade local (Municipal) tentando para tal, remover os estrangulamento causados pela orografia acidentada, constitui o objectivo principal desta medida. Assim, serão criadas novas ligações e introduzidas melhorias nas infraestruturas viárias municipais existentes que contribuirão para melhorar o acesso a zonas de interesse turístico e de aptidão agrícola, possibilitando a fixação das populações rurais.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- Facilitar a circulação intra e inter-municipal;
- Viabilizar o desenvolvimento de actividades económicas;
- Promover uma maior desconcentração urbanística;

- Contribuir para reduzir o isolamento das zonas rurais;

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Em todos os concelhos da Região Autónoma da Madeira, (excepto concelho do Funchal).

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de km construídos;
- Número de km melhorados;
- Número de obras de arte, por tipo.

11 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	9 768	7 628	6 512	3 286	27 194
Despesa Pública Regional	2 441	1 907	1 627	821	6 796
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	7 327	5 721	4 885	2 465	20 398
%	75	75	75	75	75

Nota: Para maior desenvolvimento ver Quadro V.15

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

1. SUBPROGRAMA:

**INCREMENTO DA FORMAÇÃO PRO-
FISSIONAL E VALORIZAÇÃO DOS
RECURSOS HUMANOS**

CÓDIGO:

Sub. 5

2 - APRESENTAÇÃO

No contexto comunitário e nacional, a RAM revela-se uma região pouco desenvolvida e periférica, no interior da qual se manifestam assimetrias de desenvolvimento.

Assim, em 1980, o PIB pm, por habitante, da Região representava 57% da média do Continente e a produtividade média, expressa em produto por activo, correspondia a 68% do mesmo indicador no Continente.

Em 1986, e segundo os elementos disponíveis, o primeiro daqueles indicadores correspondia apenas a 58% da média do Continente.

A distribuição sectorial do emprego era a seguinte em 1987:

Primário	21,7%
Secundário	36,0%
Terciário	42,3%

Esta distribuição revela um elevado peso relativo do sector primário.

A produtividade agrícola é muito baixa devido à reduzida dimensão das explorações, à orografia dos terrenos e à quase inexistente mecanização agrícola. Todavia, deve-se acrescentar que a população afectada à agricultura apresenta-se envelhecida e dotada de um muito baixo nível de habilitações. Cerca de 60% das explorações são dirigidas por pessoas com mais de 55 anos e apenas 28% dos empresários agrícolas possuem habilitações superiores ao ensino básico primário.

Em 1987 a taxa de assalariamento no sector primário era de apenas 25% e a contribuição do sector agrícola para o PIBpm foi aproximadamente 18% em 1986.

Por sua vez, se o sector secundário apresenta um volume de activos semelhante às médias nacionais e europeias, tal situação deve-se, em grande parte, ao excessivo peso de actividades artesanais (bordados e obras de vime).

De facto, a Região possui um baixo nível de industrialização - sendo a contribuição da indústria extractiva e transformadora para o PIB pm de 11,9% em 1980 e de 14,3% em 1986 - que pode ser aliado ao baixo grau de qualificação dos activos (64% tinham qualificação inferior a "qualificados").

Dentro do sector secundário pode destacar-se a actividade da Construção e Obras Públicas, pela sua importância para a execução das infraestruturas básicas de que a Região carece, onde se detecta, igualmente, um baixo nível de qualificação, com cerca de 37% de trabalhadores não qualificados e apenas 0,3% de quadros médios.

Assim, em especial nos sectores primário e secundário, a situação do emprego caracteriza-se pela existência de deficiências estruturais, de que sobressaem algumas formas de subemprego na agricultura e em actividades artesanais, com particular incidência na população feminina, associadas a baixos níveis de rendimento do trabalho.

Esta situação conduz a que, nos concelhos rurais que escapam à área de influência da cidade do Funchal, se assista a fenómenos de despovoamento, por força do seu menor desenvolvimento e baixo nível de rendimento das actividades económicas tradicionais. Também é em tais zonas que o fenómeno de subemprego se manifesta de forma mais evidente.

Tais movimentos da população têm vindo a alimentar as áreas de maior implantação do sector terciário, em especial o Funchal, e as que sofrem directamente a sua influência, casos de Câmara de Lobos, Santa Cruz e Machico, que no seu conjunto representam apenas 33% do território habitado da Região mas que, já em 1981, albergavam 76% da população residente.

Esta assimetria na distribuição da população origina não só problemas urbanos, habitacionais e ambientais, como provoca o aparecimento de zonas socialmente degradadas, que encerram e tendem a reproduzir manifestações de desemprego e baixas qualificações, com o consequente baixo nível de vida dos residentes.

No sector terciário, cujas actividades se ligam, substancialmente, ao turismo, que origina uma das principais fontes de receitas externas da

Região, verifica-se que 51,4% dos indivíduos afectos à actividade têm qualificações iguais ou inferiores a semi-qualificados.

Entretanto, convém também referir que a realização de acções de formação profissional na RAM é muito recente - apenas em 1979 era inaugurado o Centro Regional de Formação Profissional. Por outro lado, em 1974/75 foram extintos os cursos técnico-profissionais do Ensino (antigas Escolas Industriais e Comerciais) que têm vindo, gradualmente, a ser reactivados.

Da situação exposta decorre a necessidade de implementação de acções que procurem promover o fomento da formação profissional, orientada para a qualificação cada vez mais elevada da população activa, possibilitando um contributo mais eficaz para os tão fundamentais aumentos de produtividade, de melhores níveis de remuneração e segurança de emprego.

3 - OBJECTIVOS

O aumento da capacidade hoteleira, a conseqüente promoção no exterior do destino Madeira, a intensificação da promoção interna e da animação local, implicam um reforço considerável na formação, melhoria de qualificação e reciclagem dos recursos humanos afectos à actividade turística.

Por outro lado a opção tomada em enveredar por uma estratégia de expansão e modernização industrial, nomeadamente na instalação de várias unidades na Zona Franca Industrial do Caniçal, a necessidade de racionalização da produção e utilização da energia, exige uma alta especialização de mão-de-obra com exigência de qualificação adequada e reciclagens contínuas.

Na agricultura, a necessidade de modernizar e introduzir novas culturas, aliada ao facto de ser exigida formação profissional para o recurso a incentivos, sobretudo, por parte dos jovens empresários agrícolas, implica, também, a intensificação de acções de formação específica.

Os efeitos multiplicadores do desenvolvimento turístico e industrial sobre os outros serviços comercializáveis, provoca, mais uma vez, a necessidade de satisfação das carências na conveniente qualificação e especialização da mão-de-obra.

A criação de múltiplas infraestruturas, necessárias ao desenvolvimento, em grande parte incluídas neste programa operacional obrigam a ajustamentos na formação profissional dos recursos humanos envolvidos.

Assim, este subprograma visa:

- a melhoria da qualificação da população activa, garantindo a formação de base para activos não qualificados, promovendo a formação e actualização de mão-de-obra qualificada, a especialização dos quadros intermédios e a sensibilização e informação dos quadros superiores e empresários das PME'S, em especial nas áreas onde se verifica maior evolução tecnológica;
- o desenvolvimento do ensino técnico-profissional de modo a responder às necessidades de formação de quadros intermédios; a formação e actualização de formadores em duas vertentes, uma dirigida para o ensino técnico-profissional e outra para os formadores dos formadores;
- o desenvolvimento do emprego, nomeadamente através do apoio à animação e acção local e de incentivos ao surgimento de iniciativas locais de emprego e o incremento de acções de inserção de adultos desempregados de longa duração em projectos que respondam a necessidades colectivas de nível local do apoio à elaboração de projectos visando o desenvolvimento de I.L.E'S.

4 - MEDIDAS

Para atingir os objectivos enumerados, o subprograma prevê a execução das seguintes medidas:

- Formação Profissional para Activos de todos os Sectores de Actividade, excluindo o Turismo
- Formação Profissional para Activos do Turismo
- Acções para o Desenvolvimento do Emprego
- Ensino Técnico-Profissional e Universitário

5 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	7 438	9 414	11 225	11 444	39 521
Despesa Pública Total	7 287	9 241	11 003	11 241	38 772
Despesa Pública Regional	2 027	2 707	3 330	3 590	11 654
%	27	29	30	31	29
Participação Comunitária FSE	5 260	6 534	7 673	7 651	27 118
%	71	69	68	67	69
Despesa Privada	151	173	222	203	749
%	2	2	2	2	2

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadros II e III.5

6 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS

- Centro Regional de Formação Profissional (Gestor).
- Direcção Regional do Emprego.
- Direcção Regional do Ensino.
- Universidade da Madeira.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: INCREMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL
E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS**

1. MEDIDA:

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA
ACTIVOS DE TODOS OS SECTO-
RES DE ACTIVIDADE, EXCLUIN-
DO O TURISMO**

CÓDIGO:

Sub. 5.1.

2 - DURAÇÃO: 1 de Janeiro de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	18,720
- Despesa Pública	18,164
- Co-financiamento FSE	13,623 (73%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Centro Regional de Formação Profissional

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS E POPULAÇÃO ALVO:

- Entidades Privadas e Públicas de todas as áreas de actividade, excluindo as do turismo.
- Activos de todas as áreas de actividade, excluindo o Turismo, qualquer que seja o grau de qualificação;
- Desempregados de curta duração.

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

Esta medida é concretizada através de um conjunto de sub-medidas que visam determinados objectivos e envolvem determinados quantitativos que discriminamos:

SUB-MEDIDA A:

Tomando uma larga faixa de activos que possuam habilitações iguais ou inferiores ao ensino obrigatório e que denotem uma elevada carência de conhecimentos profissionais de base, pretende-se elevar o seu nível de qualificação até ao nível 1 (semi-qualificado), contribuindo para a valorização dos trabalhadores e ainda para a optimização dos níveis de produtividade.

Assim, as actividades a desenvolver envolvem a formação de 1175 indivíduos de diferentes sectores de actividade com destaque para a Indústria, Artesanato, Agricultura, Pescas e Serviços Não Turísticos, elevando a sua qualificação até ao nível 1, integrando uma formação de base articulada com uma formação específica de índole profissional.

SUB-MEDIDA B:

Pretende-se facultar formação a mão-de-obra, fundamentalmente empregada, de forma a atingir os níveis de qualificação 2 e 3, e o aperfeiçoamento de activos ou desempregados há menos de 1 ano que já possuam uma qualificação de nível 2;

Assim, dar-se-á formação a 2 235 indivíduos de diferentes sectores de actividade (em especial Indústria, Energia, Pescas, Construção Civil, Transportes e Comunicações) repartidas por acções de curta duração, média e longa duração, elevando a sua qualificação para os níveis 2 e 3, possibilitando, igualmente, o seu aperfeiçoamento.

SUB-MEDIDA C:

Esta sub-medida pretende dar formação e qualificação a quadros intermédios desempenhando funções estratégicas para o desenvolvimento: tradutor das inovações, descodificador dos novos processos produtivos, colaborador e interlocutor privilegiado na gestão de micro-organizações.

Visa a qualificação de quadros pela formação contínua dos activos (fundamentalmente empregados) nos níveis 2, 3 e 4, melhorando as suas qualificações profissionais, tanto de especialização como de actualização;

Visa ainda proporcionar boa informação, sensibilização e actualização sobre determinadas temáticas (especialmente da área tecnológica) a quadros superiores e empresários das PME's, preponderantes ao nível do tecido empresarial da RAM.

Assim, as acções a desenvolver envolvem a formação de 3 294 quadros e empresários de diferentes sectores de actividade (em especial Indústria, Agricultura, Comércio, Construção e obras Públicas, Transportes e Comunicações) através, sobretudo, de acções de curta e média duração.

SUB-MEDIDA D:

Com esta sub-medida pretende-se aumentar a qualidade da formação, através do aperfeiçoamento e qualificação dos formadores e técnicos de formação.

Assim, proporcionar-se-à a formação de 360 formadores, técnicos de formação e gestores de formação de todas as áreas de actividade.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

Constituem critérios de selecção:

- Processos cujas acções de formação contribuam para a estabilidade no emprego, para a modernização da empresa e para a introdução de novas tecnologias;
- Processos respeitantes a formação em áreas profissionais, com exclusão do sector do Turismo, e níveis de qualificação com elevadas perspectivas de emprego;
- Processos cujas acções de formação proporcionem a valorização pessoal e profissional dos recursos humanos, através da elevação dos níveis de qualificação.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Região Autónoma da Madeira

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de formandos;
- Número de horas de formação ministradas;
- Número de horas/formando;
- Número de entidades beneficiárias.

11 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	3 795	4 068	5 668	5 189	18 720
Despesa Pública Total	3 688	3 939	5 500	5 037	18 164
Despesa Pública Regional	922	985	1 375	1 259	4 541
%	24	24	24	24	24
Participação Comunitária FSE	2 766	2 954	4 125	3 778	13 623
%	73	73	73	73	73
Despesa Privada	107	129	168	152	556
%	3	3	3	3	3

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.16.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: INCREMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL
E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS**

1. MEDIDA:

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA
ACTIVOS DO TURISMO**

CÓDIGO:

Sub. 5.2.

2 - DURAÇÃO: 1 de Janeiro de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	4,667
- Despesa Pública	4,474
- Co-financiamento FSE	3,356 (72%)

4 - ENTIDADE RESPONSÁVEL:

- Centro Regional de Formação Profissional

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS E POPULAÇÃO ALVO:

- Entidades Privadas e Públicas ligadas exclusivamente à área do turismo.
- População empregada, qualquer que seja o grau de qualificação e desempregados de curta duração.

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

A medida em questão pretende:

- Melhorar a estrutura da qualificação da população activa ligada ao turismo, tendo em conta o desenvolvimento do mesmo e o seu relançamento interno a nível profissional;
- Elevar significativamente, os níveis de qualificação actuais, a fim de que a Madeira possa ser, cada vez mais, um destino turístico de qualidade;
- As restantes finalidades deste sector coincidem com os da medida 1, quanto à elevação progressiva do nível de qualificação;

Com esta medida dar-se-à formação a cerca de 1 800 pessoas, desde as que não possuem qualquer qualificação, até aos quadros e empresários, distribuídos da seguinte forma:

SUB-MEDIDA A: formação de 120 não qualificados, elevando a sua qualificação até ao nível 1.

SUB-MEDIDA B: formação de 500 qualificados elevando a sua qualificação para os níveis 2 e 3.

SUB-MEDIDA C: formação de 1 200 quadros e empresários

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

Constituem critérios de selecção:

- Processos cujas acções de formação contribuam para a estabilidade no emprego, para a modernização da empresa e para a introdução de novas tecnologias;
- Processos respeitantes a formação em áreas profissionais, exclusivamente do sector do Turismo, e níveis de qualificação com elevadas perspectivas de emprego;

- Processos cujas acções de formação proporcionem a valorização pessoal e profissional dos recursos humanos, através da elevação dos níveis de qualificação.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Região Autónoma da Madeira

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de formandos;
- Número de horas de formação ministradas;
- Número de horas/formando;
- Número de entidades beneficiárias.

1 1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	1 077	1 077	1 282	1 231	4 667
Despesa Pública Total	1 033	1 033	1 228	1 180	4 474
Despesa Pública Regional	258	258	307	295	1 118
%	24	24	24	24	24
Participação Comunitária FSE	775	775	921	885	3 356
%	72	72	72	72	72
Despesa Privada	44	44	54	51	193
%	4	4	4	4	4

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.17.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: INCREMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL
E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS**

1. MEDIDA:

**ACÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO
DO EMPREGO**

CÓDIGO: Sub. 5.3.

2 - DURAÇÃO: 1 de Janeiro de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	5,409
- Despesa Pública	5,409
- Co-financiamento FSE	2,095 (39%)

4 - ENTIDADE RESPONSÁVEL:

- Centro Regional de Formação Profissional.
- Direcção Regional do Emprego.

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS E POPULAÇÃO ALVO:

- Entidades Públicas e Privadas sem fins lucrativos;
- Empregados e Desempregados em especial;
- Agentes dos Serviços do Emprego.

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

As acções a desenvolver têm como objectivos:

- Promover a dinamização de novas actividades económicas geradoras de emprego, em zonas de maior incidência do desemprego ou do sub-emprego;
- Promover o desenvolvimento sócio-económico ao nível local, em articulação com outras medidas de fomento do emprego e da formação;
- Melhorar as condições de acesso ao emprego e à formação;
- Melhorar o funcionamento dos serviços de emprego.

Assim, elas podem ser identificadas, sinteticamente, do seguinte modo:

SUB-MEDIDA A:

Formação de novos agentes de desenvolvimento (48 pessoas/1 200 horas de formação)

SUB-MEDIDA B:

Formação/actualização de agentes de desenvolvimento em actividade (48 pessoas/100 horas de formação);

SUB-MEDIDA C:

Apoio à actividade de agentes de desenvolvimento (32 pessoas/52 semanas de apoio);

SUB-MEDIDA D:

Apoio a iniciativas locais de Emprego (ILE's) (500 postos de trabalho);

SUB-MEDIDA E:

Ações de inserção de adultos desempregados de longa duração em projectos que respondam a necessidades colectivas ao nível local (500 pessoas/ano em 1990 e 1991);

SUB-MEDIDA F:

Actualização de técnicos dos Serviços de Emprego (12 pessoas ano/100 horas de formação);

SUB-MEDIDA G:

Promoção de estudos de apoio ao desenvolvimento e à acção local (15 estudos);

SUB-MEDIDA H:

Apoio à elaboração de projectos visando o desenvolvimento de ILE's (50 projectos);

As acções abrangerão uma média anual de 295 pessoas.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

Os critérios de selecção serão definidos ao nível da sub-medida. Assim, ter-se-ão em conta, nomeadamente, requisitos relativos à viabilidade económica e social das acções a apoiar, à sua contribuição para a criação de emprego e capacidade para promover o desenvolvimento local do emprego e da formação.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Região Autónoma da Madeira

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de formandos;

- Número de iniciativas apoiadas;

- Número de horas/formando;
- Número de horas de formação ministradas;
- Número de empregos criados.

1 1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	665	1 589	1 210	1945	5 409
Despesa Pública Regional	372	794	882	1266	3 314
%	56	50	73	65	61
Participação Comunitária FSE	293	795	328	679	2 095
%	44	50	27	35	39

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.18.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: INCREMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL
E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS**

1. MEDIDA:

**ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL
E UNIVERSITÁRIO**

CÓDIGO:

Sub. 5.4

2 - DURAÇÃO: 1 de Janeiro de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	10,725
- Despesa Pública	10,725
- Co-financiamento FSE	8,044 (75%)

4 - ENTIDADE RESPONSÁVEL:

- Centro Regional de Formação Profissional.
- Direcção Regional do Ensino.
- Universidade da Madeira.

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS E POPULAÇÃO ALVO:

- Entidades Privadas e Públicas (especialmente a Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego);
- Alunos do Ensino Técnico-Profissional a partir dos 15 anos de idade;
- Formadores do Ensino Técnico-Profissional, já em actividade, em áreas tecnológicas;

- Pessoas empregadas ou desempregadas, de vários sectores de actividade, ao nível de licenciatura, que terão como responsabilidade vir a dar formação a formadores.

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

A extinção, na Região, dos cursos técnico-profissionais do Ensino (antigas escolas industriais e comerciais) em 1974/75, teve como consequência o atraso na valorização de aptidões e conhecimentos indispensáveis, sobretudo dos jovens, face às exigências do mercado de trabalho em áreas como a indústria, a construção civil, os serviços e as novas tecnologias.

A execução da presente medida visa, assim, minorar o atraso qualitativo e quantitativo do ensino técnico e desenvolver aptidões que, concorrendo para diminuir o desemprego, não deixarão de contribuir para o aumento da produtividade e rendimento individual.

Esta medida será conduzida através de três sub-medidas:

SUB-MEDIDA A:

Criação de cursos técnico-profissionais e profissionais, envolvendo 2 950 pessoas que sairão com um nível de qualificação 3.

O tipo de formação a dar implica três componentes, de formação geral, específica e técnico-profissional;

As áreas de intervenção serão especialmente as de Informática, Electrónica, Construção Civil, Serviços e Indústria.

SUB-MEDIDA B:

Formação de Formadores para o Ensino Técnico-Profissional, destinada a formar, sensibilizar e actualizar os docentes das áreas tecnológicas, num número de 110 pessoas.

SUB-MEDIDA C:

As grandes carências da RAM em formadores para a formação profissional na generalidade, a grande importação de cursos que é feita, em grande parte, pelo motivo já focado, implica um esforço na formação daqueles que irão formar os futuros formadores e actualizar os já existentes;

Pretende-se assim suprir as grandes carências da RAM em formadores, abrangendo esta sub-medida cerca de 190 pessoas, que irão contribuir para a formação de 470 formadores e, ao mesmo tempo, para a formação de 4 530 quadros e empresários.

Esta formação destina-se a pessoas desempregadas ou empregadas, em vários sectores de actividade, não pertencentes aos quadros da Administração Pública e exerceram as funções, após a formação, ao nível do Ensino Universitário. As habilitações de entrada serão de licenciatura e as de saída equivalentes ao mestrado.

Será pois, uma formação de pós-graduação em áreas carentes na Região, com especial destaque para as de Informática, Gestão e Serviços.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

Respeitar-se-ão os seguintes critérios:

- Processos respeitantes a acções de formação que visem a qualificação de jovens quadros intermédios e que conjuguem simultaneamente a elevação do nível de habilitações literárias com a aquisição de competências técnicas específicas, nos domínios considerados estratégicos para o desenvolvimento da Região, como o Turismo, a Indústria, a Energia, a Construção Civil e as Novas Tecnologias, por forma a contribuirem para o aumento dos níveis de produtividade;
- Processos respeitantes a acções de formação de formadores para o Ensino Técnico-Profissional, sobretudo nos domínios sujeitos a um maior dinamismo tecnológico, a fim de permitir uma maior especialização destes formadores, no tipo de ensino mencionado.
- Processos respeitantes a acções que visem formar os formadores dos formadores, em vários sectores de actividade, de molde a ir diminuindo a importação de formação e de formadores.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Região Autónoma da Madeira

1 0 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de formandos;
- Número de horas de formação ministradas;
- Número de horas/formando;
- Grau de empregabilidade;
- Número de entidades beneficiárias.

1 1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	1 901	2 680	3 065	3 079	10 725
Despesa Pública Regional	475	670	766	770	2 681
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FSE	1 426	2 010	2 299	2 309	8 044
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.19.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

1. SUBPROGRAMA:

EQUIPAMENTOS SOCIAIS
ESTRATÉGICOS

CÓDIGO:

Sub. 6

2. APRESENTAÇÃO

As condições de acessibilidade da população madeirense aos serviços e equipamentos sociais são das mais fracas quando comparadas com o todo nacional.

A taxa de analfabetismo (24,5%) só é inferior à do Alentejo, a taxa de mortalidade infantil só é inferior à dos Açores e o número de habitantes por médico (892) é quase o triplo da média do país.

- 6.1. No sector da Educação, existem bastantes carências em termos de estabelecimentos de Ensino Básico/Técnico Profissional e o nível pedagógico dos professores é insuficiente. Por outro lado, a Universidade da Madeira,
- 6.2. recentemente criada, está ainda em fase de instalação e há necessidade de desenvolver o ensino superior, de carácter técnico e a investigação.

- 6.3. No sector da Saúde há carências de recursos humanos e de equipamento hospitalar, bem dimensionado, em alguns concelhos da Região, o que inviabiliza uma maior articulação entre cuidados primários e cuidados diferenciados.

O sector da Educação terá como prioridades:

- a redução da taxa de analfabetismo;
- a generalização do acesso à educação;
- a melhoria do nível pedagógico do pessoal docente;
- a instalação do ensino superior.

No sector da Formação Profissional e Emprego pretende-se:

- fomentar a formação profissional, orientada para uma melhor qualificação da população activa;

- promover as estruturas de apoio à execução da política de emprego e às acções de formação profissional.

No sector da Saúde, procurar-se-á:

obj.
6-3.

- ampliar a rede de serviços, de forma a prestar, adequadamente, cuidados de saúde;
- melhorar a situação na área dos recursos humanos.

Sendo certo que, sem a existência de uma população bem formada e sã, qualquer estratégia de desenvolvimento integrado de uma Região fracassaria, torna-se imperioso a realização de um esforço de dotação e melhoria das infraestruturas sociais da Região, essenciais à melhoria das condições de vida e à fixação de técnicos, que funcionarão como suporte decisivo e legítimo da estratégia de desenvolvimento a prosseguir.

3. OBJECTIVOS

Constituem objectivos deste subprograma:

- Modernizar as infraestruturas educativas de base, privilegiando o ensino técnico-profissional;
- Desenvolver o ensino superior na Região;
- Promover as estruturas de apoio à execução da política de emprego e às acções de formação profissional;
- Eliminar as assimetrias no que respeita à quantidade e qualidade da oferta de cuidados de saúde prestados à população residente e flutuante;
- Racionalizar o funcionamento dos serviços de saúde.

4. MEDIDAS

O subprograma inclui as seguintes medidas:

- Modernização das Infraestruturas Educativas de Base
- Criação das estruturas físicas do Ensino Superior
- Aumento e melhoria da oferta de Serviços de Saúde

- Infraestruturas de Apoio ao Emprego e Formação Profissional

5. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	5 571	12 877	13 628	9 060	41 136
Despesa Pública Regional	1 393	3 220	3 406	2 266	10 285
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	4 178	9 657	10 222	6 794	30 851
%	75	75	75	75	75

Nota: Para maior desenvolvimento ver Quadros II e III:6

6. ENTIDADES RESPONSÁVEIS

- Secretaria Regional do Equipamento Social
- Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego
- Secretaria Regional dos Assuntos Sociais
- Universidade da Madeira

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: EQUIPAMENTOS SOCIAIS
ESTRATÉGICOS**

1. MEDIDA:

MODERNIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS DE BASE

CÓDIGO:

Sub. 6.1

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	18,988
- Despesa Pública	18,988
- Co-financiamento FEDER	14,240 (75%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Secretaria Regional do Equipamento Social
- Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

5.1. Beneficiários directos:

- Governo Regional

5.2. Beneficiários indirectos:

- População residente na Região, em particular a jovem.

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

A medida compreende as seguintes acções:

- Construção de Escolas para o Ensino Básico e Técnico Profissional. Estão previstas a construção de cerca de 8 escolas (2 das quais no Funchal e as restantes disseminadas pelos centros populacionais mais importantes da RAM), cujas características são, na generalidade:

- . Capacidade para 24 turmas.
- . Acessível aos dois sexos.
- . Complexo escolar convenientemente adaptado ao fim em vista e contemplando:

- Espaços oficinais para Electricidade e/ou Mecânica e/ou Construção Civil e/ou Serviços e/ou Contabilidade e/ou Informática e/ou Hortofloricultura;
- Salas de aulas normais e áreas para os serviços de apoio estritamente necessários;
- Espaços específicos para laboratórios, oficinas, biblioteca e/ou mediateca e respectivos serviços de apoio;
- Logradouros e campos de jogos;
- Espaços para Educação Física.

- Educação Especial 005

- Reconversão do actual Instituto de Surdos em Estabelecimento de Educação de Deficientes Intelectuais Profundos (capacidade: 90 utentes);
- Construção de um novo Instituto de Surdos dotado de condições específicas para o apoio a esta área da deficiência (capacidade: 90 utentes);
- Criação (construção) de um Centro de Dia para Deficientes Profundos (capacidade: 90 utentes);

- Criação (construção) de uma Estrutura para Deficientes Motores (capacidade: 50 utentes);
- Ampliação (mais 6 salas de aula) do Internato da Quinta do Leme (aumento da capacidade para mais 50 Utentes)
- Educação Permanente
 - Construção ou adaptação de edifícios apropriados a Centros Concelhios Rurais de Educação Permanente
 - Aquisição de equipamento para os Centros (Documentação diversa, Material audio-visual, etc.)
 - Acções de Promoção
 - Redimensionamento da Rede do 1º ciclo

Realização de pequenas obras de melhoramento de estabelecimentos de ensino;

Optimização das actuais instalações escolares;

- Reapetrechamento das Escolas 006

Com o alargamento da Escolaridade Obrigatória, é necessário dotar as Escolas de equipamento até agora inexistente na maioria dos estabelecimentos de ensino da Região.

Apetrechamento das Escolas da Região para a formação básica e técnico-científica nas seguintes profissões:

Técnico de Informática, Programador, Analista, Operador de Máquinas e Ferramentas assistidas por computador (CNC e CAD/CAM). Programador/ Preparador de Comando Numérico, Desenhador de Construções Mecânicas, Técnicos de Automação Pneumática, Técnicos de Oleo-hidráulica, Técnicos de Manutenção Mecânica, Técnico de Instalações Eléctricas, Técnico de Frio e Climatização, Técnico de Artes Gráficas, Desenhador Projectista, Desenhador de Construção Civil, Topógrafo-Geómetra, Técnico de Telecomunicações, Técnico de Sistemas Digitais, Técnico de Electrónica, Técnico de Informática de Gestão, Técnico Contabilista e Assistente de Gestão, Técnico de Agricultura.

Para tal é necessário o seguinte equipamento:

- Material informático;
- Equipamento para laboratórios;
- Instrumentos audio-visuais.

Esta medida destina-se a suportar o esforço concentrado de desenvolvimento, sendo, por isso, indispensável e fundamental para a execução plena dos objectivos do Programa Global.

A não inclusão da RAM no Programa Nacional de Desenvolvimento Educativo (PRODEP), torna ainda maior a premência e a justificação desta medida se levarmos em linha de conta o baixo nível cultural/educacional dos residentes na Região, factor que, por si, pode inviabilizar qualquer estratégia de desenvolvimento.

Neste sentido, o objectivo desta medida é a valorização dos recursos humanos, via Educação, com especial ênfase para o Ensino Básico/Técnico Profissional, o Ensino Permanente e o Ensino Especial, de modo a que a Educação seja um elemento rector no âmbito da estratégia de desenvolvimento proposta.

Para tal, torna-se necessário generalizar o acesso à Educação e promover a modernização das Infraestruturas Educativas.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- Contribuição para a generalização do acesso à educação;
- Articulação ensino-actividades económicas;
- Modernização de infraestruturas educativas;
- Contribuição para a melhoria do nível educacional/cultural da população adulta.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Toda a Região Autónoma da Madeira.

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de salas de aula;
- Número de m² de área construída;
- Número de equipamentos adquiridos, por tipo.

11 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	3 440	5 460	6 458	3 630	18 988
Despesa Pública Regional	860	1 366	1 614	908	4 748
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	2 580	4 094	4 844	2 722	14 240
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver o quadro V.20.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: EQUIPAMENTOS SOCIAIS
ESTRATÉGICOS**

1. MEDIDA:

**CRIAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS
DO ENSINO SUPERIOR**

CÓDIGO:

Sub. 6.2

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	6,697
- Despesa Pública	6,697
- Co-financiamento FEDER	5,023 (75%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Secretaria Regional do Equipamento Social
- Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego
- Universidade da Madeira

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

5.1. Beneficiários directos:

- Governo Regional

5.2. Beneficiários indirectos:

- População em geral e agentes económicos.

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

Esta medida compreende as seguintes principais acções:

- Resolução*
- Recuperação e reconversão do imóvel do antigo colégio de forma a dotar o mesmo das infraestruturas que sirvam a Universidade; a construção de um bloco de salas para Centro de Apoio da Faculdade de Letras e de laboratórios para o Centro de Apoio da Faculdade de Ciências, de forma a responder às carências actuais de instalações; construção de residências para docentes e discentes, que comportem as necessárias comodidades e serviços de apoio que estas necessitam.
 - Construção e equipamento do Campus Universitário da Universidade da Madeira, com um pólo na Quinta do Monte e outro no Colégio dos Jesuítas.

A Região Autónoma da Madeira constitui uma realidade geográfica, cultural e político-administrativa que reclama soluções regionais para os problemas específicos da Educação-Investigação, Gestão e Desenvolvimento. O desenvolvimento global e harmonioso da Região exige a existência de um sistema educativo de Ensino Superior que valorize as pessoas inseridas neste espaço geográfico.

Objetivos

Pretende-se, assim, com esta medida, criar estruturas que permitam o desenvolvimento do Ensino Superior na Região, permitindo fixar e formar técnicos superiores altamente qualificados, quer na docência quer no sector empresarial da Região, e incrementar a taxa de escolarização.

Paralelamente serão desenvolvidas acções de formação de pessoal altamente especializado (docente e técnico) e de técnicos de apoio às actividades de ensino e investigação.⁽¹⁾

Note-se que esta medida contribui, ainda, para a resolução de uma situação de desigualdade no acesso ao Ensino Superior por parte dos residentes, devido às características insulares da Região.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- Contribuição para a melhoria do nível educacional e para a disponibilidade de quadros qualificados;

(1) Financiadas pelo subprograma 5

- Impacto a médio prazo na modernização e diversificação do aparelho produtivo;
- Valorização e recuperação do património histórico-cultural.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Concelho do Funchal.

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de departamentos de ensino técnico-científico;
- Número de salas de aula;
- Superfície das áreas envolventes;
- Número de equipamentos, por tipo.

11 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	172	2 182	2 200	2 143	6 697
Despesa Pública Regional	43	545	550	536	1 674
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	129	1 637	1 650	1 607	5 023
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.21.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: EQUIPAMENTOS SOCIAIS
ESTRATÉGICOS**

1. MEDIDA:

**AUMENTO E MELHORIA DA OFERTA
DOS SERVIÇOS DE SAÚDE**

CÓDIGO:

Sub. 6.3

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	7,257
- Despesa Pública	7,257
- Co-financiamento FEDER	5,443 (75%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Secretaria Regional dos Assuntos Sociais
- Secretaria Regional do Equipamento Social

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

5.1. Beneficiários directos:

- Governo Regional

5.2. Beneficiários indirectos:

- População residente e flutuante.

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

No âmbito desta medida serão desenvolvidas as seguintes acções:

- Construção de 4 Centros de Saúde

Os Centros de Saúde a construir deverão dispôr das seguintes dependências para a devida prestação dos Serviços:

- . Prestação de Cuidados de Saúde Primários.
 - . Admissão.
 - . Apoios Gerais.
 - . Direcção e Gestão
- Articulação de Cuidados Primários - Cuidados Diferenciados no controlo de doenças Transmissíveis e não Transmissíveis, o que envolve, entre outras acções, a ampliação do ambulatório do Hospital da Cruz de Carvalho, de acordo com o seguinte programa:
 - . Unidade Cardiológica, incluindo hemodinâmica (despiste e diagnóstico das doenças cardíacas) e serviço de emergência cardiológica para garantir o desenvolvimento do Projecto EMIF (European Myocardial Infarction Project) na Região;
 - . Hospital de Dia;
 - . Imuno-hemoterapia;
 - . Sala para Cirurgia;
 - . Exames Especiais;
 - . Laboratório de Patologia Clínica;
 - . Laboratório de Anatomia Patológica;
 - . Gabinetes de Consultas;
 - . Serviços de Apoio Geral e Directo e Administração;
 - . Aquisição de equipamento;

A medida visa:

- Eliminar, progressivamente, as assimetrias da Região no que respeita à quantidade e à qualidade da oferta de cuidados de Saúde prestados à população residente e flutuante ;
- Permitir uma maior ligação entre Cuidados Primários e Cuidados Diferenciados de Saúde, no sentido de maior controlo das doenças transmissíveis e não transmissíveis.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- Contribuição para a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços prestados no domínio da saúde;
- Adequação à procura decorrente dos afluxos turísticos;
- Articulação entre Cuidados Primários-Cuidados Diferenciados.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Em toda a região Autónoma da Madeira.

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de edifícios construídos e melhorados;
- Número de camas;
- Superfície de serviços criados, por tipo;
- Número de equipamentos adquiridos, por tipo.

1 1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	1 023	2 492	2 170	1 572	7 257
Despesa Pública Regional	256	623	542	393	1 814
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	767	1 869	1 628	1 179	5 443
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.22.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: EQUIPAMENTOS SOCIAIS
ESTRATÉGICOS**

1. MEDIDA:

**INFRAESTRUTURAS DE APOIO
À FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

CÓGIGO:

Sub. 6.4

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	8,194
- Despesa Pública	8,194
- Co-financiamento FEDER	6,145 (75%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Secretaria Regional do Equipamento Social

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

- Governo Regional

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

A materialização desta medida será feita através de três acções específicas:

- Reinstalação do Centro de Emprego do Funchal;
- Centro de Formação Profissional do Comércio e Serviços;
- Construção da Nova Escola de Hotelaria,

Os empreendimentos a realizar serão:

- Adaptação de uma área (cerca de 900 m²) em edifício já existente, envolvendo a realização de obras de revestimento, implantação de tectos falsos e divisórias, construção de sanitários e esgotos, pintura e instalação de sistemas eléctricos, de comunicações e de ar condicionado;
- Construção de um edifício cujo espaço possibilitará dispôr de 10 salas de aulas, anfiteatro, 2 salas de conferências, para além do apoio administrativo e outros serviços conexos à actividade a desenvolver;
- Construção de uma Escola de Hotelaria com capacidade para 300 alunos, dotada com 28 salas de aula, balneários, vestiários, cozinha de aplicação, restaurante-bar, biblioteca, reprografia, gabinete médico, serviços administrativos, serviços técnicos e serviços de apoio. O projecto prevê o funcionamento, em paralelo, de um hotel de 30 quartos e de restaurante-bar para consolidação da experiência adquirida na fase teórica.

As áreas de formação vão desde alunos de cozinha até quadros médios para controlo das áreas de "food and beverage".

A concretização da presente medida visa reduzir os estrangulamentos existentes quanto à capacidade e qualidade das instalações vocacionadas para o emprego e para a Formação Profissional, melhorando e ampliando a capacidade de resposta não apenas para os "produtos" já oferecidos, nomeadamente face ao aumento da capacidade hoteleira, mas também possibilitando a criação de "novos produtos" destinados a sectores sensíveis e estratégicos, como as áreas do Comércio e Serviços, directamente ligados à do Turismo.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- Aumento da capacidade e qualidade das instalações vocacionadas para o emprego e para formação profissional;
- Adequação das infraestruturas ao tipo de acções de formação previstas no subprograma 5.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Concelho do Funchal.

1 0 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Área construída ou remodelada;
- Número de equipamentos adquiridos, por tipo;
- Número de salas de aula.

1.1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	936	2 743	2 800	1 715	8 194
Despesa Pública Regional	234	686	700	429	2 049
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	702	2 057	2 100	1 286	6 145
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.23.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

1. SUPPROGRAMA: **PROTECÇÃO DO MEIO-AMBIENTE E** **CÓDIGO:** **Sub. 7**
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

2 - APRESENTAÇÃO

No contexto da Região a protecção do meio-ambiente prende-se fortemente à problemática do sector de saneamento básico, cujas soluções são condicionadas pela orografia, estrutura de povoamento e nível de rendimento da população.

Note-se que as graves carências em matéria de infraestruturas de saneamento, para além de atingirem a população residente (rural e urbana), repercutem-se, também, sobre uma população turística flutuante, com reflexos sobre a actividade que é a principal fonte de receitas externas da Região (o Turismo), afectando o principal produto oferecido: "um ambiente repoussante, de natureza ainda preservada...".

A preservação do equilíbrio ambiental obriga a uma política de gestão racional do território que promova uma organização mais adequada do povoamento, e assegure a compatibilização dos diferentes usos, desde a habitação e infraestruturas até às diversas actividades, em especial as agrícolas.

Além disso, identificaram-se outros domínios cujo impacto ambiental se admitiu como relevante, quer de uma forma directa quer indirectamente (estruturação e valorização da "paisagem construída").

Assim, este subprograma tem por objectivo geral contribuir para a correcção das disfunções "ambientais" e para uma melhoria da gestão do uso do solo.

3 - OBJECTIVOS

Este subprograma visa:

- melhorar o aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis;
- a protecção da saúde pública, melhorando as condições sanitárias;
- a redução dos níveis de poluição;
- a salvaguarda e valorização do património natural e paisagístico;
- contribuir para o desenvolvimento harmonioso das actividades económicas e da estrutura urbana.

4 - MEDIDAS

Para atingir os objectivos enunciados, o subprograma prevê a execução das seguintes medidas:

- Infraestruturas de Abastecimento de Água
- Infraestruturas de Saneamento Básico
- Reforço da Protecção Ambiental
- Ordenamento do Território

5 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	4 463	6 922	7 589	5 856	24 830
Despesa Pública Regional	1 116	1 730	1 897	1 463	6 206
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	3 347	5 192	5 692	4 393	18 624
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadros II e III.7.

6 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS

- Governo Regional da Madeira
 - . Secretaria Regional do Equipamento Social
 - . Secretaria Regional da Economia
 - . Secretaria Regional da Administração Pública/Direcção Regional dos Portos
- Câmara Municipal do Funchal.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: PROTECÇÃO DO MEIO-AMBIENTE
E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

1. MEDIDA:

**INFRAESTRUTURAS DE ABASTE-
CIMENTO DE ÁGUA**

CÓDIGO:

Sub. 7.1

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	15,818
- Despesa Pública	15,818
- Co-financiamento FEDER	11,864 (75%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Secretaria Regional do Equipamento Social
 - . Direcção Regional das Obras Públicas
 - . Direcção Regional do Saneamento Básico
- Câmara Municipal do Funchal.

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

5.1. Beneficiários directos:

- Governo Regional
- Autarquias Locais

5.2. Beneficiários indirectos:

- População residente e flutuante.

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

A medida engloba a construção e o reforço dos sistemas de abastecimento de água, através da construção de novos órgãos (desde a captação até à distribuição passando pela adução, sistemas de elevação, tratamento e armazenagem) ou da remodelação de outros, a implantação de um sistema de automatização ou de telecomando da rede e a ampliação da central dessalinizadora do Porto Santo (envolvendo, em especial, a aquisição de unidades de osmose inversa de 250 m³/dia de produção unitária).

A medida inclui, ainda, a realização do estudo da interligação e optimização da rede de abastecimento de água à cidade do Funchal, cujo âmbito se centra sobre a avaliação das necessidades de água nos próximos 50 anos na zona em referência, implicando: estabelecimento das linhas orientadoras para a renovação e modernização da rede actual, da expansão da mesma e sua automatização.

A execução da medida abrangerá sistemas de abastecimento a zonas rurais e urbanas, possibilitando a melhoria ou a prestação do serviço a mais de 200 000 indivíduos, para além da cobertura de cerca de 12 000 camas turísticas actuais (permite aumentar no futuro para cerca de 24 000) e ainda toda a malha produtiva instalada ou a instalar (em particular a Zona Franca do Caniçal).

O campo de intervenção desta medida impõe que a mesma seja composta por um número importante de acções, de entre as quais destacamos:

- o Abastecimento de Água a Freguesias Rurais;
- a Rede de Abastecimento de Água à Cidade do Funchal;

quer pelo impacto social, económico e ambiental que encerram, quer pelo seu próprio custo.

Tem como objectivos principais:

- satisfazer a procura existente e prevista, garantindo o abastecimento de água em quantidade e qualidade;

- . melhorar o aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis;
- . desenvolver as potencialidades turísticas locais;
- . reforçar os caudais de alguns sistemas de regadio existentes ou de centrais hidroeléctricas;
- . melhorar as condições de vida e de fixação das populações locais.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- . Impacto positivo sobre as actividades económicas;
- . Contribuição para a satisfação de necessidades básicas e para a correcção das assimetrias intra-regionais;
- . Impacto positivo na preservação do ambiente

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

A medida incide nos seguintes concelhos situados no âmbito geográfico do programa: Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Porto Santo, Santana e Santa Cruz.

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de km de rede;
- Capacidade instalada em m³;

1 1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	2 420	4 228	4 885	4 285	15 818
Despesa Pública Regional	605	1 057	1 221	1 071	3 954
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	1 815	3 171	3 664	3 214	11 864
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.24.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: PROTECÇÃO DO MEIO-AMBIENTE
E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

1. MEDIDA:

**INFRAESTRUTURAS DE SA-
NEAMENTO BÁSICO**

CÓDIGO:

Sub. 7.2

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	3,953
- Despesa Pública	3,953
- Co-financiamento FEDER	2,965 (75%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Secretaria Regional do Equipamento Social
 - . Direcção Regional de Obras Públicas;
 - . Direcção Regional de Saneamento Básico;
- Câmara Municipal do Funchal.

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

5.1. Beneficiários directos:

- Governo Regional
- Autarquias Locais

5.2. Beneficiários indirectos:

- População residente e flutuante.

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

A medida engloba a construção e o reforço das redes de águas residuais, através de estações de tratamento e de mais órgãos do sistema necessário ao tratamento de efluentes domésticos e industriais, o estudo e construção de um emissário submarino e uma barragem de terra para tratamento e mistura.

Inclui ainda a execução de terraplenos para aterros sanitários e respectivas construções acessórias.

A execução da medida abrangerá redes em zonas rurais e urbanas possibilitando a melhoria ou a prestação de serviços a mais de 210 000 indivíduos, a preservação da praia do Porto Santo e a disponibilização de um adicional de regadio de cerca de 800 000 m³/ano, no mesmo concelho.

Também no caso específico destas medida se apontam, pelo impacto social, económico e ambiental, as seguintes acções:

- o Tratamento de Águas Residuais em Zonas Rurais;
- a Rede de Saneamento do Caniço.

A presente medida tem como objectivos principais:

- . instalar, remodelar e reabilitar redes de drenagem de águas residuais em vários aglomerados rurais e urbanos;
- . proceder ao tratamento dos efluentes domésticos e industriais;
- . melhorar o sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos e viabilizar o aproveitamento dos produtos reciclados;
- . implantar padrões sanitários exigíveis, melhorando as condições de vida e de fixação das populações locais;
- . permitir o desenvolvimento de um turismo de qualidade, potenciando o surgimento de infraestruturas ligadas a esta actividade (campos de golf em Porto Santo);

- . melhoria da capacidade de regadio (aproveitamento das águas residuais) nalguns locais.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- . Contribuição para a satisfação de necessidades básicas da população;
- . Impacto positivo sobre as actividades económicas;
- . Contribuição para a preservação do ambiente.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

A medida incide nos seguintes concelhos situados no âmbito geográfico do programa: Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Porto Santo, Santa Cruz e S. Vicente.

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de km de rede;
- Capacidade instalada de tratamento de efluentes;

1 1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	931	1 393	972	657	3 953
Despesa Pública Regional	233	348	243	164	988
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	698	1 045	729	493	2 965
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.25.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA: PROTECÇÃO DO MEIO-AMBIENTE
E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

1. MEDIDA:

REFORÇO DA PROTECÇÃO
AMBIENTAL

CÓDIGO:

Sub. 7.3

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	2,286
- Despesa Pública	2,286
- Co-financiamento FEDER	1,715 (75%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Câmara Municipal do Funchal;
- Secretaria Regional do Equipamento Social;
- Secretaria Regional da Economia;
- Direcção Regional de Portos.

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

- Governo Regional
- Autarquias Locais

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

A medida engloba a realização de obras de protecção marginal na cidade do Funchal e na povoação do Paúl do Mar, e arranjos urbanísticos

vários; a construção de muralhas de protecção das margens de algumas ribeiras e respectivos travessões de segurança das fundações.

Inclui ainda a construção de barragens em alvenaria de pedra argamassada, com cerca de 30 m³ cada.

Pelo seu impacto e importância específica no quadro desta medida e do próprio subprograma, devem ser identificadas as seguintes acções:

- Correção torrencial de Porto Santo;
- Protecção da Avenida Marginal da Cidade do Funchal;
- Correção torrencial das Ribeiras de S. João e Santa Luzia;
- Protecção Marginal do Paúl do Mar;
- Canalização da Ribeira de Santo António, no Funchal.

A presente medida tem como objectivos principais:

- . aumento das reservas aquíferas;
- . combate à erosão das águas pluviais e do mar;
- . desenvolvimento das potencialidades turísticas e agrícolas;
- . melhoria das condições de vida e de fixação das populações locais.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- . Contribuição para a valorização dos recursos naturais e do património cultural;
- . Contribuição para a regularização dos caudais das ribeiras;
- . Contribuição para a prevenção de acidentes naturais.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

A medida incide principalmente nos concelhos de Porto Santo, Funchal e Calheta.

1 0 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de km de cursos de água com caudais regularizados;
- Número de m³ de capacidade de barragens construídas;
- Extensão da costa litoral protegida.

1 1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	969	500	560	257	2 286
Despesa Pública Regional	242	125	140	64	571
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	727	375	420	193	1715
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.26.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: PROTECÇÃO DO MEIO-AMBIENTE
E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

1. MEDIDA:

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

CÓDIGO:

Sub. 7.4

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	2,773
- Despesa Pública	2,773
- Co-financiamento FEDER	2,080 (75%)

4 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- Câmara Municipal do Funchal;
- Secretaria Regional do Equipamento Social.

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

- Governo Regional
- Autarquias Locais

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

As principais acções incluídas nesta medida são:

- Revisão de Planos de Urbanização no Funchal e Porto Santo;

- Elaboração de Planos Directores Municipais;
- Desenvolvimento de Planos de Pormenor de alguns núcleos urbanos e vilas características da Região;
- Construção de infraestruturas urbanísticas, nomeadamente em Santo António e no Caniçal.

Os objectivos principais desta medida consistem em:

- disponibilização de instrumentos urbanísticos indispensáveis a uma adequada gestão do território da Região;
- implantação de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento urbano.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- . Contribuição para uma melhor gestão do território da Região;
- . Ligação a processos de desenvolvimento urbano em curso;
- . Contribuição para a preservação do património histórico-cultural e defesa do ambiente;
- . Contribuição para a melhoria da qualidade de vida.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Todos os concelhos da Região

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de estudos/planos;
- Área abrangida

1 1 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	143	801	1172	657	2 773
Despesa Pública Regional	36	200	293	164	693
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	107	601	879	493	2080
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.27.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

1. SUPROGRAMA: **GESTÃO E ACOMPANHAMENTO
DO POP - MADEIRA**

CÓDIGO: **Sub. 8**

2 - APRESENTAÇÃO

É objectivo deste subprograma executar e acompanhar a implementação do POP-Madeira com a maior eficácia possível.

A gestão e acompanhamento de um Programa como o apresentado exige a implantação e/ou melhoramento de uma adequada organização logística de apoio.

Este subprograma terá como vectores principais a publicidade dirigida aos beneficiários finais e estudos que deverão preceder a execução de acções importantes e os imprescindíveis para a avaliação do impacto e análise da respectiva sinergia.

Por outro lado, está prevista a aquisição de equipamento informático e de telecomunicações directamente ligados ao sistema de acompanhamento da execução do Programa.

3 - OBJECTIVOS

Constitui objectivo deste subprograma a criação de uma estrutura capaz de executar e acompanhar a implementação do Programa, de uma forma o mais eficiente e eficaz possível e o desenvolvimento de outras acções necessárias à consecução dos objectivos do programa.

4 - MEDIDAS

- . Execução e Acompanhamento;
- . Estudos, Publicidade e Promoção;

. Estudos, Acompanhamento, Avaliação e Gestão do Subprograma 5.

5 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	520	584	614	656	2 374
Despesa Pública Regional	130	146	153	164	593
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	214	214	214	257	899
%	41	37	35	39	38
FSE	176	224	247	235	882
%	34	38	40	36	37

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro II e III.8

6 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS

- Vice-Presidência e Coordenação Económica - Direcção Regional de Planeamento
- Centro Regional de Formação Profissional (Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego).

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: GESTÃO E ACOMPANHAMENTO
DO POP - MADEIRA**

1. MEDIDA:

EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO

CÓDIGO:

Sub. 8.1

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	0,719
- Despesa Pública	0,719
- Co-financiamento FEDER	0,539 (75%)

4 - ENTIDADE RESPONSÁVEL:

- Vice-Presidência e Coordenação Económica/Direcção Regional de Planeamento

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

- Governo Regional

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

As acções a desenvolver nesta medida relacionam-se, maioritariamente, com a implantação de um sistema de execução e de acompanhamento do POP-MADEIRA, destacando-se as seguintes:

- Monitorização do Programa** - aquisição de meios informáticos e de telecomunicações, de serviços especializados e deslocações de pessoal técnico, aos empreendimentos em curso;

- Funcionamento da Comissão de Gestão - custos de deslocação aquando das reuniões periódicas entre os responsáveis pela gestão do programa e o pessoal técnico de apoio;

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- Contribuição para uma eficaz e eficiente execução e acompanhamento do programa.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Região Autónoma da Madeira

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de acções realizadas, por tipo

11 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	171	171	171	206	719
Despesa Pública Regional	43	43	43	51	180
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	128	128	128	155	539
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.28

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: GESTÃO E ACOMPANHAMENTO
DO POP - MADEIRA**

1. MEDIDA: ESTUDOS, PUBLICIDADE E PROMOÇÃO **CÓDIGO:** Sub. 8.2

2 - DURAÇÃO: 1 de Março de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	0,479
- Despesa Pública	0,479
- Co-financiamento FEDER	0,360 (75%)

4 - ENTIDADE RESPONSÁVEL:

- Vice-Presidência e Coordenação Económica/Direcção Regional de Planeamento

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

- Governo Regional

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

Das acções a desenvolver nesta medida destacam-se:

Estudos - Sempre que se torne necessário e seja possível, proceder-se-à à contratação de empresas especializadas para efeitos de implementação de acções importantes e de avaliação do Programa.

- . **Publicidade e Promoção** - divulgação alargada, tanto do conteúdo do Programa, como dos relatórios de acompanhamento e avaliação, incluindo a realização de debates sobre a problemática de desenvolvimento da Região, a publicitação nos média, a edição de material de divulgação, etc;

Pretende-se com esta medida, não só divulgar e promover o POP-Madeira, os seus objectivos, medidas e instrumentos como, também, solicitar a realização de estudos sobre temas menos tratados de modo a apoiar, de forma cabal, a execução deste Programa.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- . Contribuição para uma eficaz e eficiente execução e publicitação do programa.
- . Contribuir para a identificação e preparação de acções a implementar.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Região Autónoma da Madeira

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de acções realizadas, por tipo;

11 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	114	114	114	137	479
Despesa Pública Regional	28	29	28	34	119
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FEDER	86	85	86	103	360
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.29.

P.O.: POP - MADEIRA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**SUBPROGRAMA: GESTÃO E ACOMPANHAMENTO
DO POP - MADEIRA**

1. MEDIDA

**ESTUDOS, ACOMPANHAMENTO AVALIA-
ÇÃO E GESTÃO DO SUB. 5**

CÓDIGO:

Sub. 8.3

2 - DURAÇÃO: 1 de Janeiro de 1990 a 31 de Dezembro de 1993

3 - SINTESE DAS DESPESAS PREVISTAS (MECUS pr/89)

- Custo total	1,176
- Despesa Pública	1,176
- Co-financiamento FSE	0,882 (75%)

4 - ENTIDADE RESPONSÁVEL:

- Centro Regional de Formação Profissional

5 - ENTIDADES BENEFICIÁRIAS:

- Entidades Privadas e Públicas

6 - DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS:

Esta medida é fundamental para o bom andamento, divulgação e realização das acções constantes do subprograma 5, pois é suporte das mesmas.

Em termos de concepção e realização, servirá para avaliar critérios de eficiência, eficácia e oportunidade das várias acções.

No âmbito desta medida, incluem-se estudos (sempre que necessário e aconselhável), publicidade e promoção das medidas, não só junto

das empresas mas também, junto dos restantes operadores e associações empresariais, assim como despesas de funcionamento da Gestão do sub-programa 5.

7 - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO:

- . Contribuir para uma eficaz e eficiente execução e publicitação do programa.
- . Contribuir para a identificação e preparação de acções a implementar.

8 - LIGAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS:

Ver quadros 14 e 15

9 - LOCALIZAÇÃO:

- Região Autónoma da Madeira

10 - INDICADORES DE PROGRESSO FÍSICO:

- Número de acções realizadas, por tipo;

11 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:

1000 ECU (s) - pr/89

	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Despesa Total	235	299	329	313	1 176
Despesa Pública Regional	59	75	82	78	294
%	25	25	25	25	25
Participação Comunitária FSE	176	224	247	235	882
%	75	75	75	75	75

NOTA: Para maior desenvolvimento ver quadro V.30

III - EXECUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

III - EXECUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

7. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A assistência técnica para a execução, gestão, acompanhamento e avaliação do programa ficou descrita no Subprograma 8 "Gestão e Acompanhamento".

8. CUSTO E FINANCIAMENTO

8.1. Princípios Aplicáveis à Programação Financeira

O mais tardar durante o mês de Setembro, com base nos resultados do ano anterior, que figuram no relatório a transmitir anualmente à Comissão das Comunidades Europeias no mês de Junho, e após parecer da Comissão de Acompanhamento, será efectuada, em princípio, uma dupla operação:

- Por um lado, proceder-se-á ao reordenamento da fracção do ano anterior e da fracção em curso. Regra geral, caso haja atraso de execução, os créditos não dispendidos no ano anterior, assim como os créditos cuja utilização não é previsível no ano em curso, são utilizados para outras acções.
- Por outro lado, proceder-se-á a uma reprogramação das fracções anuais seguintes, por forma a permitir que os mecanismos orçamentais nacionais possam, em tempo útil, tomar em consideração essas previsões de despesas para o ano seguinte.

Os montantes não utilizados serão afectados a outras acções, se possível no interior do mesmo Programa, de acordo com o procedimento previsto para as modificações em causa.

As primeiras autorizações orçamentais serão efectuadas simultaneamente com a decisão de concessão de auxílio, pelo FEDER e pelo FSE. As autorizações seguintes serão efectuadas separadamente para cada Fundo, de acordo com a regulamentação em vigor, e com base numa contabilidade de despesas separada por Fundo. Para esse feito, o organismo responsável pela certificação das despesas apresentará os pedidos de pagamento a cada um dos Fundos. Para efeitos de acompanhamento financeiro do Programa deverá ser enviada à DGXVI uma cópia dos pedidos de pagamento ao FSE.

No caso de acumulação, para o mesmo projecto, de uma subvenção directa concedida no quadro do presente Programa Operacional e de uma subvenção resultante da bonificação de juros de empréstimos concedidos pela Caixa Geral de Depósitos ao abrigo da Subvenção Global de Apoio ao Desenvolvimento Local (Decisão da Comissão das Comunidades Europeias nº. C(90) 926, de 17/05/90, Convenção concluída entre a Comissão e a Caixa Geral de Depósitos, em 17/05/90) a taxa máxima de participação comunitária não poderá exceder 75% do custo total do projecto.

O equivalente líquido da subvenção correspondente à bonificação do juro é igual ao somatório das bonificações atribuídas durante, no máximo, os 8 primeiros anos de vigência do empréstimo, calculadas de acordo com o disposto no artigo 8º. da dita Convenção.

A contribuição do FEDER poderá ser concedida para as despesas decorrentes das operações previstas no presente programa que tenham sido aprovadas juridicamente no Estado membro e relativamente às quais os créditos necessários tenham sido especificamente autorizados antes de 31 de Dezembro de 1993. A data limite para a realização das despesas decorrentes destas operações é o dia 31 de Dezembro 1994.

A Comissão pode, no entanto, modificar essas datas a pedido do Estado membro, desde que esse pedido seja manifestado em tempo útil, antes da data limite de execução, e que os elementos fornecidos pelo Estado membro justifiquem tal alteração. Sem a modificação prévia dessas datas pela Comissão, as despesas efectuadas para além da data limite de execução não poderão ser tomadas em consideração para uma contribuição do FEDER.

8.2. Programação Financeira

O montante global do investimento previsto no Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira a preços de 1989 é de 313,390 MECU's. Deste montante 309,261 MECU's - 99% corresponde a despesa pública que a comunidade apoiará com 218,999 MECU's, sendo 190,999 MECU's através do FEDER e o restante - 28,000 MECU's pelo FSE (figura 16). Para o sector privado prevê-se um investimento a apoiar que ronda os 4,129 MECU's ou seja 1% do respectivo investimento global.

Para alguns projectos ou fases de projectos incluídos neste programa prevê-se o recurso aos empréstimos comunitários provenientes do Banco Europeu de Investimentos (BEI).

O programa subdivide-se em 8 subprogramas cujos custos estão expressos na figura 17.

Os quadros a seguir indicados compreendem uma explicitação exaustiva da programação financeira do Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira para o período 1990-1993.

Os quadros enumerados de I a V respeitam a:

Quadro I - Programação global por anos.

Quadro II - Programação global por subprogramas.

Quadro III - (1-8) Programação anual por subprogramas.

Quadro IV - (1-8) Programação global por subprograma e medida.

Quadro V - (1-30) Programação anual por medida.

FIGURA 16

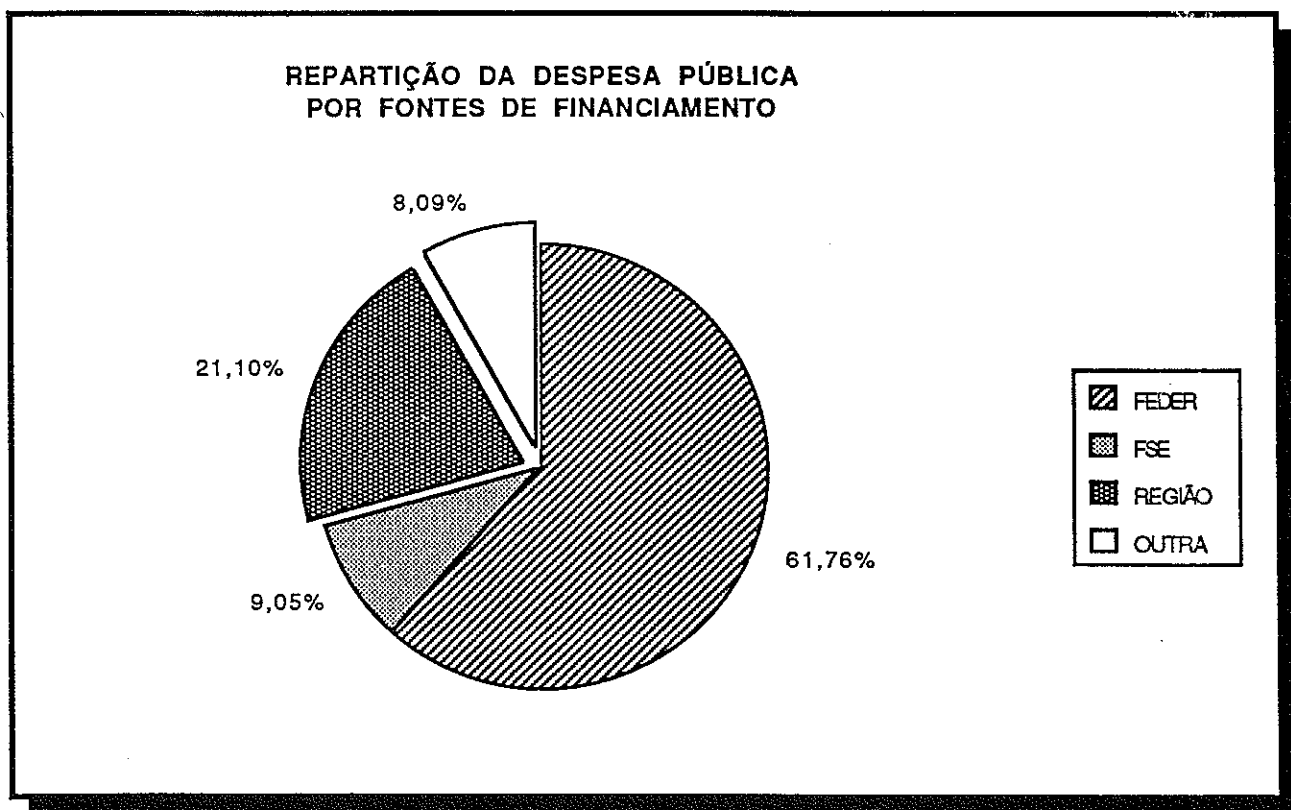
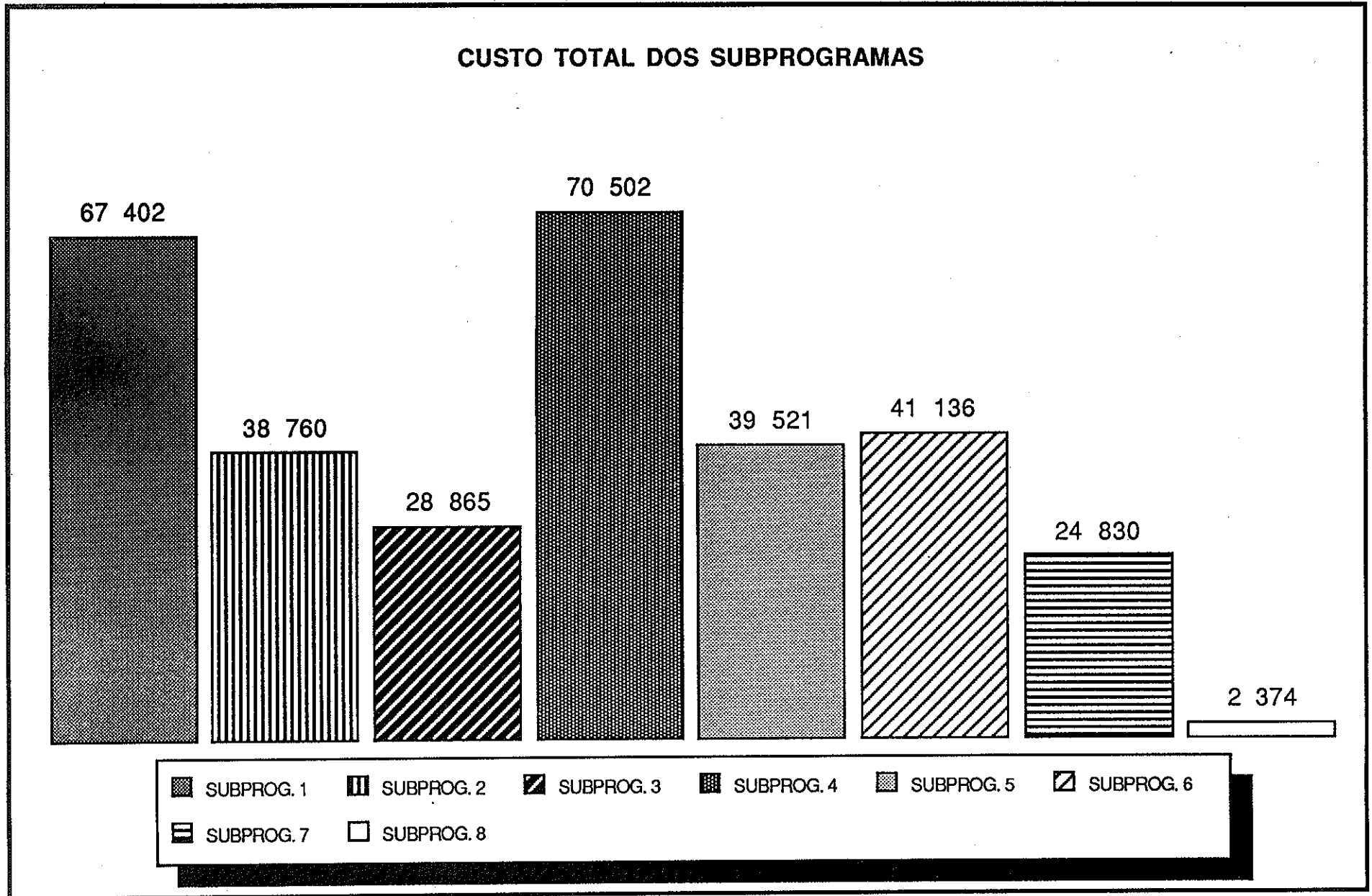


FIGURA 17



QUADRO I

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Q. C. A. Nº.

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	61 765	60 985	99	43 222	71	37 786	5 436			17 763	29		12 589	5 174	780	1
1991	84 325	82 234	98	59 414	72	52 656	6 758			22 820	28		18 060	4 760	2 091	2
1992	93 181	92 126	99	65 053	71	57 133	7 920			27 073	29		19 219	7 854	1 055	1
1993	74 119	73 916	99	51 310	69	43 424	7 886			22 606	31		15 375	7 231	203	1
TOTAL	313 390	309 261	99	218 999	71	190 999	28 000			90 262	29		65 243	25 019	4 129	1

QUADRO II

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMAS

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

	CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA													DESPESA PRIVADA	
		TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS						FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
			%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
Subprog. 1	67 402	65 280	97	43 484	67	43 484				21 796	33		9 764	12 032	2 122	3
Subprog. 2	38 760	38 760	100	29 070	75	29 070				9 690	25		9 690			
Subprog. 3	28 865	28 865	100	15 878	55	15 878				12 987	45			12 987		
Subprog. 4	70 502	69 244	98	52 193	75	52 193				17 051	25		17 051		1 258	2
Subprog. 5	39 521	38 772	98	27 118	70		27 118			11 654	30		11 654		749	2
Subprog. 6	41 136	41 136	100	30 851	75	30 851				10 285	25		10 285			
Subprog. 7	24 830	24 830	100	18 624	75	18 624				6 206	25		6 206			
Subprog. 8	2 374	2 374	100	1 781	75	899	882			593	25		593			
TOTAL	313 390	309 261	99	218 999	71	190 999	28 000			90 262	29		65 243	25 019	4 129	1

QUADRO III. 1

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA Nº. 1 DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA PRODUTIVA

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL			APOIOS COMUNITÁRIOS						FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%		TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA		
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	7 210	7 210	100	4 774	66	4 774				2 436	34		1 330	1 106		
1991	19 652	18 363	93	12 656	69	12 656				5 707	31		2 924	2 783	1 289	7
1992	21 871	21 038	96	14 208	68	14 208				6 830	32		3 237	3 593	833	4
1993	18 669	18 669	100	11 846	63	11 846				6 823	37		2 273	4 550		
TOTAL	67 402	65 280	97	43 484	67	43 484				21 796	33		9 764	12 032	2 122	3

QUADRO III. 2

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA Nº. 2 VALORIZAÇÃO E APROVEITAMENTO DO POTENCIAL TURÍSTICO

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	8 759	8 759	100	6 570	75	6 570				2 189	25		2 189			
1991	10 826	10 826	100	8 120	75	8 120				2 706	25		2 706			
1992	10 273	10 273	100	7 704	75	7 704				2 569	25		2 569			
1993	8 902	8 902	100	6 676	75	6 676				2 226	25		2 226			
TOTAL	38 760	38 760	100	29 070	75	29 070				9 690	25		9 690			

QUADRO III. 3

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA Nº. 3 ESTRUTURAS FÍSICAS DO SECTOR ENERGÉTICO

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA			
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	9 041	9 041	100	4 973	55	4 973				4 068	45			4 068		
1991	4 395	4 395	100	2 418	55	2 418				1 977	45			1 977		
1992	9 469	9 469	100	5 208	55	5 208				4 261	45			4 261		
1993	5 960	5 960	100	3 279	55	3 279				2 681	45			2 681		
TOTAL	28 865	28 865	100	15 878	55	15 878				12 987	45			12 987		

QUADRO III. 4

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA Nº. 4 INCREMENTO DAS ACESSIBILIDADES

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	18 763	18 134	97	13 730	76	13 730				4 404	24		4 404		629	3
1991	19 655	19 026	97	14 399	76	14 399				4 627	24		4 627		629	3
1992	18 512	18 512	100	13 885	75	13 885				4 627	25		4 627			
1993	13 572	13 572	100	10 179	75	10 179				3 393	25		3 393			
TOTAL	70 502	69 244	98	52 193	75	52 193				17 051	25		17 051		1 258	2

QUADRO III. 5

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA Nº. 5 INCREMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	7 438	7 287	98	5 260	72		5 260			2 027	28		2 027		151	2
1991	9 414	9 241	98	6 534	71		6 534			2 707	29		2 707		173	2
1992	11 225	11 003	98	7 673	70		7 673			3 330	30		3 330		222	2
1993	11 444	11 241	98	7 651	68		7 651			3 590	32		3 590		203	2
TOTAL	39 521	38 772	98	27 118	70		27 118			11 654	30		11 654		749	2

QUADRO III. 6

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA Nº. 6 EQUIPAMENTOS SOCIAIS ESTRATÉGICOS

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA			
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	5 571	5 571	100	4 178	75	4 178				1 393	25		1 393			
1991	12 877	12 877	100	9 657	75	9 657				3 220	25		3 220			
1992	13 628	13 628	100	10 222	75	10 222				3 406	25		3 406			
1993	9 060	9 060	100	6 794	75	6 794				2 266	25		2 266			
TOTAL	41 136	41 136	100	30 851	75	30 851				10 285	25		10 285			

QUADRO III. 7

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA Nº. 7 PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	4 463	4 463	100	3 347	75	3 347				1 116	25		1 116			
1991	6 922	6 922	100	5 192	75	5 192				1 730	25		1 730			
1992	7 589	7 589	100	5 692	75	5 692				1 897	25		1 897			
1993	5 856	5 856	100	4 393	75	4 393				1 463	25		1 463			
TOTAL	24 830	24 830	100	18 624	75	18 624				6 206	25		6 206			

QUADRO III. 8

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA Nº. 8 GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DO POP

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	520	520	100	390	75	214	176			130	25		130			
1991	584	584	100	438	75	214	224			146	25		146			
1992	614	614	100	461	75	214	247			153	25		153			
1993	656	656	100	492	75	257	235			164	25		164			
TOTAL	2 374	2 374	100	1 781	75	899	882			593	25		593			

QUADRO IV. 1

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA Nº. 1 DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA PRODUTIVA

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA													DESPESA PRIVADA		
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS						FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%	
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
Medida 1	19 170	19 170	100	10 828	56	10 828				8 342	44		357	7 985	-	-
Medida 2	28 430	26 308	93	17 804	68	17 804				8 504	32		4 457	4 047	2 122	7
Medida 3	3 258	3 258	100	2 444	75	2 444				814	25		814	-	-	-
Medida 4	7 972	7 972	100	5 979	75	5 979				1 993	25		1 993	-	-	-
Medida 5	1 058	1 058	100	793	75	793				265	25		265	-	-	-
Medida 6	7 514	7 514	100	5 636	75	5 636				1 878	25		1 878	-	-	-
TOTAL	67 402	65 280	97	43 484	67	43 484				21 796	33		9 764	12 032	2 122	3

QUADRO IV. 2

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA Nº. 2 VALORIZAÇÃO E APROVEITAMENTO DO POTENCIAL TURÍSTICO

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

	CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA													DESPESA PRIVADA	
		TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS						FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
			%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA		
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
Medida 1	15 085	15 085	100	11 313	75	11 313				3 772	25		3 772			
Medida 2	3 182	3 182	100	2 388	75	2 388				794	25		794			
Medida 3	7 219	7 219	100	5 414	75	5 414				1 805	25		1 805			
Medida 4	13 274	13 274	100	9 955	75	9 955				3 319	25		3 319			
TOTAL	38 760	38 760	100	29 070	75	29 070				9 690	25		9 690			

QUADRO IV. 3

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA Nº. 3 ESTRUTURAS FÍSICAS DO SECTOR ENERGÉTICO

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
	1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16
Medida 1	21 754	21 754	100	11 966	55	11 966				9 788	45			9 788		
Medida 2	7 111	7 111	100	3 912	55	3 912				3 199	45			3 199		
TOTAL	28 865	28 865	100	15 878	55	15 878				12 987	45			12 987		

QUADRO IV. 4

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA Nº. 4 INCREMENTO DAS ACESSIBILIDADES

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
Medida 1	4 611	3 353	73	2 772	83	2 772				581	17		581		1 258	27
Medida 2	38 697	38 697	100	29 023	75	29 023				9 674	25		9 674		-	-
Medida 3	27 194	27 194	100	20 398	75	20 398				6 796	25		6 796		-	-
TOTAL	70 502	69 244	98	52 193	75	52 193				17 051	25		17 051		1 258	2

QUADRO IV. 5

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA Nº. 5 INCREMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEÓGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA			
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
Medida 1	18 720	18 164	97	13 623	75		13 623			4 541	25		4 541		556	3
Medida 2	4 667	4 474	96	3 356	75		3 356			1 118	25		1 118		193	4
Medida 3	5 409	5 409	100	2 095	39		2 095			3 314	61		3 314			
Medida 4	10 725	10 725	100	8 044	75		8 044			2 681	25		2 681			
TOTAL	39 521	38 772	98	27 118	70		27 118			11 654	30		11 654		749	2

QUADRO IV.6

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA Nº. 6 EQUIPAMENTOS SOCIAIS ESTRATÉGICOS

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
Medida 1	18 988	18 988	100	14 240	75	14 240				4 748	25		4 748			
Medida 2	6 697	6 697	100	5 023	75	5 023				1 674	25		1 674			
Medida 3	7 257	7 257	100	5 443	75	5 443				1 814	25		1 814			
Medida 4	8 194	8 194	100	6 145	75	6 145				2 049	25		2 049			
TOTAL	41 136	41 136	100	30 851	75	30 851				10 285	25		10 285			

QUADRO IV. 7

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA Nº. 7 PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
Medida 1	15 818	15 818	100	11 864	75	11 864				3 954	25		3 954			
Medida 2	3 953	3 953	100	2 965	75	2 965				988	25		988			
Medida 3	2 286	2 286	100	1 715	75	1 715				571	25		571			
Medida 4	2 773	2 773	100	2 080	75	2 080				693	25		693			
TOTAL	24 830	24 830	100	18 624	75	18 624				6 206	25		6 206			

QUADRO IV. 8

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUBPROGRAMA Nº. 8 GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DO POP

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
Medida 1	719	719	100	539	75	539				180	25		180			
Medida 2	479	479	100	360	75	360				119	25		119			
Medida 3	1 176	1 176	100	882	75		882			294	25		294			
TOTAL	2 374	2 374	100	1 781	75	899	882			593	25		593			

QUADRO V. 1

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 1.1 APROVEITAMENTO DOS RECURSOS ENDÓGENOS

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL			APOIOS COMUNITÁRIOS						FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%		TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA		
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	599	599	100	415	69	415				184	31		107	77		
1991	4 897	4 897	100	2 893	59	2 893				2 004	41		250	1 754		
1992	5 697	5 697	100	3 133	55	3 133				2 564	45		-	2 564		
1993	7 977	7 977	100	4 387	55	4 387				3 590	45		-	3 590		
TOTAL	19 170	19 170	100	10 828	56	10 828				8 342	44		357	7 985		

QUADRO V. 2

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 1.2 INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS DA ZONA FRANCA DO CANIÇAL

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	5 143	5 143	100	3 257	63	3 257				1 886	37		857	1 029		
1991	9 315	8 026	86	5 683	71	5 683				2 343	29		1 314	1 029	1 289	14
1992	9 687	8 854	91	6 210	70	6 210				2 644	30		1 615	1 029	833	9
1993	4 285	4 285	100	2 654	62	2 654				1 631	38		671	960		
TOTAL	28 430	26 308	93	17 804	68	17 804				8 504	32		4 457	4 047	2 122	7

QUADRO V. 3

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 1.3 INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO A ACTIVIDADE INDUSTRIAL

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

	CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA												DESPESA PRIVADA		
		TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS						FINANCIAMENTO PÚBLICO				TOTAL	%	
			%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	572	572	100	429	75	429				143	25		143			
1991	765	765	100	574	75	574				191	25		191			
1992	1 029	1 029	100	772	75	772				257	25		257			
1993	892	892	100	669	75	669				223	25		223			
TOTAL	3 258	3 258	100	2 444	75	2 444				814	25		814			

QUADRO V. 4

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 1.4

INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO À ACTIVIDADE PISCATÓRIA

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

	CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA													DESPESA PRIVADA	
		TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS						FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
			%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	582	582	100	437	75	437				145	25		145			
1991	1 875	1 875	100	1 406	75	1 406				469	25		469			
1992	2 658	2 658	100	1 993	75	1 993				665	25		665			
1993	2 857	2 857	100	2 143	75	2 143				714	25		714			
TOTAL	7 972	7 972	100	5 979	75	5 979				1 993	25		1 993			

QUADRO V. 5

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 1.5 DEFESA, VALORIZAÇÃO E RENOVAÇÃO DO ARTESANATO REGIONAL

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	57	57	100	43	75	43				14	25		14			
1991	343	343	100	257	75	257				86	25		86			
1992	343	343	100	257	75	257				86	25		86			
1993	315	315	100	236	75	236				79	25		79			
TOTAL	1 058	1 058	100	793	75	793				265	25		265			

QUADRO V. 6

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 1.6 MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL DE INICIATIVA ENDOGENA

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	257	257	100	193	75	193				64	25		64			
1991	2 457	2 457	100	1 843	75	1 843				614	25		614			
1992	2 457	2 457	100	1 843	75	1 843				614	25		614			
1993	2 343	2 343	100	1 757	75	1 757				586	25		586			
TOTAL	7 514	7 514	100	5 636	75	5 636				1 878	25		1 878			

QUADRO V. 7

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 2.1 CONSOLIDAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS TURÍSTICAS

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

	CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA													DESPESA PRIVADA	
		TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS						FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
			%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	1 400	1 400	100	1 050	75	1 050				350	25		350			
1991	4 284	4 284	100	3 213	75	3 213				1 071	25		1 071			
1992	5 201	5 201	100	3 900	75	3 900				1 301	25		1 301			
1993	4 200	4 200	100	3 150	75	3 150				1 050	25		1 050			
TOTAL	15 085	15 085	100	11 313	75	11 313				3 772	25		3 772			

QUADRO V. 8

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 2.2 VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DE INTERESSE TURÍSTICO

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL			APOIOS COMUNITÁRIOS						FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%		TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	914	914	100	686	75	686				228	25		228			
1991	1 039	1 039	100	780	75	780				259	25		259			
1992	777	777	100	583	75	583				194	25		194			
1993	452	452	100	339	75	339				113	25		113			
TOTAL	3 182	3 182	100	2 388	75	2 388				794	25		794			

QUADRO V. 9

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 2.3 PROMOÇÃO ORIENTADA DA PROCURA TURÍSTICA

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	1 657	1 657	100	1 243	75	1 243				414	25		414			
1991	1 635	1 635	100	1 226	75	1 226				409	25		409			
1992	1 832	1 832	100	1 374	75	1 374				458	25		458			
1993	2 095	2 095	100	1 571	75	1 571				524	25		524			
TOTAL	7 219	7 219	100	5 414	75	5 414				1 805	25		1 805			

QUADRO V. 10

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 2.4 ORDENAMENTO VIÁRIO DA CIDADE DO FUNCHAL

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL			APOIOS COMUNITÁRIOS						FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%		TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	4 788	4 788	100	3 591	75	3 591				1 197	25		1 197			
1991	3 868	3 868	100	2 901	75	2 901				967	25		967			
1992	2 463	2 463	100	1 847	75	1 847				616	25		616			
1993	2 155	2 155	100	1 616	75	1 616				539	25		539			
TOTAL	13 274	13 274	100	9 955	75	9 955				3 319	25		3 319			

QUADRO V. 11

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 3.1 AUMENTO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL			APOIOS COMUNITÁRIOS						FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%		TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	6 183	6 183	100	3 401	55	3 401				2 782	45			2 782		
1991	2 697	2 697	100	1 484	55	1 484				1 213	45			1 213		
1992	8 171	8 171	100	4 494	55	4 494				3 677	45			3 677		
1993	4 703	4 703	100	2 587	55	2 587				2 116	45			2 116		
TOTAL	21 754	21 754	100	11 966	55	11 966				9 788	45			9 788		

QUADRO V.12

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 3.2 EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE DE TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL			APOIOS COMUNITÁRIOS						FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	2 858	2 858	100	1 572	55	1 572				1 286	45			1 286		
1991	1 698	1 698	100	934	55	934				764	45			764		
1992	1 298	1 298	100	714	55	714				584	45			584		
1993	1 257	1 257	100	692	55	692				565	45			565		
TOTAL	7 111	7 111	100	3 912	55	3 912				3 199	45			3 199		

QUADRO V. 13

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA 4.1 ACESSIBILIDADE EXTERNA

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	2 783	2 154	77	1 744	81	1 744				410	19		410		629	23
1991	1 828	1 199	66	1 028	86	1 028				171	14		171		629	34
1992																
1993																
TOTAL	4 611	3 353	73	2 772	83	2 772				581	17		581		1 258	27

QUADRO V. 14

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA 4.2 ACESSIBILIDADE REGIONAL

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	6 212	6 212	100	4 659	75	4 659				1 553	25		1 553			
1991	10 199	10 199	100	7 650	75	7 650				2 549	25		2 549			
1992	12 000	12 000	100	9 000	75	9 000				3 000	25		3 000			
1993	10 286	10 286	100	7 714	75	7 714				2 572	25		2 572			
TOTAL	38 697	38 697	100	29 023	75	29 023				9 674	25		9 674			

QUADRO V. 15

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA 4.3 ACESSIBILIDADE LOCAL

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	9 768	9 768	100	7 327	75	7 327				2 441	25		2 441			
1991	7 628	7 628	100	5 721	75	5 721				1 907	25		1 907			
1992	6 512	6 512	100	4 885	75	4 885				1 627	25		1 627			
1993	3 286	3 286	100	2 465	75	2 465				821	25		821			
TOTAL	27 194	27 194	100	20 398	75	20 398				6 796	25		6 796			

QUADRO V. 16

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº 5.1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ACTIVOS DE TODOS OS SECTORES DE ACTIVIDADE, EXCLUINDO O TURISMO

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	3 795	3 688	97	2 766	75		2 766			922	25		922		107	3
1991	4 068	3 939	97	2 954	75		2 954			985	25		985		129	3
1992	5 668	5 500	97	4 125	75		4 125			1 375	25		1 375		168	3
1993	5 189	5 037	97	3 778	75		3 778			1 259	25		1 259		152	3
TOTAL	18 720	18 164	97	13 623	75		13 623			4 541	25		4 541		556	3

QUADRO V. 17

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº 5.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ACTIVOS DO TURISMO

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA			
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	1 077	1 033	96	775	75		775			258	25		258		44	4
1991	1 077	1 033	96	775	75		775			258	25		258		44	4
1992	1 282	1 228	96	921	75		921			307	25		307		54	4
1993	1 231	1 180	96	885	75		885			295	25		295		51	4
TOTAL	4 667	4 474	96	3 356	75		3 356			1 118	25		1 118		193	4

QUADRO V. 18

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 5.3 ACCÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO EMPREGO

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	665	665	100	293	44		293			372	56		372			
1991	1 589	1 589	100	795	50		795			794	50		794			
1992	1 210	1 210	100	328	27		328			882	73		882			
1993	1 945	1 945	100	679	35		679			1 266	65		1 266			
TOTAL	5 409	5 409	100	2 095	39		2 095			3 314	61		3 314			

QUADRO V. 19

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 5.4 ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL E UNIVERSITÁRIO

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	1 901	1 901	100	1 426	75		1 426			475	25		475			
1991	2 680	2 680	100	2 010	75		2 010			670	25		670			
1992	3 065	3 065	100	2 299	75		2 299			766	25		766			
1993	3 079	3 079	100	2 309	75		2 309			770	25		770			
TOTAL	10 725	10 725	100	8 044	75		8 044			2 681	25		2 681			

QUADRO V. 20

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA 6.1 MODERNIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS DE BASE

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	3 440	3 440	100	2 580	75	2 580				860	25		860			
1991	5 460	5 460	100	4 094	75	4 094				1 366	25		1 366			
1992	6 458	6 458	100	4 844	75	4 844				1 614	25		1 614			
1993	3 630	3 630	100	2 722	75	2 722				908	25		908			
TOTAL	18 988	18 988	100	14 240	75	14 240				4 748	25		4 748			

QUADRO V. 21

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº 6.2 CRIAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DO ENSINO SUPERIOR

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	172	172	100	129	75	129				43	25		43			
1991	2 182	2 182	100	1 637	75	1 637				545	25		545			
1992	2 200	2 200	100	1 650	75	1 650				550	25		550			
1993	2 143	2 143	100	1 607	75	1 607				536	25		536			
TOTAL	6 697	6 697	100	5 023	75	5 023				1 674	25		1 674			

QUADRO V. 22

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 6.3 AUMENTO E MELHORIA DA OFERTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	1 023	1 023	100	767	75	767				256	25		256			
1991	2 492	2 492	100	1 869	75	1 869				623	25		623			
1992	2 170	2 170	100	1 628	75	1 628				542	25		542			
1993	1 572	1 572	100	1 179	75	1 179				393	25		393			
TOTAL	7 257	7 257	100	5 443	75	5 443				1 814	25		1 814			

QUADRO V. 23

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 6.4 INFRAESTRUTURAS DE APOIO AO EMPREGO E À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	936	936	100	702	75	702				234	25		234			
1991	2 743	2 743	100	2 057	75	2 057				686	25		686			
1992	2 800	2 800	100	2 100	75	2 100				700	25		700			
1993	1 715	1 715	100	1 286	75	1 286				429	25		429			
TOTAL	8 194	8 194	100	6 145	75	6 145				2 049	25		2 049			

QUADRO V. 24

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 7.1 INFRA-ESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA													DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS						FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16
1990	2 420	2 420	100	1 815	75	1 815				605	25		605		
1991	4 228	4 228	100	3 171	75	3 171				1 057	25		1 057		
1992	4 885	4 885	100	3 664	75	3 664				1 221	25		1 221		
1993	4 285	4 285	100	3 214	75	3 214				1 071	25		1 071		
TOTAL	15 818	15 818	100	11 864	75	11 864				3 954	25		3 954		

QUADRO V. 25

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 7.2 INFRA-ESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

	CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA													DESPESA PRIVADA	
		TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS						FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
			%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	931	931	100	698	75	698				233	25		233			
1991	1 393	1 393	100	1 045	75	1 045				348	25		348			
1992	972	972	100	729	75	729				243	25		243			
1993	657	657	100	493	75	493				164	25		164			
TOTAL	3 953	3 953	100	2 965	75	2 965				988	25		988			

QUADRO V. 26

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 7.3 REFORÇO DA PROTECÇÃO AMBIENTAL

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	969	969	100	727	75	727				242	25		242			
1991	500	500	100	375	75	375				125	25		125			
1992	560	560	100	420	75	420				140	25		140			
1993	257	257	100	193	75	193				64	25		64			
TOTAL	2 286	2 286	100	1 715	75	1 715				571	25		571			

QUADRO V. 27

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 7.4 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	143	143	100	107	75	107				36	25		36			
1991	801	801	100	601	75	601				200	25		200			
1992	1 172	1 172	100	879	75	879				293	25		293			
1993	657	657	100	493	75	493				164	25		164			
TOTAL	2 773	2 773	100	2 080	75	2 080				693	25		693			

QUADRO V. 28

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 8.1 EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	171	171	100	128	75	128				43	25		43			
1991	171	171	100	128	75	128				43	25		43			
1992	171	171	100	128	75	128				43	25		43			
1993	206	206	100	155	75	155				51	25		51			
TOTAL	719	719	100	539	75	539				180	25		180			

QUADRO V. 29

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 8.2 ESTUDOS, PUBLICIDADE E PROMOÇÃO

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	114	114	100	86	75	86				28	25		28			
1991	114	114	100	85	75	85				29	25		29			
1992	114	114	100	86	75	86				28	25		28			
1993	137	137	100	103	75	103				34	25		34			
TOTAL	479	479	100	360	75	360				119	25		119			

QUADRO V. 30

PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MEDIDA Nº. 8. 3 ESTUDOS, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO SUBPROGRAMA 5

(ECUs CONSTANTES 1989 X 1 000)

CUSTO TOTAL	DESPESA PÚBLICA														DESPESA PRIVADA	
	TOTAL		APOIOS COMUNITÁRIOS							FINANCIAMENTO PÚBLICO					TOTAL	%
		%	TOTAL	%	FEDER	FSE	FEOGA	OUTROS	TOTAL	%	ESTADO	REGIÃO	OUTRA	TOTAL	%	
1=2+15	2=4+10	3	4=6+7+8+9	5	6	7	8	9	10=12+13+14	11	12	13	14	15	16	
1990	235	235	100	176	75		176			59	25		59			
1991	299	299	100	224	75		224			75	25		75			
1992	329	329	100	247	75		247			82	25		82			
1993	313	313	100	235	75		235			78	25		78			
TOTAL	1 176	1 176	100	882	75		882			294	25		294			

9. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A estrutura institucional responsável pela gestão, acompanhamento, avaliação e controle do programa é constituída, no essencial, por dois órgãos - a Unidade de Gestão e o Comité de Acompanhamento.

9.1. Estrutura de Gestão do POP-Madeira

9.1.1. Criação da Unidade de Gestão

A Unidade de Gestão é o órgão responsável pela coordenação técnica e administrativa, designadamente, no que respeita à prossecução dos objectivos, à concretização dos instrumentos e acções programados e à verificação do cumprimento dos normativos nacionais e comunitários aplicáveis.

9.1.2. Composição da Unidade de Gestão

A Unidade de Gestão do POP-Madeira terá a seguinte composição:

- Director Regional de Planeamento, que presidirá, coadjuvado por um coordenador adjunto;
- representante da Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional, que exercerá funções de vice-Presidente;

e as seguintes entidades responsáveis pelas medidas do programa:

- representante da Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego/Centro Regional de Formação Profissional, que exercerá funções de vice-Presidente;
- representantes da Secretaria Regional do Equipamento Social;
- representante da Vice-Presidência e Coordenação Económica;
- representante da Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego;
- representante da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais;
- representante da Secretaria Regional da Economia;

- representante da Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração;
- representante da Secretaria Regional das Finanças;
- outros representantes das entidades envolvidas na execução dos instrumentos e acções previstos no Programa.

As funções de Secretariado Técnico da Unidade de Gestão serão asseguradas pela Direcção Regional de Planeamento da Madeira.

9.1.3. Competências da Unidade de Gestão

A esta Unidade são atribuídas as funções de selecção e aprovação de projectos, zelar pela conformidade das acções/projectos propostos com as medidas e objectivos definidos, apreciar e decidir sobre o nível de execução material e financeira do Programa, acompanhar e controlar os pedidos de pagamento e sua conformidade com normativos aplicáveis, preparar os relatórios intercalares, anuais e finais e tomar outras decisões apropriadas ao bom funcionamento do Programa.

A Unidade de gestão reunirá plenariamente pelo menos um vez por semestre, sem prejuízo de convocação de outras reuniões plenárias ou restritas, quando assim se julgar necessário.

Dada a especificidade dos projectos no âmbito do FSE, e tendo em conta a necessidade de operacionalidade do processo de decisão, as funções de selecção e aprovação daqueles são exercidas pelo Vice-Presidente representante da Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego - Centro Regional de Formação Profissional, por delegação de competência da Unidade de Gestão.

9.2. Estrutura de Acompanhamento

9.2.1. Criação do Comité de Acompanhamento

É criado um Comité de Acompanhamento, que tem por função efectuar regularmente o resumo da execução do Programa, propor e, se fôr caso disso, decidir as adaptações necessárias. O Comité de Acompanhamento observará os princípios já acordados e adoptados no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio.

9.2.2. Composição, funcionamento e periodicidade das reuniões do Comité de Acompanhamento

São membros do Comité de Acompanhamento:

- O Director-Geral do Desenvolvimento Regional, que preside;
- O Director Regional de Planeamento da Região Autónoma da Madeira (presidente da Unidade de Gestão do POP-Madeira);
- Um representante do interlocutor a nível regional para as questões do FSE/Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego (vice-presidente da Unidade de Gestão do POP-Madeira);
- Um representante da Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional (vice-presidente da Unidade de Gestão do POP-Madeira);
- Um representante do interlocutor a nível regional para as questões do FEOGA-O/Secretaria Regional da Economia;
- Representantes da Comissão das Comunidades Europeias:
 - . um representante da Unidade XVI.B.3 "Intervenções nas Regiões em Atraso de Desenvolvimento (objectivo nº 1) - Regiões de Portugal";
 - . um representante da Unidade V.D.3. "Fundo Social Europeu - Grécia, Irlanda, Portugal, Coordenação das intervenções a título do objectivo nº.1";
 - . um representante do Banco Europeu de Investimento;
 - . um representante da Unidade XXII. "Coordenação dos Instrumentos Estruturais" ;
 - . representantes das entidades responsáveis pelos subprogramas e medidas do POP-Madeira;
 - . um representante do Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu;
 - . um representante do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

O Secretariado do Comité de Acompanhamento é assegurado pela Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, sendo responsável pelo apoio

técnico e administrativo necessário ao desempenho das funções do Comité. Nestas funções será apoiado pelo secretariado técnico do programa.

As regras de funcionamento e a periodicidade das reuniões do Comité de Acompanhamento serão definidas, no âmbito da parceria, no prazo máximo de 3 meses após a adopção do programa POP-Madeira.

9.2.3. Competências do Comité de acompanhamento

O Comité de Acompanhamento, que exerce as suas competências com base no conhecimento dos resultados que lhe são fornecidos sobre o acompanhamento contínuo e a monitorização informatizada:

- tem como responsabilidade geral garantir a adequada evolução do programa a fim de serem alcançados os objectivos estabelecidos. A sua competência exerce-se ao nível das medidas e dentro dos limites do auxílio comunitário concedido por cada Fundo. Em especial, o Comité de Acompanhamento assegura a observância das disposições regulamentares, nomeadamente, em matéria de elegibilidade das operações e dos projectos;
- assume posição sobre a aplicação futura dos critérios de selecção que foram definidos no programa, baseando-se nas informações relativas à selecção dos projectos já aprovados e efectuados. No que se refere aos grandes projectos incluídos no programa "POP-Madeira", o Comité de Acompanhamento vela para que sejam enviadas à Comissão das Comunidades Europeias as informações exigidas nos termos do artigo 5º do Regulamento nº 4254/88;
- em caso de atraso na execução do programa, propõe as medidas necessárias à sua aceleração, baseando-se nos resultados periódicos apresentados pelos indicadores de acompanhamento e nas avaliações intermédias;
- pode proceder, com o acordo dos representantes da Comissão das Comunidades Europeias, a alterações nos planos de financiamento dentro dos limites de 15% da contribuição comunitária para um subprograma ou uma medida se a alteração respeitar à totalidade do período do programa, ou de 20% se a alteração respeitar a um exercício anual, desde que o montante global previsto no programa não seja excedido. Estas alterações não podem comprometer os objectivos principais do programa. A Comissão das Comunidades Europeias e o Estado-membro são informados dessas alterações. Quando as alterações financeiras excederem os limiares supracitados, são tratadas em conformidade com as regras estabelecidas no Quadro Comunitário de Apoio;

- pode decidir as restantes alterações menores introduzidas na execução das acções, excluindo as relativas aos regimes de auxílio;
- pronuncia-se, com base nos resultados regionalizados do acompanhamento contínuo informatizado dos programas nacionais, sobre a aplicação à Região dessas acções;
- emite o seu parecer relativamente às adaptações ao POP-Madeira propostas à Comissão das Comunidades Europeias, nos termos do nº5 do artigo 25 do Regulamento nº 4254/88, inclusivé no que se refere às adaptações exigidas pela evolução do ECU;
- formula parecer prévio relativamente aos projectos previstos no subprograma 8 do "POP-Madeira" que serão adoptados pelo seu Presidente, de acordo com os representantes da Comissão das Comunidades Europeias;
- emite parecer relativamente aos projectos de relatórios anuais de execução;
- informa a Comissão de Acompanhamento do Quadro Comunitário de Apoio da execução do programa, a fim de permitir, se fôr caso disso, a tomada de decisão da sua competência.

Os parceiros sociais deverão ser regularmente informados dos trabalhos do Comité de Acompanhamento.

Para as acções agrícolas que tenham particular sinergia com as acções previstas no presente programa, o representante do interlocutor a nível regional para as questões do FEOGA-O, fará um relatório ao Comité de Acompanhamento, por ocasião da reunião mencionada no ponto 8.1 do presente documento, sobre as acções que o FEOGA-O pretende desenvolver na Região no ano seguinte. O Comité de Acompanhamento pode apresentar propostas sobre esse programa de acções.

9.3. Acompanhamento e Avaliação contínua do Programa Operacional durante a sua execução

O acompanhamento e avaliação contínua dos programas serão realizados de acordo com as seguintes orientações:

- a Unidade de Gestão, através do seu Secretariado Técnico e apoiada pelo Departamento de Acompanhamento e Avaliação, é responsável pelo acompanhamento contínuo (monitorização informatizada do programa), financiado no âmbito do subpro-

grama nº 8 do POP-Madeira. Para além disso, e a fim de executar estas funções, o Estado-membro pode solicitar apoio comunitário, no quadro da assistência técnica;

- o acompanhamento contínuo é baseado num sistema de informação relativo ao estado de evolução da execução do programa. Esse acompanhamento contínuo efectua-se ao nível das medidas. O acompanhamento contínuo recorre a indicadores financeiros e físicos, reunidos de modo a permitir uma avaliação da forma como as despesas correspondem aos indicadores físicos pré-definidos, a fim de demonstrar o grau de realização;
- o acompanhamento e avaliação contínuos deverão, nomeadamente, permitir detectar o mais cedo possível as situações de atraso significativo verificadas na execução de acções financiadas pelo programa. O Comité de Acompanhamento poderá, então, avaliar cada caso concreto e, baseando-se nas propostas referidas no 3º travessão do ponto 9.2.3. supra, adoptar as medidas correctivas necessárias, nomeadamente as medidas previstas nos contratos de concessão de contribuição aos beneficiários, incluindo a suspensão ou anulação das contribuições;
- os indicadores físicos e a sincronização respectiva no decurso da execução, poderão ser completados, se necessário, durante o desenvolvimento do programa POP-Madeira, com o acordo da Comissão das Comunidades Europeias;
- a avaliação contínua dos programas consiste numa análise dos resultados quantitativos do acompanhamento, para além dos aspectos qualitativos da execução, associados a considerações económicas, operacionais, legislativas e processuais. O objectivo consiste em garantir a compatibilidade das medidas com os objectivos do programa e em definir os indicadores de impacto. A avaliação a médio prazo do programa, prevista no Quadro Comunitário de Apoio, deverá recorrer a este acompanhamento e avaliação contínuos;
- antes do final do segundo ano após a adopção do POP-Madeira a Comissão das Comunidades Europeias e o Estado-membro, mediante parecer do Comité de Acompanhamento, elaborarão a lista dos indicadores de impacto adequados. A avaliação a médio prazo do programa, prevista no Quadro Comunitário de Apoio, deverá ser feita antes do final do 3º ano e deverá recorrer, se estiverem disponíveis, a estes indicadores;

- um ano após a aprovação do programa POP-Madeira, o Comité de Acompanhamento assegurará o funcionamento do sistema de acompanhamento da gestão;
- a Unidade de Gestão será responsável pela apresentação do relatório de execução anual. Três meses após a sua nomeação esta Unidade de Gestão submeterá à Comissão das Comunidades Europeias uma proposta-tipo de apresentação dos relatórios de evolução.

O primeiro relatório anual relativo ao programa POP-Madeira será apresentado à Comissão das Comunidades Europeias pela autoridade competente antes de 30 de Junho de 1991. Com base nas informações deste relatório a Comissão das Comunidades Europeias e o Estado-membro acordarão, se for necessário, uma revisão dos quadros financeiros do programa.

- no âmbito da parceria, a Comissão das Comunidades Europeias e o Estado-membro contratarão, no prazo de 6 meses após a adopção do programa POP-Madeira, um avaliador independente para as funções definidas no 5º travessão supra, e cujas funções serão precisadas pelo Comité de Acompanhamento.

9.4. Avaliação do Programa

O programa será objecto de avaliação profunda destinada a introduzir as correcções necessárias antes do final do segundo ano da sua execução (1991) para o programa POP-Madeira abrangendo tal avaliação, nomeadamente, os aspectos de planeamento financeiro e algumas normas contidas na configuração de acções dos seus subprogramas.

Para tal efeito, deverá a Unidade de Gestão apresentar, se necessário, uma proposta fundamentada de revisão, ao Comité de Acompanhamento em Julho de 1991 para o programa POP-Madeira.

9.5. Avaliação Ex-post do Impacto do Programa

No relatório final referido no nº. 3, artigo 25, da Secção 4, do Regulamento nº. 4253/88 efectuar-se-á um balanço conciso do programa POP-Madeira (grau de realização dos objectivos físicos e qualitativos e dos melhoramentos realizados), sendo necessário apresentar, com base nos indicadores acordados, uma primeira avaliação do impacto económico imediato.

Se a Comissão das Comunidades Europeias ou o Estado-membro o pretenderem, será efectuada, logo que os indicadores estatísticos respectivos

se encontrarem disponíveis (2-3 anos), uma análise do impacto a prazo do programa.

10. OUTRAS DISPOSIÇÕES

Com base nos princípios enunciados no artigo 32º. do Regulamento (CEE) nº. 4253/88 do Conselho de 19 de Dezembro, as medidas de informação e publicidade, relativamente às acções que beneficiam da contribuição financeira da Comunidade serão asseguradas através de acções de divulgação e promoção designadamente:

- Elaboração do documento informativo descrevendo as acções a implementar no quadro do programa e de folhetos informativos destinados, em particular, aos beneficiários potenciais;
- Acções de divulgação do programa e debate da problemática do desenvolvimento da Região, designadamente, através de seminários;
- Informação, aos beneficiários potenciais, sobre as regras comunitárias (Directivas 79/305/CEE e 77/62/CEE).

Para além destas acções será também garantida a colocação de painéis publicitários colocados nos locais de execução do programa cujo custo seja superior a 1 milhão de ECUS, em que esteja patente a insígnia europeia e a indicação do co-financiamento do projecto pelo Fundo Europeu em causa.

A Comissão de Gestão responsabilizar-se-á pelo respeito integral do normativo comunitário relativo à celebração de contratos de obras públicas e de direito público de fornecimento e de serviços, tanto no que respeita às disposições das directivas actualmente existentes relativas aos mercados públicos (Directiva 71/305/CEE) como as alterações posteriormente introduzidas (Directiva 77/62/CEE e Directiva 80/767/CEE). A abertura dos concursos será, de acordo com as normas previstas, publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, Diário da República e Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira.

Serão igualmente cumpridos os procedimentos regulamentares relacionados com o respeito pela transparência das ajudas e apoios concedidos pelo programa, nomeadamente no que concerne com o estipulado nos artigos 92º e 94º do TRATADO DE ROMA.

A Comissão de Acompanhamento, no respeito pleno pelas políticas comunitárias, velará, também, pelo cumprimento absoluto da política de ambiente expressa, sobretudo, na Directiva 85/337 da CEE e também na própria lei de bases sobre o Ambiente da República Portuguesa (Lei nº.

11/87, de 7 de Abril). Para as diferentes componentes do POP-Madeira serão assim exigidas, às entidades responsáveis, sempre que necessário, as informações bastantes ao perfeito entendimento das suas implicações ambientais e do respeito ou desrespeito pelas normas comunitárias e nacionais estabelecidas. Neste contexto, será pedido expressamente aos departamentos oficiais que tutelam o ambiente o seu parecer sobre todas aquelas acções e medidas cuja concretização e desenvolvimento possam causar perturbações em termos de equilíbrio ambiental na Região.